

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Paula Karine Rizzo

**O Quadrilátero do Pecado:
A Formação da Boca do Lixo em São Paulo na Década de 50**

Mestrado em História Social

São Paulo
2017

Paula Karine Rizzo

**O Quadrilátero do Pecado:
A Formação da Boca do Lixo em São Paulo na década de 50**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em História Social, sob a orientação da Prof.a Dra. Mariza Romero.

Mestrado em História Social

São Paulo

2017

Banca Examinadora

Aos indesejáveis da cidade, de ontem e de hoje.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

À FUNDASP, CAPES e CNPQ pela concessão de bolsa de Mestrado e pelo apoio financeiro para a realização da presente pesquisa.

Muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

À Mariza Romero, minha mais profunda gratidão. Quando estamos tão angustiados diante de uma pesquisa tudo que precisamos sentir é que não estamos sozinhos e você esteve integralmente ao meu lado, nas discussões, leituras e revisões; na firmeza, paciência e bom humor. Um sonho de orientadora, a sua melhor definição.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Em especial aos queridos professores que me acompanharam na realização do mestrado e muito contribuíram nas discussões em suas aulas e seminários: Maria do Rosário Cunha Peixoto, Olga Brites, Estefânia Knotz C. Fraga, Amílcar Torrão Filho, Denise Bernuzzi de Sant’Anna e Yone de Carvalho. Pela leitura atenciosa e as sugestões dos professores Luiz Antonio Dias e Marcelo Flório em minha qualificação, meu muito obrigado.

À minha família por todo apoio durante esses anos, sem vocês não seria possível a realização dessa pesquisa e sua conclusão. À minha mãe Maria Inês Rizzo e às minhas filhas Layla e Milena pela compreensão da importância do meu trabalho e por todas às vezes em que não estive disponível, amo vocês.

À Guilherme Madeira Dezem pelo incentivo e suporte para o prosseguimento de meus estudos.

Às amigas e amigos que não cabem nessas linhas, mas que trago comigo em cada palavra de apoio, carinho e torcida na minha jornada. Em um ano tão difícil como 2016, com tantas perdas reais e simbólicas, o companheirismo das amizades foi o abrigo das tempestades.

À Maria Angela Santa Cruz (*in memoriam*), sua presença percorre essas páginas através das minhas reflexões, inquietações e questionamentos que tornavam nossas sessões de análise o território das resistências e dos afetos. Sempre me lembrarei porquê e por quem lutamos. Você segue comigo.

Vocês são parte dessa realização.

Obrigada a todos.

Quis também que essas personagens fossem elas próprias obscuras; que nada as predispuesse a um clarão qualquer, que não fossem dotadas de nenhuma dessas grandezas estabelecidas e reconhecidas – as do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio; que pertencessem a esses milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastro; que houvesse em suas desgraças, em suas paixões, em seus amores e em seus ódios alguma coisa de cinza e de comum em relação ao que se considera, em geral, digno de ser contado; que, no entanto, tivessem sido atravessadas por um certo ardor..., que tivessem sido animadas por uma violência, uma energia, um excesso na malvadeza, na vilania, na baixaza, na obstinação ou no azar que lhes dava, aos olhos de seus familiares, e à proporção de sua própria mediocridade, uma espécie de grandeza assustadora ou digna de pena. Parti em busca dessas espécies de partículas dotadas de uma energia tanto maior quanto menores elas próprias o são, e difíceis de discernir. Para que alguma coisa delas chegue até nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto.

A vida dos homens infames

Michel Foucault

RESUMO

A presente pesquisa analisa os processos históricos que possibilitaram a formação no centro da cidade de São Paulo de uma região do baixo meretrício que ficaria conhecida como a Boca do Lixo a partir dos anos 50, momento em que a imagem da cidade era exaltada como o maior símbolo de modernidade e progresso do país. A aparente contradição aponta para a existência de parcelas da sociedade que não estavam inseridos nas conquistas econômicas e sociais dos glamourosos anos dourados paulistanos, os quais, recorreram a diferentes meios de sobrevivência, ainda que considerados ilícitos. São prostitutas e malandros de todas as espécies que constituíram um território que nos diz respeito não apenas à criminalidade na cidade, como também, sobre a própria sociabilidade e boemia de uma época.

Palavras-chave: Boca do Lixo; São Paulo; centro da cidade; prostituição; malandros; repressão policial; boemia; anos dourados.

ABSTRACT

This research analyzes the historical processes that made possible the formation in the center of the city of São Paulo of a region of the low meretrício that would be known as “Boca do Lixo” from years 50, at which time the image of the city was exalted as the greater symbol of modernity and progress of the country. The apparent contradiction points to the existence of plots of society that were not part of the economic and social achievements of the glamorous golden years of São Paulo, which resorted to different means of survival, even though considered illicit. They are prostitutes and malandros of all kinds who have constituted a territory that concerns us not only about crime in the city but also with the very sociability and bohemian of an era.

Keywords: Boca do Lixo; Sao Paulo's downtown; prostitution; malandros; police repression; bohemia, golden years.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Rua Aimorés. Zona do meretrício confinada no bairro do Bom Retiro..	76
Imagem 2	Rua Itaboca na zona confinada. Atual Rua Cesare Lombroso no bairro do Bom Retiro.....	76
Imagem 3	Posto antivenéreo do Estado na Rua Carmo Cintra no bairro do Bom Retiro.....	77
Imagem 4 –	Ambulatório antivenéreo particular na zona confinada no bairro do Bom Retiro.....	77
Imagem 5 –	Prostíbulo na zona confinada no bairro do Bom Retiro.....	78
Imagem 6 –	Prostíbulo na zona confinada no bairro do Bom Retiro.....	79
Imagem 7 –	Mulher na zona confinada no bairro do Bom Retiro.....	79
Imagem 8 –	O <i>trottoir</i> em rua desconhecida.....	80
Imagem 9 –	O <i>trottoir</i> em rua desconhecida.....	80
Imagem 10 –	Recibo de imposto pago à prefeitura por um prostíbulo localizado na Rua Aimorés.....	80
Imagem 11 –	Alvará de licença para funcionamento de um prostíbulo na Rua dos Aimorés.....	81
Imagem 12 –	Manchete com os protestos das meretrizes expulsas da zona confinada no bairro do Bom Retiro no último dia de 1953	82
Imagem 13 –	Manchete com os protestos das meretrizes expulsas da zona confinada no bairro do Bom Retiro.....	82
Imagem 14 –	Mapa da região central da cidade de São Paulo em 1951.....	122
Imagem 15 –	A Boca do Lixo em 1954.....	123
Imagem 16 –	As decaídas do extinto “ <i>Bas-fond</i> ” transferem-se para o centro da cidade.....	124
Imagem 17 –	“Recuo estratégico” nos pontos onde se concentra a malandragem...	124
Imagem 18 –	Mercadoras do amor nas ruas da cidade.....	125
Imagem 19 –	Meretrizes e maconheiros terminaram na “jardineira”.....	125
Imagem 20 –	No submundo sórdido da cidade I. Império da depravação às sombras das autoridades.....	126
Imagem 21 –	Polícia e Saúde unidas na luta contra os “inferninhos”.....	127
Imagem 22 –	Policiais civis e fardados protegem em plena cidade o “ <i>trottoir</i> ” das mundanas.....	127

Imagem 23 – No submundo sórdido da cidade. Taxi-dancing: antecâmara da prostituição.....	128
Imagem 24 – Cartão entregue aos clientes do taxi-dancing “Maravilhoso Danças” na Av.Ipiranga.....	128
Imagem 25 – <i>Trottoir</i> ou o chamado “paredão” na Praça Júlio de Mesquita em 1962.....	181
Imagem 26 – <i>Trottoir</i> na Rua Vitória em 1960.....	181
Imagem 27 – Polícia invade e depreda prostíbulos na Rua dos Protestantes.....	182
Imagem 28 – Polícia invade e depreda prostíbulos na Rua Gal. Osório em 1966.....	182
Imagem 29 – Os “reis da Boca”, Hiroito e Quinzinho fazem acordo de paz em 1962.....	183
Imagem 30 – Hiroito é preso em prostíbulo da rua Rego Freitas.....	183
Imagem 31 – Festa da comunidade cinematográfica na Rua do Triunfo	184
Imagem 32 – Atrizes nas ruas da Boca do Lixo.....	184
Imagem 33 – Rua do Triunfo.....	185

SUMARIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	-----------

1 CAPÍTULO

O PRAZER CONFINADO: A ZONA DO BOM RETIRO

1.1 O meretrício e a Cidade.....	24
1.2 O Confinamento.....	31
1.3 Com a palavra, os Doutores.....	38
1.4 Serviço de Recuperação Moral e Social	52
1.5 Pelas venezianas do Bom Retiro.....	63

2 CAPÍTULO

A FORMAÇÃO DA BOCA DO LIXO

2.1 Os anos dourados paulistanos e suas contradições	84
2.2 O retorno ao Centro.....	96
2.3 Última página: a Boca do Lixo nos jornais.....	105

3 CAPÍTULO

O QUADRILÁTERO DO PECADO

3.1 No submundo sórdido da cidade.....	130
3.2. Mocinhos x bandidos?	143
3.3. Os reis da Boca	156
3.4 Sociabilidades.....	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
REFERÊNCIAS	190

INTRODUÇÃO

A época contemporânea terá seus próprios rejeitos, mas nem todos serão novos: talvez a característica mais importante da história da marginalidade e da exclusão seja também ser uma “arqueologia do nosso saber”, dos valores e das recusas de nossa própria sociedade.

Jean-Claude Schmitt¹

As mulheres e os homens que transitam por essas páginas estavam muito distantes de serem representantes da época a qual viveram: os glamourosos anos dourados paulistanos. Pertencentes às camadas mais pobres da sociedade, vivenciando uma situação de exclusão social e econômica, recorreram à diferentes meios de sobrevivência, ainda que considerados ilícitos. São prostitutas, cafetões, vadios e malandros de todas as espécies que constituíram no centro da cidade de São Paulo na década de 50, o maior território do baixo meretrício de sua história: a “Boca do Lixo”.

O objetivo da presente pesquisa é compreender os processos históricos que possibilitaram a formação desse espaço considerado marginal junto aos maiores cartões postais da cidade no momento em que São Paulo era aclamada como o maior símbolo de modernidade e progresso do país.

A aparente contradição guarda uma história pouco conhecida sobre a trajetória do baixo meretrício intimamente ligada com a própria história do centro da cidade de São Paulo. História marcada por alternados momentos de convivência e por intensas campanhas de saneamento e moralização, acompanhada por repressão policial e forçados deslocamentos dos indivíduos que não representavam a imagem que se desejava para cidade. Mas que, no entanto, permaneceram configurando novos territórios que nos dizem respeito não apenas à criminalidade na cidade, como também, a própria sociabilidade de uma época.

A pesquisa sobre grupos ou sujeitos tidos como marginais por parte da sociedade impõe ao historiador complexas questões de conceituação e de análise das fontes. O próprio termo “marginal” amplamente empregado como forma de

¹ SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: **A história nova**, sob a direção de Jacques Le Goff, Roger Chartier, Jacques Revel; Tradução Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 288.

criminalização requer cuidadosa utilização, evitando-se a apropriação e reprodução do discurso a eles direcionados, como também, a análise de como foram assumidas por eles próprios ou não, a atribuída condição de marginais. Conforme pontua Jean-Claude Schmitt:

[...] várias noções podem ser distinguidas: a de marginalidade, que implica um estatuto mais ou menos formal no seio da sociedade e traduz uma situação que, pelo menos teoricamente, pode ser transitória; aquém da marginalidade, a noção de integração (ou reintegração) que indica a ausência (ou a perda) de um estatuto no seio da sociedade; e, ao contrário, além, a noção de exclusão, que assinala uma ruptura – às vezes ritualizada – em relação ao corpo social.²

Nesse sentido, a multiplicidade de vivências experimentadas no universo do baixo meretrício em São Paulo na década de 50, implica a reflexão sobre essa questão: os sujeitos eram considerados marginais porque estavam à margem do que e de quem? Uma história que se propõe a analisar a denominada marginalidade necessita de uma compreensão sobre o que se entende por centro e margem da sociedade e operar um constante movimento do olhar de dentro para fora e de fora para dentro, pois, ao contrário do que afirmam os discursos, as territorialidades ditas marginais não se constituem fora da sociedade, mas, são resultantes de suas próprias contradições. Conforme conceituação de Guattari:

A ordem capitalista produz uma subjetividade própria, subjetividade essa que determina estrangimentos a nível espacial. A formação do território revela – é cenário, instrumento e resultado – a contínua luta de dominação e insubmissão. As arquiteturas disciplinares e enquadradoras sobrepõem-se formas particulares de apropriação, vivências cotidianas específicas que acabam por produzir territorialidades novas e imprevistas.³

Dessa forma, através de uma dupla análise foi possível entrever durante a pesquisa quais eram os valores defendidos pela sociedade paulistana naquele momento, os quais, transformavam partes da população em uma ameaça à ordem e a moralidade, e por outro lado, nos possibilitam descobrir como aquelas pessoas lidaram com essa condição, quais as soluções encontradas diante da exclusão social que se materializava em marginalidade. Como nos lembra Peter Burke:

² SCHMITT, 1988, p. 264.

³ GUATTARRI, F. Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade. **Revista Espaços e Debates** nº 16. NERU. São Paulo. 1985. p. 109. E ainda: “Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo poder”. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007, p.157.

Como nossos sentimentos nos recordam, a expressão “história vista de baixo” implica que há algo acima para ser relacionado. Esta suposição, por sua vez, presume que a história das “pessoas comuns”, mesmo quando estão envolvidos aspectos explicitamente políticos de sua experiência passada, não pode ser dissociada das considerações mais amplas da estrutura social e do poder social. Esta conclusão, por sua vez, leva ao problema de como a história vista de baixo deve ser ajustada a concepções mais amplas da história.⁴

A metodologia apresenta-se ainda mais complexa quanto se trata das fontes. Como penetrar no universo do meretrício quando a maior parte dos documentos produzidos passam de alguma maneira pela mediação de um discurso oficial⁵? Em conflito com a lei ou com a moral da sociedade a qual pertenciam, somente encontramos os rastros de suas existências porque em algum momento de suas vidas, esses sujeitos confrontaram-se com o poder⁶. Seus registros encontram-se em estudos e pesquisas jurídicas, laudos médicos, entrevistas com o serviço social e pela imprensa, impondo ao historiador uma minuciosa tarefa de leitura nas entrelinhas⁷ dos documentos a fim de vislumbrar as reminiscências, os pequenos detalhes que nos informem sobre suas vidas.

Sem dúvida, as monografias produzidas pelas assistentes sociais encontradas na biblioteca na PUC/SP, resultado de seus estágios como alunas da Escola de Serviço Social na década de 50, revelou-se um material valioso, talvez, os únicos realizados diretamente com as prostitutas. São dezenas de dados e transcrições de relatos de vidas, ainda que, permeados por preconceitos e discriminações próprios aos discursos à época, nos aproximam de suas histórias, dos abusos e abandonos sofridos, do peso pelo confronto com a moralidade e a repressão a qual vivenciavam. As monografias nos proporcionam ainda, raras informações e imagens sobre a zona confinada no bairro do Bom Retiro durante os anos 40. Antecessora da Boca do Lixo, quase não há registros sobre esse período do meretrício, ou mesmo, sobre sua existência na cidade.

No geral, os discursos produzidos pelas diversas autoridades que se debruçaram sobre a questão do meretrício analisadas ao longo da pesquisa,

⁴ BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 54.

⁵ SCHMITT, 1988, p. 284.

⁶ FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: **Estratégia, Poder-Saber. Coleção Ditos & Escritos**, Vol. IV. Organizador: Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 207.

⁷ GINSBURG, C. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. Rosa d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 11.

revelam um complexo emaranhado marcado por grandes ambiguidades e contradições. Embora, as condições socioeconômicas fossem consideradas um fator preponderante para o ingresso das mulheres na prostituição, suas conclusões eram envesadas por concepções próprias de família, sexualidade, educação, saúde e comportamento. Balizados por suas classes sociais, os discursos impunham modos de viver que estavam muito distantes da realidade das mulheres oriundas das camadas pobres da sociedade. Na perspectiva das autoridades, incidia ainda sobre elas, um forte julgamento de ordem psicobiologizante para explicar o que consideravam uma “personalidade desviante”.

Termos como oligofrênicas, epiléticas, histéricas e psicopatas eram recorrentemente reproduzidas em suas falas para se dirigirem às prostitutas. As autoridades empregavam o que Michel Foucault analisou como a duplicação do delito. Ao associar o cometimento de uma infração à conduta e ao comportamento baseados em qualificações morais e éticas, as autoridades definiam que aquelas mulheres “já” possuíam uma predisposição, um desejo oculto⁸ para se tornarem meretrizes. Embora a prostituição não fosse considerada crime perante a lei, a prostituta era considerada desviante, pelo ato em si e pelo seu histórico de vida.

Ora vistas como vítimas da exploração inescrupulosa de cafetinas e cáftens, abandonadas pela família e pela sociedade, levadas a mais baixa degradação pela miséria econômica e social na qual viviam, ora vistas como imorais, sem caráter, com predisposição ao vício, ao crime, ao sexo promíscuo, como doentes mentais, levianas e preguiçosas, precisando de reabilitação moral e religiosa, as mulheres que viviam no meretrício foram retratadas em um mosaico de diferentes saberes científicos e morais que juntos colocavam as prostitutas, invariavelmente, para além das fronteiras da normalidade.

A mesma ambiguidade discursiva podia ser encontrada nos jornais da época, uma das principais fontes para se compreender as contradições existentes na cidade da década de 50. Em suas matérias podemos observar o ufanismo paulistano em meio às comemorações de seu IV Centenário, marco na construção de uma imagem de cidade cosmopolita, herdeira de uma intensa transformação econômica, urbana e social. Ao mesmo tempo, nos deparamos com notícias que

⁸ FOUCAULT, M. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p.15.

denunciavam a crescente pobreza, moradores de rua, favelas e a criminalidade que acompanhava no mesmo ritmo a grandiosidade da metrópole.

Através de intensas campanhas moralizadoras empreendidas por jornais como o “Diário da Noite” e a “Folha da Tarde”, acompanhamos o fim de um período na história do meretrício na cidade com a extinção da zona confinada no bairro do Bom Retiro e o processo de constituição do território da Boca do Lixo nos primeiros meses do ano de 1954 e sua trajetória através dos anos. Seu universo seria amplamente detalhado em reportagens que denunciavam o funcionamento de prostíbulos, hotéis, boites, dancings e toda sorte de integrantes do que denominavam por “submundo” da cidade.

Se as campanhas dos jornais eram defendidas como um alerta a moças incautas sobre os perigos escondidos em trabalhar nos estabelecimentos na região central da cidade, o mesmo cuidado não era dado as que lá já estavam. Tratadas como traças e decaídas, os discursos jornalísticos desumanizavam as mulheres e abriam margem para a repressão ao clamar constantemente pela ação da polícia na “limpeza das ruas” que incluía ainda, o que consideravam a escória da sociedade: malandros, transviados (gays) e vadios.

Fato que sugere que a atuação da imprensa não se limitava apenas como veículo de informação sobre as notícias que envolviam a criminalidade na região, mas também, como parte de sua própria dinâmica. Nesse sentido, como ocorre com a análise de toda e qualquer fonte histórica, os jornais não devem ser tomados como expressão da verdade ou uma reconstituição exata e neutra dos fatos, mas como parte atuante dos acontecimentos. Afirma-se, assim, a importância sobre a análise dos jornais como um documento representativo de intenções e interesses, como nos orienta o historiador Jacques Le Goff:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. Michel Foucault colocou claramente a questão. Antes de mais nada, ele declara que os problemas da história podem se resumir numa só palavra: “questionar o documento.”⁹

⁹ LE GOFF, J. A história Nova. In: **A História Nova** (sob direção) Jacques Le Goff, Roger Chartier. Jacques Revel: tradução Eduardo Brandão – 4ª ed – São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 495.

Ao questionar os jornais, a análise também possibilitou adentrar na complexa estrutura que ordenava o funcionamento do empreendimento que era a exploração da prostituição e as demais atividades ilícitas na região central de São Paulo dos anos 50. E mais, quais eram as correlações de forças que estavam em jogo em diferentes esferas do poder diretamente envolvidas. Ainda que o Estado, mais especificamente através polícia, exercesse seu poder diretamente sobre os indivíduos que viviam nos territórios considerados marginais, as fontes indicam que o poder, sua disputa, seu domínio, seja no discurso, seja nas práticas cotidianas, seja através de resistências e insubmissões estava presente em todas as relações que se configuravam nas zonas do meretrício. Seguindo as proposições de análise de Michel Foucault sobre o poder:

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes; as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.¹⁰

Esse jogo que ora produz afrontamento, ora produz apoio, mas sempre envolto por uma constante tensão é característico na atuação da polícia, um dos pilares para a existência de territórios como a Boca do Lixo. Como concluiu Michel Foucault, a extinção do meretrício não era o fim a ser alcançado pelas mãos da repressão policial, o que se buscava era um gerenciamento que possibilitava a sua manutenção, constituindo uma estrutura e um universo à margem da legalidade:

A implantação das redes de prostituição no século XIX é característica a respeito: os controles de polícia e de saúde sobre as prostitutas, sua passagem regular pela prisão, a organização em grande escala dos lupanares, a hierarquia cuidadosa que era mantida no meio da prostituição, seu enquadramento por delinquentes-indicadores, tudo isso permitia canalizar e recuperar, através de uma série de intermediários, os enormes lucros sobre um prazer sexual que uma moralização cotidiana cada vez mais insistente votava a uma semiclandestinidadade e tornava naturalmente dispendioso; na computação do preço do prazer, na constituição de lucro da sexualidade reprimida e na recuperação desse lucro, o meio delinquente era

¹⁰ FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed. São Paulo, Paz & Terra, 2014a, p. 100.

cúmplice de um puritanismo interessado: um agente fiscal ilícito sobre práticas ilegais.¹¹

Desde o início da pesquisa é possível observar as relações promíscuas entre diversas autoridades com proprietários de bordéis, cafetinas e exploradores do lenocínio. Através dos anos, mudavam-se secretários de segurança pública, delegados e investigadores de polícia, mas a estrutura da prostituição e as demais ilegalidades permaneciam, apenas atualizando-se.

Em ambientes marcados por muitas contradições, regras próprias, muitas à margem da lei, as relações se apresentam ambíguas e com posições pouco claras de todos os envolvidos, fato esse que sugere a importância de ser questionar uma leitura sobre a marginalidade baseada em maniqueísmos que separam os indivíduos entre bons e maus e descartam as zonas cinzentas sob a qual estão imersos.

Outro exemplo da ambivalência era a proximidade entre reconhecidos repórteres policiais com famosos bandidos da época. Se durante o dia os jornais traziam reportagens em que esses jornalistas denunciavam o universo da Boca do Lixo e suas ilicitudes, nos seus bastidores foram criadas relações de afetividade e camaradagem entre homens que eram identificados como em lados opostos da vida.

Esse emaranhado de relações ocultas fica bem evidente através do registro deixado por um dos maiores bandidos à época. Hiroito de Moraes Joanides ao escrever sua autobiografia¹² produziu o melhor e mais profundo relato sobre o universo da Boca do Lixo pela perspectiva de quem a viveu por dentro. Como uma etnografia do submundo, nos conduz pelas suas aventuras e desventuras que o tornaram conhecido através das reportagens policiais como o Rei da Boca do Lixo. Em seu livro, desnuda-se a complexa estrutura do funcionamento da prostituição e as demais ilegalidades que decorriam dessa atividade, revela ainda, o tenso equilíbrio que regia e ordenava as relações a partir de códigos e práticas com uma forte codificação de virilidade exigida àqueles que se pretendiam respeitados e temidos em um universo marcado pela violência. Sua biografia é uma fonte fundamental quando os documentos oficiais omitiram ou simplesmente, não se importaram em registrar como se estabeleciam as dinâmicas entre grupos e

¹¹ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalheite. 42.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b, p. 274.

¹² JOANIDES, H. M. **Boca do lixo**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2003.

indivíduos que estavam inseridos em formas ilícitas de sobrevivência. Conforme observa o historiador Dominique Kalifa:

Tal retrato de vadio ou de cafetão levanta, entretanto, inúmeras questões, a começar pelas fontes sobre as quais ele repousa. De onde emanam, com efeito, tais representações? Os garotos maus escrevem pouco, e algumas das recordações disponíveis têm muitas vezes a marca da pena do jornalista ou do romancista que as recolhem. É então, em outro lugar que se deve buscar a origem. Nos diários, jornais ou nos suplementos especializados, na literatura pitoresca, popular ou criminal, nas canções “realistas”, no cinema ou nas recordações dos policiais; em suma, nessa massa densa, quase inextricável, onde se enredam as representações do submundo e da zona.¹³

Os documentos produzidos pelas diversas autoridades aqui analisados, pouco nos dizem sobre o universo da prostituição além de seus perigos e imoralidades, das pobres prostitutas, dos monstruosos cáftens e cafetinas, das doenças, vícios e marginalidade. Dessa forma, foi preciso reunir diferentes fragmentos de memórias de cronistas, biografia, depoimentos retirados em sites na internet e na literatura para compor minimamente as experiências que possibilitam trazer vida e cor sobre as sociabilidades que ocorriam no meretrício.

A literatura que tem como cenário os territórios de prostituição, nos leva a sentir a pulsação da noite, os caminhos, seus sujeitos, seus desejos, relacionamentos, amores e desamores. Através de personagens da ficção como Paulinho Perna Torta¹⁴ do escritor João Antônio, o qual tem sua trajetória entrelaçada a história da zona do Bom Retiro e da Boca Lixo, o elegante Mariano, cáften eternizado pelo escritor Marcos Rey em Memórias de um Gigolô,¹⁵ o cliente da zona confinada, narrado por Nuto Sant’Anna na obra Rua Aimorés¹⁶, são personagens que recriam o universo dos prostíbulos, os conflitos, as linguagens utilizadas, as músicas que tocavam nas rádios, as roupas e os modos, enfim, os relegados espaços de diversão das camadas populares da cidade. Ainda que estejamos falando sobre ficção que não pode ser confundida com o real vivenciado, a literatura nos proporciona o acesso ao imponderável, ao que não pode ser

¹³ KALIFA, D. Virilidades criminosas? In: **História da Virilidade**. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello; tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 318.

¹⁴ ANTONIO, J. **Contos reunidos**. Apresentação: Rodrigo Lacerda. São Paulo: Cosac Naify. Espólio João Antônio. 2012.

¹⁵ REY, M. **Memórias de um gigolô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁶ SANT’ANNA, N. **Rua Aimorés**. São Paulo: Tipografia Rossolillo, 1958.

quantificado através dos documentos oficiais. Como definiu Antônio Candido sobre a obra de João Antônio:

[...] uma das coisas mais importantes da ficção literária é a possibilidade de “dar voz”, de mostrar em pé de igualdade os indivíduos de todas as classes e grupos, permitindo aos excluídos exprimirem o teor da sua humanidade, que de outro modo não poderia ser verificada.¹⁷

São fontes que nos trazem ainda, um possível olhar masculino sobre o universo da prostituição e das práticas ilícitas de uma época, vivências de clientes e boêmios simplesmente ignoradas. Olhar que rememora com nostalgia um tempo que consideravam romântico e ingênuo ao compará-lo com os dias atuais. Tempos em que frequentavam os famosos taxi-dancings, caminhavam pelas ruas na madrugada, entabulavam namoros com a prostituta preferida, dançavam em boites com música ao vivo, jogavam em salões de bilhar e terminavam as madrugadas em restaurantes onde todos se confraternizavam independente de suas diferenças.

O primeiro capítulo aborda o percurso histórico da territorialização do baixo meretrício no centro da cidade de São Paulo e os constantes deslocamentos forçados resultantes das políticas de urbanização e higienização que atingia as populações pobres nos espaços destinados ao trânsito e lazer das classes abastadas. Analisa as práticas de controle e repressão do Estado ao confinar compulsoriamente o baixo meretrício no bairro do Bom Retiro durante toda a década de 40. Momento em que o interventor federal Adhemar de Barros, sob o abrigo do Estado Novo, empregou diretamente seu poder, regulando e gerindo o funcionamento da prostituição na cidade, ainda que isso significasse à vista de muitos, uma incoerência ética e jurídica. Apresenta ainda, os debates e trabalhos realizados por diversas autoridades sobre o problema da existência do meretrício na cidade e as propostas apontadas para sua erradicação. Por fim, conduz o leitor pelos caminhos da antiga zona confinada das ruas Aimorés e Itaboca até sua extinção em dezembro de 1953.

¹⁷ ANTONIO, J. **Malagueta, perus e bacanaço**. Prefácio de Antônio Candido de Mello e Souza. 4ª ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

O segundo capítulo apresenta os contrastes da cidade que chegava as comemorações de seu IV Centenário, marco na construção e cristalização da imagem paulistana em modelo de modernidade e locomotiva de impulsionava a nação e que por outro lado, era confrontada por outras realidades muito distante do propagado anos dourados embalados pelo *american way of life*. Nos mesmos dias em que esse discurso ufanista ecoava pela cidade, as prostitutas e os demais integrantes expulsos da extinta zona confinada do Bom Retiro, migravam para os bairros da Luz, Santa Efigênia e Campos Elíseos, transformando a região em poucos meses no maior e mais conhecido território de prostituição e marginalidade de São Paulo: a Boca do Lixo. Será analisado os fatores que possibilitam essa ocupação e sua permanência ao longo dos anos, revelando uma complexa conjugação de abandono e degradação do espaço urbano, lucros decorrentes da exploração do lenocínio, a conivência do Estado e a atuação da polícia na região. Analisa ainda, o papel da imprensa como força propulsora da repressão policial através das campanhas moralizantes, mas que permitia entrever através de suas reportagens a estrutura legal-burocrática que possibilitava a exploração do lenocínio e a obscura atuação da polícia.

No terceiro capítulo inicia-se com uma leitura nas entrelinhas dos jornais sobre o ambiente da Boca do Lixo para desvendar o interior de seus ambientes e suas relações. Através de campanhas que se destinavam a moralização da região, suas matérias revelavam em detalhes o funcionamento de seus estabelecimentos, possibilitando acompanhar a constituição da Boca do Lixo e da Boca do Luxo, sua vizinha abastada da boemia paulistana. Optou-se ainda, diante do ruidoso silêncio em torno da presença dos homens no ambiente da zona do meretrício, deixar os discursos dos documentos oficiais e abordar o restante do capítulo pela ótica de um bandido, jornalistas, clientes e boêmios. Procurando compor as relações que se estabeleciam dentro da Boca do Lixo, nas ambiguidades, a imposição e exercício das virilidades masculinas, os amores e os desejos encobertos por todos aqueles que viviam ou frequentavam um espaço de sociabilidade baseado na heterogeneidade: as mal afamadas ruas da Boca do Lixo.

1 CAPÍTULO

O PRAZER CONFINADO: A ZONA DO BOM RETIRO

É que na cidade havia zona. E a concentração maior da bagunça, da safadeza e de todas picardias de malandragem e virações ficava lá longe. No Bom Retiro. Aquilo era um formigueiro na rua Itaboca e dos Aimorés. Até gente morria. Tiro, facada, navalhada, ferrada e todo o resto do acompanhamento. Mas era um braseiro isolado e não bulia com ninguém.

Paulinho Perna Torta
João Antônio

1.1 O meretrício e a Cidade

Em sessão ordinária na Câmara Municipal em outubro de 1948, o vereador Pedro Fanganiello condenava em seu discurso a existência em pleno coração da metrópole do mais degradante de todos os comércios, a aviltante instituição do meretrício oficialmente organizado na cidade de São Paulo. Representante do P.S.P – Partido Social Progressista - fundado pelo governador Adhemar de Barros em 1946, o vereador afirmava que, consoante os princípios morais que perfaziam o programa do partido, assumira junto à população do Bom Retiro o compromisso de acabar com o vexame que há tantos anos afetava os moradores afrontados pelo *bas-fond*¹⁸ instalado nas ruas do bairro.

Tomando a palavra, o vereador Derville Allegretti alegava que no primeiro semestre do mesmo ano, já havia apresentado uma indicação solicitando ao Secretário de Segurança Pública que estudasse uma maneira de remover as prostitutas para um lugar distante. Com certa ironia, Allegretti lembrava a Fanganiello que a existência de uma zona de meretrício no bairro do Bom Retiro fora uma ordem justamente do próprio governador anos atrás:

V. Excia. não ignora que o meretrício está no Bom Retiro, por determinação do sr. Adhemar de Barros quando era interventor. Sabia da situação deprimente em que ficariam as escolas lá situadas e as famílias que residem neste bairro.¹⁹

Fanganiello saiu em defesa do governador declarando não acreditar que à época o mesmo tivesse conhecimento dos problemas que causaria à população e que poderia mesmo ter sido feita à sua revelia. O vereador Smith Vasconcellos interrompia a discussão afirmando que a campanha para retirada do meretrício das ruas do centro da cidade em 1938 tinha partido dele e não de Adhemar de Barros. Derville Allegretti indagava ao colega se havia solicitado que a transferência das meretrizes fosse para o Bom Retiro. Este respondia que não, que queria apenas a remoção para longe do centro. Na discussão, o vereador Cantídio Sampaio questionava Allegretti: “[...] naturalmente o nobre colega julga que seria preferível

¹⁸ Palavra francesa que em sentido figurado designa as camadas miseráveis e moralmente degradada da sociedade.

¹⁹ Diário Oficial do Estado de São Paulo, 13/01/1948, p.44.

que se deixasse o meretrício no centro da cidade numa belíssima exposição dos nossos foros de cidade civilizada”.²⁰

O debate entre os vereadores na Câmara Municipal, às vésperas da década de 1950, revela a permanência de uma questão que ressurgia de tempos em tempos como um problema sem solução para as autoridades paulistanas: o que fazer com a zona do meretrício existente na cidade?

Ao menos desde o século XIX, o meretrício esteve concentrado na região central de São Paulo e não foram poucas as tentativas de normatizar, conter ou mesmo expulsar seus integrantes para longe dos olhares curiosos e indignados da população em geral, ainda que tais medidas não tenham eliminado o que denominavam como “uma chaga cancerosa na sociedade”.

Não só políticos, como também médicos, juristas, policiais, serviços assistenciais, entre outros, mobilizaram-se em torno de projetos que encontravam mais divergências do que consensos, por colocar em jogo uma questão ainda maior. Para decidir o destino das meretrizes e sua localização era necessário estabelecer a própria natureza da atividade e suas implicações éticas e jurídicas. Afinal, a prática da prostituição deveria ser proibida, regulamentada ou liberada?

Os grupos dividiam-se em três posições. Havia os que defendiam a total proibição da prostituição, punindo não só a exploração do lenocínio (cafetinas e cáftens), como também a prostituta. Era o denominado sistema proibicionista. Outros, crendo na impossibilidade de extinguir o que consideravam um “mal necessário” por satisfazer os incontroláveis desejos sexuais masculinos, preservando dessa forma as moças de família, apoiavam o regulamentarismo. Sistema no qual as meretrizes eram registradas e confinadas em zonas de prostituição, cabendo ao Estado seu controle policial e sanitário, inspirado no modelo adotado pela França desde 1803.

E, finalmente, os que rejeitavam a criminalização das prostitutas e seu confinamento, criticando a intromissão do Estado nos assuntos da esfera privada, julgando tal recurso contrário às liberdades individuais, defendendo, assim, o sistema abolicionista. Movimento originário na Inglaterra por Josephine Butler em 1874, o qual reivindicava a extinção da Polícia de Costumes, a não punição das

²⁰ Diário Oficial do Estado de São Paulo, 13/01/1948, p. 44.

prostitutas, como também, a supressão dos registros oficiais e a luta contra os exploradores do lenocínio.

Segundo o delegado Guido Fonseca em sua obra “História da Prostituição em São Paulo”, o primeiro projeto que se tem conhecimento com a intenção de regulamentar o funcionamento do meretrício na cidade data de 1879. O Juiz e chefe de polícia João Augusto de Pádua Fleury afirmava que sua iniciativa era uma resposta aos reclamos da população e defendia-se das críticas que receberia, indicando que à época já havia uma oposição à ideia de regulamentação do meretrício pelo Estado:

[...] há quem estremeça diante da ideia de um regulamento sanitário policial para essa classe de mulheres sob o fútil pretexto de que dá ao vício o caráter de instituição. Fútil pretexto, repito, porque quando as fraquezas da humanidade trazem imperiosamente tão tristes consequências, o maior serviço não está no abandono, mas em refrear a devassidão.²¹

O projeto de regulamentação parece não ter sido levado adiante, entretanto, Guido Fonseca avalia que outras providências policiais foram colocadas em prática para conter o meretrício, conforme demonstra o relatório de 1880:

O ex-Delegado de Polícia que procedeu sempre com zelo e critério tomou outras providencias sobre a conduta escandalosa das meretrizes nas ruas públicas, obrigando-as a assinarem termo de bem viver, de modo que hoje não se observam mais aquelas cenas imorais e viciosas que outrora essas mulheres infelizes ostentavam.²²

Em 1897, Candido Motta, influente jurista e político, um dos principais criminólogos à época, publicou o artigo “Prostituição, Polícia de Costumes, Lenocínio.”²³ O texto era uma resposta às críticas recebidas pelo regulamento de sua autoria, imposto às prostitutas que viviam na região central da cidade através do Chefe de Polícia Xavier de Toledo. Candido Motta questionava a falta de preocupação sobre o problema da prostituição por considerarem um assunto indigno de estudos, ao contrário do que ocorria na França. Citava, entre outros, Alexandre Parent-Duchâtelet, médico sanitário, especialista em esgotos e autor de grande

²¹ FONSECA, G. **História da Prostituição em São Paulo**. Ed. Resenha Universitária, São Paulo, 1982. p. 167

²² Ibidem, p. 168.

²³ MOTTA, C. N. N. Prostituição: polícia de costumes: lenocínio. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, Brasil, v. 5, p. 307-322, jan. 1897.

pesquisa que resultou na regulamentação oficial da prostituição na cidade de Paris²⁴.

Apesar da inspiração no trabalho do famoso médico francês, Candido Motta afirmava ser contrário à regulamentação oficial por parte do Estado. Considerava a prostituição um mal insolúvel, concluindo que sua simples proibição não resolveria o problema. Porém, condenava deixar as mulheres atuando livremente pelas ruas. À procura de um meio termo para a questão, apresentou o Regulamento Provisório da Polícia de Costumes, com os seguintes termos:

- a) que não são permitidos os hotéis ou conventilhos, podendo as mulheres públicas viver unicamente em domicílio particular, em número nunca excedente a três;
- b) as janelas de suas casas deverão ser guarnecidas, por dentro, de cortinas duplas e, por fora, de persianas;
- c) não é permitido chamar ou provocar os transeuntes por gestos ou palavras e entabular conversação com os mesmos;
- d) das 6hs da tarde às 6 hs da manhã nos meses de Abril e Setembro, inclusive, e das 7hs da tarde às 7hs da manhã nos demais, deverão ter as persianas fechadas, de modo aos transeuntes não devassarem o interior das casas, não lhes sendo permitido conservarem-se às portas;
- e) deverão guardar toda decência no trajar uma vez que se apresentem às janelas ou saiam à rua, para o que deverão usar de vestuários que resguardem completamente o corpo e o busto;
- f) nos teatros e divertimentos públicos que freqüentarem deverão guardar todo o recato, não lhes sendo permitido entabular conversação com homens nos corredores ou nos lugares que possam ser observados pelo público²⁵.

Candido Motta explicava que tais orientações eram instruções preventivas que protegiam os transeuntes dos vexames causados pelas meretrizes debruçadas em janelas, abordando os homens que passavam ou desfilando com roupas consideradas impróprias. Assim, seu regulamento impunha regras de conduta e de trabalho às prostitutas, não impedindo que permanecessem morando e desempenhando suas atividades nas ruas centrais da cidade, indicando uma posição de certa tolerância com a existência do meretrício, desde que passasse despercebida pelas famílias paulistanas.

O jurista defendia, ainda, que a liberdade individual não era um princípio sem restrições como declaravam os partidários do *habeas corpus*, forma como se referia aos juristas que, contrários à repressão e criminalização das meretrizes, concediam

²⁴ PARENT-DUCHÂTELET, A. J. B. **De la prostitution dans la ville de Paris, considérée sous le rapport de l'hygiène publique, de la morale et de l'administration**: ouvrage appuyé de documens statistiques puisés dans les archives de la Préfecture de police. J.-B. Baillière, Paris, 1836.

²⁵ MOTTA, 1897, p.312 a 316.

o recurso jurídico como garantia do direito de ir vir das mulheres. Muito provavelmente referia-se ao importante jurista Evaristo de Moraes e outros advogados autores de muitos pedidos de *habeas corpus* em favor de prostitutas expulsas de suas casas e perseguidas pela polícia do Rio de Janeiro em 1896. O caso teria grande repercussão pela inusitada defesa de pessoas pobres, marginalizadas e sem acesso à Justiça. Sobre a atuação dos advogados cariocas, analisa a historiadora Cristiana Schettini:

Era a homens como Manuel Rodrigues que as prostitutas – e muitos outros moradores pobres e analfabetos do Rio de Janeiro – recorriam quando precisavam de alguém que soubesse escrever para apresentar um pedido de *habeas corpus* ou de fiança, ou mesmo quando precisavam entabular negociações verbais com as autoridades policiais. A despeito dos esforços vindos de muitos lados para restringir o acesso da parte “moralmente inválida” e “desqualificada” da população aos recursos legais, homens como ele e Evaristo de Moraes, com suas próprias motivações e interesses, tiveram papel crucial para que essa parte da população pudesse insistir em manter uma relação com a estrutura jurídica não apenas em termos de coerção, mas também em busca de garantias.²⁶

A posição liberal e defensora das garantias individuais dos advogados citados acima, inclusive sobre as mulheres que viviam da prostituição, contrasta com o posicionamento conservador e repressivo de seus pares paulistanos na mesma época, nas palavras de Evaristo de Moraes:

Ora, a Constituição garante a nacionais e estrangeiros a mais ampla liberdade. É assim que ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei. Não existe lei que regule a prostituição. Pelo contrário, só às prostitutas se deve essa medida de relativa decência, morarem quase todas em certos pontos da cidade e não se espalharem por entre habitações de família. Não se lhes pode impor portanto uma pena coletiva, qual é esta de mudança, máxime não tendo a polícia designado local para nova residência.²⁷

O regulamento de Candido Motta previa, ainda, o registro em um livro oficial contendo nome, endereço, nacionalidade e o número do cadastro que cada meretriz deveria receber da polícia. Segundo o jurista:

O Regulamento tem sido cumprido à risca, sendo de notar, porém, que ele só é distribuído pelas mulheres que escandalizam o publico ou contra as quaes há queixas; tanto que apenas receberam o Regulamento duzentas e

²⁶ SCHETTINI, C. “**Que tenhas teu corpo**”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006, p. 42.

²⁷ Ibidem, p. 36.

vinte mulheres publicas, em cujo numero exercem supremacia as que habitam o celebre Becco dos Mosquitos, e as não menos celebres polacas.²⁸

Nota-se, portanto, que em 1897 mais de duzentas mulheres foram registradas pela polícia e, como indica Candido Motta, a grande maioria dessas mulheres trabalhava na zona do baixo meretrício. A historiadora Margareth Rago, ao analisar a prostituição elegante da *Belle Époque* paulistana entre 1890-1930, observa que a busca pela regulamentação do meretrício recaia justamente sobre a parcela pobre das prostitutas:

Embora Cândido Motta repetisse os argumentos que os seus opositores, os abolicionistas, lançaram contra o regulamentarismo, então ultrapassados nos países europeus, sua proposta continha uma série de medidas que visava a confinar o comércio do prazer num espaço determinado da cidade. No entanto, não se cogitava da prostituição de luxo, como ironizará explicitamente Hilário Tácito, em seu romance *Madame Pomery*, nem da fiscalização dos bares e bordeis elegantes de São Paulo.²⁹

Desta forma, chegamos ao ponto central sobre a questão do meretrício e a cidade. Muito embora as autoridades se debruçassem sobre o estatuto da prostituição no sentido lato e seus desdobramentos como um problema de ordem social, o foco não era a prostituição mantida por chiques cafetinas em apartamentos e *rendez-vous* refinados, espalhados por todos os cantos da cidade atendendo políticos, fazendeiros, empresários e profissionais liberais, como advogados e médicos, entre outros. As medidas adotadas visavam normatizar, controlar e ocultar a prostituição visível na paisagem, em bares e esquinas, composta por mulheres e homens pobres, espaço de diversão frequentado pela chamada ralé da sociedade. Ainda, segundo Margareth Rago:

Enfim, se determinados setores da população exigiam campanhas policiais e sanitárias de moralização das práticas sexuais ilegítimas, ou se se mostravam solidários, por outro lado, é visível que o alvo de atuação desses poderes era a prostituição pobre, as “pensões alegres”, tavernas, “casas de tolerância” que compunham a geografia do baixo meretrício e que, eventualmente, se estendiam a outros bairros populares da cidade. Sabemos das inúmeras concepções a respeito da incivilidade e irracionalidade dos pobres, considerados no período como “classes perigosas” mais do que como classes trabalhadoras.³⁰

²⁸ MOTTA, 1897, p. 317.

²⁹ RAGO, M. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra. 2ª ed., 2008, p. 133.

³⁰ Ibidem, p. 146.

Nesse sentido, o baixo meretrício instalado na região central da cidade sofreria juntamente com a população pobre as mesmas políticas de saneamento, higienização e moralização empreendidas pelos governos por considerá-los incompatíveis com os projetos de modernidade e progresso desde o século XIX. As intervenções urbanísticas que desempenhavam a função de remodelação do espaço público e de seus ocupantes empreenderam constantes remoções botando abaixo cortiços e casas de cômodo para dar lugar à modernas construções e para a ampliação de ruas e avenidas:

O alargamento da velha Praça da Sé, em 1911, fez desaparecer as pequenas ruas e becos onde se fixava o mais importante núcleo do meretrício paulistano. O Anhangabaú, o Largo do Piques e redondezas recebeu parcela das indesejáveis moradoras. O alargamento da Rua Líbero Badaró, no começo do século, as mariposas, mais uma vez, foram desalojadas. Muitas foram para as Ruas dos Timbiras, Ipiranga, Amador Bueno e áreas circunvizinhas.³¹

A concentração do meretrício nas ruas Timbiras, Ipiranga e Amador Bueno (atual Rua do Boticário) tornou-se alvo do “Plano Avenidas” idealizado por Prestes Maia. Sobre a relação entre a territorialização da prostituição em São Paulo e as reformas urbanísticas, Sarah Feldman analisa:

Com relação ao centro novo, o plano explicita seu objetivo de possibilitar o crescimento da área central em direção à Praça da República, eliminando usos “pouco rentáveis” e “zonas deterioradas” [...] Toda a zona que se estende da Luz ao Arouche e até a Consolação é colocada como “a melhor área para desenvolvimento do comércio, pelas facilidades de comunicação em todas as direções e com o Triângulo. Nesse sentido, particular interesse se revela no plano pela área de Santa Ifigênia – maior concentração de territórios de prostituição do período – considerada pelo plano especialmente apropriada à expansão do comércio retalhista e de luxo. A avenida Timbiras, que atravessa o bairro de Santa Ifigênia, passaria, segundo plano, a constituir a “futura espinha dorsal norte-sul da cidade”³²

No jornal “Folha da Manhã” em 1936, já se revela o efeito das mudanças urbanísticas sobre o baixo meretrício e a destinação das novas ruas e avenidas ao passeio e lazer das classes ricas e abastadas na região da Avenida São João. O jornal exigia, ainda, a limpeza pela Polícia de Costumes das indesejáveis meretrizes

³¹ FONSECA, 1982, p.154 e 155.

³² FELDMAN, S. **Segregações espaciais urbanas:** a territorialização da prostituição feminina em São Paulo – 1924 a 1970. Dissertação de Mestrado: FAU/USP. São Paulo, 1989, p. 68. O engenheiro Prestes Maia foi nomeado prefeito de São Paulo durante a interventoria de Adhemar de Barros entre 1938-1945.

pobres que insistiam em permanecer trabalhando próximas aos locais elegantes da cidade:

Há, na Capital uma zona do meretrício. Era na antiga rua de S. José, depois Libero Badaró. Passou-se, depois para Senador Feijó. Desta para Tymbiras, Ipiranga, Amador Bueno, etc. Agora, avança para os lados da Luz. Com o plano de prolongamento da Tymbiras até a Luz a Prefeitura conseguiu há uns dois anos atrás, limpar essa via publica, dali fugindo o meretrício. Da Ipiranga, a polícia logrou expulsar as diversas casas suspeitas ali fixadas. Ficou a Amador Bueno com seu cortejo de misérias. Desembocando no largo Paysandu, chega até essa praça o sórdido movimento dessa via, dando de São Paulo uma impressão pouco lisonjeira. Hoje a avenida São João é o ponto mais elegante da metrópole. É ali que se concentram os grandes cinemas. A noite e, mesmo à tarde, grande é o vae-e-vem de povo, que procura essas casas de espectáculo. Em não pequeno numero, também, são os hotéis, os restaurantes, os cafés nesse trecho situados. A rua Amador Bueno constitue uma nódoa nesse recanto da cidade. Quem passa de omnibus junto ao antigo Hotel Suisso, assiste, sem querer, a scenas degradantes, como fomos testemunhas uma noite destas. E o omnibus "circular" estava repleto de famílias. A polícia de costumes precisa acabar com a zona do meretrício, regulamentando melhor o problema, consoante o progresso a que já atingimos. São Paulo metrópole civilizada, já não comporta taes bairros, onde moram o vicio e o crime.³³

Conclui-se, assim, que as políticas de repressão e higienização social empreendida ao baixo meretrício ao longo das décadas não só não resolvia a questão da prostituição, como acabavam por produzir a cada transferência novas territorialidades do prazer na região central de São Paulo.

Porém, se até o início da década de 1940 parecia haver certa tolerância controlada sobre a prostituição por parte das autoridades, ainda que com muita repressão, a partir desse momento, o Estado iria não apenas deslocar compulsoriamente as meretrizes do centro de São Paulo, como também confinar, regulamentar e gerir o funcionamento da prostituição na cidade.

1.2 O Confinamento

Conforme apontou Derville Alegretti, retomando a discussão entre os vereadores paulistanos no início do capítulo, a ordem para a transferência compulsória das meretrizes concentradas nas ruas centrais da cidade para o bairro do Bom Retiro partiu de Adhemar de Barros. Interventor à época do Estado de São

³³ Jornal "Folha da Manhã" - 17/10/1936.

Paulo, amparado pelo governo autoritário e policialesco do Presidente Getúlio Vargas, conseguiu romper com a barreira ético-legal que impedira, até então, as tentativas anteriores do Estado em controlar a prostituição. A escolha do local não foi feita à revelia de Adhemar de Barros, como tentava fazer acreditar em seu discurso seu correligionário Pedro Fanganiello. Em uma única decisão, o interventor parece ter contemplado diversos interesses em jogo.

O fim das casas de tolerância, além de retirar as prostitutas de circulação, atendendo aos antigos reclamos da população incomodada com sua presença, colocava em disponibilidade diversos imóveis que estavam em franca valorização em consequência das reformas urbanísticas decorrentes do “Plano Avenidas”. Já o novo endereço escolhido para abrigar as meretrizes expulsas do centro possuía a configuração ideal para mantê-las confinadas em permanente estado de vigilância policial e sanitária. No bairro do Bom Retiro, as ruas Itaboca e Aimorés estavam limitadas pelo paredão da linha de trem das ferrovias Sorocaba e Santos-Jundiaí e nas laterais eram delimitadas pelas ruas Silva Pinto e Ribeiro de Lima, formando a imagem de uma ferradura, configuração que proporcionava total controle da entrada e saída da zona do meretrício. Em relatório enviado ao Presidente da República Getúlio Vargas, Adhemar de Barros justificava a escolha da localização: “[...] não só por facilitar o policiamento, como também, por oferecer um interessante campo para estudos sociais, defendendo, ao mesmo tempo, a ordem e a moralidade públicas”.³⁴

Sarah Feldman, ao analisar a territorialidade da prostituição em São Paulo, aponta que a escolha do Bom Retiro para abrigar o meretrício visava também um controle sobre outra questão considerada muito importante para Getúlio Vargas: a comunidade judaica existente no bairro, vista pelo governo como um gueto étnico e resistente à assimilação³⁵. Em correspondência sigilosa, as autoridades revelavam a necessidade de controle e vigilância do que consideravam uma perigosa concentração de judeus, conforme pesquisa de Maria Luiza Tucci Carneiro sobre o antissemitismo durante o período Vargas:

Oswaldo Aranha endereçou a Adhemar de Barros, interventor em São Paulo, uma carta confidencial, em outubro de 1938. Afirmando suspeitar da existência de um gueto em formação na cidade de São Paulo, o Ministro Oswaldo Aranha solicitou a tomada de medidas urgentes sugerindo que se investigasse junto às autoridades portuárias a entrada de algumas famílias

³⁴ FONSECA, 1982, p. 210.

³⁵ FELDMAN, 1989, p. 81.

judias. Em tom acusatório, Aranha delimitou os seus objetivos: “prevenir o agravamento de uma situação que poderia tornar-se altamente prejudicial ao Brasil”. Oswaldo Aranha recorda ao interventor que o povoamento do território nacional constituía uma das grandes preocupações do governo brasileiro, razão pela qual necessitava de correntes imigratórias que “venham a lavrar o sólo, ao mesmo tempo que se identifique com o ambiente brasileiro.”³⁶

Conclui-se dessa forma que o interventor não só tinha conhecimento sobre o pensamento do governo federal em relação à comunidade judaica no bairro do Bom Retiro, como o fato lhe deu total liberdade para execução de seu projeto de confinamento do meretrício no mesmo espaço, reunindo real e simbolicamente o que consideravam um perigo social.

A vigilância e controle da zona ficavam totalmente sob responsabilidade da Polícia de Costumes. No decreto estadual nº 7.223 de 21/06/1935, que regulamentava suas funções, constava a organização de um registro das meretrizes, cáftens e de outros indivíduos suspeitos ou criminosos pelo sistema de fichas, dispondo de dados como qualificação, nome, endereço, fotografia, faltas e punições.

As mulheres deveriam apresentar-se à Delegacia de Costumes em busca do registro oficial e somente após a inscrição poderiam exercer o trabalho dentro da zona do Bom Retiro. Caso fossem pegas pelas ruas ou hotéis suspeitos fora dos limites estabelecidos, eram presas por vadiagem.³⁷

Já as mulheres que rejeitavam constar no registro da polícia tentavam trabalhar de forma clandestina, porém eram vítimas constantes de repressão e extorsão pela polícia. Acabavam por recorrer ao registro, situação que empurrava para marginalidade muitas mulheres que estavam na prostituição de forma transitória e eventual. Conforme análise de Michel Foucault sobre as novas formas e técnicas de vigilância nos últimos anos do século XVIII, a estrutura da repressão acabava por fazer “se bandear para o outro lado da lei muitos indivíduos que, em outras condições, não teriam passado para a criminalidade especializada”.³⁸

³⁶ CARNEIRO, M. L. T. **O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)**. Editora Brasiliense, 1988, p. 273.

³⁷ O Código Penal de 1940 retirou o tipo penal da vadiagem do seu âmbito específico, disciplinando-o através da Lei das Contravenções Penais. Define no Art. 59 - Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena - prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses.

³⁸ FOUCAULT. **Vigiar e punir...**, 2014b, p. 269.

O médico José Martins de Barros, em pesquisa sobre a incidência da sífilis em 1948, estimava em torno de 1.500³⁹ mulheres trabalhando como “pensionistas” e “avulsas” na zona confinada, ao passo que as assistentes sociais, na mesma época, contabilizaram mais de 20 mil prostitutas atuando de forma camuflada pela cidade⁴⁰. Os dados indicam que o confinamento não só não resolvia a questão da prostituição e do controle das doenças sexualmente transmissíveis, como sua existência tornava-se uma forma de criminalizar as prostitutas pobres que viviam na zona, ao mesmo tempo em que estruturava uma rede de atividades criminosas, através tanto de alvarás de funcionamento para estabelecimentos que sabidamente exploravam o lenocínio e o jogo, como o pagamento regular de caixinhas através de extorsão da polícia. A Polícia de Costumes foi dado o poder total sobre a gestão da prostituição na cidade de São Paulo, não apenas como órgão repressor, mas também como a instituição burocrática que formalizaria seu funcionamento. O interessado em abrir um prostíbulo na zona confinada deveria se reportar ao delegado da Divisão de Costumes através de requerimento no mesmo molde de um comércio lícito:

Ilmo. Sr. Dr.....

Fulana de Tal, brasileira, natural de Z, vem mui respeitosamente, requerer a V.S. se digne autorizá-la a instalar-se com uma Pensão Noturna, sita à rua D. nº 4, prontificando-se a requerente satisfazer rigorosamente todas as exigências dêsse Departamento.

Nestes termos, P. Deferimento⁴¹

Após análise do delegado, o pedido era concedido para a instalação da nova casa:

Data....

Nesta data conforme o despacho exarado pelo Sr. Dr. Delegado de Costumes anexo a este prontuário fica..... autorizada a instalar-se com casa de tolerancia a rua.....nº.....⁴²

³⁹ BARROS, J. M. Contribuição para o problema da sífilis da capital de São Paulo. **Revista da USP**. São Paulo, 1951, p. 64.

⁴⁰ FURLAN, E. A. B. **Alguns aspectos da regulamentação da prostituição em São Paulo**. Monografia da Escola de Serviço Social – PUC/SP, 1955, p. 29.

⁴¹ Ibidem, p. 46.

⁴² Idem.

O dono do prostíbulo, após ter sua abertura deferida pelo delegado, deveria recolher todos os impostos referentes ao comércio como um bar ou hotel. O alvará era expedido pela Prefeitura, indicando a atividade como “pensão não familiar”, pagava-se trimestralmente os impostos à Secretaria de Finanças e o imposto sobre o consumo de bebidas ao Ministério da Fazenda.

Antes da autorização para a abertura, no entanto, era feita uma vistoria pelos agentes da polícia na vizinhança, certificando-se não haver residências familiares, comércio ou escolas próximas à futura casa:

Ilmo. Sr. Dr. WW

Delegado de Costumes
28-4-.....

Com este levo ao conhecimento de V.S. que incumbido de verificar o prédio 309 da rua.....constatei o seguinte: O referido prédio é terreo, ficando as suas janelas de frente a dois metros mais ou menos do solo e sua entrada é por um portão de ferro; o mesmo não tem comunicação alguma com os prédios dos lados e sua frente dá para uma oficina que durante a noite está fechada e os seus fundos não são devassados. Nessa rua não passa linha de bondes e nem de ônibus, não havendo nas proximidades igrejas e nem oficinas de costuras.

É o que tenho a informar.

.....Investigador K.Q.⁴³

Na avaliação do investigador, não haveria impedimento à abertura da casa de tolerância porque cumpria todas as exigências legais. Mas, alguns dias depois, houve a mudança de delegado e, em uma nova avaliação, verificou-se a existência de residências familiares. Além disso, em um dos lados morava um desembargador, motivo pelo qual foi indeferido o pedido. Após alguns anos, a mesma solicitante finalmente conseguiu a autorização para a mudança de seu estabelecimento para outra rua, conforme despacho do delegado:

Ilmo. Sr. Dr. Delegado de Costumes

Dando cumprimento à determinação de V.S fiz a devida verificação sobre a localização do prédio da rua AA, nº.....Está situado entre as ruas X e Y; nos baixos funcionam dois bares, tendo de um lado um ambulatório; defronte reside um casal idoso de suíços e um clube de jogo. Serviria assim ao fim pretendido salvo melhor juízo de V.S.

Atenciosas saudações.⁴⁴

⁴³ FURLAN, 1955, p. 48.

⁴⁴ Ibidem, p. 51.

Podemos observar que, apesar do cumprimento burocrático para obtenção da autorização para a abertura do lupanar seguir um caminho legal, estas dependiam de quem pedia e para quem, revelando que as relações entre donos de bordéis e as autoridades policiais obedeciam outras regras e interesses: a omissão do investigador sobre as famílias existentes na primeira avaliação, o indeferimento em razão da moradia do desembargador e a autorização, apesar de constatar a residência do casal de idosos.

Um bilhete encontrado entre a documentação pesquisada pelas assistentes sociais sobre um processo para abertura de uma nova casa de tolerância deixa evidente as relações promíscuas que envolviam os agentes da Polícia de Costumes, cafetinas/donos de bordeis e amigos influentes:

São Paulo, 10 de outubro de 19...

Meu caro

Saude e arame

Para servir um amigo intimo vem pedir-lhe um obsequio. A senhora WZ, portadora deste, tem uma Casa, à rua T.... nº 60, e quer torna-la legal. É já conhecida como antiga donã de rendez-vous, pacata, não havendo contra ella queixa alguma. Animado pelos seus bons antecedentes é que me abalanço em fazer esse pedido. Ella melhor exporá o caso. Confio no seu deferimento e muito obrigada. Disponha sempre do seu

.....⁴⁵

A intermediação de um amigo próximo logrou à cafetina o deferimento pelo delegado para legalização de sua casa, confirmando que muitas vezes os interesses pessoais estavam acima da legislação. Mesmo que, tempos depois, esta fosse obrigada a transferir-se após pressão sofrida pelos diversos abaixo assinados por parte dos moradores vizinhos, revelando os embates e as disputas que estavam em jogo e que envolviam diversos segmentos da sociedade. Essas irregularidades e arbitrariedades dos policiais da Delegacia de Costumes acabavam constantemente em alvo de denúncias por abuso de poder, extorsão e violência. Muitos policiais eram acusados de explorar diretamente a prostituição ou de fazer vistas grossas ao seu funcionamento mediante pagamento.

Em discurso na Câmara Municipal em 1950, o vereador Lopes Gianini retomava a discussão sobre a necessidade de acabar com a zona do meretrício do bairro do Bom Retiro. Alegava a impossibilidade de se manter a situação, pois,

⁴⁵ FURLAN, 1955, p. 53.

constando mais de 300 prostíbulos, o aumento denunciava o fracasso do confinamento e de seu controle pela polícia:

[...] que, dia a dia, perde a sua eficiência, sendo apontada como corrupta e indiferente, ele (meretrício) se alastra com a mesma rapidez e com a mesma amplitude com que a peste invade e destrói cidades e civilizações.⁴⁶

O Diretor Geral da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, Dr. Osvaldo Silva, em uma conferência pronunciada na Confederação das Famílias Cristãs em 11 de setembro de 1952, confirmava a dificuldade em manter seus policiais longe das atividades ilícitas, sendo frequente a necessidade de substituição dos agentes responsáveis pela fiscalização dos costumes, notadamente do meretrício⁴⁷.

Confrontando a ineficiência no controle quantitativo do meretrício e no combate às doenças venéreas, o médico sanitário Francisco Antônio Cardoso, Secretário da Saúde Pública e da Assistência Social de São Paulo, criticava a regulamentação, visto que, ao focar o problema somente nas mulheres confinadas, esquecia-se que pelas ruas trabalhavam centenas delas sem registro:

[...] a prostituição clandestina geralmente é mais numerosa e muito mais perigosa sanitariamente, pois é muito maior o contingente, constantemente renovado, daquelas que vão infectar pela primeira vez e quando, então, mais perigosas se tornam na disseminação da infecção.⁴⁸

No campo do direito, a contradição era flagrante. Ressalta-se que a prostituição não era considerada crime pela legislação federal através do Código Penal de 1940, mas sim a sua exploração. Porém, prevalecia em São Paulo um Decreto Estadual⁴⁹ que instituía, entre as atribuições da polícia, fiscalizar e organizar o registro das meretrizes. Esta contradição legislativa criava uma ilegalidade estatal: as mulheres eram fichadas como criminosas pela polícia sem estarem cometendo um crime, o Estado que deveria protegê-las e combater a exploração do lenocínio, regulamentava diretamente seu funcionamento com os donos dos conventilos.

⁴⁶ Diário Oficial do Estado de São Paulo. 25/06/1950, p. 35.

⁴⁷ SILVA, O. **A polícia em face do problema da prostituição**. Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. Volume XXIV. 2º sem, 1952, p. 221.

⁴⁸ CARDOSO, F. A. **O problema médico social da prostituição**. XIII Semana Paulista de Estudos Policiais. Escola de Polícia de São Paulo, 1953, p. 19.

⁴⁹ Decreto nº 7.223, de 21 de junho de 1935.

E mais, resultava em outra incoerência jurídica. Amparados pelo art.º 17 do Código Penal que previa o instituto do crime impossível, donos de bordéis e cafetinas regularmente em dia com suas obrigações administrativas se valiam dessa lei alegando não estarem cometendo ilícito algum. A jurista Esther de Figueiredo Ferraz, ferrenha defensora do abolicionismo, criticava a situação:

[...] as donas de pensão ostentavam publicamente o seu luxo e a sua importância, certas de não serem incomodadas com os inconvenientes de um inquérito policial. Muito raramente era encaminhado ao Fórum um inquérito mandado abrir contra uma dessas respeitáveis senhoras (a pobreza da jurisprudência, sobre o assunto, bem demonstra a inação das autoridades).⁵⁰

Esther de Figueiredo Ferraz denunciava ainda a aberração jurídica praticada pelo Estado encobrindo ilegalidades que afrontavam a legislação permitindo à polícia conceder o registro de meretriz às menores de 21 anos sem nenhuma restrição legal:

Não pode, por lei, sem a assistência do pai ou tutor, praticar qualquer ato da vida civil, como por exemplo, alienar ou gravar de ônus real um imóvel. Também não pode, sem o consentimento dos mesmos, contrair casamento, fundando uma família legítima. E, no entanto, paradoxalmente, ninguém a impede de dispor do seu corpo e do seu destino.⁵¹

A inobservância da legislação, especialmente em relação às prostitutas pobres, demonstra que determinados grupos sociais viviam sob uma justiça paralela, embora as autoridades afirmassem em seus discursos a preocupação com o que consideravam um problema social que ao final era tratado como uma questão de polícia.

1.3 Com a palavra, os Doutores

Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?⁵²

⁵⁰ FERRAZ, E. de F. **Aspecto jurídico-legal do problema da prostituição**. Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. Volume XXIV – 2º Sem., 1952, p. 253.

⁵¹ FERRAZ, E. de F. **A prostituição, forma remanescente de escravidão feminina**. XIII Semana Paulista de Estudos Policiais. Escola de Polícia de São Paulo, 1953, p. 64.

⁵² FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola. 10ª ed. 2004, p. 08.

Após mais de dez anos de existência, o confinamento mantido pelo governo paulista demonstrava seu esgotamento enquanto solução para o meretrício. Em busca de saídas para o fim da zona segregada e de sua regulamentação pelo Estado, diferentes setores da sociedade reuniram-se para encontrar uma saída. Além disso, a França, principal referência do regulamentarismo, aboliu o sistema em 1946, acontecimento utilizado como forte fundamento para os defensores do abolicionismo.

O governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez (1951-1955), assumiu o compromisso público de fazer valer a legislação encerrando de vez as atividades da zona do Bom Retiro. Em pronunciamento pela PRF3 - TV Tupi em 14 de agosto de 1952,⁵³ criticou os exploradores do lenocínio que se sentindo lesados diante de um falso direito adquirido, insistiam na prática delituosa ao manter as casas de tolerância em funcionamento.

Foram organizadas conferências e debates, estudos e trabalhos científicos, os quais procuravam demonstrar que decisões simplistas não resolveriam uma questão de tamanha complexidade, necessitando de um amplo projeto que abarcasse todas as áreas relacionadas ao assunto.

De uma forma geral, os participantes apresentavam diversas causas como porta de entrada para o mundo da prostituição, abarcando desde cinema e literatura libertina até a falta de uma formação moral e cristã que corrompiam as jovens. Porém, todos eram unânimes sobre os pontos centrais do problema, tais como: a pobreza, a falta de estudos e qualificação profissional, desestrutura familiar e, ainda, a moral vigente que condenava a vida de jovens garotas, como a perda da virgindade e a gravidez fora do casamento. Concluía assim que somente mudando esse cenário de abandono por parte da sociedade e do Estado seria possível erradicar o meretrício. Entretanto, essas mesmas condições reiteradamente levantadas pareciam não convencer as autoridades que ao final procurariam outras causas implícitas que explicassem porque as mulheres recorriam à prostituição.

Em conferência realizada na campanha em prol dos direitos da mulher em 1952, o renomado médico Dr^o Flaminio Fávero, catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da USP, discursou sobre o problema do meretrício em São Paulo. Contrário ao confinamento e à sua regulamentação condenava seu

⁵³ "Empreende o Govêno campanha contra o Lenocínio". Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. Vol. XXIV – 2º Semestre de 1952, p. 349.

reconhecimento como a própria prostituição do Estado. Como médico, Fávero utilizava a recorrente analogia da linguagem científica para tratar as questões sociais. Dizia que a sociedade enquanto um organismo saudável era atacado por doenças que poderiam ser curáveis, incuráveis e crônicas, como o alcoolismo, a sífilis, o jogo, o crime e a prostituição.

Para a condução e solução da prostituição, definia que deveria ser realizado o mesmo método empregado pela medicina: o diagnóstico, a etiopatogenia, o prognóstico, a terapêutica e a profilaxia. Considerava que as mulheres se tornavam prostitutas pelo resultado de um conjunto de fatores pessoais e mesológicos. Apresentava uma relação com todas as ameaças do meio ambiente que poderiam corromper as mulheres:

Como influência do meio, favorecendo a instabilidade e a falência da rigidez de conduta, eu apontaria, com os tratadistas e minha própria observação: a falta de instrução; a ausência de educação sexual; o exibicionismo que a imprudência e o exagero da moda facultam; o afrouxamento de costumes; as seduções do mundanismo; o luxo possível e impossível; os bailes suspeitos; as dificuldades econômicas, o pauperismo e a promiscuidade; o dismantelo dos lares e o abandono dos menores cujo tributo ao vício é tremendo; a restrição da natalidade; as leituras e os espetáculos realistas demais; a embriaguez, a toxicofilia e a toxicomania; a ociosidade; o sensualismo do homem com suas tendências polígamas e borboleteantes; a ganância dos exploradores de mulheres que têm suas vistas sobre incautas e desprotegidas menores; o êxodo do campo para as grandes cidades onde são tremendos os embates da luta, e longe poderia ir ainda esta enumeração se necessário fosse. A vida moderna aí está trepidante e corrosiva para a mulher, que precisa forrar-se das mais sólidas energias para enfrenta-la.⁵⁴

A longa lista mistura uma série de problemas sociais, mas revela em seu cerne a preocupação ou mesmo resistência com as transformações que estavam em curso na sociedade à época, em especial o papel da mulher na esfera pública. Tanto que declarava a incapacidade feminina em controlar suas pulsões, pois havia a “escassez de peias ou de domínio próprio diante das solicitações do ambiente”⁵⁵, indicando que no campo sexual cabia às mulheres resistir às tentações.

Se o universo feminino despertava temor nos homens que se dedicavam a estudar suas particularidades, o que dizer então, das mulheres que, como as prostitutas, estavam definitivamente em uma condição considerada “antinatural”,

⁵⁴ FÁVERO, F. **O problema da prostituição**. Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. Vol. XXIII – 1º Semestre de 1952, p. 07.

⁵⁵ Ibidem, p. 06.

muito longe de representar os papéis sociais desejados? Sobre a construção da imagem feminina a partir do século XX, a historiadora Magali Engel aponta como diferentes áreas do saber produziram discursos que definiam a mulher como portadora de uma constituição ambígua, imprevisível, natural, sendo esta imprevisibilidade tomada como contraponto ao homem, naturalmente racional e lúcido:

Vista como uma soma desarrazoada de atributos positivos e negativos, cujo resultado nem mesmo os recursos científicos cada vez mais sofisticados poderiam prever, a mulher transformava-se num ser moral e socialmente perigoso, devendo ser submetida a um conjunto de medidas normatizadoras extremamente rígidas que assegurassem o cumprimento do seu papel social de esposa e mãe; o que garantiria a vitória do bem sobre o mal, de Maria sobre Eva. Se a mulher estava naturalmente predestinada ao exercício desses papéis, a sua incapacidade e/ou recusa em cumpri-los eram vistas como resultantes da especificidade da sua natureza e, concomitantemente, qualificadas como antinaturais.⁵⁶

Não só apenas para o Dr. Flaminio Fávero, mas para grande parte das autoridades que se dedicaram ao estudo da prostituição, além da incapacidade em resistir à sedução do meio ambiente, existia ainda fatores pessoais de ordem psíquica e biológica que compunham a personalidade da prostituta, uma mulher que por sua constituição estava fadada à criminalidade, dizia Fávero:

O fator pessoal se refere a uma predisposição fisiopsíquica de que é portadora a mulher, podendo facilitar e explicar seu transvio. É fator constitucional propriamente dito. Não admitimos hoje uma constituição delinquente? E psicopática? E mórbida? E até para infortúnios no trabalho? Por quê negar estoura? As indagações de pesquisadores de prol nos escaninhos da personalidade humana concluem pela existência, por vezes, de um desequilíbrio endócrino em muitas profissionais do vício.⁵⁷

Assim, não só uma perturbação psíquica seria a causa, podendo ainda ocorrer um desequilíbrio hormonal que tornava as mulheres reféns do que ele chamava de uma “vocalção endócrina” para a devassidão. A historiadora Margareth Rago trouxe um panorama do pensamento de médicos e juristas sobre a prostituição na *Belle Époque*, revelando como teorias científicas amplamente difundidas à época justificavam medidas médicas e policiais atestadas pela inferioridade física e mental as meretrizes:

⁵⁶ ENGEL, M. **Psiquiatria e feminilidade**. História das mulheres no Brasil. (Org). Mary Del Priore, Carla B. Pinsky, 10 ed. 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2011, p. 332.

⁵⁷ FÁVERO, 1952, p.06.

[...] Definiu-se a prostituta como “mulher anormal”, “delinquente nata”, proveniente das classes pobres e deslumbrada com as atrações do mundo moderno. Sua debilidade psíquica, associada a uma constituição orgânica deficitária, explicaria em primeiro plano a existência da prática de comercialização sexual do corpo. Assim, as teorias científicas sobre a condição feminina, marcadamente biologizantes, culpabilizariam a mulher pela existência da prostituição.⁵⁸

A pesquisa do historiador Luis Ferla⁵⁹ analisa como as teorias científicas do biodeterminismo difundidas pela Escola Positiva⁶⁰ no início do século encontraram grande ressonância entre médicos e criminólogos em São Paulo durante as décadas de 1920-1940. O autor observa que no período varguista ocorreu uma simbiose entre o aparelho repressivo e a modernização científica, aprofundando e favorecendo a disseminação do discurso e das práticas de “patologização do anti-social, ainda que orientada por conhecimentos médicos mais sutis e sofisticados”⁶¹.

Sobre a prostituição, cita por exemplo, a pesquisa do chefe da seção de Odontologia Legal Luiz Silva, publicada em 1937 na Revista da Polícia com a seguinte questão: “As meretrizes apresentam, no terreno odontológico, algum estigma capaz de ser responsabilizado como fator capital, ou mesmo coadjuvante, do seu desvio moral?”⁶². Segundo esclarece Ferla sobre o médico:

Silva afirmava não ter encontrado porcentagem estatisticamente significativa de delinquentes com estigmas lombrosianos. Para isso estudou 250 prostitutas que a Polícia lhe colocou à disposição. Examinou suas arcadas dentárias, contabilizou as anomalias encontradas e cotejou resultados com os de autores que sustentavam a presença de anomalias dentárias em prostitutas. Suas tabelas tomaram o cuidado de discriminar as prostitutas pela raça e pela nacionalidade, brasileira ou estrangeira. Ao final, o trabalho ainda apontava as causas da prostituição e a importância dos estudos sociológicos para compreendê-la e da educação sexual para preveni-la. Esse não foi o único estudo de Luiz Silva voltado a objetos comportamentais. Na verdade, ele ganhou reconhecimento internacional com um deles, recebendo o “Premio Científico Aguilar”, de Madrid, no ano de 1936. O trabalho tinha por título “Dentes e sua relação com o psíquico e o crime”.⁶³

⁵⁸ RAGO. **Os prazeres da noite...**, 2008, p. 165

⁵⁹ FERLA, L. **Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo**, São Paulo 1920-1945. São Paulo: Alameda, 2009.

⁶⁰ “A Escola Positiva de direito penal, também chamada de italiana, moderna ou científica, surgiu e se difundiu nas últimas décadas do século XIX, a partir dos trabalhos do italiano Cesare Lombroso, médico e professor universitário que viveu de 1835 a 1909. A escola se caracterizava por um discurso médico-científico que patologizava o anti-social. Dessa forma, o delinquente seria um doente; o crime um sintoma; a pena ideal, um tratamento”. FERLA, 2009, p. 23.

⁶¹ Ibidem, p. 23.

⁶² Ibidem, p. 138.

⁶³ Ibidem, p. 140.

Importante frisar que Cesare Lombroso, a grande referência do pensamento da Escola Positiva, publicou em 1893 a obra intitulada *La donna delinquente: la prostituta e la donna normale*, estudo que diferenciava e hierarquizava os homens acima das mulheres e as prostitutas abaixo dessas, utilizando para isso as mesmas premissas evolucionistas e biológicas já apresentadas em sua obra mais famosa “O Homem Delinquente” de 1876. Sobre o impacto das teorias de Lombroso sobre as prostitutas, analisa Margareth Rago:

Acentuadamente marcado pelo darwinismo e pelo positivismo, ele defende a tese de que a prostituição é o equivalente feminino à criminalidade, decorrente da degenerescência física e moral da mulher. Dedicando grande parte de seu volumoso trabalho à construção do perfil da “mulher normal”, em relação ao qual elabora o da prostituta, Lombroso procura mostrar como em todas as sociedades vivas – das espécies animais já extintas às formas de organização social mais complexas – registrou-se a passagem do matriarcado, império da dominação das fêmeas, para o patriarcado, forma mais avançada existente na história da humanidade. A evolução das espécies, portanto, sempre orientou-se numa única direção, que foi a de seu aperfeiçoamento: o predomínio dos machos, seres superiores, sobre as fêmeas.⁶⁴

O discurso da patologização do social prosseguiu encontrando ecos na sociedade. A pesquisa da historiadora Mariza Romero sobre o jornal “Diário da Noite” aponta para a continuidade e disseminação do discurso lombrosiano através da imprensa. Concedendo páginas e manchetes a crimes que mobilizavam a sociedade, o jornal enfatizava, através de autorretratos, as características fisionômicas que compunham a personalidade de criminoso nato, difundindo a ideia para a população em geral sobre a existência de uma pré-disposição biológica para ser um criminoso. Abaixo a descrição de um maníaco retratado pelo jornal:

A primeira página da edição de cinco de setembro de 1952 é dedicada a Benedito Moreira de Carvalho. O jornal afirma que o tarado é calmo e preciso; não bebe nem fuma, para conservar a lucidez. Uma grande foto do seu rosto indica: “testa alta, frente estreita: altivez sem limites; orelhas pequenas, tipo lombrosiano: frio cinismo; mandíbulas presas, fortes, em rictus animalescos; olhar parado, perdido, angustiado, feroz, impressionante; lábios finos: expressão de indômita crueldade sexual; queixo quadrado, brutal.⁶⁵

⁶⁴ RAGO. **Os prazeres da noite...**, 2008, p. 184.

⁶⁵ ROMERO, M. **Inúteis e perigosos no Diário da Noite, São Paulo 1950-1960**. São Paulo: EDUC: Fapesp, 2011, p. 192.

Não restam dúvidas quanto a reprodução dos conceitos de Cesare Lombroso e de sua fértil permanência ao longo do tempo na intelectualidade paulistana e mesmo fora dos círculos médicos e criminológicos, ainda que tentassem se desvincular ao que já era considerado totalmente ultrapassado por pares na Europa.

Dessa forma, vemos a preocupação do Dr. Flamínio Fávero em se afastar de teorias desacreditadas, no entanto, mantendo a mesma análise para a questão da prostituição que utilizava para os estudos da criminalidade, unindo fatores psíquicos, biológicos e externos para fundamentar o que levava homens e mulheres para o que considerava o desvio:

Qual a causa do mal e como atua? A etiopatogenia pode ser estudada num paralelo com a do crime. Não penseis, com isso, venha eu subscrever a ideia de Lombroso de que a prostituição seja derivativo e equivalente do crime. Aliás, a mulher também é fértil na delinquência e o homem nas perversões sexuais. Mas, na etiopatogenia do amor mercenário, como na do delito, ocorrem sem dúvida, os dois poderosos fatores que o possibilitam e fazem surgir: o pessoal e o mesológico.⁶⁶

Apesar de aceitar o desvio como constitutivo, Flamínio Fávero acreditava na recuperação da prostituta, apontando para um abrandamento com relação ao determinismo, ainda que mantivesse um discurso moralista e discriminador. Finalizava assim sua palestra:

Quem estuda a alma humana, sem preconceitos, com espírito em que casam a ciência e a fé (haverá impedimento para essa união?), crê nas possibilidades de existirem na mais perversa das personalidades, onde fervilham juntas todas as formas de corrupção, um núcleo de cristalização para as melhores conquistas morais.⁶⁷

Seguindo com as discussões, no mesmo ano de 1952, o Centro Acadêmico de Criminologia da Escola de Polícia organizou a XIII Semana Paulista de Estudos Policiais, voltada exclusivamente para o tema da prostituição, com a participação de médicos, policiais e juristas.

Na abertura do evento, o orador da Escola de Polícia (não identificado) enfatizava a complexidade da questão que resistia às mais árduas campanhas e convocava os presentes a não desistirem da luta. Dizia que apesar de não esperar

⁶⁶ FÁVERO, 1952, p.06.

⁶⁷ Ibidem, p.13.

que surgisse uma solução milagrosa como resultado das palestras, a troca de ideias poderia produzir se não a um novo plano de combate, pelo menos à revivescência do ardor combativo. Criticava o papel que era destinado à polícia na obrigação de solucionar todos os problemas criados pelo convívio social, como a mendicância, o desemprego, o alcoolismo e o jogo:

Ora, a questão da prostituição – não é um caso de polícia. Tôda a sociedade deve estar empenhada no estudo e conhecimento de suas causas, para entrar na lide, combatendo e evitando os efeitos, que não aparecerão, aliás, se as causas forem alguma coisa de útil, honesto e científico na luta em que nos devemos empenhar.⁶⁸

Afirmava que o foco do combate deveria ser sobre os exploradores do lenocínio que escravizavam as pobres prostitutas, sendo dever da polícia amparar e encaminhar as meretrizes para a recuperação e “não fustigar, estigmatizar ou manter fichada em seu triste estado de “ex-mulher”, irrecorrivelmente empurrada e asfixiada nos porões da estratificação social”.⁶⁹

Note-se que embora apresentasse uma posição progressista que negava a repressão às meretrizes, não as penalizando com registros policiais e prisões e protegendo-as de cafetinas e rufiões, no entanto, não havia qualquer possibilidade de aceitarem a prostituição como meio de vida. As mulheres deveriam ser reabilitadas e cabia à polícia o seu encaminhamento, ainda que considerassem uma questão de ordem social. O problema continuava sendo visto como alçada da polícia, situação que aponta para a clara demarcação entre o tratamento dispensado ao que denominavam como “ex mulher”, termo que indica a desumanização e o esvaziamento de qualquer garantia de direitos por parte do Estado e da sociedade.

Em outra palestra, o médico Francisco Antônio Cardoso, Secretário da Saúde Pública e da Assistência Social, iniciou seu discurso discorrendo sobre a história da prostituição construindo uma narrativa linear através dos tempos. Remontando à Antiguidade, apresentava a prostituição hospitalária que concedia ao visitante uma mulher da família, passando à sagrada dos templos da Babilônia, chegando à profana de gregos e romanos até a Idade Média, com as prostitutas que acompanhavam exércitos em expedições. Seu discurso naturalizava a existência da

⁶⁸ Discurso de apresentação da XIII Semana Paulista de Estudos Policiais. Escola de Polícia de São Paulo. Promovida pelo Centro Acadêmico de Criminologia de 03 a 07 de novembro de 1952. Sem autor identificado. Tipografia do Departamento de Investigações de São Paulo, 1953. p. 05

⁶⁹ *Ibidem*. p. 06

prostituição como parte integrante da sociedade e, equivocadamente, cometia o anacronismo ao remeter o conceito capitalista de prostituição moderna em diferentes sociedades, épocas e costumes. Note-se que essa confusão ocorre até os dias atuais.

Citava diversas causas que levavam à prostituição: o pauperismo, a excessiva concentração urbana que fazia surgir cortiços e favelas, locais que considerava promíscuos; os empecilhos econômicos que dificultavam casamentos entre os jovens, os preconceitos sociais que julgavam moças e desamparavam mães solteiras e a corrupção dos costumes através da imprensa, do cinema, entre outros. Dentre essas causas, chama atenção sua análise sobre a questão do trabalho e a mulher.

Denunciando a situação de inferioridade a qual se encontravam as mulheres em decorrência da falta de preparo intelectual e formação profissional para os novos tempos, Dr. Francisco Antônio Cardoso considerava impressionante a quantidade de prostitutas analfabetas, restando-lhes, assim, o trabalho de doméstica como meio de vida. Porém, criticava a resistência das mulheres para esse emprego:

Sabem elas que, com a sua falta de preparo, só poderiam ganhar a vida como domésticas. Não o querem ser, porém, visto ambicionarem o luxo, o conforto, as diversões, cousas que não podem conseguir dedicando-se exclusivamente ao trabalho honesto⁷⁰.

Logo após acusar as mulheres de recorrerem à prostituição por “ambicionarem o luxo” e de não aceitarem o “único” trabalho reservado às mulheres pobres, o secretário contraditoriamente reclamava sobre os baixos salários pagos, observando que a desigualdade salarial entre os sexos era inegável, apesar de proibida por lei. Vejamos outra questão abordada pelo médico:

O doloroso problema dos menores abandonados. Os Abrigos de Menores, quando não presididos por diretrizes sadias, morais e educacionais, transformam-se em verdadeiros viveiros de futuras meretrizes. Isso explica a dolorosa verificação de que 50% das prostitutas são menores entre 18 e 21 anos de idade modal para o ingresso no meretrício. Para tudo isso contribui, certamente, a desorganização das famílias, fazendo com que os filhos fiquem abandonados mesmo dentro do lar, privados, muitas vezes, da preciosa assistência materna, obrigada como se vê a mulher a trabalhar fora de casa, descurando de sua missão natural⁷¹.

⁷⁰ CARDOSO, 1953, p. 13.

⁷¹ Ibidem, p. 14.

Cardoso expunha em seu discurso uma série de questões que diziam respeito às condições de vida das mulheres que precisavam trabalhar, em especial, as pertencentes às camadas pobres. Revelava a linha tênue que separava domésticas e prostitutas pelas precárias condições de trabalho e os baixos salários que eram pagos. Se recorriam à prostituição, desejavam o luxo. Se trabalhassem fora, estavam abrindo mão de sua missão natural que era ser mãe e dona de casa. Diante desse discurso, fica um impasse: qual era a saída que restava às mulheres pobres sem qualificação e estudo que necessitavam sobreviver abandonadas à sua própria sorte pela família ou pelos pais de filhos?

Concluía que todas essas questões eram decorrentes da crise moral que afogava o mundo moderno e que aos homens cabia retomarem os rumos da religião, da moral e do direito. Considerava a prostituição um problema importante por produzir efeitos deletérios nos demais fenômenos coletivos. Por fim, cabe frisar que o médico era o Secretário da Saúde Pública e da Assistência Social e, em sua avaliação, pouco restava de humano na prostituta:

É uma criatura vencida, sem estímulo, sem ideal, sem finalidade. Não pode desempenhar a missão natural da mulher, que é ser espôsa e a de ser mãe. Não merece respeito de ninguém e nem mesmo o seu próprio. Afasta-se de Deus, da família, dos amigos. Corta os laços afetivos que a prendem à vida normal. Perde toda a capacidade de reação e de luta. Cai tão baixo que dificilmente chega a se reerguer. A quase impossibilidade da recuperação diz bem do nível de degradação a que chega. Por outro lado, interessa à sociedade por constituir fonte permanente de transmissão de moléstias venéreas. É, nesse sentido também um perigo social⁷²

A única mulher presente entre os palestrantes na Semana Paulista de Estudos Policiais, a advogada Esther de Figueiredo Ferraz, iniciava seu discurso observando que até aquele momento da conferência somente homens haviam falado sobre a prostituição. Era necessário, então, que uma voz de mulher saísse em defesa de outras sem a mesma sorte na vida. Declarava sua satisfação em ver que todos, mesmo em diferentes saberes, recriminavam o regulamentarismo e defendiam seu fim, o qual considerava uma forma remanescente de escravidão feminina:

⁷² CARDOSO, 1953, p. 14

Examinaram-na como fenômeno social, médico-higiênico, jurídico e policial. Investigaram-lhe a origem histórica, analisaram-lhe as causas próximas e remotas, indicaram os meios com que se há de tentar a heroica tarefa de preveni-la ou combater-la. E, fato verdadeiramente consolador, no concôrto dessas vozes masculinas, conclamadas para se manifestar sobre um assunto que, no íntimo, interessaria menos ao homem que à mulher, um inesperado e milagroso acordo se estabeleceu⁷³.

Esther de Figueiredo Ferraz apresentou um discurso feminista avançado à época sobre os direitos das mulheres, incluindo as prostitutas, uma rara exceção, senão a única encontrada no período que abarca esta pesquisa. Sua trajetória profissional refletia sua posição emancipatória em espaços dominados pela presença masculina. A jurista foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a primeira professora livre-docente de direito da USP e foi ainda a primeira mulher a possuir um cargo de ministra no Brasil.

Livre de falso moralismo e com coragem para apontar os que se escondiam atrás dele para condenar as mulheres, sua fala era uma crítica feroz à estrutura da prostituição como um todo, não responsabilizando somente as prostitutas. Apesar da polidez com a qual se dirigiu aos palestrantes, assumiu em sua fala uma posição contestatória e mesmo provocativa a respeito de questões morais e condenatórias que foram reproduzidas nos discursos anteriores. Criticou os que acusavam as meretrizes de preguiçosas e deslumbradas com o luxo, denunciava as ilegalidades cometidas pelo governo mantendo a regulamentação e confinamento das mulheres pobres, atacava o falso moralismo das famílias de bem que impunham às prostitutas a função de “para-raios” da devassidão masculina e a naturalização do meretrício:

[...] essas mulheres não nasceram na “zona” nem desceram de marte. Saíram, elas também, do sacrário dos lares. Lares pobres, talvez, mas lares povoados das eternas figuras familiares: pai, mãe, irmãos. Foram – quem sabe? – por um desses “homens de bem”, tão intransigentes no defender a honra das próprias famílias, seduzidas, abandonadas e encaminhadas para os bordéis.⁷⁴

Aos que condenavam as mulheres que recorriam ao meretrício por serem preguiçosas e seduzidas pela vida boa, principalmente pelas mulheres de família, a jurista questionava:

⁷³ FERRAZ. **A prostituição...**, 1953, p. 61.

⁷⁴ *Ibidem*, p.70.

[...] mulheres chamadas felizes, as mais implacáveis no julgá-la e condená-la. Instaladas na vida, desfrutando de todos os bens e larguezas que a natureza e a sociedade podem prodigalizar – saúde, afeições, consideração, riqueza, conforto – elas se colocam sobre um pedestal, e daí, inflexíveis e imperturbáveis, envolvidas no manto de sua honestidade, se põem a julgar as que estão do lado de lá, além da muralha de pedra, na outra margem do rio.⁷⁵

Lembrava ainda aos presentes que a existência da prostituição não acontecia sozinha, que os homens faziam parte dessa relação, mas que somente um dos lados era condenado, reivindicando dessa forma que houvesse uma igualdade de deveres, como por exemplo quanto ao tratamento das doenças venéreas:

[...] se ambos – a meretriz e o “homem de bem” – possuem, frente ao Estado, o mesmo direito à saúde e à integridade física, porque não colocaria também o regulamentarismo – se quisesse ser lógico – sob regime de controle sanitário todos os frequentadores de bordéis, exigindo que apresentem à prostituta, antes de frequentá-la, a sua caderneta de saúde com o “visto” semanal ou bissemanal da autoridade sanitária?⁷⁶

Ainda assim, em alguns momentos a jurista não escapou à influência patologizante fortemente difundida ainda naquele momento. Sobre as causas do meretrício, criticava os que acusavam as mulheres de preguiçosas e com excessivo amor ao luxo, porém, incluía a existência de outros fatores associados: “[...] que êsses dois fatores tomados isoladamente, sem a cooperação das demais condições sociais e bio-patológicas, dificilmente se encarregariam de dar origem ao fenômeno”.⁷⁷

Ferraz citava os dados estatísticos apresentados pelo médico italiano Paolo Manunza, que demonstravam que 30 a 40% de mulheres que viviam em bordéis eram portadoras de deficiências e anormalidades. Apresentou também, um estudo da fundação Gaffrè-Guinle com dados de 19 prostitutas internadas, sendo 04 normais, 3 deficientes mentais, 6 fracas de espírito, 2 fronteiriças e 4 com espírito limitado. Por fim, os resultados da pesquisa de Bonhoffer que ao examinar um grupo de 190 prostitutas, chegou à conclusão de que 21% eram oligofrênicas congênitas e 23% epilêpticas, histéricas ou psicopatas⁷⁸. Concluía que:

⁷⁵ FERRAZ. **A prostituição...**, 1953, p. 62.

⁷⁶ Ibidem, p. 70.

⁷⁷ Ibidem, p. 63.

⁷⁸ Ibidem, p. 64.

[...] embora não se justificava totalmente a crença popular de que toda prostituta seria, no seu íntimo, uma doente mental, opinião condensada na frase: “nenhuma mulher normal se sujeitaria a esse gênero de vida”, é bem verdade que a psicopatia concorre, com um contingente respeitável, para os quadros da prostituição.⁷⁹

Observamos, portanto, que o resultado produzido pelos discursos de médicos, juristas e policiais em relação às prostitutas estavam marcados por uma grande ambiguidade e contradição que, longe de assegurar amparo e respeito, reforçavam preconceitos e estigmas. De um lado, as mulheres eram representadas como vítimas da miséria, sem qualquer instrução, presas fáceis da sedução masculina e abandonadas à própria sorte. Porém, o fato de viver como prostituta também era resultado de uma personalidade psicótica e uma constituição biológica doente, em um tempo em que epilepsia, fraqueza de espírito, histeria, preguiça e oligofrenia eram igualmente colocados em um mesmo patamar. Daí decorre a associação com criminosos, os quais, da mesma maneira, possuíam uma predisposição psíquica e biológica em sua constituição para o desvio. As discussões apresentadas pretendiam dar um caráter social à questão da prostituição, mas ao final acabavam qualificadas como um problema da própria mulher, recaindo sobre ela a solução para o fim da prostituição.

Nesse sentido, a publicação intitulada “Ensaio para a recuperação moral e social da mulher vítima de abusos sexuais” do Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública de São Paulo, Osvaldo Silva, revela qual resultado era esperado após a recuperação e retorno da prostituta ao que consideravam uma vida decente. Grande defensor do abolicionismo, Silva, condenava a prática do registro compulsório das meretrizes que trabalhavam na zona. Afirmava que, fichadas, essas mulheres ficavam para sempre marcadas, tornando-se um impedimento para o retorno a uma vida considerada “normal”, dizia:

Sobre esse importante setor da questão, tive a oportunidade, várias vezes, de opinar, na qualidade de Consultor Jurídico desta Secretaria de Estado, pelo deferimento de pedidos de cancelamento total do prontuário, fichas e fotografias decorrentes do registro como meretriz na Polícia de Costumes, visto como as requerentes-interessadas provaram, documentalmente, que abandonaram o comercio carnal, convolaram núpcias e passaram, daí por diante, a manter vida honesta, sã e organizada de acôrdo com os princípios da Moral.⁸⁰

⁷⁹ FERRAZ. **A prostituição...**, 1953, p. 64.

⁸⁰ SILVA, O. **Ensaio para a recuperação moral e social da mulher vítima de abusos sexuais**. Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. Vol. XVI – 2º Sem. 1948, p. 73.

O parecer favorável da polícia ao cancelamento ocorria após pesquisa realizada pelo Serviço Social verificando a veracidade da recuperação da prostituta, conforme exemplo citado pelo próprio autor:

A interessada tem 27 anos, prendas domésticas, casada no civil e religioso, conforme certificados exibidos. Ela e o marido gozam de boa saúde. Apresentam-se trajados com cuidado, observando-se muito asseio nas peças de roupas, bem como nos locais. A habitação consta de um apartamento contendo 2 quartos, 1 sala e 1 cozinha, em prédio novo. Mobília em estado de nova, moderna. A interessada ocupa-se dos serviços domésticos de sua casa. O marido é encarregado da secção de vendas de grande indústria desta Capital, onde trabalha há 9 anos, tendo de ordenado mensal: 1:200\$000, suas despesas: Aluguel 360\$ com água; luz 15\$; prestação da enceradeira elétrica 50\$; outras não mencionadas. Observações: O ambiente dá impressão de conforto e recursos regulares. A interessada não tem mais que instrução primária, o marido é formado por uma Faculdade de Ciências Econômicas. O casal vive em harmonia, tem boas relações de amizade da interessada com a sogra, que ignora todo seu passado. O zelador do prédio nada adianta em desabono da interessada e o marido. A interessada deseja obter o cancelamento do seu prontuário em virtude de atualmente estar casada legalmente e religiosamente, deseja que não haja mais vestígios de sua vida anterior.⁸¹

Portanto, à mulher era dada uma chance de recuperação e o direito de ter seu nome retirado dos registros da polícia desde que comprovasse ter uma vida a partir dos padrões desejados da família burguesa: um casamento no civil e religioso, um marido para sustentá-la com trabalho fixo e registrado, um lar novo e higiênico, com uma prestação de enceradeira, além de um comportamento não desabonador perante a sociedade, inclusive, ratificado pelo zelador do prédio. Para tanto, cabia ao Estado a responsabilidade de propiciar essa transformação, segundo o delegado:

Oxalá que tôdas essas infelizes que mercadejam com o seu corpo pudessem, um dia, contrair matrimonio, construir o seu lar, manter vida social organizada, tal como sucedeu com a requerente. Não é exatamente isso que visa o Estado, ao instituir e manter em funcionamento os custosos aparelhamentos de assistência social? Não é isso que se propõe o Estado ao pretender reajustar todos os que ainda não conseguiram ajustamentos sociais adequados?⁸²

O caso relatado era considerado como exemplo de uma “real” possibilidade de recuperação para todas as meretrizes, como se essa realidade estivesse ao alcance de todas as mulheres, mesmo as que não viviam na prostituição.

⁸¹ SILVA, **Ensaio para a recuperação...**, 1948, p.74.

⁸² *Ibidem*, p. 75.

Consideravam que bastaria estarem verdadeiramente dispostas à reabilitação para se tornarem o que reputavam o ideal de uma “mulher de bem”.

1.4 Serviço de Recuperação Moral e Social

[...] era a primeira vez que no Brasil tal se ensaiava, foi árduo, mas satisfatório, verificando-se os resultados obtidos, em como a mulher prostituída é passível de regeneração.⁸³

Com todos os esforços concentrados na recuperação das meretrizes, o Governador do Estado Nogueira Garcez juntamente com o Diretor Geral da Secretaria de Segurança Pública, Osvaldo Silva, o Diretor do Serviço Social Luiz Fernando Rodrigues e a assistente social Leopoldina Saraiva, inauguraram uma nova secção no Serviço Social do Estado, denominada “Serviço de Recuperação Moral e Social da Mulher Prostituída”.

O programa estabelecia que toda mulher que buscasse o registro para trabalhar como meretriz na zona do Bom Retiro deveria passar anteriormente por uma entrevista com as assistentes sociais. A elas caberia fazer um duplo trabalho, o levantamento dos dados pessoais a fim de mapear as causas que levavam as mulheres à prostituição e, por outro lado, tentariam dissuadi-las de sua intenção, mostrando-lhes toda degradação moral e física à qual estariam expostas, ao passo que lhes seriam oferecidas algumas alternativas para um retorno a uma vida normal⁸⁴.

Para tanto, foram montados postos de atendimento do Serviço Social na Delegacia de Costumes, no Posto-Antivenéreo na zona do Bom Retiro e na própria sede do Serviço Social para as entrevistas. O trecho abaixo é exemplar de como as assistentes sociais enxergavam a questão do meretrício e como encaravam seu trabalho como uma missão:

Como fenômeno social, reclamando a atenção permanente do Estado e da sociedade moderna, temos o problema da prostituição e do lenocínio, cujas vítimas necessitam ser tratadas, não como membros marginais e desprezíveis, mas sim como doentes de uma enfermidade que temporariamente as houvessem prejudicado, e portanto passíveis de cura. Enquanto formos incapazes de as auxiliar na “cura” ou impotentes para

⁸³ FURLAN, 1955, p. 02.

⁸⁴ SILVA, **Ensaio para a recuperação...**, 1948, p. 76.

removermos esse mal, devemos, obrigatoriamente, como humanos e cristãos, aprender a tratar as infelizes decaídas com a piedade e o respeito que têm direito, como pessoa humana, em virtude da deficiência e falha de nossa civilização.⁸⁵

Nesse sentido, é importante observar a formação e o sentido dado ao trabalho da assistência social à época. A primeira escola de Serviço Social foi fundada em São Paulo em 1936 pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) da Igreja Católica, posteriormente agregado à PUC/SP. Segundo Yasbek:

Cabe ainda assinalar que, nesse momento, a “questão social” é vista a partir do pensamento social da igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará no Serviço Social efetivas possibilidades de desenvolvimento.⁸⁶

Dessa forma, no início dos anos 50, embora as assistentes sociais buscassem adotar uma linguagem científica e acadêmica, suas monografias estavam fortemente marcadas pela influência moral cristã amparada pelo discurso patologizante reproduzindo a ambiguidade que ora vitimizava, ora condenava as mulheres. Ainda sobre a formação das assistentes sociais à época, analisa Rita de Cássia Brandão:

A influência europeia no processo de formação social brasileiro, através da igreja católica e de organismos, era tão marcante que assume a forma de doutrinação, tendo como referência fundamental o evangelho com forte influência positivista. Prevaecem as características fundamentais do Tomismo, coesão doutrinal, plenitude, docilidade ao real, respeito à tradição, possibilidade de progresso, subserviência à autoridade e ao Estado. Tudo isso justifica a posição inicial do Serviço Social brasileiro do não questionamento da ordem vigente e de buscar, sempre, apenas, reformar a sociedade, melhorando conseqüentemente a ordem vigente.⁸⁷

As entrevistas realizadas com as prostitutas forneceram às assistentes sociais as mesmas questões apontadas por médicos e juristas como fatores que as levavam a buscar o meretrício como meio de vida. Entretanto, os relatos de suas vidas acabariam por constituir mais um elemento de diagnóstico e culpabilização. Não

⁸⁵ FURLAN, 1955, p. 06.

⁸⁶ YAZBEK, M. C. **O significado sócio histórico da profissão**, p. 08.

⁸⁷ BRANDÃO, R. de C. **Serviço Social no Brasil: a reinstrumentalização necessária**. Tese de doutorado em Serviço Social. Franca: UNESP, 2006, p. 42.

obstante considerarem as mulheres vítimas de “deficiências e falhas da sociedade”, em passados estariam as respostas que confirmariam modos de vidas que naturalmente as levariam a um futuro de devassidão: famílias desestruturadas, mães solteiras, abandonadas, pais alcoólatras, miséria, habitações promíscuas, sexualidade precoce, entre outras. Sobre o método de análise explicado pela assistente social:

Embora o aspecto moral-psíquico nos interessasse sobremaneira, procuramos, preliminarmente, examinar a paciente sob o aspecto social, isto é, procuramos conhecer os elementos que poderiam ter influenciado a conduta social de nossas clientes: vida familiar, círculo de amigas, instrução, situação econômica, etc... Aliada a este exame, procedíamos ao exame moral para melhor instituir a terapêutica.⁸⁸

Eram mapeados os fatores externos, físicos, biológicos e morais que compunham a personalidade da prostituta. Definiu-se assim, a existência de três categorias de mulheres: as morais constituíam-se pelas que possuíam algum ensino ético anteriormente à entrada no meretrício; as imorais, embora reconhecessem que estavam erradas, permaneciam contrariando conscientemente as normas; por fim, as amorais, mulheres que nunca haviam assimilado qualquer princípio ético e moral durante sua vida. Estas eram assim diagnosticadas por seu temperamento difícil, por não demonstrarem arrependimento, consideradas frias e mal-encaradas. A assistente social esclarecia que esse tipo de personalidade era denominada por *moral insanity*⁸⁹ pelos autores norte-americanos e de loucura moral pelos autores brasileiros⁹⁰. Assim, transgressora dos valores morais decorrentes de sua origem e infância promíscua, o problema do meretrício recaía exclusivamente na figura da prostituta, daí a necessidade de impor sua reabilitação.

A prostituta era considerada tão distinta do resto das mulheres que a definição de sua natureza a tornava única. Era acusada de viver por meio de instintos sexuais, mas justamente durante o ato sexual propunham a sua não participação psíquica. Conforme a definição de prostituição pela ótica do Serviço Social:

⁸⁸ FURLAN, 1955, p.83.

⁸⁹ “Em 1835, Pritchard formula a teoria da moral insanity, destinada a um brilhante futuro. Segundo ele, os criminosos seriam “loucos morais”, incapazes de discernir o bem do mal e levados ao crime como à coisa mais natural do mundo”. In: DARMON, P. **Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 40

⁹⁰ FURLAN. Op. cit., p. 84.

No sentido estrito é a concessão da mulher a vários homens, sem escolha, mediante pagamento. Essas relações não duram mais que o ato sexual, sendo praticado sem a participação psíquica. Este último, é evidentemente um sinal muito especial de todo o desequilíbrio, pois a falta de participação psíquica, no ato genésico, origina na prostituta a falta de escrúpulos e de sentimentos de vergonha, levando-as, muitas vezes, a uma completa falta de consciência, sendo para ela nada mais que a manifestação de uma função corporal qualquer, a que não presta a mínima atenção.⁹¹

A falta de participação psíquica tornava a prostituta um ser inanimado, ausente durante a relação sexual, desprovida de sentimentos e sensações, como um receptáculo do orgasmo masculino. O sexo pago seria como um ato mecânico comparável à masturbação. No entanto, essa definição seria contestada na mesma época por médicos e outras assistentes sociais: “[...] questão que fora muito debatida, já não excluía a participação psíquica da mulher, desde que a sua real característica é a promiscuidade, visando um lucro imediato”.⁹²

Nesse sentido, é interessante observar como existia um silêncio em torno do imaginário que envolvia a relação entre homens e meretrizes. A definição da falta de participação psíquica da prostituta revela a necessidade de abolir o subjetivo. Mesmo que posta de forma negativa, essa foi a única referência encontrada na pesquisa sobre o que ocorria durante a relação sexual.

Nos diferentes discursos analisados, o universo do meretrício era colocado como uma abstração, os desejos e fantasias não eram um tema a ser tratado, a sexualidade na letra fria dos doutores tornava a discussão estéril se levarmos em conta o fracasso das campanhas moralizantes e o crescente aumento de bordéis e rendez-vous espalhados às centenas pela cidade.

Nas entrevistas, essa abstração fica evidente, uma vez que eram focadas unicamente nas histórias de vida das mulheres. O universo do meretrício parecia constituir-se exclusivamente pelas prostitutas, não lhes era perguntando absolutamente nada a respeito de clientes, tanto que não temos qualquer informação sobre o perfil do homem que frequentava a zona à época.

Comportando-se como conselheiras que abriam os olhos sobre os perigos do meretrício às mulheres que buscavam registro, as assistentes sociais pareciam ignorar que estas mulheres já viviam na prostituição, conheciam meandros, como

⁹¹ VALENTE, N. B. C. **Serviço de recuperação moral e social da mulher prostituída**. Arquivos da polícia civil de São Paulo. Vol. XXII, 2º Semestre de 1951, p. 116.

⁹² FURLAN, 1955, p. 10.

também, ao demonizar cafetinas e cáftens, desprezavam as relações que se estabeleciam no ambiente do meretrício e o que essas figuras representavam para aquelas mulheres.

Fica ainda evidente a distinção feita pelas assistentes sociais entre os diferentes níveis de prostituição. A clandestina, também chamada de avulsa, era definida como mais seletiva e menos promíscua. Recolhida em apartamentos, casas e pensões discretas, pertenciam à uma outra categoria que a distinguia das prostitutas pobres: “[...] uma prostituta independente, única senhora de sua pessoa, ainda possui certos sentimentos humanos e um resto de pudor, que a levam a escolher um tanto os fregueses e a lhes limitar o número”.⁹³

Embora os médicos apontassem que sua existência era tão ou mais nociva na propagação das doenças venéreas pela falta de controle sanitário, a incursão das avulsas no meretrício era vista de forma menos preconceituosa e muito mais benevolente, como se pudessem ser mais ou menos prostitutas a depender da condição do trabalho, segundo a assistente social:

Enquanto uma prostituta privada, recatada, recebe raro em raro de um freguês por noite (ao que não está materialmente obrigada), no prostíbulo, no lupanar, ela é compelida a estar com vários homens na mesma noite, sem nenhum interesse sexual, por vício ou obscenidade e objetivo de lucro. Nesses estabelecimentos, pela natureza mesma da profissão, estabelece-se uma promiscuidade, uma sucessividade nos contatos, que não pode satisfazer a certas exigências de higiene individual e, sem devidas precauções, possibilita mais facilmente o contágio do que na prostituição clandestina”.⁹⁴

Possuindo em sua maioria mais estudo e refinamento na forma de se comunicar e vestir, as clandestinas eram descritas como ambiciosas financistas, independentes e autônomas, ao contrário das consideradas pobres coitadas que levavam a vida de forma reativa e instintiva. Somente temos acesso à vida das prostitutas que viviam de forma clandestina em decorrência da repressão policial. Cansadas da extorsão e da violência, acabam por recorrer ao registro como meretriz para escapar à prisão e ter livre acesso à zona confinada.

As assistentes sociais faziam o possível para demover-lhes da ideia, apelavam para sua inteligência e a moral que ainda pareciam possuir, mas na maior

⁹³ VALENTE, 1951, p. 141.

⁹⁴ Ibidem, p. 119.

parte das vezes não obtinham sucesso. Estas, talvez mais do que as outras sem opção, sabiam exatamente o que queriam.

Abaixo são apresentados alguns trechos das entrevistas realizadas com as prostitutas clandestinas em busca de registro. São relatos feitos a partir da percepção das assistentes sociais sobre as meretrizes. Nesse sentido, é preciso analisar nas entrelinhas o que diziam as mulheres:

A interessada é muito bonita, elegante, discretamente vestida. Roupas fina. Conversa com certa restrição. É delicada e cortês. Parece que encara a situação como desafio à vida, culpando só a ela mesma da vida que leva [...] Sorri quando lhe dizemos que é o lucro, possivelmente, que determina sua permanência no meretrício; com ar displicente diz que sua renda mensal é de vinte mil cruzeiros.⁹⁵

A interessada é morena, do tipo “mignon”, feições delicadas, dentes ótimos e de aspecto asseiado e muito cuidado. Apresentou-se discretamente vestida e sem nenhuma pintura, parecendo ser mais uma colegial. Nem de longe poderíamos supor o que realmente era, e mais espanto tivemos, quando nos disse, com naturalidade, estar nessa vida desde 12 anos. Calculista e financeira, guarda o seu dinheiro, dizendo já ter cerca de Cr.\$ 30.000,00. Passa por exames médicos periódicos, aliás, médico particular para maior garantia, zelando muito por sua saúde. Disse trabalhar das 14 às 22 horas, nunca passando desse horário. Não bebe, nem fuma. Não mora na zona nem mantém amizades com colegas. Vai lá somente para ganhar dinheiro. Tudo isso ela nos conta como se estivesse falando de um emprego muito importante. Sua renda diária varia de 300 e 500 cruzeiros líquidos. Apelamos para sentimentos religiosos, já que se dizia católica. Com um sorriso respondeu: “Deus perdoa a todos, demais não acho grave o que estou fazendo”. Por ser bastante inteligente levei-a a raciocinar sobre sua vida num plano moral e social, expondo-lhe a verdadeira situação da mulher dentro da sociedade, como mãe e esposa. Ouvia tudo com um sorriso embevecido, mas como se nada daquilo pudesse lhe afetar, pois o seu sentido social e moral pareciam embotados [...] Age como fazem as europeias, principalmente as francesas, que depois de certo tempo se aposentam e voltam à sua cidade natal, ingressando como altas damas e proprietárias, passando o resto de dias numa vida calma e respeitosa⁹⁶

A interessada é alta, magra, bonita. Cabelos pintados de vermelho. Está bem vestida, mas com mau gosto. É do tipo “comerciante”. Considera a vida com certo cinismo e acha que “ter dinheiro” é o que importa. O ter de tirar a ficha aborreceu-a bastante, pois nunca precisou disto [...] Com uma ponta de arrogância diz que vai manter-se bem, mas não deixa de ser cortês. É bem cínica a sua maneira de ver a vida e está imbuída da mentalidade mercantilista em seu aspecto mais revoltante – a exploração de um vício. Não sente remorsos do dinheiro que tira dos “trouxas” e que talvez vá fazer falta à família dos mesmos.⁹⁷

Podemos observar que a prostituição como opção de vida era algo inaceitável para as assistentes sociais, ainda mais se confessada por mulheres bonitas e bem

⁹⁵ VALENTE, 1951, p. 124.

⁹⁶ Ibidem, p. 132.

⁹⁷ Ibidem, p. 135.

articuladas, facilmente confundidas com moças de família. Embora não fossem classificadas em termos psicopatológicos, como débeis ou oligofrênicas para que justificassem sua escolha, seu caráter era condenado como calculista e frio por não ceder aos apelos da moral e da religião, visando apenas o lucro fácil. A reprovação chegava à inversão do discurso. A meretriz deixava de ser vítima da sociedade e da miséria humana, transformando-se em destruidora de lares ao explorar o vício de clientes, considerados “trouxas”, não levando em conta a falta que o dinheiro faria à sua família. Logo, não havia saída para aquelas mulheres. De uma forma ou de outra, sua vida haveria de ser enquadrada como uma anormalidade.

Cabe ressaltar que os relatos acima revelam uma importante dinâmica do universo da prostituição. Apesar do baixo meretrício ser frequentado em sua maioria por mulheres pobres, havia uma circulação entre os espaços, as prostitutas não ficavam limitadas. Conforme a necessidade, se adaptavam em busca de melhores ganhos ou condições de trabalho. Para tanto, existia uma enorme oferta de lugares aos quais podiam recorrer.

Não podemos esquecer que, embora o meretrício só pudesse ser exercido dentro das casas de tolerância na zona do Bom Retiro, existiam centenas de prostíbulos espalhados pela cidade frequentados por diferentes categorias sociais possíveis. Com o confinamento, a Polícia de Costumes recolhia e prendia as mulheres que fossem pegas pelas ruas, motivo que as levava em busca do registro obrigatório, ainda que essa saída significasse ficar fichada como prostituta, a mais infame das atividades.

Retomando as entrevistas, quando uma prostituta não se enquadrava nos padrões de comportamento e beleza esperados, o juízo de valor das assistentes sociais era carregado de preconceito e pelo discurso psicobiologizante. Nem mesmo suas histórias de vida das mais trágicas amenizavam o julgamento ou, até por isso mesmo, o peso da doença e da animalidade recaía ainda mais sobre estas, conforme podemos observar nos trechos abaixo:

A interessada é de tipo “mignon”, magra, raquítica, com falta de dentes na frente, fisionomia gasta e com ar sífilítico. Apresentou-se com vestido de setim amarelo, muito curto, enfeitado de vidrilhos e já gasto pelo uso. Equilibrava suas pernas raquíticas em sapatos de salto muito alto e cambetos. O seu tipo era o de uma prostituta do baixo meretrício. Foi deflorada aos 13 anos pelo patrão quando servia de pagem aos filhos [...] Depois disso foi para a zona, sendo recolhida pelo Juizado de Menores por ser menor, permanecendo 2 anos no asilo [...] A interessada parece ter uma

certa debilidade mental. Fala de maneira simplória e percebe-se que é também temperamental. É o tipo de prostituta servil, isto é, muito feminina e maternal, fácil presa nas mãos dos cáftens. Apesar de todo o seu passado e da sua vida atual, disse ter pensado inúmeras vezes em sair dessa vida, mas sem coragem para fazê-lo. Às vezes é tal o seu desespero, que, para não se matar, ajoelha-se e reza até se sentir mais calma⁹⁸

A interessada é mulata bem clara, com bons dentes, gorda, de aspecto simpático e limpa. Disse ter 19 anos mas aparenta ter muito menos. Manca de uma perna e tem um braço defeituoso. Gosta muito de falar, conta fatos de sua vida, as doenças que teve, com espírito e humor. Demonstra tanto no falar como no seu aspecto um ar simplório, dando impressão de sofrer de uma debilidade mental [...] Aos 13 anos foi deflorada, quando empregada em um hotel [...] Pela sua completa ignorância e pelo seu instinto sexual muito desperto, deve ser ótima mercadoria na mãos dessa cafetina, pois basta dizer que não lhe dá o próprio dinheiro, comprando para a interessada de vez em quando, somente o essencial. Não resta a menor dúvida ser a mesma uma débil mental, sem conhecimento e só levada por seu instinto sexual.⁹⁹

pais são falecidos. Desde 8 anos foi doméstica. Aos 10 anos foi deflorada pelo filho da patroa que contava com 18 anos. Procurava-a sempre. Para ela isso nada significava a não ser uma função normal. Mais tarde foi esclarecida por colegas e assim soube que “não era mais moça”. Começou a “virar-se” por aí, sendo muito procurada pelos estudantes do curso noturno. É do tipo de mulher “de trinca”, isto é, perambula pela cidade em companhia de outras. Já foi presa 4 vezes, ficando no Recolhimento da rua do Hipódromo. Bebe muito, principalmente pinga, tendo o hábito de fumar também. Tem 20 anos mas aparenta muito mais. Seu aspecto é de completo desleixo. Apresenta cicatrizes no braço provenientes de brigas com mulheres e homens. Tem um amigo mas esse não lhe dá nenhum vintém e até lhe explora”¹⁰⁰

Através dos relatos de vidas registrados nas monografias das assistentes sociais ao longo da década de 50¹⁰¹, podemos constatar que em sua maioria as mulheres que viviam e trabalhavam na zona confinada do Bom Retiro tinham origem muito pobre. Filhas de trabalhadores da roça, seringueiros, carvoeiros, rachadores de lenha, de empregados de estradas de ferro, pedreiros, entre outros, vinham de cidades do interior de São Paulo e de outros Estados.

O motivo de saírem de suas casas era variado, mas chama atenção a quantidade de jovens expulsas pela descoberta da perda da virgindade (chamada pelas assistentes sociais de “primeira falta”) e/ou por engravidarem. Consideradas

⁹⁸ VALENTE, 1951, p. 127.

⁹⁹ Ibidem, p. 129.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 149.

¹⁰¹ MEIRA, A. H. **O trottoir na cidade de São Paulo**, 1957; NAZARIO, M. P. **A casa de triagem e a reabilitação de prostitutas**, 1958; VALENTE, N. B. C. **Serviço de recuperação moral e social da mulher prostituída**, 1951. GIUDICE, M. **Plantão de serviço social junto à divisão de diversões públicas**, 1961. FURLAN, E. A. B. **Alguns aspectos da regulamentação da prostituição em São Paulo**, 1955. Disponível na biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC/SP. São Paulo.

perdidas, não podendo mais conseguir um bom casamento, saíam de suas cidades sem qualquer condição de se estabelecer em São Paulo. Em sua maioria analfabetas ou semialfabetizadas, o único emprego que conseguiam era de empregada doméstica, profissão da qual tinham verdadeiro pavor dada as condições de trabalho: exploração dos patrões e os miseráveis salários pagos, quando havia; em muitos casos era troca de comida e cama por trabalho não remunerado e sem horário de descanso. Muitas relatavam abusos sexuais dos patrões e filhos.

Foi possível quantificar os seguintes valores: como domésticas as mulheres ganhavam entre Cr\$ 400,00 a 600,00 por mês. Pagavam o aluguel de quartos ao valor de Cr\$ 300,00 e uma creche para filhos custava em torno de Cr\$200,00, ou seja, pouco ou nada restava do salário para sobreviver. Algumas afirmaram fazer dois turnos, trabalhando em casa de família durante o dia e indo a zona à noite para complementar a renda. Ainda assim, mesmo constatando em diversos momentos as desigualdades sociais intrínsecas das relações trabalhistas, as assistentes sociais condenavam a insubmissão das mulheres e trabalhavam para a manutenção da naturalização dessas mesmas desigualdades:

Enfim, as relações entre empregados e empregadores, em geral, estão cada vez mais tensas, e essa situação se reflete nos serviços domésticos. É a luta de classes, fomentada pelo marxismo, criando problemas que não existiam outrora, apesar da quase inexistência de leis trabalhistas. A antiga cordialidade foi substituída pela revolta, de um lado, e pela desconfiança do outro¹⁰².

No entanto, a realidade vivida pelas mulheres tornava-se uma constante contradição, difícil de administrar. A assistente social que escreveu o trecho acima, no mesmo trabalho denunciava como se estruturava a exploração do trabalho doméstico infantil. Em uma pesquisa com 100 prostitutas, a assistente retirou os seguintes relatos:

Há 29 casos em que a menor abandonada não é criada em Abrigos, e sim em casa de família estranha, onde é posta a fazer os serviços domésticos muitas vezes pesados para a sua pouca idade; não recebe ordenado algum e nem os patrões lhe fazem um pecúlio para o futuro, “pois é uma criança e não sabe trabalhar”. Mas é obrigada a fazer o mesmo trabalho que uma empregada adulta, embora suas faltas sejam punidas com castigos corporais, “porque é uma criança e precisa ser educada.

¹⁰² NAZARIO, M. P. **A casa de triagem e a reabilitação de prostitutas**. Trabalho de conclusão de curso da Escola de Serviço Social – PUC/SP. 1958, p. 118.

A transcrição das entrevistas com as prostitutas, assim como a descrição do processo de recuperação empreendidos pelas assistentes sociais, revelam as tensões e conflitos diante de visões de mundo muito distintas. O abismo social que as separavam impedia que se enxergassem como pertencentes a mesma natureza de mulheres, não havia diálogo ou empatia entre ambos os lados. O discurso professoral das assistentes sociais imprimia um tom de superioridade que desqualificava a complexidade da vida das meretrizes e desejos. Suas realidades concretas eram desconsideradas em favor das concepções do que deveriam ser a partir do que as assistentes sociais consideravam o correto.

Tratadas como incapazes de compreender suas próprias vidas, ignorantes e sem autonomia, as prostitutas, por outro lado, souberam valer-se muitas vezes dos serviços oferecidos pelo programa em benefício próprio, seja um local para abrigarem-se durante uma gravidez, um tratamento para desintoxicação alcoólica ou um tratamento de doença venérea. Muitas aceitavam a reabilitação somente para serem libertadas da prisão, na Delegacia de Costumes ou ainda no Presídio da Alegria localizado no Brás, para dias depois retornarem às ruas da mesma forma.

As assistentes sociais, embora acreditassem firmemente em seu trabalho, não possuíam o conhecimento das especificidades próprias da estrutura do funcionamento da prostituição. Em um universo regido por leis e regras próprias, tiveram que conviver com policiais corruptos, cafetinas e donos de boites protegidos pela legislação e por relações promíscuas com os poderes públicos. Sem muitos recursos e alternativas que pudessem corresponder a uma mudança realmente efetiva para as mulheres, o otimismo e ingenuidade foram mudando ao logo dos anos, nas palavras da assistente social:

A falta de vigilância das atividades dos lenões; falta de critérios na concessão e alvarás; corrupção dos indivíduos, substituindo as carteiras de meretrizes pelas de bailarinas; corrupção de indivíduos alterando documentos de menores, para lança-las em atividades perigosas; a própria justiça cooperando na impunidade dos lenões. Não é possível moralizar um povo, se as classes dirigentes não se moralizaram.¹⁰³

Relatavam ainda, a árdua tarefa que enfrentavam na recuperação das prostitutas. No primeiro Centro de reabilitação, os principais problemas apontados

¹⁰³ FURLAN, 1955, p. 31.

por elas era a falta de cooperação e interesse da própria mulher, o analfabetismo, a ignorância quanto ao prejuízo de uma conduta anti-social e a personalidade imoral¹⁰⁴. Justificavam a falta de aderência ao projeto pelas mulheres por toda sorte de perturbações mentais. O Drº Ferraz Salles, tendo examinado 130 prostitutas que passaram pelo Centro de Recuperação (frisando que à época foram contabilizadas mais de 20 mil prostitutas em São Paulo), concluiu que apenas duas podiam ser consideradas “normais” dentro do que consideravam distúrbios mentais à época:

Epilepsia.....	20
Personalidade psicopáticas.....	18
Encefalopatia na infância.....	18
Psicoses.....	02
Débeis psicopatas.....	04
Caráter mal formado com conduta psicopática.....	66
Normais.....	02 ¹⁰⁵

Embora as mulheres tivessem liberdade de deixar o tratamento a qualquer momento, vivendo no centro de reabilitação deveriam seguir as regras previstas. Como em um internato, só poderiam sair com autorização, deveriam cumprir tarefas domésticas e a leitura era controlada para não despertar desejos, havendo também momentos de recreação e de oração. Quando as meretrizes aceitavam as regras propostas, eram consideradas capazes de recuperação por ainda guardarem um mínimo da moral em espíritos. Já quando resistiam, se insurgiam ou abandonavam o tratamento, automaticamente eram incluídas na categoria das imorais, irremediavelmente perdidas e sem caráter. Daí levarmos em conta quais os critérios utilizados pelos médicos que atendiam nos centros.

Por fim, o projeto inicial que visava a uma total transformação das prostitutas em mulheres de “bem” atenderia um número ínfimo de prostitutas¹⁰⁶ se comparado com a quantidade delas em atividade pela cidade. Em grande medida, somente as que não se adaptavam ou não tinham condições físicas recorreram efetivamente à internação para a recuperação proposta pelo Serviço Social. Importante frisar o processo de mudança dentro do Serviço Social.

Embora reproduzissem o discurso dominante, as assistentes sociais tiveram uma grande participação e peso na campanha pelo fim do sistema regulamentarista

¹⁰⁴ FURLAN, 1955, p. 100.

¹⁰⁵ NAZARIO, 1958, p. 86.

¹⁰⁶ No 1º Centro de Recuperação deram entrada 100 mulheres entre agosto de 1952 a setembro de 1954. FURLAN, Op. cit., 1955, p. 140.

e o confinamento das prostitutas na zona do meretrício. A produção acadêmica do Serviço Social sobre o tema foi abandonando aos poucos o discurso moralista psicobiologizante, cedendo espaço para um posicionamento mais combativo em relação a estrutura que mantinha a prostituição, muito embora ainda evitassem confrontar o Estado, responsabilizando-o diretamente como parte da reprodução das desigualdades sociais.

1.5 Pelas venezianas do Bom Retiro

A depender dos documentos e textos oficiais produzidos pelas diversas autoridades sobre a prostituição na cidade de São Paulo analisados até o momento, nada saberíamos sobre o universo da zona confinada no Bom Retiro durante a década de 1940 até seu fechamento em 1953.

Afinal, como vislumbrar a dinâmica do ambiente prostibular, sons, cheiros, cores, linguagens, intrigas, violências e amores, se como uma chaga a ser esquecida, nem mesmo o nome da icônica rua Itaboca permaneceu o mesmo? Foi preciso buscar referências em outras fontes através de um mosaico composto por fragmentos dispersos de memórias, jornais e da literatura para podermos minimamente nos aproximar dos sentidos que marcaram a vivência de mulheres e homens impactados pelo confinamento na antiga zona das ruas Itaboca e Aimorés.

A começar pelo primoroso conto “Paulinho Perna Torta” do escritor paulistano, João Antônio. Seu personagem nos proporciona um mergulho na vida pulsante que os dados frios e quantitativos dos doutores tingiam sem brilho. Sua fictícia história foi intimamente construída pelo escritor em meio aos eventos reais que marcaram a existência e o fim do meretrício no Bom Retiro.

Criado nas ruas, sem eira nem beira, pai ou mãe, Paulinho Perna Torta, fazia de tudo um pouco para sobreviver, diz o personagem-narrador: “comecei por baixo, baixo, como todo sofredor começa. Servindo para um, mais malandro, ganhar. Como todo infeliz começa”¹⁰⁷. Engraxava sapatos na estação ferroviária da Luz e à noite quando arrumava uns trocados, conseguia dormir em uma pensão da rua do Triunfo:

¹⁰⁷ ANTONIO, *Contos...* 2012, p. 237.

[...] aquilo, àquele tempo, já era o casarão descorado dos dias de hoje, já pensão de mulheres. Mas abrigava também, à noite, magros, encardidos, esmoleiros, engraxates, sebosos, aleijados, viradores, cambistas, camelos, gente de crime miúdo, mas corrida da polícia.¹⁰⁸

Essa viração, termo usado para designar todo tipo de atividade informal ou mesmo ilícita para ganhar a vida, segundo Paulinho Perna Torta, ficava restrita em algumas ruas da região central. O bairro de Santa Ifigênia ainda mantinha lojas e confeitarias respeitáveis pelos idos dos anos 40, e era frequentado por pessoas que vinham dos bairros mais elegantes da cidade. As casas que mantinham meretrizes e jogatina tinham que funcionar às escondidas. Carateado, dadinhos, sinuca e mulheres só com a máxima discrição, conforme relata o personagem:

[...] os rendez-vous lá da rua Aurora, da rua dos Timbiras, Vitória e Guaianazes. Mas só. E tudo juntinho, arrumadinho, direitinho. Organizado, mulheres de preço. Podia fazer forrobodó não. Àquilo tudo de nome francês, a gente dava outro nome. Da gente. Pensões Alegres.¹⁰⁹

Paulinho Perna Torta nos conduz pelas ruas centrais da cidade e pelos espaços ocupados pela malandragem. Conta que durante o dia a Rua Direita era ocupada por um intenso comércio de lojas populares. Os viradores ofereciam nas ruas aos gritos, de tudo um pouco: frutas, selos, mapas, livros; cambistas anunciavam o jogo do bicho: “burro, cavalo e cobra” no meio do vai e vem de pessoas. Ao cair da noite, a rua mudava de fisionomia, tornava-se território dos negros que lá se concentravam. Paulinho Perna Torta declarava: “para eles, a Direita é um código à noite, um famoso ponto de aponto quando se pretende um encontro”¹¹⁰. Já a rua Barão de Paranapiacaba, estreitinha e escondida, fervia reunindo a fauna da malandragem, lá em vez de se gritar matutava-se os negócios. Gente de todos os tipos, homens com dinheiro e pés de chinelo dividiam o mesmo espaço:

[...] parados, espiando, traçando charlas, acompanhando pernas que passam, juntam-se bookmakers, cambistas, passadores de maconha e de tóxicos, engraxates, camelos, gente da polícia, otários. Viciados da sinuca,

¹⁰⁸ ANTONIO, **Contos...** 2012, p. 238.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 241.

¹¹⁰ Ibidem, p. 244.

dominó e do baralho, maldormidos e muito brancos, sobem para o primeiro andar lá no Taco de Ouro [...]”¹¹¹

Outro personagem de ficção do romance “Memórias de um Gigolô”¹¹², do escritor Marcos Rey poderia ser considerado o contraponto do abandono e da pobreza vivido pelo personagem Paulinho Perna Torta. Mariano, o personagem-narrador do livro, teve mais sorte na infância, viveu sob os cuidados da cafetina Madame Lara desde que perdera sua tia, Madame Antonieta, conhecida cartomante e benzedeira. Servindo de faz tudo para as moças que trabalhavam no bordel, conclamava que não nascera para o trabalho duro e assalariado.

No romance é possível identificar o momento em que ocorre a transferência do meretrício da região central da cidade para o Bom Retiro no início da década de 40. Mariano rejeita acompanhar sua velha protetora para o novo endereço, temendo presenciar a sua rápida e triste decadência comercial na nova zona pobre. Preferiu seguir a vida entre pequenos golpes e os lucros advindos de sua amada Guadalupe, prostituta que dividiria com Esmeraldo, outro cáften, pelo resto dos dias.

Antes da expulsão, Mariano relata que viviam todos felizes no casarão comandado pela cafetina, chamada de capitã. Até que a notícia que há tempos corria nos jornais se confirmava: seriam todos despejados para longe do centro. Sem alternativa, Madame Lara, que já perdera o direito à casa, transportava móveis e utensílios mais caros para a zona. Em um sábado, a polícia encostou um enorme tintureiro¹¹³. Sem pedir licença ou tocar a campainha, arrombaram a porta e foram entrando. Os moradores e clientes conseguiram escapar pelos fundos e de longe Mariano narrou o que considerava o fim de uma época:

Chegamos à esquina da rua, e de lá se podia ver perfeitamente o casarão que madame Lara habitara durante tantos anos. Um tumulto na porta, gente gritando, guardas, tiras, cachorros, estudantes e curiosos.¹¹⁴

Sobre a transferência do meretrício para o Bom Retiro, histórias esparsas foram encontradas durante a pesquisa em sites da internet. São memórias narradas por pessoas que vivenciaram o momento da chegada das meretrizes no bairro, revelando nas entrelinhas a repressão e a arbitrariedade praticadas pelo Estado com

¹¹¹ ANTONIO, *Contos...* 2012, p. 245.

¹¹² REY, 2003.

¹¹³ Carro grande da polícia.

¹¹⁴ REY. Op. cit., p. 66 a 70.

as mulheres e também o impacto sofrido pelas famílias com a chegada da nova vizinhança.

No site dedicado ao time do Anhanguera Futebol Clube, encontra-se o relato do dia em que os jogadores presenciaram o que seria uma nova etapa na história da prostituição em São Paulo, o confinamento oficial da zona. O time, vencedor do “Torneio Monstro de Futebol de Várzea”, decidiu que a comemoração deveria estar à altura do título, rumando todos para a rua Itaboca, já conhecida pela jogatina e casas de tolerância concentradas na discreta rua:

O Torneio Monstro, temível até no nome, era o fino do futebol amador; só esquadrão. Barraca, goleiro do Anhanguera, garantiu o título defendendo um pênalti. A solene comemoração do título, um dos mais importantes da história do clube, foi justamente na Rua Itaboca, naquela noite de sábado. A comitiva anhanguerista chegou, liderada pelo próprio Barraca, à rua da perdição soltando fogos e empunhando garrafas de todas as categorias com mais de 40 homens; todos os jogadores, comissão técnica e alguns torcedores. A Itaboca era uma rua democrática – turcos, alemães, judeus, italianos e uns poucos negros se esbaldavam ali – e perigosa, pois a jogatina (principalmente o pôquer e ronda) era pesada. A patuscada já seria inesquecível, mas havia de ser antológica devido à surpresa que se seguiu.¹¹⁵

O depoimento demonstra o momento em que todos acompanharam perplexos quando os carros da polícia chegaram trazendo as mulheres expulsas da região central da cidade por ordem do governo Adhemar de Barros:

[...] a justa foi de uma praticidade tremenda. Na mesma madrugada, sem aviso prévio, botaram as donzelas nos camburões e despejaram todas – dizem que mais de 50 – na Itaboca; confinando a partir de então todas no Bom Retiro. A cena presenciada pelos campeões do Anhanguera, foi inacreditável; mulheres eram trazidas em camburões e se juntavam às que já eram do lugar. O auge da noite se deu com nossos atletas valsando no meio da rua com as cabrochas nuas.¹¹⁶

A festa dos campeões só foi interrompida com outra chegada, mas dessa vez para encerrar a festa:

[...] as quatro da madrugada encostaram várias “barcas” do Desinfectório [...]. Os técnicos de saúde – escoltados por leões de chácara armados – recolheram dois bêbados e, na base da força, anotaram nome e documento de uma meia dúzia de incautos; ser levado como “contaminado” naqueles dias era pior que amargar xadrez por atentado ao pudor. Palhinha, nosso

¹¹⁵ TIRONE, A. **Os monstros da Itaboca**. 2008.

¹¹⁶ Ibidem, 2008.

center-alfô, que já havia sido guardado no Hospital de Isolamento anos antes e sabia que a coisa era séria, coordenou a fuga dos campeões pela linha do trem até a porteira da Rua Anhanguera.¹¹⁷

Os relatos encontrados na pesquisa apontam que muitos moradores foram pegos de surpresa pela transferência compulsória das meretrizes e o pavor que sentiam pela aproximação com as mulheres. Nahum Mandel, ao descrever suas memórias de infância no bairro do Bom Retiro, relembra o dia em que retornando do grupo escolar para casa se deparou com uma grande algazarra:

[...] a rua José Paulino estava um reboiço de mulheres nuas, e soldados e civis abraçando-as e rindo. Um Carnaval surrealista! As lojas estavam cerradas e tive que entrar em casa pelo corredor do quintal. Encontrei minha mãe apavorada. Ela correu ao meu encontro, me abraçou e me introduziu em casa: "o que está acontecendo?", perguntei. "Prostitutkes".¹¹⁸

O mesmo relato pode ser encontrado nas memórias de Anthony Mennitto. Aluno no Colégio Liceu Coração de Jesus localizado no vizinho bairro dos Campos Elíseos, o trajeto para ir à escola fazia com que cruzasse com as esquinas das ruas Itaboca e Aimorés. Relembra que morria de vergonha de ser abordado por uma das mulheres extravagantemente trajadas e que sua mãe lhe ensinara que as meretrizes carregavam doenças. Diz que não sabia muito bem do que se tratava, mas que se mantinha a distância com medo que alguma delas o tocasse.¹¹⁹

Os antigos moradores que possuíam condições econômicas vendiam ou alugavam suas casas e iam embora fugindo da infame vizinhança. Os que não tinham saída ainda procuraram reverter a decisão governamental através de abaixo assinados conforme pesquisa de Sarah Feldman:

A instituição da zona vai suscitar o protesto por parte de moradores do bairro. Em 1940, um mês após a determinação do interventor Adhemar de Barros, 18 estabelecimentos de ensino localizados a uma distância que variava de 110 a 900 m do local lançam um manifesto solicitando sua retirada do Bom Retiro. Assinaram o manifesto creches, escolas particulares e públicas de primeiro grau, além das Faculdades de Odontologia e de Engenharia da USP, instaladas no bairro desde 1893 e 1905 respectivamente.¹²⁰

¹¹⁷ TIRONE, 2008.

¹¹⁸ MANDEL, N. **Testemunho de um sonho (Brasil, 1935-1948)**. Kiburz Gaash, Israel, 2009.

¹¹⁹ MENNITTO, A. **Zona do meretrício**. 2012

¹²⁰ FELDAMN, 1989. p. 82

Porém, sem sucesso, o máximo que conseguiram anos mais tarde foi a instalação de um posto policial controlando a entrada e saída da zona.

No romance “Rua Aimorés”, do escritor Nuto Sant’Anna¹²¹, o narrador nos conduz pela história de amor entre uma meretriz e um pobre coitado que tocado pelo amor se transforma em outro homem. A descrição do ambiente é rica em detalhes e delinea a vida cotidiana no bairro do Bom Retiro. Dizia que ali durante o dia um desavisado custaria a acreditar que existia uma zona do meretrício, a não ser por uma ou outra mulher que mexia com os passantes através das venezianas, a rua possuía as mesmas cenas diurnas de uma outra rua qualquer. Carrocinhas de leiteiros, padeiros, verdureiros, catadores de papel, compradores de garrafas e latas vazias. As meretrizes desempenhavam as tarefas domésticas: limpavam vidraças, enceravam os assoalhos, recolhiam o lixo, lavavam roupas e compravam mercadorias dos vendedores. Narrava que na hora do almoço:

[...] se espalhavam por toda zona descontraídos odores de comida e petisqueiras: dos conventilhos em que havia refeição, evolava-se o cheiro apimentado e envinagrado dos churrascos e das batatinhas, de sopas e saladas; e dos botequins, o dos pastéis, das empadas e coxinhas, dos bolinhos de bacalhau, das sardinhas fritas em azeites inferiores.¹²²

Mas, com o tempo, o *bas-fond* que antes ficava restrito à rua Itaboca e Aimorés foi se esparramando pelas ruas próximas para acomodar o grande número de casas de tolerância, bares e restaurantes, segundo Hilário Dertonio sobre a história do bairro do Bom Retiro:

[...] a nova má fama da Aimorés correu a cidade inteira, de onde vinha a rapaziada, ávida de aventuras e de um pouco de ventura, espiar atrás das venezianas ou das portas entreabertas os rostos femininos faceiramente pintados e convidativamente sorridentes¹²³.

Já ao cair da noite as cores do sexo e da boemia tomavam conta do ambiente. Na rua José Paulino desembarcavam homens de todas as partes da cidade em direção à zona. O narrador do romance “Rua Aimorés” revela a mudança:

¹²¹ SANT’ANNA, 1958, p. 41.

¹²² Ibidem, p. 42.

¹²³ DERTÔNIO, H. **O bairro do Bom Retiro**. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura do Município de São Paulo. Série História dos bairros de São Paulo, IX, 1971, p. 69.

[...] na rua ia e vinha, incessantemente, uma fila heterogenia de basbaques. Indivíduos de todos os tipos e todas as idades. Moços e velhos. Comerciantes, funcionários, operários, soldados. Trocavam-se ditos, uns jocosos, outros grosseiros. Os itinerantes a cada passo se detinham ante as rótulas, contemplando as odaliscas – estátuas de cera, modelos de semi-nudez artística ou bonecas de trapo e também espantalhos de horta expostos na vitrina.¹²⁴

Como descrito pelo narrador, as meretrizes ficavam expostas atrás de portas de madeiras vazadas do tipo veneziana que eram chamadas de rótulas. Através delas, os homens escolhiam as mulheres conforme o gosto e o dinheiro que se dispunham a pagar. O autor afirma que na rua Itaboca se concentravam as mais pobres e simples. Com o preconceito corrente à época, aponta as “nacionais” como a escória das prostitutas, composta por negras e caboclas sem estudos e sem condições de morar fora da zona. Residiam nas casas de tolerâncias e sofriam duramente o julgo das cafetinas. Já na rua Aimorés concentravam-se as mais bonitas e bem cuidadas, brancas e estrangeiras que, na maior parte, moravam nas próprias casas longe da zona, eram as chamadas avulsas:

[...] de classe mais elevada ou pelo menos mais abonadas, que para lá trotavam à hora certa, pensando menos no relógio de ponto do que no lucro [...] essas chegavam tarde e se recolhiam cedo. Juvenis ou balzaqueanas, de aspecto honesto, residiam em apartamentos do centro ou em bairros, com a família, onde eram família¹²⁵.

Dispostas atrás das venezianas verdes ou azuis, convidavam os passantes para alguns momentos de prazer, os “itinerantes a cada passo se detinham ante as rótulas, contemplando as odaliscas”¹²⁶.

Em um site de memórias paulistanas, Leonello Tesser relembra quando finalmente completou 18 anos e pode frequentar os lugares proibidos para menores. Juntamente com uma turma de amigos foi pela primeira vez conhecer a zona do Bom Retiro. Pegaram o bonde Casa Verde no Largo de São Bento e desceram à rua José Paulino. O movimento era intenso. Leonello guarda ainda hoje os momentos vividos com Dulce em sua primeira relação sexual e as músicas que embalavam os encontros ilícitos que ecoavam da Rádio América em seu programa Cortina Mexicana:

¹²⁴ SANT'ANNA, 1958, p. 14.

¹²⁵ Ibidem, p 43.

¹²⁶ Idem.

[...] pintor nascido em mi tierra, con el pincel extranjero...", ou ainda "En el camino verde, camino verde que vá a la ermida, desde que tu te fuiste lloran de pena las margaridas..." ou "Dos almas que nel mundo, habia unido Diós, dos almas que se amavam, dos éramos tu y yo..." ou então "Besame, besame mucho, como si fuera esta noche la ultima vez..."¹²⁷

Retomando a trajetória de Paulinho Perna Torta no submundo da malandragem, o conto de João Antônio traz as paixões e intrigas que permeavam as diversas relações que se configuravam na zona. Após ser levado para trabalhar no bar de Laércio Arrudão, na esquina da rua Itaboca, Perna Torta descreve o lugar como ponto de encontro de todas as figuras do universo do bas-fond: “[...] os vadios das curriolas, os trouxas das ruas, os tiras das rondas, as minas, as cafetinas, os invertidos, as empregadas da zona e os malandros”.¹²⁸

Logo, o personagem vivia um caso com Ivete, moradora da rua Aimorés. A meretriz batalhava a noite toda pelos clientes, dormia até tarde para se recuperar de todo cansaço e recomeçar tudo novamente. Mas era nos braços de Perna Torta que dormia e amanhecia dias: “[...] nas manhãs, ficar com Ivete é bom, que é bom entrar nela ainda no sono, naquela madorna gostosa, na quentura das coxas se abrindo, os beijos que duram, duram os olhos gozando fechados debaixo de mim”.¹²⁹

Ivete era ciumenta, fazia escândalos com as mulheres que se engraçavam com Paulinho e depois descambava a brigar com ele. Arrudão, o chefe do jovem personagem, lhe ensinava como deveria tratar uma prostituta: em mulher de zona quem manda e desmanda é o malandro. À meretriz cabia lhe tratar como um rei e lhe dar dinheiro. Caso contrário, resolvia-se no sopapo.

Desse dia em diante, o amor ingênuo do jovem rapaz deu lugar ao início do reinado de Paulinho Perna Torta como cafetão. Ivete agora, além de sustentar-se, teria que sustentar também seu amante. Quando se cansava, depois de quatro ou cinco clientes, tinha que buscar animo em remédios e drogas:

[...] odetrina misturada com a espasmo de Cibalena ou qualquer primeiro barato que encontra na farmácia. Coraçõzinho ou baratinho, maconha ou picada de injeção. Todo barato é um incentivo quando uma mulher tem vontade e um homem para sustentar.¹³⁰

¹²⁷ TESSER, L. **O bairro do Bom Retiro e a “zona boemia”**. 2010

¹²⁸ ANTONIO, **Contos...** 2012, p. 246.

¹²⁹ Ibidem, p. 248.

¹³⁰ ANTONIO, **Contos...** 2012, p. 248.

Mas a carreira de cáften de Paulinho Perna Torta na zona confinada não duraria muito tempo. Na ficção assim como na realidade, a polícia fechava o cerco contra os exploradores do lenocínio no início de década de 50.

Por determinação do titular da Delegacia de Costumes, Tavares Carmo, várias mulheres foram presas e encaminhadas à delegacia onde foram advertidas: “a mulher que se entregar à prática de sustentar o amasio, além deste ser processado na forma da lei, terá ela suas atividades cassadas no ilícito mister”.¹³¹ A campanha moralizadora iniciada pelo governador Lucas Nogueira Garcez e colocada em prática pela Delegacia de Costumes não deixava escapar nenhum indivíduo que atentasse contra os bons costumes.

O jornal “A Platéia” noticiava que um grupo de homossexuais fora detido na praça Ramos de Azevedo e levados presos pelo delegado que realizava um trabalho profilático nas rodas suspeitas da cidade. Dizia a matéria: “[...] estão esses policiais empenhados no combate aos anormais que infestam a cidade causando com trejeitos públicos e modo de agir, verdadeiro escândalo”.¹³²

O mesmo jornal noticiava, dias depois, uma série de prisões na Ladeira da Memória, relatando que: “tratava-se de um conventinho em que residem apenas homossexuais”¹³³. Cinco homens que trabalhavam como garçons na rua Aimorés na zona do Bom Retiro, após serem ouvidos pelo delegado Eduardo Tavares Carmo, foram encaminhados ao cartório e posteriormente mandados para o presídio do Hipódromo. Embora tivessem trabalho e residência, a sexualidade considerada anormal pelas autoridades era passível de correção pela prisão.

O conto de Paulinho Perna Torta narrava que a zona fervia de invertidos, muitos fazendo papel de empregadas domésticas. Chamava-os de fricoteiras, fuxiqueiras e melindrosas. Com suas bocas e olhos pintados, faziam até regime para emagrecer: “[...] querem-se enxutos, apertando-se em panos que não são nem de homem, nem de mulher. Um é Carmem, outro Margarida, Dolores, Rosana...sei lá.”¹³⁴

Mas o personagem lembrava que essa delicadeza podia acabar diante de alguma contrariedade. Citava por exemplo, o homossexual conhecido como Império:

¹³¹ Jornal “A Platéia”. **Mulheres de malandros advertidas pela polícia**. 28/05/1952.

¹³² Jornal “A Platéia”. **Suspeita a polícia da existência de verdadeiro comercio de anormais**. 26/05/1952.

¹³³ Jornal “A Platéia”. **Anormais detidos pela ronda policial**. 28/05/1952.

¹³⁴ ANTONIO, **Contos...** 2012, p. 259.

Trabalha a navalha, bate carteira, corria o pé e joga cacheta. É um acordado no baralho. E se enraivecido fica cabreiro. Que se cubram, então. Império é ponta firme numa briga. Como poucos malandros. No entanto, a onda de valente se vai depressinha. Perde a ginga de brigador; Império volta a rebolar à passagem dos machos, fazendo gritinhos e se desmunhecando. Algum nojo, eu sinto. Mas são viradores também, sofredores sem eira nem beira. E para final, cada um é cada um.¹³⁵

A repressão policial na cidade seguia. Parte da campanha saneadora do governador atingia os hotéis considerados suspeitos¹³⁶ e proibía os casais de se hospedarem por curta permanência, os chamados “sem bagagem”. As gafeiras também não foram esquecidas. Segundo o jornal “A Platéia”, a diligência policial surpreendeu no “Clube Amarelinho” localizado na Praça João Mendes, “trinta e um menores, em desenfreada orgia, dançando e alcoolizando-se.”¹³⁷ Foram todos encaminhados ao Juizado de Menores e requerida a interdição do baile.

Em decreto de 1953¹³⁸, o prefeito Jânio Quadros suspendia a concessão de licenças para o comércio de bebidas alcoólicas, não só na zona do meretrício como também, na Praça da Sé, Praça Clovis Bevilacqua e Praça João Mendes. Os restaurantes situados nesses endereços somente poderiam oferecer bebidas desde que consumidas na mesa durante as refeições.

A cada dia que passava a Polícia de Costumes intensificava a repressão no Bom Retiro. O jornal “Diário da Noite”¹³⁹ noticiava que as mulheres que não tinham registro definitivo pela Polícia de Costumes, a chamada “ficha branca”, foram proibidas de ingressar na zona. Segundo o jornal, houve cenas de desespero no momento em que as mulheres foram avisadas que deveriam abandonar as casas. Algumas caíram em prantos, dizendo aos gritos que tinham famílias e filhos para sustentar, umas ameaçavam suicidar-se e outras diziam que prosseguiriam a viver do mesmo jeito, seja pelas ruas da cidade ou no interior.

No dia seguinte, o mesmo jornal¹⁴⁰ relatava que mais de 300 mulheres que trabalhavam como clandestinas foram retiradas da zona, mas questionava a eficiência da medida e o trabalho do Serviço Social para resolver a questão, pois

¹³⁵ ANTONIO, **Contos...** 2012, p. 259.

¹³⁶ Jornal “A Platéia”. **Hotéis suspeitos serão fechados**. 10/06/1952

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Decreto nº 2.240 de 27 de agosto de 1953.

¹³⁹ Jornal “Diário da Noite”. **Chaga de corrupção**, 07/01/1953.

¹⁴⁰ Jornal “Diário da Noite”. **Combate ao Lenocínio**, 08/01/1953.

cerca de 80 mulheres que foram expulsas da zona estavam trabalhando pelas ruas da cidade quando foram surpreendidas pela polícia.

A major Helene Londahl,¹⁴¹ do Exército da Salvação, participava da luta para o fim da zona confinada e se mostrava confiante na campanha em curso, definindo-a como um esforço de saneamento moral que seria uma das melhores contribuições para a festa do IV Centenário.

No cruzamento entre ficção e realidade, o escritor João Antônio narrou seu personagem Paulinho Perna Torta preocupado com a repressão policial contra a prostituição e os exploradores do lenocínio que fechava o cerco. Pressentia que as coisas não acabariam bem naquele final de ano de 1953. A zona já não era a mesma, as mulheres eram expulsas, os malandros estavam sumidos e os jornais defendiam a atuação das autoridades.

No dia 30 de dezembro, o governador Lucas Nogueira Garcez em pronunciamento anunciava a ordem para a extinção da zona do Bom Retiro: todas as casas deveriam ser fechadas. Em cumprimento à ordem, na tarde do dia 31 de dezembro, a Polícia de Costumes e a Força Pública sitiaram a zona que abrigava cerca de 650 mulheres que residiam em 161 prostíbulos - cordões de isolamento impediam a entrada dos fregueses desavisados que chegavam em busca de diversão¹⁴². A ordem era clara: homem não entra.

O silêncio dos conventilhos do primeiro momento foi interrompido pela insurgência das mulheres. Inconformadas com a expulsão, centenas saíram às ruas em protesto, gritando improperios, rasgando suas roupas, atirando móveis pelas janelas, incendiando cadeiras e mesas.

A notícia da morte de Antônia, moradora da rua Aimorés, vítima de um colapso, esparramou-se pelos lupanares causando grande comoção. Com maior revolta, as mulheres furaram o cerco da polícia e alcançaram a rua José Paulino¹⁴³, houve quebra-quebra e gritaria. As meretrizes Arinda, Guiomar e Alice entraram em conflito com um comerciante. Atingidas por uma barra de ferro, as duas primeiras foram encaminhadas ao Hospital das Clínicas em estado grave.

As autoridades da Central de Polícia, do Departamento de Ordem Política e Social, o Batalhão de Choque e o Corpo de Bombeiros foram acionados e as

¹⁴¹ LONDAHL, H. **A campanha contra o lenocínio**. Brasil: S.C.P, s.d.

¹⁴² Jornal "Folha da Tarde". **Fechada a zona do meretrício**, 02/01/1954.

¹⁴³ Jornal "A Noite". **Rebelião de Mulheres**, 04/01/1954.

mulheres eram dispersadas com jatos de água¹⁴⁴. Paulinho Perna Torta escondido em uma caixa d'água narra o fim da zona do Bom Retiro e a violência contra as mulheres:

Inundam casas, tocam fogo nos colchoes, entortam janelas, com guinchos arrebetam as portas. Estraçalham, estuporam, quebram. Atacam as minas, arrancadas do sono e quase nuas. Batem e chutam como se surrassem homens [...]. Os homens da lei apitam, tiros, os cassetetes sobem e descem. E os cavalos vão pisando.¹⁴⁵

Animado com trabalho da polícia e com a campanha de recuperação das meretrizes, o diretor do Serviço Social do Estado de São Paulo dizia em entrevista aos jornais: “[...] dentro de poucos dias já ninguém se lembrará da antiga zona do baixo meretrício do Bom Retiro e as infelizes que lá morriam aos poucos terão vida longa e bem melhor, que é o que elas merecem”¹⁴⁶.

Sua previsão cumpriria apenas a primeira parte. Com o fechamento da zona do meretrício em dezembro de 1953, alguns vereadores paulistanos propuseram a mudança do nome das ruas como forma de apagar da memória o passado considerado imoral. Entre os projetos constavam nomes como Rua do Bom Retiro, rua da Luz, Paracaina e Araruna. Em 1957, o vereador Jacob Zveibil encaminhou um projeto de lei solicitando a mudança do nome da Rua Itaboca. O nome escolhido não poderia ser mais simbólico, passaria a chamar-se Rua Cesare Lombroso. Em sua justificativa, o vereador enaltecia o famoso criminologista por sua contribuição ao introduzir a biologia nos estudos sobre os criminosos:

[...] revolucionária transformação passada por esse ramo da ciência, introduzindo no estudo do criminoso, um conceito biológico (sic). Lombroso abalou os antigos fundamentos da ciência penal. Substituiu o antigo conceito de crimilogia (sic) que visava o estudo do crime em abstrato, para o estudo concreto do criminoso¹⁴⁷.

Mesmo reconhecendo o descrédito das teorias lombrosianas, o vereador defendia sua importância: “[...] embora hoje muitas das suas ideias não sejam

¹⁴⁴ Jornal “O Estado de São Paulo”. **Manda o governador sanear o Bom Retiro**, 03/01/1954.

¹⁴⁵ ANTONIO, **Contos...** 2012, p. 266 e 267.

¹⁴⁶ Jornal “Diário da Noite”. **Sessenta mulheres somente ainda estão no Bom Retiro**, 06/01/1954.

¹⁴⁷ Projeto de Lei nº 324 de 02/05/57.

aceitas, mas o importante é o estudo do criminoso, que sobrepuja em interesse científico e social, a definição da figura penal”¹⁴⁸.

A Comissão de Educação e Cultura deu parecer favorável à mudança do nome da rua e sua justificativa deixa clara a herança biodeterminista do médico italiano entre nós: “[...] porque Cesare Lombroso foi um dos luminares no campo do Direito Penal, merecendo essa justa homenagem, enquanto que o atual nome da rua lembra a degenerescência (sic) do antigo “bas-fond” de São Paulo”.¹⁴⁹

Encerrava-se dessa forma o passado imoral das ruas que abrigaram por mais de uma década uma zona confinada em São Paulo. Os esforços para seu esquecimento sugerem seu triunfo, dado o pouco material encontrado a respeito ou mesmo a surpresa que muitos revelam ao saber de sua existência.

No entanto, não se pode dizer o mesmo sobre a segunda parte da previsão do diretor do Serviço Social. O fechamento da zona não proporcionou uma vida melhor para aquelas mulheres. Como resultado de toda medida repressiva por parte do Estado, a questão da prostituição mais uma vez apenas mudou sua geografia, e nesse caso ela tomaria proporções muito maiores que as anteriores, transformando as ruas da região central da cidade no maior território de prostituição da história de São Paulo.

¹⁴⁸ Projeto de Lei nº 324 de 02/05/57.

¹⁴⁹ A mudança foi aprovada pela Câmara municipal pela Lei nº 5.497 de 02/05/1958.

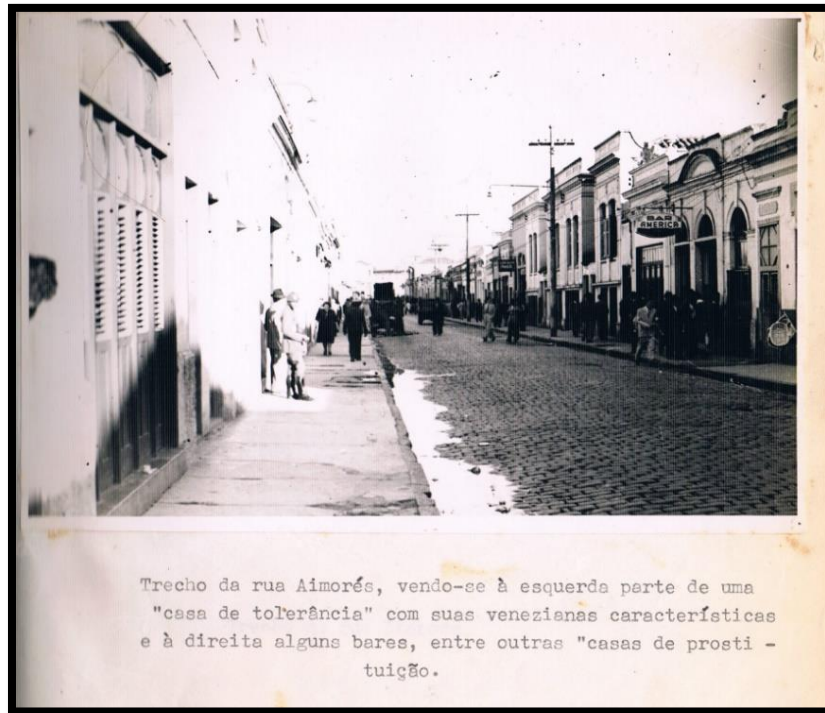


Imagem 1. Rua Aimorés. Zona do meretrício confinada no bairro do Bom Retiro. Fotografia original anexada à monografia de Elvira Aguiar Borges Furlan: *Alguns aspectos da regulamentação da prostituição em São Paulo*. Escola de Serviço Social – PUC/SP, 1955



Imagem 2. Rua Itaboca na zona confinada. Atual Rua Cesare Lombroso no bairro do Bom Retiro. Fotografia: Elvira Aguiar Borges Furlan, 1955

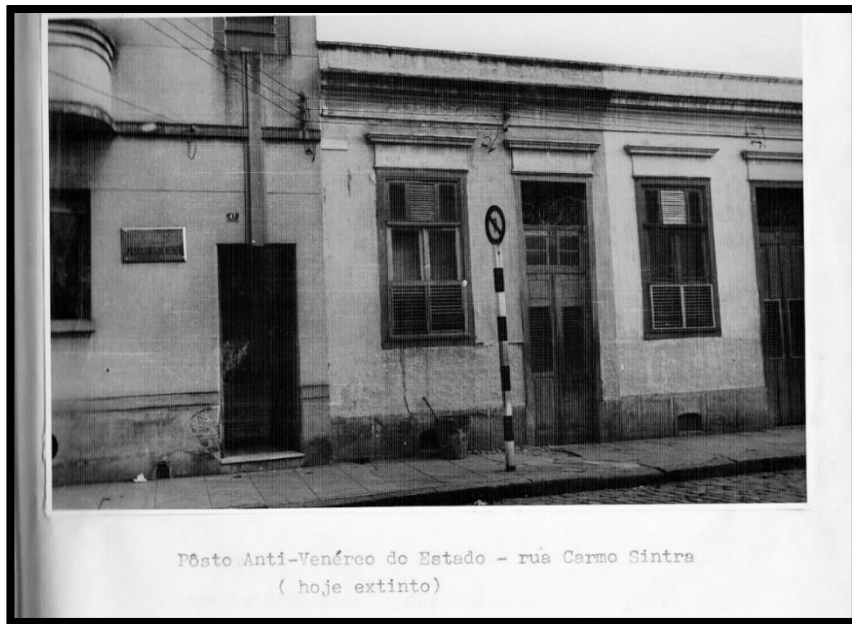


Imagem 3. Posto antivenéreo do Estado na Rua Carmo Cintra no bairro do Bom Retiro.
Fotografia: Elvira Aguiar Borges Furlan, 1955



Imagem 4. Ambulatório antivenéreo particular na zona confinada no bairro do Bom Retiro.
Fotografia: Elvira Aguiar Borges Furlan, 1955



Imagem 5. Prostíbulo na zona confinada no bairro do Bom Retiro.
Fotografia: Elvira Aguiar Borges Furlan, 1955



Imagem 6. Prostíbulo na zona confinada no bairro do Bom Retiro.
Fotografia: Elvira Aguiar Borges Furlan, 1955

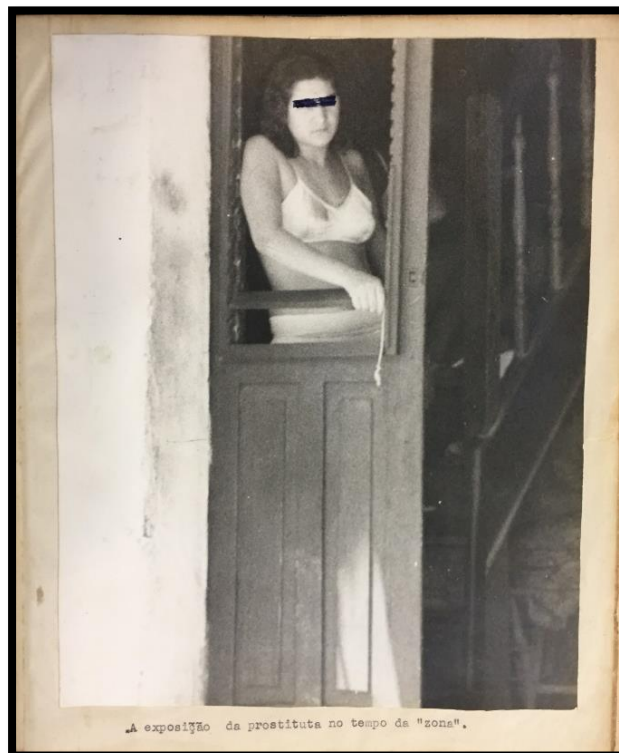


Imagem 7. Mulher na zona confinada no bairro do Bom Retiro.
Fotografia original anexada à monografia de Alvimar Helena Meira: O "Trottoir" na cidade de São Paulo. Escola de Serviço Social – PUC/SP, 1957



Imagem 8. O *trottoir* em rua desconhecida.
Fotografia: Alvamar Helena Meira, 1957



Imagem 9: O *trottoir* em rua desconhecida.
Fotografia Alvamar Helena Meira, 1957

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DAS FINANÇAS
EXERCÍCIO DE 1955
ALVARÁ DE LICENÇA
A TÍTULO PRECÁRIO

MODELO 14-T
Nº 260567
RECIBO-ALVARÁ
CONTRIBUINTE

IMPÓRTEANTE: — Não terá valor o recibo que não for autenticado mecanicamente no espaço abaixo:

Autenticação da Máquina: **400567**

O Chefe da Sub-Divisão de Tributos Não Lançados concede o presente Alvará de Licença, por despacho do Sr. *Furlan* conforme requerimento interno N.º *15278* a *[del]* que deve pagar a quantia abaixo indicada relativa ao Imposto de Diversões Públicas, ficando sujeito aos termos da legislação em vigor.

Denominação: *co*
Espécie de diversões: *pensão noturnas*
Rua: *Aimorés* N.º *123*
Período de funcionamento: *3*
OBSERVAÇÕES: *3*

Este Alvará é válido somente para *artículo a clausula*

§ 9.º — Imposto por dia Cr\$
§ 16.º — Emolumentos: Alvará ou Taxa de Fiscalização Cr\$ *66*
Inscrição Cr\$
Sub-Total *66*
§ 15.º — Taxa de Registro e Fiscalização
§ 18.º — Multa
TOTAL *66*

São Paulo, *6* de *10* de 1955

Recibi e quantia acima mencionada.

SANTO ROMEU
Funcionário de Res. 22

ESTE ALVARÁ DEVE SER AFIXADO EM LUGAR VISÍVEL.

Imagem 10. Recibo de imposto pago à prefeitura por um prostíbulo localizado na Rua Aimorés. Fonte: Elvira Aguiar Borges Furlan: *Alguns aspectos da regulamentação da prostituição em São Paulo, 1955.*

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DAS FINANÇAS
IMPOSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES

AVISO RECIBO No. 83021
AUTENTICAÇÃO DA MÁQUINA REGISTRADORA
1955

NOME: *[del]*
LOCAL: RUA AYMORES
NOME DO ESTABELECIMENTO: *1A OM RETI*
ESPÉCIE DE ATIVIDADE: **PRESTAÇÃO**
PENSAO NAO FAMILIAR

No. DO CONTRIBUINTE: 10149065
INSCRIÇÃO: 19104

4843 15600 8280 19104
No. INDICES RUBRICA TABELA PARTE FIXA - CR\$ PARTE VARIÁVEL - CR\$ TOTAL COM ABONO - CR\$ TOTAL COM ABONO - CR\$

9 8 52 8 9 52 261252 26268

DATA DA ENTREGA: DIA MES ANO
VENCIMENTO DA PRESTAÇÃO: DIA MES ANO

VENCIMENTO COM ABONO

Mod. F - 10

Imagem 11. Alvará de licença para funcionamento de um prostíbulo na Rua dos Aimorés. Fonte: Elvira Aguiar Borges Furlan, 1955



Imagem 12. Reportagem do jornal “Folha da Tarde” no dia 04/01/1954 com os protestos das meretrizes expulsas da zona confinada no bairro do Bom Retiro no último dia de 1953.



Imagem 13: Reportagem do jornal “Diário da Noite” em 02/01/1954 sobre os protestos das meretrizes expulsas da zona confinada no bairro do Bom Retiro.

2 CAPÍTULO

A FORMAÇÃO DA BOCA DO LIXO

É a consagração de todas as “bôcas”, a mais completa da cidade. Falada, discutida, condenada, combatida, mas nem por isso deixa de ser frequentadíssima, a “bôca” das “bôcas”, a “bôca do crime”. De certa forma, a sempre festejada “bôca do lixo.

Estórias da Bôca do lixo
Ramão Gomes Portão

2.1 Os anos dourados paulistanos e suas contradições

Na década dos 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância.¹⁵⁰

O ano de 1954 nascia destinado a tornar-se um marco para a história de São Paulo: finalmente chegava o grande momento das comemorações de seu IV Centenário. Os eventos programados ao longo do ano eram aguardados com muita expectativa por habitantes e todos aqueles que viriam de diversas partes do Brasil e do exterior compartilhar as realizações que tornaram a cidade o símbolo de modernidade e progresso do país.

Os jornais noticiavam que a meia-noite do dia 25 de janeiro por toda cidade seria possível ouvir a contagem regressiva para o início do grande dia: através das estações de rádios, das sirenes de fábricas e indústrias e, no badalar dos sinos das igrejas, nenhum cidadão ficaria alheio aos festejos. Já na alvorada transportados em jipes, os músicos da Força Pública e do Corpo de Bombeiros percorreriam os bairros despertando o povo ao som dos clarins, convergindo todos para o mesmo lugar, o centro da cidade de São Paulo.¹⁵¹

Acenando lenços brancos sob o sol quente do verão, milhares de pessoas se reuniram no Vale do Anhangabaú para o desfile da parada militar e a passagem do Presidente Getúlio Vargas acompanhado do Governador Lucas Nogueira Garcez. Durante todo o dia ocorreram diversas apresentações cívicas, desfiles de carros alegóricos de entidades desportivas e recreativas, os mais variados discursos políticos de exaltação aos quatrocentos de São Paulo. Uma grande queima de fogos com shows de bandas de música encerrava a celebração.

Irmanados em um mesmo sentimento de frenesi e pertencimento que consagrava São Paulo a capital do país, a comemoração do IV Centenário cumpria

¹⁵⁰ MELLO, J. M. C. de; NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novaes; organização do volume Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol.4, p.560.

¹⁵¹ Jornal "Folha da Tarde". **São Paulo se engalana para festejar seu IV centenário**, 23/01/1954.

a promessa de permanecer inesquecível na memória daqueles que a presenciaram. Sobre os sentidos da data, analisa Maria Arminda Arruda:

Concebido no plano imediato para festejar os quatrocentos anos da cidade, o evento exprimia, na verdade, o desejo de projetar uma imagem da São Paulo progressista e moderna, o que tornou o projeto comemorativo um ritual de celebração do poder dos paulistas. Nesse momento, as diferentes concepções que perpassavam o contexto citadino encontravam um denominador comum vazado na perspectiva da nova urbe e a todo um imaginário oriundo da ideia de cidade civilizada.¹⁵²

Jornais e revistas exaltavam a transformação de uma simples e acanhada vila elevada a motor econômico da nação decorrente de seu inabalável espírito empreendedor¹⁵³. Em uma fusão que unia passado, presente e futuro, os meios de comunicação e a publicidade reviviam constantemente o mito fundador assentado na comunhão entre jesuítas, índios e bandeirantes. Compunham a gênese paulistana predestinada à grandeza ao acolher todos os povos guiados por incansáveis e destemidos homens. Diversas publicações narravam as principais conquistas e mudanças da cidade ao longo de quatrocentos anos, atestando a frase mais repetida à época: “São Paulo, a cidade que mais cresce no mundo”:

Da pequenina capela à imensa cidade de hoje: sempre um espírito de conquista e de luta animou os filhos desta terra abençoada para torna-la cada vez mais rica. A cidade hoje toda se engagala. É o seu quarto centenário. Daquela cruz muito rude e tosca, daquela capelinha que Nobrega e Anchieta ergueram no planalto, surgiu o que hoje vemos com olhos maravilhados – essa imensa urbs de colossais arranha-céus, chaminés de fábricas, borborinho, vida, movimento, trabalho, produção, riqueza!¹⁵⁴

A matéria de capa do jornal “Folha da Tarde” expressava o sentimento ufanista que envolvia as comemorações do IV Centenário. Imagens comparavam o

¹⁵² ARRUDA, M. A. do N. **Metrópole e cultura**: São Paulo no meio século XX. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p.71.

¹⁵³ “Em um mecanismo mimético, trasladam-se os atributos da figura síntese do bandeirante para os paulistas como um todo, aqueles que foram capazes de um novo descobrimento: o do desenvolvimento científico e tecnológico, das maravilhas da modernização. A mitologia paulista solidifica-se. Ao se enraizar, alça voos. São Paulo torna-se o altar-mor da nacionalidade brasileira, sua síntese mais acabada, simbolizada no espaço reurbanizado do Ibirapuera. Não por acaso, a estatua marco das comemorações do IV Centenário, que há mais de trinta anos vinha sendo elaborada por Víctor Brecheret, tem por emblema o barco dos que chegam, de imediato apelando às monções, mas simbolizando todos que vieram, as incursões penetrantes no território que realizam significativamente pousadas na avenida Pedro Álvares Cabral”. (Ibidem, p. 83).

¹⁵⁴ Jornal “Folha da Tarde”. **A evocação de uma época próxima dá justa medida do formidável progresso**, 25/01/1954.

acelerado processo de mutação pelo qual passou a cidade em apenas cinquenta anos. As estreitas ruas de paralelepípedos com suas casas tacanhas do início do século XX, deram passagem às grandes avenidas tomadas por carros, filas de ônibus, o ir e vir rápido dos passos dos pedestres no ritmo da “cidade de não para nunca”. Dezenas de arranha-céus em primeiro plano despontavam nas fotografias, a muralha de concreto já se exibía na paisagem. Nas palavras de Ernani Silva Bruno:

A Paulicéia de ruas estreitas e casas modestas, que cabia no Triângulo e existiu até a primeira Grande Guerra – observou Caio Prado Júnior – era a sede de um São Paulo poderosamente agrícola – o São Paulo do café – em que imperava uma forte aristocracia territorial: gente que tinha mais orgulho da fazenda que da cidade, e quando pensava em cidade situava essa cidade na Europa, a rigor em Paris. A Paulicéia de agora preside os destinos de outro São Paulo, de um São Paulo industrial, que vive no plano de uma economia mais intensamente moderna, cujo espírito sobrepujou a mentalidade, os usos e os costumes da economia latifundiária.¹⁵⁵

Nesse sentido, em um curto espaço de tempo São Paulo deixaria para trás sua condição de cidade provinciana, entreposto para as transações comerciais de importantes fazendeiros para dar lugar à uma grandiosa metrópole aos moldes internacionais. Herdeira de um rápido processo de transformação urbana e industrial iniciadas nos anos 40 e intensificadas a partir da década de 50, tornava-se o centro hegemônico do país. Conforme os dados de Mariza Romero:

Nos anos 50, o complexo industrial paulistano orientou-se na direção da montagem de um parque de indústrias de base para fornecer os bens necessários à sua expansão, tais como energia, siderurgia, mecânica e equipamento eletroeletrônico. O estado detém cerca de 40% do pessoal ocupado na indústria nacional, a maior parte da qual gerada na sua região metropolitana. Em 1950, a cidade possuía 24.519 estabelecimentos industriais, com uma população de 484.844 operários. Em 1960, passa a ter 56.383 estabelecimentos, com 969.112 trabalhadores. Em 1954, tornou-se a maior cidade brasileira, com uma população de 2.817.600 pessoas, composta por grande número de imigrantes e descendentes, por imigrantes recém-chegados, e por um forte contingente de migrantes que vinha se avolumar desde os anos 30.¹⁵⁶

A modernização que impulsionava e consolidava a posição de São Paulo como a locomotiva a puxar o progresso do país não se restringia à economia. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a recente redemocratização do país pós Estado

¹⁵⁵ BRUNO, E. S. **História e tradições da cidade de São Paulo. São Paulo de agora (1919-1954)**. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 1315.

¹⁵⁶ ROMERO, 2011, p. 30.

Novo, a vivência urbana ganhava um novo impulso, a tomar como exemplo, a grandiosidade dos eventos culturais dedicados às comemorações do IV Centenário. São Paulo também assegurava sua condição de modernidade nos sentidos de viver na cidade: as luzes, a velocidade, a moda, a arquitetura, os relacionamentos, reflexos se desdobravam por toda vida cotidiana:

A pujança material de São Paulo, os padrões de eficiência adquiridos, em função dos empreendimentos econômicos que cresciam de porte continuamente, permitiam maior dedicação às atividades intelectuais e artísticas, amplamente divulgadas nos anos 50 por 203 revistas e 91 jornais que circulavam em várias línguas, aos quais se somavam 45 casas editoriais e 106 livrarias.¹⁵⁷

Grandes magazines se tornavam a sensação do público consumidor e das agências de propagandas. Anúncios traziam as últimas novidades que proporcionavam uma vida mais simples: ferro e chuveiro elétrico, painéis de pressão, liquidificador, batedeira de bolo, geladeira, enceradeira, vitrola, detergente, alimentos industrializados e roupas produzidas em séries, entre tantas outras mercadorias de consumo¹⁵⁸.

Se nas décadas anteriores o modelo de refinamento e distinção da burguesia era influenciado pela Europa, principalmente pela França, na década de 50 o estilo de vida e os produtos que compunham a casa da moderna família brasileira vinham da América do Norte. Através do *American way of life*,¹⁵⁹ amplamente difundido pelo mercado publicitário e o cinema hollywoodiano, sucesso de bilheteria nas matinês da cidade, os Estados Unidos se tornavam a grande referência:

[...] o processo de modernização da vida social, marcado pela difusão do *American way of life* se acentuou velozmente com a expansão dos meios de comunicação de massa e da indústria cinematográfica, incidindo fortemente sobre as formas de sociabilidade e lazer vigentes. Sobretudo entre as décadas de 1940 e 1950, o cinema foi plenamente incorporado na vida urbana, e, em 1951 foram construídos os estúdios da Cia. Cinematográfica Vera Cruz, a “Hollywood paulista”. Do mesmo modo, a televisão – cuja

¹⁵⁷ QUEIRÓZ, S. R. R. Política e Poder na cidade de São Paulo: 1889-1954. In: PORTA, P. (org.) **História da cidade de São Paulo**: a cidade na primeira metade do século XX. São Paulo, Paz e Terra, 2004. p. 50

¹⁵⁸ MELLO; NOVAIS, 1998.

¹⁵⁹ Os meios de comunicação (...) foram usados pedagogicamente para americanizar o Brasil. Houve um projeto de americanização, quer dizer, ações deliberadas e planejadas visando a um objetivo. A existência desse projeto não exclui o processo de americanização conduzido pelas forças do mercado. Ao contrário, há evidências da imbricação dos dois processos. TOTA, A. P. **O Imperialismo Sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 191.

primeira emissora da América Latina, a PRF-3TV, Tupi-Difusora canal 3 foi inaugurada em 1950, no bairro do Sumaré – contribuiu intensamente para o crescente processo de privatização da vida social e para a progressiva difusão das formas americanas de convívio e diversão, de alto a baixo na sociedade. Através de novelas irradiadas e televisionadas, assim como dos filmes que já haviam ganhado sonoridade, aprendiam-se os códigos modernos de relacionamento social, especialmente os afetivos e sexuais, assim como as modas e os gostos musicais.¹⁶⁰

A modernidade se refletia igualmente nos novos empreendimentos imobiliários deixando para trás os ornamentos e ecletismo dos antigos casarões para dar lugar aos prédios de linhas retas, limpas e funcionais. Segundo os dados de Lucia Helena Gama: “A “provinciana” cidade, que em 1932 contava com 106.327 prédios, estima-se que em 1958 conte com 410 mil, sendo que, apenas no período entre 1950 e 1954, 90 mil novos prédios foram construídos”.¹⁶¹

A arquitetura modernista considerada um marco da década podia ser apreciada através da grande atração do IV Centenário, o Parque do Ibirapuera, como também, os prédios lançados nos primeiros meses de 1954, ambas as obras sob o comando do arquiteto Oscar Niemayer.

O Edifício Montreal localizado na Avenida Ipiranga contava com quinze mil metros quadrados de área construída, duzentos e trinta apartamentos, doze lojas e um restaurante. Já o Edifício Galeria Califórnia na rua Barão de Itapetininga ocupava trinta e dois mil metros quadrados com duzentos conjuntos comerciais e cinquenta e três lojas. São exemplares de uma nova concepção da moderna arquitetura¹⁶² unindo residência, escritório e comércio. As galerias que ocupavam o andar térreo desses edifícios tornaram-se uma tendência a partir da década de 50, ambos existentes até os dias atuais.

Nesse sentido, o chamado Centro Novo consolidava-se como espaço de sociabilidade das classes médias e abastadas. Com intensivo investimento público através das reformas urbanísticas empreendidas desde a década de 30, ocorreu um grande deslocamento do comércio mais elegante do velho Triângulo (rua 15 de novembro, São Bento e rua Direita) para o eixo da Praça da República em direção às ruas Barão de Itapetininga, Xavier de Toledo, Conselheiro Crispiniano, 24 de

¹⁶⁰ RAGO, M. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: **História da Cidade de São Paulo**, v.3: a cidade na primeira metade do Século XX/organização Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 433.

¹⁶¹ GAMA, L. H. **Nos bares da vida**: produção cultural e sociabilidade em São Paulo, 1940-1950. 2ª ed. – São Paulo: Editora SENAC, 1998, p. 239.

maio e Dom José de Barros. Lojas como: a Mappin Store, Casa Los Angeles, Joalheria Bento Loeb, Leteria Americana, Confeitaria Vienense, cines Metro, República, Odeon, Royal¹⁶³, tornaram-se ponto de encontro da juventude dourada paulistana. Pelas memórias do poeta Paulo Bomfim podemos acompanhar esse itinerário:

Naquele tempo de peregrinações por pessoas e lugares, o primeiro passo era sempre na Barão de Itapetininga, no Clubinho dos Artistas e na Livraria Francesa. Depois, a passada no escritório de Guilherme de Almeida ou nos apartamentos de Flávio de Carvalho e Quirino da Silva e uma consulta médica-literária com Homero Silveira. Às vezes, partida de snooker no Hotel da Paz, e o flerte na Selecta e na Vienense ao som de Rosas do Sul, de Strauss. Completando as tardes de autógrafos na Livraria Teixeira, bater o ponto no Hotel Jaraguá. Prosseguindo a jornada, íamos ao Teatro Mágico, onde Harry, o Lobo de Estepe, legou-nos a senha: “Só os loucos, só para raros”. O porteiro Atílio, com a mão no quepe, saudava nossa chegada à Boate Oásis!¹⁶⁴

Os caminhos, locais e personagens descritos por Paulo Bomfim nos conduzem ao universo cultural e boêmio estabelecido nesse Centro Novo. Intelectuais, artistas, estudantes, funcionários públicos, empresários, jornalistas, publicitários, entre outros, reuniam-se em mesas dos lendários Paribar na Praça Dom José Gaspar próximo à boate Oásis¹⁶⁵ localizada no subsolo do edifício Esther na Avenida Ipiranga defronte à Praça da República. Teatros, bares, cafés, cinemas, restaurantes e boites passaram a compor a sociabilidade noturna da cidade a partir dos anos 50, nas palavras do escritor Marcos Rey, “a gente da classe média descobriu que a noite não serve apenas para dormir”¹⁶⁶.

Por todas essas transformações econômicas e sociais, a década de 50 ficaria conhecida como os anos dourados paulistano. A intensa urbanização acelerava o ritmo da vida cotidiana, as multidões ocupavam as ruas do centro da cidade, filas de ônibus e trânsito já eram visíveis na paisagem. São Paulo, tornava-se uma grande metrópole em todos os sentidos. Novas formas de sociabilidade diminuía as distâncias entre homens e mulheres, tanto no ambiente de lazer, quanto no mercado

¹⁶³ SAES, F. São Paulo republicana: vida econômica. In: PORTA, P. (org.) **História da cidade de São Paulo**: a cidade na primeira metade do século XX. São Paulo, Paz e Terra, 2004, p. 254.

¹⁶⁴ MARTINS, A. L. **Insólita metrópole**: São Paulo nas crônicas de Paulo Bomfim. Organizadora: Ana Luiza Martins. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2013, p. 171.

¹⁶⁵ “A boate Oásis foi a primeira das casas sofisticadas da noite paulistana. Antes só existiam cabarés de frequência duvidosa. Suas atividades começaram nos anos 40 e por lá desfilavam os endinheirados da época e os turistas que por aqui passavam”. Borelli, H. **Noites Paulistanas**: histórias e revelações musicais das décadas de 50 e 60. São Paulo: Arte & Ciência, 2005, p. 39.

¹⁶⁶ GAMA, 1998, p. 161.

de trabalho e educacional. Havia uma emergência na liberalização dos costumes, no consumo de bens materiais e culturais representativos de uma nova época.

Entretanto, essa nova configuração era intermediada por um conflito entre uma modernidade no sentido material e um preservado conservadorismo nos valores. Além disso, como em todo processo, diferentes subjetividades se sobrepunham produzindo uma multiplicidade de experiências que em sua maioria não representavam o idealizado. Ainda que todos os habitantes da cidade estivessem sob o impacto das transformações urbanas, suas vivências não podem ser tomadas de uma forma homogênea e o propagado discurso do glamour dos anos dourados longe estava de contemplar a todos.

Momento de inflexão, a comemoração do IV Centenário operava como diluidor das diferenças e dos embates, proporcionando uma concepção equivocada de linearidade e unidade na história paulistana. A reprodução do discurso da harmonia fundadora e da integração entre os povos, dos imigrantes estrangeiros aos nacionais de outros estados aliadas às imagens do progresso e do crescimento econômico, obscureciam as contradições da cidade resultantes das desigualdades sociais persistentes e aprofundadas ainda mais nas décadas seguintes.

O mesmo leitor que folheasse os jornais que nas primeiras páginas exaltavam as conquistas da cidade em quatrocentos anos, exibindo toda sua grandiosidade em números e propagandas de páginas inteiras com os novos estilos de viver e de consumo, deparava-se na sequência com matérias que revelavam realidades bem distantes da enaltecida “terra das oportunidades”.

São Paulo em 1954 contava com 2.817.600¹⁶⁷ habitantes, sendo que entre os anos de 1951 a 1955 registrou-se a entrada de 762.707¹⁶⁸ migrantes de diversas regiões do país com elevada predominância para os estados do nordeste brasileiro devastados pela seca. Somente no ano do IV Centenário, desembarcaram 94.436 migrantes oriundos da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe¹⁶⁹.

Os migrantes proporcionaram importante mão de obra no impulso para o crescimento da indústria, da construção civil e demais serviços. A cidade como vitrine do El Dourado brasileiro conseguiu absorver significativa parcela de mão de

¹⁶⁷ ROMERO, 2011, p. 30

¹⁶⁸ Ibidem, p. 42

¹⁶⁹ ARRUDA, 2001, p. 58.

obra no mercado de trabalho e ofereceu efetiva melhora de vida para muitos que deixaram para trás uma vida sem qualquer perspectiva. Contudo, a mesma cidade que despertava sonhos podia transformar-se em abandono e exploração. Todos os dias era possível encontrar nos jornais reportagens que denunciavam as precárias condições de vida das camadas mais pobres colocando em xeque o discurso ufanista:

Menos luxo, morre-se de fome na cidade-colosso. O fantasma do desemprego ronda os bairros pobres – Visão da miséria nas favelas e cortiços – O exemplo de uma família operaria: até os filhos pequenos trabalham para equilibrar o orçamento doméstico – e os carros suntuosos continuam a chegar.¹⁷⁰

Operários de côr não podem ganhar o pão de cada dia. Aceita-se operárias: só brancas – Praticada abertamente a discriminação racial em nossas industrias. Preto não pode fazer farinha, a justificativa de um porteiro. Recusadas trabalhadoras de côr. Crime contra a Constituição cometido diariamente na Capital.¹⁷¹

Alta vertiginosa do custo da vida. Em dez anos 418% de aumento. Situação insustentável para as classes menos favorecidas – nada faz prever que as coisas melhorem.¹⁷²

Na sessão “Parada de Sucesso” da Rádio Nacional publicada no jornal Folha da Tarde¹⁷³, o sucesso do momento era o samba de Leny Eversong: “Panela Vazia”:

Meu Deus do céu
Que carestia
Falta tudo na vida hoje em dia
Falta gás no fogão
Falta água na pia
Fogo apagado, panela vazia
A minha situação
Não tá boa não
Já não sei o que fazer
A nega não lava não passa
E o meu fogão sem fumaça
Eu já perdi o prazer de viver

Com o título “São Paulo, cidade desvairada”, a reportagem do jornalista Carlos de Freitas do jornal “Diário da Noite” dava a exata medida dos contrastes vividos pelos paulistanos no início da década de 50. Como um cronista que

¹⁷⁰ Jornal “Diário da Noite”. **Menos luxo, morre-se de fome na cidade-colosso**, 06/04/1954.

¹⁷¹ Jornal “Última Hora”. **Operários de cor não podem ganhar o pão de cada dia**, 02/12/1954.

¹⁷² Jornal “A Platéia”. **Alta vertiginosa do custo da vida**. 16/06/1952.

¹⁷³ Jornal “Folha da Tarde”. **Parada de Sucessos: Panela Vazia**, 08/01/1954.

observava a diversidade de indivíduos que compunham a paisagem, o jornalista dizia que na cidade havia ricos, pobres, otimistas, tristes, gordos, magros, sem-vergonhas, tímidos, bravos, melódiosos, corintianos, palmeirenses, trabalhadores, preguiçosos, comunistas, fascistas, migrantes do Sul e do Norte. A constante oposição entre um tipo e outro, abria caminho para a construção de uma narrativa das desigualdades sociais.

Retratava o trabalho de um homem que construía sozinho sua casa no bairro do Brooklyn depois de mais de seis anos comprando o material e pagando pelo terreno. Em seguida, já apontava que perto dali um edifício de luxo era levantado por dezenas de operários e pedreiros, comparando que só a madeira dos andaimes daria para fazer vinte casas iguais a do homem. No subtítulo “madame estende a mão”, o jornalista descrevia as contradições que podiam ser vistas nas ruas centrais da cidade:

No viaduto do Chá, uma senhora elegante, de casaco de peles, dá um cruzeiro a uma pobre mulher do Norte que arrasta dois filhos pálidos, de grandes olhos brancos. A mulher olha humildemente para ela. Não agradece. É tão pobre, tão feia! A outra passa. E fica no ar um cheiro acre de perfume e sujeira.¹⁷⁴

Na sequência, fazia um registro da desavença entre donos de dois modernos carros que circulavam na Avenida Ipiranga: um Renault conduzido por jovem atlético atrapalhava a passagem de um Cadillac dirigido por um senhor murcho e nervoso. Na Praça da República, uma senhora moradora da região passeava com seu cachorro de raça todos os dias, a matéria dizia que mais de uma vez foi possível vê-la dando esmola à um velho na rua. Na Praça João Mendes havia o bar que só vendia pinga aos populares e perto dali, na Avenida Ipiranga, o bar elegante que só vendia whisky. O jornalista mantinha um constante confronto entre realidades tão distantes. Por fim, encerrava com uma imagem que nos é muito familiar nos dias atuais, mas que já encontrava seu lugar no início da década de 50 em São Paulo:

Há aqui sobre a mesa algumas fotografias de favelas, onde aparecem crianças barrigudinhas, brincando sobre o chão úmido e infecto, mulheres em derrocada, desgrenhadas, paupérrimas, famintas. Há cerca de cinco mil favelados em S. Paulo. Gente que mora como ratos nos barracos ou nos cortiços, numa paisagem com fundo de prédios gigantescos.

¹⁷⁴ Jornal “Diário da Noite”. **São Paulo, cidade desvairada**, 18/08/1953.

Ressalta-se que o processo de favelização na cidade teve início nos anos 40. No terreno onde foi erguido o Parque do Ibirapuera viviam 204 famílias em 186 barracos¹⁷⁵ que foram desabrigadas para a sua construção. Em 1957, três anos após sua inauguração, o jornal “Diário da Noite” noticiava que famílias em situação de extrema pobreza voltaram a ocupar o local. A matéria ironizava o destino do “parque milionário” que novamente passava a ser ocupado por miseráveis. Conforme analisa Maria Arminda do Nascimento Arruda, o processo de construção do Parque Ibirapuera era muito representativo de uma concepção de modernidade em total dissonância com a realidade vivida por habitantes:

O Ibirapuera incorporou as ambiguidades da chamada modernidade no Brasil, aposta de amplos setores da sociedade naquele momento. Ambiguidades que estavam inscritas no cerne das Comemorações do IV Centenário da cidade.¹⁷⁶

Outra favela já ocupava espaço nos noticiários. O jornal “Folha da Manhã” nas primeiras edições de 1954, trazia uma reportagem com a manchete: “Favela de Vila Prudente – Submundo onde perecem mais de mil crianças”¹⁷⁷. O texto relatava o plano de investida de mais de 200 policiais civis e militares na favela que segundo o jornal, seria esconderijo de ladrões, assaltantes condenados, ébrios contumazes e desocupados de toda sorte. Descrevia a formação de um cinturão militar em volta da região devidamente estudada pelas autoridades para que não houvesse tempo para qualquer tipo de fuga. Com ordens expressas para se proteger, o jornalista Mário de Oliveira relatava que ao acompanhar a batida: “tínhamos a impressão de que iríamos nos defrontar com algum remanescente do bando de Mauro Guerra ou com o perigoso “Sete Dedos”, em referência aos famosos bandidos da época.

Porém, relatava o desapontamento de todos ao chegar ao local e se deparar com centenas de crianças seminuas, descalças, subnutridas, brincando com barquinhos de papel em poças d’água. A reportagem de enredo policial rapidamente assumia ares dramáticos e passava à denúncia. O repórter questionava: “uma favela num pântano e os festejos do IV Centenário, onde estava o serviço social?”. Nas fotografias surgiam ruas lamacentas com mulheres negras em sua grande maioria,

¹⁷⁵ ROMERO, 2011, p. 77.

¹⁷⁶ ARRUDA, 2001, p. 90.

¹⁷⁷ Jornal “Folha da Tarde”. **Favela de Vila Prudente – submundo onde perecem mais de mil crianças**, 09/01/1954.

carregando filhos no colo, paradas em portas de cubículos de madeira. Em negrito, estampava a subtítulo: “Mais de mil filhos de humildes nordestinos que vieram corridos da seca e da fome à procura do El Dorado que também falhou estão morrendo lentamente, naquele submundo que fez parar a tropa militar”.¹⁷⁸

Modernidade e progresso, palavras repetidas à exaustão pelos diversos discursos que tentavam projetar na imagem de São Paulo sua maior representação contemplavam exatamente quais grupos sociais?

O discurso da meritocracia exemplarmente cunhado na frase: “São Paulo: terra das oportunidades, só não prospera quem não se esforça”, já ecoava como processo não apenas de desqualificação moral, como também de criminalização da pobreza. Logo, todos os que estivessem vivendo à margem do esperado eram considerados vagabundos voluntariosos, como analisa Paoli e Duarte:

Do ponto de vista da cidade da ordem não existem desempregados ou pessoas à procura de emprego, são todos vagabundos acidentais. O universo do trabalho, a partir dos anos 30, não comporta meios-termos: ou se é trabalhador, com profissão regulamentada e carteira assinada ou se é vagabundo. Se o trabalho é um dever social, todo aquele que não trabalha é um ser anti-social, um doente.¹⁷⁹

O pacto em torno da almejada unidade configurava-se um arranjo complexo, no qual, todos os indivíduos deveriam trabalhar e produzir, mas que o resultado final que proporcionaria qualidade de vida e direitos sociais era desfrutado por poucos. Empurrada para as periferias, a população pobre poderia compartilhar os mesmos espaços da elite, desde que para desempenhar seu trabalho, espaços de sociabilidade e convivência deveriam ser bem distintos e delimitados. Pobreza, abandono, doença, fome e toda sorte de miséria deveria ficar longe do alcance dos olhos, não apenas de habitantes: a imagem da metrópole símbolo do que havia de mais moderno e eficiente, não deveria ser manchada aos olhos do mundo.

Com a manchete “Exercito de mendigos toma conta da cidade”, a matéria do jornal “A Platéia” é representativa da recorrente ambiguidade discursiva da imprensa dirigida às camadas pobres presentes na região central da cidade. Ainda que a mendicância fosse considerada uma questão social, o foco da reportagem era a

¹⁷⁸ Jornal “Folha da Tarde”. **Favela de Vila Prudente – submundo onde perecem mais de mil crianças**, 09/01/1954.

¹⁷⁹ PAOLI, M. C.; DUARTE, A. São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidades. In: PORTA, Paula. (org.) **História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo, Paz e Terra, 2004, vol. 3, p. 79.

denúncia da quantidade de miseráveis espalhados pelas ruas. Criticava-se que mesmo com a retirada de centenas de indigentes pela polícia, outros tantos surgiam para substituí-los, importunando os pedestres nas ruas de maior concentração popular. A reportagem acusava a presença de homens e mulheres que percorriam as filas de ônibus nas praças João Mendes, Clovis Bevilacqua, Ramos de Azevedo e Largo do Paissandu pedindo esmolas e exigia a firme atuação da polícia na limpeza da cidade:

[...] as autoridades competentes, neste caso as policias, precisam encarar com mais objetividade a questão a fim de limpar da cidade essa mancha negra. Uma cidade que se diz civilizada não pode continuar oferecendo esses degradantes espetáculos.¹⁸⁰

A gestão urbanística em consonância com os desejos expressos pelos jornais como porta vozes de setores da sociedade, impunham à cidade uma organização ordeira e visualmente limpa, mesmo que para isso fosse necessário lançar mão da repressão policial à presença dos indesejados.

Conforme análise de Michel de Certeau, a utopia perseguida pelos administradores em busca de uma racionalidade dos espaços, estabelece um “não tempo” que procura se sobrepor às tradicionais práticas exercidas pela população. Em prol de um sujeito anônimo na paisagem, restringe-se sua atuação em um número finito de possibilidades de apropriação do espaço. Diante de uma pretensa funcionalidade, a cidade-panorama emerge como um simulacro que não reconhece, e mesmo impede, a manutenção de uma cartografia emocional da cidade pelas classes populares. O clamor dos jornais pela atuação repressiva da polícia visava justamente impossibilitar essa apropriação, circulação e o agrupamento nos espaços da região central pelos chamados “desocupados”.

Certeau aponta que todas as práticas consideradas fora da ordem, são rejeitadas como detritos da administração, como anormalidade, como desvio e doença, ainda que em parte sejam absorvidos pela gestão, não cessam de serem produzidos pela própria lógica do lucro e da miséria.

No entanto, nem sempre os caminhos da cidade obedecem ao destino traçado pelas autoridades. Nos conflitos e tensões entre a cidade que se deseja e a cidade real, configuram-se espaços e vivências que escapam à ordem estabelecida

¹⁸⁰ Jornal “A Platéia”. **Exército de mendigos toma conta da cidade**. 11/06/1952

e arbitrariamente se constituem com uma intensidade incontrolada, conforme Certeau:

A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A Cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir.¹⁸¹

Assim que, a poucos metros do Vale do Anhangabaú palco das comemorações do IV Centenário, um novo território configurava-se contrastando com a imagem de perfeição que se desejava para a cidade. Os paulistanos seriam confrontados com a insubmissão de uma grande parcela de indivíduos que apesar de vivenciarem uma situação de exclusão social e econômica, não se resignaram ao lugar que lhes estava destinado, ainda que para tanto, recorressem à diferentes táticas de sobrevivência consideradas ilícitas. O ano de 1954 nascia como um marco para a história de São Paulo, mas também, como o ano da formação do maior do *bas-fond* de todos os tempos, a temida “Boca do Lixo”.

2.2 O retorno ao Centro

Com o encerramento das atividades da zona do meretrício confinada no bairro do Bom Retiro, em que pese a campanha moralizadora do governador Nogueira Garcez e o empenho do Serviço Social do Estado de São Paulo na recuperação e encaminhamento das prostitutas, a história provaria que desejos e necessidades não desaparecem diante de decretos governamentais e repressão policial.

Sem ter para onde ir, centenas de mulheres que antes habitavam e trabalhavam nas ruas Itaboca, Aimorés, Ribeiro de Lima e Silva Pinto, rumaram para as ruas dos bairros da Luz, Campos Elíseos e Santa Efigênia. Como visto anteriormente, a territorialização da prostituição em São Paulo teve sua trajetória intimamente ligada à história do centro da cidade. Desde os chiques *rendez-vous* da

¹⁸¹ CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012, p. 157-163.

Belle Époque, passando pelo meretrício pobre das ruas dos Timbiras, Ipiranga e Amador Bueno (núcleo Santa Efigênia) aos camuflados bordéis que continuaram funcionando durante todo o confinamento (região da Avenida São João e Ipiranga), um retorno ao centro parecia um caminho natural tanto pela proximidade geográfica quanto pela histórica ocupação do meretrício na região.

No entanto, a mudança em curso diferenciava-se pela proporção com a qual o chamado submundo, composto por prostitutas, cafetinas, rufiões, malandros, punguistas, traficantes, jogadores, policiais e boêmios ocupariam a área circunscrita pela rua dos Timbiras, Avenida São João, Avenida Duque de Caxias, Largo General Osório e rua dos Protestantes, transformando um gigantesco quadrilátero no maior território do baixo meretrício já existente na cidade.

Acontecimento que levanta a questão inicial dessa pesquisa: como foi possível a constituição desse imenso território de marginalidade no centro da cidade junto aos maiores cartões postais da aclamada modernidade paulistana? Era preciso que houvesse mais do que a intenção por parte dos expulsos do Bom Retiro para ocupar a região. Somente com a não-interdição de diferentes esferas de poder seria possível que se efetivasse uma apropriação de tamanha dimensão. E elas existiram em diversos níveis, a começar pela própria história da urbanização de São Paulo e os reflexos na região central da cidade.

Os bairros da Luz e Santa Efigênia, próximos ao bairro dos Campos Elíseos, morada dos senhores do café, de banqueiros e empresários, apresentava um lento processo de degradação urbana desde o início do século XX. A existência das estações ferroviárias da Luz e Sorocabana (posteriormente renomeada Estação Júlio Prestes) gerava um grande fluxo de pessoas diariamente. Primeiro recebendo levas de imigrantes que chegavam ao Porto de Santos com destino à São Paulo e o interior do Estado e posteriormente, a intensa migração de brasileiros vindos de todas as partes do país. Deslocamentos que ocasionaram um grande crescimento populacional, a multiplicação de hotéis e pensões e a formação de um comércio local voltado às classes populares.

A elite paulistana fugindo da proximidade e popularização da região, saiu em busca de novos endereços exclusivos para viver, concretizando a definitiva separação entre local de trabalho e moradia. A mudança teve por destino as áreas altas e arborizadas da cidade, como o bairro de Higienópolis, a Avenida Paulista e

os bairros planejados pela Companhia City: Jardim América, Pacaembu, Butantã, Alto de Pinheiros e Alto da Lapa. Consequentemente, a transferência acarretou no direcionamento dos investimentos públicos e privados na expansão e regulação dessas regiões ocupadas pelas classes abastadas. Conforme analisa Raquel Rolnik em sua pesquisa sobre legislação e política urbana em São Paulo:

É interessante notar que essa região, de início em plena Cidade Nova, expansão aristocrática do Centro e muito próxima aos Campos Elíseos, já em 1910 apresentava sinais de “deterioração”. Consolidados os bairros de Higienópolis, as avenidas Angélica e Paulista como locais aristocráticos, a região de Santa Efigênia se encortiou. Novamente há uma coincidência entre bairro encortiado e zona do meretrício; neste caso, fruto de uma redefinição territorial de um setor concebido originalmente para abrigar residências abastadas que, abandonadas por antigos usos e significados, se subdividiram ilegalmente para abrigar uma outra população.¹⁸²

Sem a presença das elites, com o abandono do poder público e a falta de novos investimentos, ocorreu uma progressiva desvalorização em toda região, incluindo, o outrora símbolo da riqueza paulistana, o bairro dos Campos Elíseos. palacetes e casarões passaram a abrigar comércio, empresas e hotéis. Os donos dos imóveis vendo a oportunidade de aumentar os ganhos, transformaram as casas em pensões e cortiços, recebendo o maior número possível de inquilinos em condições precárias de moradia e sem a devida conservação material, segundo Sarah Feldman:

As áreas centrais são o reduto da territorialização das classes populares referenciada na moradia alugada, da qual o cortiço é a modalidade dominante. A readaptação de casarões, abandonados pelas classes dominantes em seu processo de ocupação do quadrante sudoeste, bem como a construção de moradias com a caracterização de cortiços permanece como negócio rentável até a década de 30.¹⁸³

Muitos imóveis ficaram vazios por longos períodos, inclusive, por contendas judiciais entre herdeiros. O cantor e compositor Adoniran Barbosa explica como compôs sua consagrada música “Saudosa Maloca”, grande ícone da música popular

¹⁸² ROLNIK. R. **A cidade e a lei**: legislação, política e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997, p. 87.

¹⁸³ FELDMAN, 1989, p. 58. Sobre o bairro de Campos Elíseos ver: BRANQUINHO, E. dos S. **Campos Elíseos no centro da crise**: a reprodução do espaço no centro de São Paulo. 2007. Tese de Doutorado em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP/SP. São Paulo, 2007.

brasileira, inspirado em amigos que dormiam em um casarão abandonado no bairro de Santa Efigênia:

Ah, moro na rua Aurora e tenho um cachorrinho, o Peteleco. De noite saio pra dar um passeio com ele pela rua. O prédio do Hotel Albion – onde hoje é o Cine Áurea – ficou abandonado uma porção de tempo. Uns e outros sem compromisso, que pra ganha cachaça e pro sanduiche faziam biscate nas feiras, lavavam carros ou eram engraxates, de noite se escondiam lá dentro, pois não tinham onde dormir. Eu conhecia todos eles: o Mato Grosso, o Joca, o Corintiano. Visitava eles, junto com o Peteleco, naquela moradia. A gente batia papo, se entendia e se queria muito bem. No dia que começo a demolição do casarão cheguei lá e num vi mais nenhum dos meus amigos. Sumiram, fiquei triste e tive a ideia de fazer um samba pra eles.¹⁸⁴

A fala de Adoniran revela não apenas a desvalorização de um imóvel que abrigara um hotel, como também, a presença da população pobre que vivia de pequenos expedientes e sem moradia, outro fator relevante para considerarem a região como decadente. Vale aqui retomar o conto “Paulinho Perna Torta” do escritor João Antônio citado anteriormente. Seu personagem descreve a vida cotidiana dos chamados sem eira, nem beira que circulavam pelas imediações das estações de trem, atrás de bicos para sobreviver e pagar algum quarto em cortiços na região da Luz e Santa Efigênia:

Eu bem podia me virar na estação da Luz. Também rendia lá. Fazia ali muito freguês de subúrbio e até de outras cidades. Franco da Rocha, Perus, Jundiaí....Descidos dos trens, marmiteiros ou trabalhadores do comercio, das lojas, gente de escritório da estrada de ferro, todo esse povo de gravata que ganha mal. Mas me largava o carvão, o mocó, a gordura, o maldito, o tutu, o pororó, o mango, o vento, a granuncha. A seda, a gaita, a grana, a gaitolina, o capim, o concreto, o abre-caminho, o cobre, a nota, a manteiga, o agrião, o pinhão. O positivo, o algum, o dinheiro. Aquele um de que eu precisava para me aguentar nas pernas sujas, almoçando bananas, pastéis, sanduíches. E com que pagava para dormir a um canto com os vagabundos lá nos escuros da Pensão do Triunfo.¹⁸⁵

Seguindo os passos da elite, entre as décadas de 40 e 50, a classe média progressivamente também abandonava a região em busca de imóveis mais modernos contendo área de lazer e garagens em bairros estritamente residenciais. Refletindo a incorporação da privatização da vida cotidiana no âmbito do lar e as novas formas de consumo, como a aquisição de carros. Vejamos os dados do

¹⁸⁴ GAMA, 1998, p. 189.

¹⁸⁵ ANTONIO, 2012. p. 239.

crescimento populacional em bairros residenciais em contrapartida no decréscimo da região central:

No Jardim Paulista a população cresce acima de 100% entre 1934 e 1940, e no Jardim América ultrapassa os 50%. Bairros que misturavam as camadas altas e médias, como Perdizes e Ipiranga, tem sua população quintuplicada entre 1920 e 1940. Enquanto local de moradia os subdistritos contíguos aos núcleos centrais se caracterizam, desta maneira, pela predominância das classes baixas.¹⁸⁶

Além disso, a verticalização privilegiou a construção de prédios para escritórios e apartamentos pequenos do tipo quitinete, afastando irremediavelmente a ocupação da região por famílias. Contraditoriamente, a classe trabalhadora que poderia ocupar o centro pela proximidade dos empregos e dos equipamentos públicos foi sendo empurrada cada vez mais para as franjas da cidade, povoando as periferias devido ao alto custo dos alugueis e pela possibilidade de conquista da casa própria. Segundo Paoli e Duarte:

A maciça intervenção do poder público no espaço urbano caminhava paralelamente à crescente separação entre local de trabalho e moradia, levando à crescente periferização da Cidade e, em contrapartida, à rápida verticalização do centro, que ia se especializando como zona terciária, com o aumento dos bancos e escritórios. Foram muitas as consequências desta “modernização”. A primeira e mais visível foi o significativo esvaziamento populacional dos antigos bairros operários que circundavam o centro da Cidade: Brás (-15,5%), Mooca (-5,45), Bom Retiro (-16,5%), Santa Efigênia (-5,5%), Sé (-8,0), Bela Vista (-3,5%), Liberdade (-0,5%). Esse decréscimo populacional foi o resultado mais visível do desejo burguês de separar as porções ordenadas e desordenadas da Cidade, consolidando para todo o espaço urbano a separação entre o mundo do trabalho e o mundo da moradia.¹⁸⁷

Conclui-se, dessa forma porque não houve reação do poder público e mesmo dos donos dos imóveis quando os desabrigados da zona confinada do Bom Retiro migraram para a região. As classes abastadas e médias já não se encontravam mais para serem incomodadas pela nova vizinhança, além disso, a intensa ocupação dos imóveis aumentava consideravelmente os lucros através da prática da sublocação altamente rentável, mesmo que para isso, fossem transformados em prostíbulos.

Chegamos assim, a outro fator que possibilitou a intensa expansão do meretrício da região central da cidade: a prostituição gerava grande lucro a

¹⁸⁶ FELDMAN, 1989, p. 61.

¹⁸⁷ PAOLI; DUARTE, 2004, p. 71.

diferentes setores da sociedade. Por não manterem vínculos diretos com os exploradores do lenocínio ou com os donos de boates e hotéis, os proprietários dos imóveis eximiam-se de qualquer tipo de associação com a marginalidade, ainda que seu lucro percorresse o caminho da ilegalidade até tornar-se uma renda honesta como outra qualquer. Relembrando a análise proposta por Michel Foucault sobre as redes de prostituição, com os altos lucros advindos de forma direta ou indireta através da exploração e organização do meretrício, concluía que a “delinquência, ilegalidade dominada, é um agente para a ilegalidade dos grupos dominantes”.¹⁸⁸ Portanto, era interesse dos proprietários não só a manutenção da prostituição, como a existência de cafetinas, gigolôs e todo tipo de intermediários que movimentavam e mantinham a estrutura da exploração sexual.

Os antigos prostíbulo eram casas com aparência de residências, geralmente chefiadas por uma cafetina que recebia os clientes, controlava as mulheres e organizava o funcionamento do estabelecimento. As prostitutas ficavam dispostas pela sala aguardando os clientes, os quais após escolher sua preferida, rumavam para um dos quartos da casa. Essa era a clássica configuração de bordéis e *rendez-vous*. Após o fechamento da zona confinada com a total proibição de prostíbulos funcionando pela cidade e com a polícia em encaixos, os donos dos lupanares tiveram que encontrar novas formas para escapar dos processos e prisões por exploração do lenocínio.

Assim, as casas foram adaptadas a hotéis, com licença da prefeitura e letreiros pendurados à porta, tudo devidamente dentro da lei. Anteriormente, os hotéis eram utilizados na maior parte das vezes por viajantes de passagem ou recém-chegados à cidade, mas, dada a necessidade da nova clientela e o pouco tempo que dispunham, as estadias e diárias foram substituídas pelo pagamento por hora.

Com tamanha demanda por licenças do dia para a noite e o flagrante desvirtuamento das atividades dos “hotéis”, a Prefeitura acabou por regulamentar um decreto-lei de 1940 definindo as novas regras para a concessão de licença para hospedagens de qualquer natureza. O proprietário e todas as pessoas envolvidas na direção do negócio deveriam apresentar atestados de antecedentes criminais

¹⁸⁸ FOUCAULT, **Vigiar e punir...**, 2014b, p. 274.

expedidos no máximo 15 dias antes do pedido de licenciamento¹⁸⁹. A medida visava coibir a abertura de hotéis e pensões por conhecidos exploradores do lenocínio que já possuíam passagem pela polícia, mas na prática não produzia qualquer efeito. Os jornais¹⁹⁰ noticiavam que nada menos que oitenta proprietários de hotéis foram indiciados como exploradores do lenocínio nos primeiros meses de 1954.

Em reportagem que denunciava a nova forma encontrada para driblar a lei, o jornal “Diário da Noite”¹⁹¹ trazia a notícia sobre a prisão de uma famosa cafetina. Com a ordem do governador Garcez para o fechamento de todos os bordéis da cidade, Carola havia sido intimada pela Delegacia de Costumes para que encerrasse suas atividades. No entanto, dias depois recebia clientes no mesmo endereço de seu antigo prostíbulo, só que reaberto como “Hotel Corrientes” na rua dos Guaianazes.

A prefeitura avisada pela polícia sobre o desvirtuamento do negócio, cassou o alvará de funcionamento. A matéria dizia que a cafetina não se intimidou e solicitou uma nova licença em nome de um funcionário de sua confiança, reabrindo no mesmo local o “Hotel Estrela D’Alva”. Mais ainda, para disfarçar a natureza do negócio, montou um falso comitê eleitoral do P.S.P. colocando nas janelas e portas cartazes do candidato ao governo de São Paulo Adhemar de Barros, tido como uma afronta para a reportagem.

Com a estrutura física adaptada para a exploração do lenocínio, o elemento que completava a ambientação que dava à região feições de um imenso prostíbulo a céu aberto era o *trottoir*¹⁹². Dispostas nas esquinas, encostadas em postes, nas portas de hotéis e boites ou ainda caminhando vagarosamente de um lado para o outro, as mulheres deixaram o confinamento dos prostíbulos e ganharam as ruas do centro da cidade.

Com olhares sedutores e gestos com as mãos, convidavam os passantes para curtos momentos de prazer. Chamavam potenciais clientes: “vem cá, meu bem! Vamos fazer um amorzinho”. Convite aceito, o valor era negociado na calçada e rumavam para qualquer um dos hotéis da região, renomeados como: “entra e sai”.

¹⁸⁹ Jornal “Folha da Tarde”. **Licenças para o funcionamento de hotéis e pensões**, 10/02/1954.

¹⁹⁰ Jornal “Diário da Noite”. **Estende-se o mal às zonas residenciais**, 22/01/1954.

¹⁹¹ Jornal “Diário da Noite”. **Carola foi presa**, 05/08/1954.

¹⁹² “No que se refere ao espaço público, a rua, mais precisamente a calçada, constitui a estrutura física, por excelência, utilizada pela prostituição feminina. Nas calçadas as mulheres prostitutas fazem o “*Trottoir*”, denominação dada à espera por clientes no espaço público, que utiliza a palavra francesa cujo significado é passear na rua”. FELDMAN, 1989, p. 17.

O *trottoir* era uma modalidade conhecida, muitas mulheres que não trabalhavam em bordéis ou que se prostituíam eventualmente recorriam à prática de caminhar pelas ruas à espera de um cliente. À época do confinamento compulsório as mulheres que não queriam ser fichadas como prostitutas tentavam burlar a vigilância dos policiais da Delegacia de Costumes e agiam com muita prudência para não serem pegas. Porém, com o fim do sistema regulamentarista do meretrício nada mais ocorria com discrição no centro da cidade. Em termos quantitativos, nos últimos dias da zona do Bom Retiro foram contabilizadas em torno de duas mil mulheres pelo Serviço Social, já no início do ano seguinte, a imprensa¹⁹³ denunciava a existência de mais de seis mil mulheres praticando o *trottoir* pelas ruas da cidade.

O jornal “Folha da Tarde” publicou uma matéria de página inteira dedicada ao tema com o título “As portas do IV Centenário - Antros de perdição se confundem com estabelecimentos honestos”. Escrita por Domingos de Lucca Junior, o texto iniciava dizendo que os turistas que chegassem para o aniversário da cidade teriam muitas coisas para ver e fazer. Elencava as maiores atrações, como o Parque do Ibirapuera, o mais comentado e onde os paulistanos depositavam suas maiores esperanças. Descrevia lugares pitorescos, como o Horto Florestal, o Instituto Butantã, o Orquidário do Estado, o Parque da Água Branca e o Jaraguá. Porém, lamentava a existência de coisas que não deveriam serem vistas pelos forasteiros que visitavam o centro da cidade:

Numa centena de ex-prostíbulos pregaram-se tabuletas de hotel nas portas, tiraram-se alvarás de funcionamento e continuam eles a ser exatamente o que eram antigamente. Tudo no centro nervoso da cidade, à vista da polícia, da família, do homem e da mulher (...). Muitas são as pessoas que, à noite, se esquivam de passar, com as famílias, pelas ruas Aurora, Guaianases, Vitoria, Santa Ifigênia e outras. Isso em virtude dos espetáculos que ali podem registrar-se. Mulheres passeiam a passos de tartaruga, esperando companhia. Vigaristas, malandros e elementos da escória moral da sociedade vagueiam sem rumo (...). Tudo se confunde. O bem e o mal, a moralidade e a imoralidade, a justiça e crime, num submundo fincado como um cancro perigoso, ameaçando alastra-se bem no centro da cidade.¹⁹⁴

Analisando a matéria é possível observar que naquele momento a região ainda recebia um público considerado elegante e distinto, e que desconhecendo a

¹⁹³ Jornal “Diário da Noite”. **Mercadoras do amor nas ruas da cidade**, 21/12/1955.

¹⁹⁴ Jornal “Folha da Tarde”. **As portas do IV Centenário - Antros de perdição se confundem com estabelecimentos honestos**, 09/01/1954.

nova ambientação poderia confundir inferninhos e hotéis suspeitos com restaurantes e boites familiares. Ao dizer que “o bem e o mal, a moralidade e a imoralidade” se misturavam, dá pistas de que os espaços e o público não estavam nitidamente demarcados, havendo sobreposições nas formas de sociabilidade em diferentes classes sociais que frequentavam o centro da cidade. No entanto, esse entrelaçamento entre a ordem e desordem começava a despertar repúdio. Não havia problema na existência de uma zona do meretrício, desde que oculta na paisagem:

E o estrangeiro, desconhecedor da nossa formação familiar e dos costumes de nossa gente, julgará todo o Brasil por essa confusão encontrada. Não estamos pregando o puritanismo. O que há em São Paulo é natural. Em todas as grandes cidades do mundo existem essas válvulas de escape que constituem verdadeiros alicerces da família, uma vez que a supressão total dessa situação, num país socialmente mal formado como o nosso, poderia acarretar maiores prejuízos, inclusive o aumento dos crimes sexuais¹⁹⁵.

A crítica retomava as questões que sempre permearam a discussão sobre o tema. A prostituição era vista por muitos como um desvio necessário para a proteção das moças de família, desde que mantida distante dos olhos de todos, já que sua visibilidade é tida como a comprovação da própria imoralidade dos habitantes. Ao terminar seu texto, o jornalista cobrava das autoridades o pronto saneamento da região, “uma limpeza” para as festividades do IV Centenário:

Esse é um problema. Grave. Gravíssimo, mesmo. Exige reparos urgentes. São Paulo não pode parecer, ao turista, uma moça bonita de moral duvidosa, cuja beleza se embassará, ante o desregramento de sua vida boemia. Não nos parece muito difícil realizar tal obra. É bem mais fácil do que organizar a Bienal, construir o Ibirapuera ou remodelar os parques e jardins. Basta encará-la de frente. O secretário de Segurança Pública que parece disposto a pôr um paradeiro ao crime em São Paulo, poderá acrescentar essa obrigação à sua agenda de trabalho¹⁹⁶.

O tempo mostraria ao colunista que ele estava enganado. A transformação em curso era irreversível e atravessaria mandatos de governadores, prefeitos e muitos secretários de Segurança Pública sem que nenhuma solução fosse encontrada. A Boca do Lixo seria proporcional à grandiosidade da metrópole, exibindo a todos, como preocupava o jornalista, a moral duvidosa da cidade.

¹⁹⁵ Jornal “Folha da Tarde”. **As portas do IV Centenário - Antros de perdição se confundem com estabelecimentos honestos**, 09/01/1954.

¹⁹⁶ Idem.

E sua fama em grande medida viria justamente pela ampla publicidade que receberia de quem a condenava: a imprensa. Durante décadas, o universo da Boca do Lixo seria explorado nas páginas policiais por intensas campanhas que revelavam em pormenores o funcionamento de prostíbulos, boites, dancings, famosos exploradores do lenocínio, cafetinas, crimes e misérias. Mas também, confrontava em suas reportagens as relações que estruturavam as diversas ilegalidades que permitiam sua existência, incluindo, diferentes esferas de poder.

2.3 Última página: a Boca do Lixo nos jornais

Se os discursos de médicos, juristas, políticos, assistentes sociais, entre outros, nos proporciona o conhecimento da discussão acerca do tema da prostituição nos meios intelectuais e acadêmicos, é através dos jornais que temos acesso às imagens e representações de como esse universo chegava à população em geral. Jornais como o “Diário da Noite” e a “Folha da Tarde” em maior volume utilizados como fonte documental na presente pesquisa, embora abordassem assuntos considerados sérios e importantes relativos ao mundo econômico e político, dedicavam grande espaço para os temas cotidianos enfatizando os dramas sociais da cidade, em especial, a criminalidade.¹⁹⁷

Se nas primeiras páginas eram exaltadas as conquistas e a grandiosidade de São Paulo, seu avesso surgia em manchetes com letras garrafais que denunciavam as mazelas sociais, justamente associadas ao crescimento desenfreado da cidade. Conforme análise de Mariza Romero sobre o jornal “Diário da Noite”:

A essa perspectiva ufanista, o jornal contrapõe outra cidade, onde vive uma multidão predisposta ao descontrole, de onde veículos desgovernados se precipitam sobre transeuntes indefesos, cidade onde transitam mendigos, gatunos, rufiões, suadeiras, homicidas. Cidade frenética, ameaçadora, que coloca em cena o desvio, o inesperado, de cujos tentáculos botam a agressão, a doença, à morte.¹⁹⁸

Os jornais procuravam desempenhar o papel de porta vozes do povo buscando uma identificação emocional com leitores. As notícias eram retratadas

¹⁹⁷ “O Diário da Noite responderá a essa urgência investindo em um jornalismo de cunho sensacionalista, fazendo contraponto ao Diário de São Paulo, da mesma rede, o jornal “sério” no dizer do próprio Chateaubriand”. ROMERO, 2011, p. 22.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 33.

com linguagem que dramatizava e intensificava a sensação de medo e perigo, ao passo que suas matérias frequentemente criavam e reforçavam imagens que estigmatizavam grupos e indivíduos, exigindo constantemente a solução dos problemas através da repressão por parte da polícia, como por exemplo, as reportagens sobre as favelas e os miseráveis que perambulavam pelas ruas centrais da cidade, citadas anteriormente.

As denúncias publicadas sobre as atividades ilícitas praticadas por exploradores do lenocínio, traficantes, donos de hotéis, boites, casas de jogos e prostituição, confrontavam a eficiência das forças policiais ao creditar no trabalho de investigação de repórteres a antecipação à própria polícia sobre os problemas da cidade. Dramatizando os perigos a que toda a sociedade estava exposta diante da situação, exigiam constantemente a atuação por parte do governo, apontado como conivente e omissivo. Sob pressão e cobrado publicamente, a Secretaria de Segurança Pública respondia às demandas jornalísticas com repressão e prisões, seguida muitas vezes por abuso de poder e irregularidades.

Os dias que se seguiam, as reportagens mudavam o tom e rendiam manchetes com elogios à rápida atuação da polícia em resposta às denúncias feitas pelo jornal, apontando na maior parte das vezes para a falta de estrutura e efetivo para gerir a criminalidade de uma metrópole. Porém, não demorava até a próxima matéria denunciar que as mesmas ilegalidades estavam novamente ocorrendo sob barbas das autoridades que não tomavam uma providência definitiva, iniciando assim, novamente o mesmo ciclo. A historiadora Célia de Bernardi ao pesquisar a trajetória de Gino Meneghetti, um dos mais célebres ladrões de São Paulo a partir dos anos 20, analisou a estreita relação entre os jornais e a polícia:

De um modo geral, os discursos da imprensa paulista privilegiam a questão social, manifestando assim a preocupação das elites em relação à ordem urbana. Certos jornais promoviam campanhas periódicas contra a vadiagem, a falsa mendicância, a proliferação dos cortiços, entre outros temas do cotidiano da cidade, que voltavam ao noticiário em diferentes momentos. Na verdade, a grande imprensa colaborava com a polícia no controle social e na prevenção dos crimes, especialmente através de reportagens e editoriais.¹⁹⁹

¹⁹⁹ BERNARDI, C. **O legendário Meneghetti**: imprensa, memória e poder. São Paulo: Annablume, 2000, p. 21.

Embora as denúncias recaíssem primeiramente sobre a Secretaria de Segurança Pública, em especial, na Delegacia de Costumes, muitas vezes seu alcance atingia outros setores da administração pública, incluindo secretários de outras pastas, prefeito e o governador. O Jornal “Diário da Noite”, após várias reportagens denunciando a transformação de bordéis em falsos hotéis na região central da cidade, afirmava na matéria que a falta de repressão por parte da polícia acontecia por existir outros interesses envolvidos:

Fatores políticos estão influenciando nas decisões da municipalidade e, até, da própria polícia, evitando-se a solução do problema. Com a aproximação das eleições, elementos políticos apelam, argumentam, convencem da inoportunidade da providência. Assim, a irregularidade prossegue cada vez mais intensamente²⁰⁰.

A matéria ironizava que os moradores que tiveram bairros transformados em “*bas-fond*” teriam que aguardar até o final das eleições para que uma providência administrativa fosse tomada. A reportagem não apontava quais seriam os grupos que estavam sendo poupados, mas era recorrente as insinuações sobre a proteção dada aos donos dos hotéis e boites por parte dos políticos.

Dias após o fechamento da zona do Bom Retiro, o mesmo jornal trazia uma coluna que exemplifica como a questão da territorialização da prostituição e sua criminalização serviam como moeda nas disputas políticas da cidade. A coluna assinada por Sá do Bráz, acusava Adhemar de Barros de boicotar o governador Nogueira Garcez por se posicionar contra o fechamento da zona confinada, chamando-o de populista:

O ademarismo botou o elmo de Mambrino na cabeça, desenferrujou o espadagão de tantas pelejas em que foi derrotado, e veio para a arena da propaganda política defender o meretrício do Bom Retiro. Em contraste com os sentimentos da inteira população da capital e com as aflições dos que residem nas adjacências dos lupanares²⁰¹.

Não podemos esquecer que foi o próprio Adhemar de Barros que determinou a localização e o confinamento das prostitutas no bairro quando interventor federal no Estado de São Paulo. O colunista dizia que não causava surpresa sua posição,

²⁰⁰ Jornal “Diário da Noite”. **Hotéis e pensões suspeitos funcionam ainda livremente**, 05/08/1954.

²⁰¹ Jornal “Diário da Noite”. **Populismo e Meretrício**, 06/01/1954.

primeiro para atacar o governador e depois, para fazer “politicagem anti-democracia e anti-paulista, por sustentar a corrupção e as messalinas”, prosseguia:

Todo mundo pasmou de ver o imaculado Robespierre do grupo da “caixinha” atacar a iniciativa saneadora de Garcez que representa, acima de outro aspecto, a salva-guarda da família paulista. Não era de se estranhar conseqüentemente, que o próprio sr. Adhemar de Barros assumisse, de modo incompatível com a moralidade pública, o papel de curador das michelas do Bom Retiro²⁰².

Note-se que Adhemar de Barros e Lucas Nogueira Garcez pertenciam ao mesmo partido, o P.S.P. Garcez foi secretário de Viação e Obras Públicas no governo de Adhemar de Barros. Nas eleições seguintes recebeu seu apoio e tornou-se governador, logo após as eleições romperam por desavenças políticas e Garcez não apoiou o retorno de Adhemar de Barros ao Palácio dos Campos Elíseos, facilitando a vitória de Jânio Quadros ao governo do Estado em 1955.

A questão do meretrício esteve presente em diversas sessões na Câmara Municipal e na Assembleia Estadual e era recorrente entre os correligionários de ambos os lados atacar e empurrar para o outro a responsabilidade pela existência do que chamavam de “chaga da sociedade”. Os jornais analisados deram amplo apoio à campanha de fechamento da zona confinada empreendida por Nogueira Garcez e criticavam os que chamavam sua decisão de moralista. Nenhuma matéria levantou a possibilidade de que a população desalojada do Bom Retiro inevitavelmente migraria para outras regiões. E mais, as críticas direcionadas cotidianamente à polícia não faziam referências de que era um órgão subordinado ao governado do Estado, a responsabilidade recaía na Secretaria de Segurança Pública, mas não atingia o governador.

O jornal “Diário da Noite” publicou uma reportagem de grande destaque com a manchete “Maconha, pinga e imoralidade no Bairro dos Campos Elíseos”. Assinada por Orlando Criscuolo, um dos mais reconhecidos repórteres policiais à época, a matéria trazia mais uma denúncia sobre os prostíbulos que se passavam por hotéis na região central. Com fotos de mulheres entrando e saindo do hotel Rio Vouga na rua Barão de Piracicaba, o repórter questionava a condescendência das autoridades com os noventa e tantos hotéis em funcionamento:

²⁰² Jornal “Diário da Noite”. **Populismo e Meretrício**, 6/01/1954.

Se à polícia faltam forças para fechar esses antros de imoralidade e do vício, cabe à Prefeitura Municipal o supremo dever de lacrar suas portas e indicar à polícia, para que esta aponte à Justiça, os nomes dos exploradores do lenocínio que trocaram as casas suspeitas de porta escancaradas, pelas casas de prostituição rotuladas de hotéis, exploradores estes que continuam semeando na cidade a degradação, a imoralidade e o vício. Ninguém faz mistério da existência, naqueles bairros, da atual “fortaleza” da prostituição.²⁰³

Criscuolo afirmava que bem ou mal, à época da zona confinada existia fiscalização e segurança das polícias civil e militar e que estas, quando não se desentendiam entre si, evitavam escândalos, bebedeiras e a ação de vendedores de entorpecentes e exploradores de mulheres. Dizia que seu fechamento era necessário por ser considerado um “cancro social localizado no corpo da cidade que mais cresce no mundo”. No entanto, reconhecia o fracasso da medida:

Os meses se passaram. O Serviço de Assistência Social, a quem o governador tinha confiado a maior parte da grande tarefa de reconduzir e encaminhar as mulheres de vida duvidosa, parece não ter podido realizar sua tarefa e elas, por falta de melhor orientação, transferiram-se daquele logradouro privado para as ruas da cidade.

A matéria claramente poupava as críticas ao governador sobre o resultado de sua campanha e sobre o fato de que centenas de mulheres ficaram sem ter para onde ir, do dia para noite. A responsabilidade recaía nas mãos do Serviço Social como se o problema da prostituição na cidade dependesse basicamente da “recuperação” das mulheres, ignorando-se todos os outros fatores envolvidos na questão.

Dando prosseguimento à campanha, Criscuolo ironizava, afirmando que apenas onze homens atuavam no policiamento da Delegacia de Costumes e que ao paulistano só restava ficar preso em casa à noite com sua família, enquanto a cidade era “tomada” por bandidos:

Os amorais de São Paulo, os exploradores do lenocínio, os vendedores da “erva do sonho e da morte”, os “intrujadores” de entorpecentes, as mariposas do pecado, os proprietários de hotéis-prostíbulos, enfim, toda essa corja de periféricos do Código Penal pode estar absolutamente tranquila e “atacar” em cheio o comércio que cada um realiza porque nada lhes acontecerá, pois que a Delegacia de Fiscalização de Costumes de São Paulo, possui apenas onze homens para policiar esses vários milhares de

²⁰³ Jornal “Diário da Noite”. **Maconha, pinga e imoralidade no Bairro dos Campos Elíseos**, 20/09/1954.

marginais da sociedade que vivem para explorar o vício, a imoralidade e a prostituição²⁰⁴.

A reportagem desmoralizava ainda mais o poder da polícia ao publicar que o dono do hotel denunciado saiu à rua e posou para o fotógrafo do jornal dizendo que receberia publicidade gratuita para seu negócio. Pressionados diante das denúncias, os policiais da Delegacia de Costumes invadiram o hotel e prenderam todos que estavam no seu interior, inclusive, o dono que desafiara a reportagem. Na matéria seguinte, o tom já era ameno, Criscuolo enaltecia o trabalho da polícia que mesmo com poucos homens tinha agido prontamente à sua denúncia:

Embora possua pouco mais de uma dezena de homens para fiscalizar toda a cidade de São Paulo, no que diz respeito à proliferação da prostituição, desdobra-se a Delegacia de Costumes em atividades, procurando, com um serviço rápido e dirigido, evitar que as decaídas alijadas do antigo “bas-fond” do Bom Retiro, continuem tomando de assalto os bairros mais centrais da cidade, fazendo de suas ruas logradouro para o mercado da carne branca. Ainda ontem, atendendo a denúncia publicada pelo DIÁRIO DA NOITE sobre a imoralidade que vinha sendo anotada nos bairros dos Campos Elíseos, Santa Efigênia [...] aquela especializada deu uma “batida” geral nos antros da prostituição, prendendo dezenas de mulheres que perambulavam pelas ruas à cata de compradores de amor²⁰⁵

A reportagem era otimista quanto ao resultado da operação. Dizia que todos os donos de hotéis, sem exceção, seriam intimados a comparecer nas dependências da Delegacia de Costumes para serem ouvidos, iniciando uma sindicância que geraria inquérito policial e futuramente seriam encaminhados para a Justiça. O fato é que a notícia não retratava a realidade.

Os donos dos hotéis/prostíbulos possuíam autorização concedida para seu funcionamento, não havia uma irregularidade administrativa que coubesse à prefeitura resolver. O secretário de Finanças à época, Valentim Amaral, explicava que a fiscalização municipal concedia os alvarás mediante atestado de boa conduta fornecida pela “polícia” aos interessados e que só poderia cassá-los, caso os proprietários fossem condenados pela Justiça, ou seja, mesmo que estivessem respondendo a processos não perderiam suas licenças, a menos que se modificasse a legislação:

²⁰⁴ Jornal “Diário da Noite”. **Apenas onze homens para o policiamento da Del. de Costumes**, 21/09/1954.

²⁰⁵ Jornal “Diário da Noite”. **Dezenas de Mulheres detidas pela delegacia de costumes**, 24/09/1954.

Salientou ainda o secretário das Finanças que, em face disso, proporá à Comissão de Justiça da Câmara Municipal a modificação da lei em apreço, substituindo a palavra “condenação” do texto legal pelo termo “processo”. Esta simples modificação da lei dar-lhe-á força bastante para colocar os hotéis fora da lei “de júri”, pois “de fato” eles se encontram em situação ilegal, e assim proceder à cassação dos alvarás e o consequente fechamento.²⁰⁶

Se a cassação dos alvarás não era fácil, a comprovação da exploração do lenocínio²⁰⁷ menos ainda. O jornal “Diário da Noite”²⁰⁸ publicou o balanço da campanha contra os hotéis suspeitos promovida pela Delegacia de Costumes entre agosto de 1951 a 30 de julho de 1955. Em 48 meses ocorreram apenas 127 prisões em flagrante delito e mesmo assim, não divulgaram quantos destes foram condenados pelo crime.

É certo que esses hotéis em sua maioria funcionavam para atender a prostituição, mas como distinguir se as pessoas que ali se encontravam eram prostitutas e clientes ou apenas casais em busca de momentos de prazer sem o vínculo financeiro? Além do mais, para caracterizar a exploração do lenocínio era necessário comprovar a permanência e habitualidade da ação pelo estabelecimento.

Dois acusados de explorarem o lenocínio foram levados a julgamento. Após análise das provas e oitiva das testemunhas o juiz alegou que o crime não estava caracterizado por não demonstrar que os acusados recebiam habitualmente casais para fins libidinosos, tornando improcedente a denúncia. A posição da Justiça era a mesma em grande parte dos processos, a falta de provas sobre a participação do estabelecimento na exploração do lenocínio impedia que donos fossem condenados. O advogado do casal processado não só alegava a inocência de clientes, como ainda reclamava da atuação da polícia por estar causando insegurança aos clientes que utilizavam os serviços de hotéis na cidade:

A dúvida cruel que invade o cidadão que necessita recorrer a uma hospedaria legalmente constituída, cria-lhe um ambiente francamente desfavorável ao seu conforto e sossego, porque a polícia invade, altas

²⁰⁶ Jornal “Diário da Noite”. **Não se responsabiliza a municipalidade pelo fechamento dos hotéis**, 19/10/1954.

²⁰⁷ Art. 229 do Código Penal de 1940: “Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente”

²⁰⁸ Jornal “Diário da Noite”. **Hotéis suspeitos**, 01/12/1955.

horas da noite, hotéis e outros estabelecimentos congêneres, vasculhando-lhes os aposentos.²⁰⁹

Quanto mais os jornais denunciavam os hotéis, mais os policiais da Delegacia de Costumes respondiam com invasões e prisões de hóspedes, gerentes e donos. À época, era obrigatório que todos os casais que adentrassem os hotéis preenchessem uma ficha com dados e a natureza da relação. A polícia ao fazer as “batidas” requisitava tais fichas, diante de falta dos dados todos eram levados para delegacia.

Na reportagem intitulada “Meretrizes e maconheiros terminaram na “jardineira”, o jornal “Diário da Noite” trazia o itinerário da ronda policial pelas ruas do centro da cidade. Relatava que a operação era dividida em duas frentes, a primeira focava no que o jornal chamava de “decaídas do *trottoir*” e nos toxicômanos, usuários da “erva maldita”. Assinada por Nelson Veiga, a reportagem começa a incorporar, ainda que entre aspas, o linguajar próprio do meio que dizia combater, a gíria da malandragem:

Duas “peruas” foram mobilizadas, não faltando a tradicional “jardineira”, pintada de verde, para acompanhar os trabalhos policiais e recolher, pelo caminho, as “mariposas do amor” que fossem surpreendidas “dando sopa” [...] Inventaram toda a sorte de justificativas, mas os policiais, experientes no “mettier”, não foram na “onda” e acabaram por cambiá-los para a Delegacia de Costumes, onde foram “apresentados”, muito contra vontade, ao delegado de plantão.²¹⁰

A reportagem dizia que a outra frente se dedicou aos hotéis suspeitos. Acompanhados por uma dezena de repórteres que registravam à ação, a polícia invadia os hotéis e prendia hospedes, segundo o jornalista:

Vários casais suspeitos ali se encontravam. Não haviam preenchido a ficha policial. Conclusão: proprietário e hospedes provisórios foram também “convidados” a fazer uma “visita” ao titular daquela especializada [...] Culminou a diligencia de ontem com outra inesperada “visita”. Foi no Hotel Princesa Izabel, que ficou por momentos bastante movimentado [...]. Os casais que pernoitavam não haviam feito a ficha. Também tiveram que se levantar e, apesar dos protestos, acompanhar os policiais até o 4. Andar do Palácio da Polícia, onde se localiza a Delegacia de Costume²¹¹.

²⁰⁹ Jornal “Diário da Noite”. **Campanha contra hotéis suspeitos**, 10/09/1954.

²¹⁰ Jornal “Diário da Noite”. **Meretrizes e maconheiros terminaram na “jardineira”**, 19/10/1954.

²¹¹ Idem.

Logo, começavam as denúncias de abuso de poder da polícia. O mesmo jornal que brindava a ação da Delegacia de Costumes e estampava em suas páginas fotografias de clientes e mulheres levados arbitrariamente à delegacia, noticiava dias depois que inocentes estavam sendo presos por engano. Em dezembro de 1955, nada menos que cento e cinquenta donos de hotéis na capital impetraram um mandado de segurança preventivo contra o Secretário de Segurança Pública que ordenou à Delegacia de Costumes que intensificasse a repressão aos hotéis. No mandado de segurança os impetrantes alegavam que estavam sendo ameaçados no livre exercício de sua profissão garantido pela Constituição Federal e que não cabia a eles averiguar as razões pelas quais clientes procuravam hospedagem, segundo o advogado dos hoteleiros:

A polícia na ação fiscalizadora nos hotéis, tem agido de forma arbitrária e ilegal, ferindo direitos, invadindo estabelecimentos a qualquer hora do dia ou da noite, sob pretexto de promover buscas e envolvendo em processo e prendendo, em suposto flagrante, hoteleiros e funcionários de hotéis, baseada em critérios de permanência dos hóspedes ou de seu estado civil que, segundo alegam os impetrantes, não lhes cabe investigar, como, também, não podem saber das intenções que levam os hóspedes aos estabelecimentos²¹².

Se os proprietários dos hotéis estavam protegidos pela lei para exercerem suas atividades comerciais e recorriam a Justiça para fazer valer direitos, o mesmo não se pode dizer sobre as prostitutas. Com toda a campanha dos jornais contra a exploração do lenocínio, ou seja, contra quem obtinha lucro sobre a exploração sexual das mulheres, era justamente sobre as prostitutas que a repressão policial era mais violenta. A indefinição de sua conduta - que não era ilegal perante a lei, mas tratada como imoral perante a sociedade, deixavam as mulheres vulneráveis a todo tipo de abuso.

Nos trechos das matérias citadas é possível observar que os jornais se referiam às prostitutas como decaídas, mariposas do amor e do pecado, expressões que desqualificavam ou supervalorizavam o seu papel. O discurso encampado fazia uma cisão clara: as denúncias serviam para alertar e proteger as moças incautas antes que tropeçassem e caíssem em desgraça. Atravessada a linha que separava mulheres entre honradas e perdidas, sumariamente eram despossuídas de suas

²¹² Jornal "Diário da Noite". **Cento e cinquenta hoteleiros impetram mandado de segurança contra a atuação da polícia**, 16/12/1955.

histórias e suas individualidades eram diluídas em uma nova identidade sem rosto, tornavam-se apenas: prostitutas, parte de um grupo ainda maior, a dos marginais.

Não havia qualquer questionamento nas reportagens em relação às prisões. A “limpeza” das ruas era noticiada pelos jornais como campanhas saneadoras que protegiam as pessoas de bem dos criminosos e de quem ofendia a moralidade e os bons costumes. A socióloga Alessandra Teixeira ao analisar a constituição de uma economia criminal a partir da gestão de ilegalismos na cidade de São Paulo, aponta como essas prisões denominadas detenções correccionais compunham essa estrutura:

As detenções correccionais consistiram em práticas policiais arbitrárias que vigoraram no sistema de controle social e repressão criminal brasileiro do Império até meados dos anos 80 do século XX. Além de se caracterizarem como instrumento privilegiado aparentemente voltado à manutenção da ordem pública pelas forças policiais, referidas práticas não se voltavam, via de regra, a condutas criminais propriamente ditas ou mesmo contravencionais, mas antes a tipos sociais, operacionalizando-se à margem dos termos legais, sem ordem judicial ou situação de flagrante delito, à revelia de uma acusação formal, e da conseqüente formação de um (devido) processo. Não obstante a flagrante ilegalidade dessas prisões, sua utilização esteve plenamente difundida e incorporada à regular dinâmica social e à rotina das instituições, inclusive do poder judiciário.²¹³

Conforme os relatos das assistentes sociais que atendiam as mulheres nas prisões, as detenções correccionais foram largamente utilizadas pela polícia como prática rotineira na Boca do Lixo durante a década de 50.

Com o fim do confinamento da zona do Bom Retiro, o Serviço Social do Estado de São Paulo manteve postos de atendimento na Delegacia de Costumes e no Presídio da Alegria, além dos centros de apoio para as mulheres que aceitavam passar pelo programa de “reabilitação”. A divisão deixou de ser designada “Serviço de Recuperação Moral e Social da Mulher Prostituída” e passou a chamar-se apenas “Secção de Amparo à Mulher”. Segundo uma das assistentes sociais, era um “nome que se harmonizava mais com a amplitude de objetivos e era psicologicamente mais conveniente”²¹⁴.

Em grande medida as mulheres que trabalhavam na Boca do Lixo possuíam o mesmo perfil socioeconômico das que viviam anteriormente confinadas no bairro do

²¹³ TEIXEIRA, A. **Economias criminais urbanas e gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo**. Artigo apresentado no 36º Encontro Anual ANPOCS. 2012, p. 05.

²¹⁴ NAZARIO, 1958, p. 08.

Bom Retiro. Não obstante tenham se livrado do julgo das cafetinas e da obrigatoriedade de ir para cama com todo e qualquer homem que as requisitassem, nas ruas ficaram expostas a outros tipos de violências e arbitrariedades por parte do Estado. Conforme a transcrição de uma entrevista:

Por sua ficha policial verificamos mais de 20 passagens pelo Presidio e o vários nomes pelos quais era conhecida. Tem 20 anos, é parda, solteira, alfabetizada. Rosto bonito, olhos rasgados, bons dentes, cabelos penteados e com uma faixa platinada; vestia blusa de malha colante e decotada, saia muito justa mas assejada. A cliente iniciou a entrevista, declarando, com displicência e naturalidade ser da “franca viração”. A única coisa que não gosta é da “cana” (...) Alega que “trabalha” entre a tarde e a entrada da noite, pois, “depois das 22 horas”, a “cana” está muito perigosa. Justifica-se espontaneamente, dizendo-nos que não se excede, escolhendo e limitando o seu número de “fregueses” e submetendo-se a exames periódicos de sangue. Nega tomar qualquer tóxico e ter ligação com cafetina. Interrogamos-lhe quanto ganhava, Cr\$ 800,00 a Cr\$ 1.000,00 diários. “Mas não tinha um só vintém guardado...pois pagava diária (morava em pensão), lavadeira, refeições, roupas e não lhe sobrava nada.”²¹⁵

Constata-se que a entrevistada aos vinte anos de idade já possuía vinte passagens pela polícia. Perante a legislação da época, ela era considerada menor de idade para fins civis, como por exemplo, se casar. No entanto, isso não impedia que fosse sistematicamente levada para um presídio, muito embora, não estivesse cometendo nenhum crime.

Ainda que as assistentes sociais mantivessem ao longo dos anos uma inquestionável dedicação ao propósito de encaminhar as prostitutas para o que julgavam ser uma vida normal, o alcance do programa mantinha-se o mesmo. Um número mínimo de mulheres permanecia nas casas de reabilitação, a grande maioria procurara ajuda em momentos extremos, como uma gravidez avançada, doenças ou prisões. As assistentes sociais queixavam-se da dificuldade que encontravam para a efetivação de seu trabalho pelo que consideravam uma interpretação errônea de sua atividade:

[...] para muitas clientes, a entrevista com a assistente social significa o equivalente a um “habeas corpus”, pelo qual se vêm livres da apreensão”. Esta interpretação é difundida entre elas por algumas clientes que já se utilizaram de nossos serviços para êste fim.²¹⁶

²¹⁵ MEIRA, 1957, p. 75 a 77.

²¹⁶ Ibidem, 1957, p. 57.

Conclui-se dessa forma, que a requisição para uma entrevista com a assistente social era uma tática empregada em grande medida pelas prostitutas como forma de se verem livres da prisão. O plantão noturno no Presídio da Alegria foi instalado em dezembro de 1956, funcionando das 20:00 às 24 horas ou mais, dependendo do movimento de apreensões. Segundo a assistente social:

O Presidio recebe mulheres, logo após a sua detenção pela Ronda Noturna (após meia noite) e outras encaminhadas pela Delegacia de Costumes (apreendidas durante o dia até a meia noite). Localizado no bairro do Brás, foi construído para o Serviço de Imigração, não possuindo conseqüentemente instalações adequadas à sua finalidade. Não tivemos acesso às celas de mulheres, até a data de hoje. Sabemos ser uma única, sem condições mínimas de higiene.²¹⁷

A assistente social relatava que após serem fichadas, todas as mulheres eram colocadas em uma carceragem aguardando à análise de prontuários para uma possível entrevista, visto que dependia de uma pré-seleção que indicasse seu potencial para a “regeneração”. Observava que vários elementos deveriam ser levados em consideração para a escolha: idade, nível mental, psicológico, aspecto físico e número de passagens pela polícia. As que eram definidas como reincidentes e casos crônicos não tinham chances de serem entrevistadas, conseqüentemente, continuavam no presídio à disposição do delegado:

A Ronda Policial, composta de elementos não preparados para atender o problema, apreende indiscriminadamente, na maioria das vezes só pelo fato das mulheres estarem em lugar público. Assim, conhecidas e visadas no meio policial, as prostitutas de “trottoir”, encontradas na rua, são apreendidas pela Ronda. É a chamada prisão correccional; as mulheres ficam os dias que o Sr. Delegado achar conveniente, ou são soltas no mesmo dia, conforme seu arbítrio ou o habeas-corpus impetrado por advogados. É o comentado prende e solta, largamente criticado pela Imprensa, e que em vez de combater o problema, o torna mais agudo.²¹⁸

Se por um lado, o *habeas-corpus* era um importante instrumento jurídico contra o arbítrio da polícia, revelava-se por outro, mais um elemento que gerava lucro na estrutura “prende e solta” das detenções correccionais.

O jornal “Folha da Tarde” publicou uma matéria relatando como algumas mulheres recorreram à justiça para garantir seu direito de ir e vir. Uma moradora da rua dos Gusmões no bairro de Santa Ifigênia, impetrou um *habeas-corpus*

²¹⁷ MEIRA, 1957, p. 21.

²¹⁸ Ibidem, p. 101.

preventivo alegando que sofria constantes ameaças de prisão pela polícia quando entrava e saía de seu apartamento que dividia com seu companheiro. A decisão do juiz não apenas foi favorável ao pedido da mulher revelando um posicionamento estritamente jurídico da questão sem o recorrente julgamento moral, como também, evidenciava os abusos cometidos pelos órgãos policiais e o governo na repressão contra as prostitutas. Conforme a transcrição da sentença do magistrado pelo jornal:

A polícia não pode intrometer-se na vida particular das mulheres que levam vida irregular, nem tampouco pode impedir as eventuais relações amorosas que mantenham em suas habitações [...] O problema que surge nestes autos é o mais delicado dos últimos tempos nesta capital: saber se a polícia tem o poder de imiscuir-se na vida particular dos que vivem a “mala vita”, ou pelo menos uma vida que não seja irreprochável, para o fim de reprimir-lhe a conduta. E já era tempo que alguém provocasse uma solução judicial para o caso, dados os inúmeros abusos que se vêm verificando. Tudo sobre o influxo da campanha moralizadora encetada pelo governo do dr. Lucas Nogueira Garcez.²¹⁹

O juiz reconhecia as melhores intenções do governo pela recuperação das mulheres através do trabalho do Serviço Social e pela tentativa de seu desalojamento do centro da cidade, porém, afirmava que juridicamente a prostituição não constituía delito e menos ainda era alçada da justiça o que faziam de sua privada.

Embora a reportagem não tenha emitido opinião sobre a sentença, seu posicionamento ficava subentendido ao publicar no dia seguinte uma entrevista questionando o delegado sobre decisão do juiz. Tavares Carmo, titular da Delegacia de Costumes afirmava que o conteúdo da sentença não atingia a sua delegacia, pois, as acusações não eram procedentes. No entanto, o tom era de contrariedade com a decisão do juiz desautorizando o *modus operandi* da polícia, além disso, o próprio delegado acabava por se contradizer ao confirmar as detenções feitas por homens:

Confesso que estranhei a concessão do benefício em favor da suplicante, pois se trata de pessoa que absolutamente não está ameaçada de prisão pelos agentes da minha Delegacia [...]. A requeira apenas reside num prédio onde funcionam diversos prostíbulos clandestinos, cujas ocupantes já foram detidas pelos meus auxiliares. Diante dessa situação supõe a suplicante que poderá de um momento para outro ser presa por equívoco. Ora – indaga o delegado Tavares Carmo – como explicar a concessão de

²¹⁹ Jornal “Folha da Tarde”. **Conseguiu habeas-corporis para entrar e sair do apartamento, 24/02/1954.**

uma ordem de habeas-corpus em favor de alguém que apenas faz suposições contra a polícia? Francamente não entendi aquela decisão judicial [...]. Devo dizer que a medida do digno magistrado da 1ª Vara Criminal não atingiu a Delegacia de Costumes, porque também desposamos a ideia de que ninguém poderá impedir que a mulher maior de idade se prostitua, se assim o entende.²²⁰

Os dados publicados não confirmavam o discurso do delegado. Em janeiro de 1956, o jornal *Diário da Noite* noticiava o balanço da Polícia de Costumes no ano anterior. A matéria relatava que cerca de cinco mil mulheres haviam sido presas correcionalmente pela prática do *trottoir* nas vias públicas. O relatório enviado pelo delegado da Polícia de Costumes ao diretor do Departamento de Investigações revelava a total arbitrariedade das prisões como meio de repressão:

De fato, a prostituição em si, não constitui crime ou contravenção, nem mesmo podendo ser considerada como vadia a mulher que a exerce. Houve já tentativas para coibir as atividades de meretrizes mediante processos de contravenção por vadiagem. Em pura perda, pois a Justiça decidiu não configurar-se a contravenção, no caso. Assim, o recurso que resta à polícia é a clássica detenção das mulheres que se dedicam ao denominado “trottoir” por dois ou três dias, medida anódina, que não resolve o problema, mas que é forçoso repetir permanentemente. O que não se pode é dar inteira liberdade às infelizes, pois cometem escândalos, ofendem o pudor público e tomam certas partes centrais da cidade [...].²²¹

Ou seja, no confronto entre a preservação da legalidade presente na legislação e a prática da ilegalidade apoiada na moralidade, passava-se por cima das garantias legais e estabeleciam-se leis próprias para reger a denominada “criminalidade” ao largo da justiça formal. Constitui-se assim, o que Michel de Foucault apontou como as ramificações do poder, sua capilaridade nas extremidades das relações que ultrapassam as regras do direito se prolongando através das instituições²²². Ainda que hierarquicamente o poder do juiz se sobrepusesse a toda a corporação policial, na prática o poder se estabelecia a partir de onde se exercia, nas relações entre os diversos envolvidos com a prostituição e as atividades afins.

Como explicar que apesar de toda repressão apresentada nos dados e nas campanhas moralizadoras dos jornais, o número de prostitutas, bares, boites, prostíbulos e hotéis só aumentassem através dos anos? Somente uma rede

²²⁰ Jornal “Folha da Tarde”. **A medida do juiz não atingiu a especializada de Costumes**, 25/02/1954.

²²¹ Jornal “Diário da Noite”. **Triste balanço anual da Polícia de Costumes**, 13/01/1956.

²²² FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007, p. 182.

baseada em códigos e práticas fundadas à margem da legalidade possibilitaria a formação e a manutenção de um gigantesco território como a Boca do Lixo no centro da cidade de São Paulo. E a atuação da polícia era um dos grandes pilares que sustentava essa estrutura.

Em 1952, época que ainda existia a zona confinada no Bom Retiro, o Diretor Geral da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, Osvaldo Silva, já lamentava a dificuldade que encontrava para manter policiais longe das atividades ilegais relacionadas à exploração do lenocínio. Em uma palestra proferida na Confederação das Famílias Cristãs, justificava:

O meio subalterno, a pululação do vício, as solicitações do sexo e tantas outras cousas, imediatas e mediatas, geram um número sem conta de problemas que a administração policial tem de resolver. Frequentes vezes ocorre a substituição dos agentes designados para a fiscalização dos costumes, notadamente no ramo do meretrício. É que, policiais dignos até, então, ótimos servidores, ótimos chefes de família e ótimos cidadãos, se corrompem depois de certo tempo de serviço em contato com as prostitutas, tornando-se elementos negativos.²²³

Para o delegado, a explicação para o desvirtuamento de homens recaia sobre má influência do contato com as prostitutas. Como um contágio ou sedução que suspendia o caráter, policiais se corrompiam pelo poder das mulheres, as mesmas que eram tratadas com violência e exploradas cotidianamente pela polícia. Ainda que um intrincado jogo baseasse a relação polícia e prostitutas, a inversão dos poderes não se sustentava como argumento, como nos lembra Foucault: “Na medida em que as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, é evidente que isto implica um em cima e um em baixo, uma diferença de potencial”.²²⁴

O método mais difundido entre policiais era a extorsão, a famosa caixinha ou arrego. Todos que exerciam uma atividade tida como ilícita pagavam uma contribuição à polícia para não serem incomodados. Desde donos de hotéis e bordéis para não serem presos em flagrante delito como exploradores do lenocínio ou serem avisados com antecedência sobre futuras batidas policiais, passando por punquistas (batedores de carteira) e traficantes de drogas. Recebiam quantias regulares das prostitutas para não as levarem presas, e muitas vezes, exploravam

²²³ SILVA. **A polícia em face...**1952, p. 219 a 222.

²²⁴ FOUCAULT. **Microfísica** ... 2007, p. 250.

diretamente o meretrício como cafetões. Não raro, possuíam amantes e namoradas entre as mulheres da noite. Muitos exerciam ainda, atividades complementares como leões de chácaras (seguranças) e capangas de donos de estabelecimentos.

A atuação dos policiais na região era altamente complexa. Mantendo distância do recorrente maniqueísmo que divide o submundo em mocinhos versus bandidos, a análise do papel da polícia requer um percurso por zonas cinzentas em que movimentos tomavam diferentes formas conforme a situação. Evidentemente, muitos policiais cumpriam suas funções dentro da égide das leis, mas uma parte considerável estava diretamente ligada a práticas ilícitas, principalmente os quadros da Delegacia de Costumes. Como analisou Alessandra Teixeira:

Assim, embora o discurso oficial de combate e repressão à vadiagem continuasse intenso, procedendo-se com frequência às rotineiras detenções correcionais, havia, no plano das práticas policiais, uma relação de ambiguidade com o “submundo”. Tal ambiguidade advinha do fato de integrarem, os próprios agentes policiais, a ambiência social que caracterizava esses espaços, dada sua eventual condição de usuários dos serviços da Boca, ou apenas uma certa relação de camaradagem que estabeleciam com personagens.²²⁵

Se em seu discurso, o Diretor Geral da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, responsabilizava os desvios da polícia à sedução que homens encontravam ao trabalhar nas ruas, denúncias comprovavam que o desvirtuamento da Delegacia de Costumes ia muito além de investigadores. O jornal “Folha da Tarde” noticiou em março de 1955, a existência de 1.800 inquéritos “esquecidos” nos arquivos de seu cartório. Praticamente desde o início do século XX, dezenas de delegados passaram pela especializada de Costumes deixando processos engavetados sem encaminhá-los à Justiça, conforme a reportagem:

Há inquéritos que foram instaurados em 1920, há 35 anos, portanto, os quais falam de violências carnais, tráfico de entorpecentes, corrupção de menores, etc. Figuram nas peças processuais delinquentes de alto bordo – criminosos ricos – deixaram de ser punidos pela lei porque antigas autoridades que passaram pelas altas administrações do D.I. jamais se preocuparam em fazer correições nos cartórios da Delegacia de Costumes.²²⁶

²²⁵ TEIXEIRA, 2012, p. 09.

²²⁶ Jornal “Folha da Tarde”. **Os processos retidos da Delegacia de Costumes contêm casos de estarrecer**, 12/03/1955.

Denúncias como essas, indicam a longevidade dos desvios praticados pela polícia. Nesse sentido, o papel da imprensa era fundamental ao expor os interesses que estavam em jogo, os acordos e omissões que envolviam diversos poderes e setores da sociedade. Porém, como colocado anteriormente, a imprensa não era apenas um veículo dessas informações. Sua atuação imprimia uma circularidade no funcionamento da Boca do Lixo ao exigir cotidianamente uma solução para questões muito complexas, mas que terminavam por serem resolvidas da maneira mais fácil, pela repressão. Resultava conseqüentemente, na manutenção da própria estrutura que dizia combater.

O fato é que os personagens mudavam, mas a estrutura que organizava as ilegalidades permanecia a mesma. Aliás, as práticas foram sendo aperfeiçoadas por ambos os lados através dos anos. O aumento da repressão policial que incluía arbítrios exigia novas formas de atuação. Como uma encenação de uma peça que nunca sai de cartaz, compreende-se o porquê da existência e manutenção de territórios de marginalidade nas cidades. Conforme analisou Michel Foucault:

Os tráficos de armas, os de álcool nos países de lei seca, ou mais recentemente os de droga, mostrariam da mesma maneira esse funcionamento da “delinquência útil”; a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis por sua organização em delinquência. Esta é um instrumento para gerir e explorar as ilegalidades.²²⁷

Após um ano do fechamento da zona no bairro do Bom Retiro, as autoridades retomavam a discussão sobre a necessidade de um novo confinamento. Mais uma vez, especialistas de todas as áreas foram chamados pelo governador Jânio Quadros para apresentar estudos e pesquisas com saídas para o problema e o debate foi amplamente divulgado pelos jornais. Porém, a territorialização do meretrício no centro da cidade de São Paulo tomara proporções inimagináveis para uma operação de confinamento pelo Estado como a realizada na década de 40. Por outro lado, as novas formas de sociabilidades de boites, bares e dancings escapavam da alçada do Estado e da polícia. A Boca do Lixo se consolidava como o maior *bas-fond* de todos os tempos.

²²⁷ FOUCAULT, **Vigiar e punir...**, 2014b, p. 274.

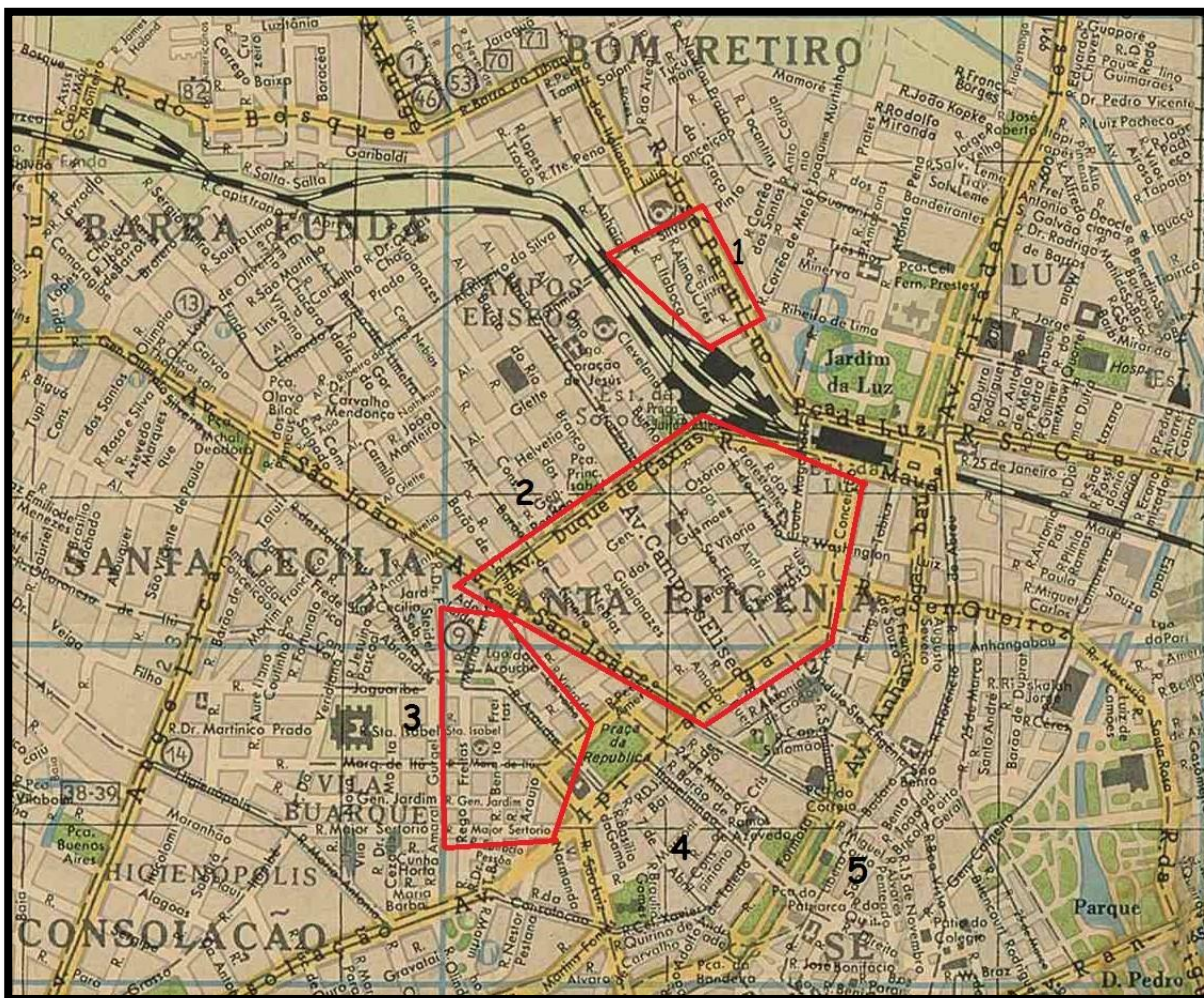


Imagem 14: Mapa da região central da cidade de São Paulo em 1951.

Legenda:

- 1) Zona confinada no bairro do Bom Retiro.
- 2) Boca do Lixo: Bairros da Luz, Santa Ifigênia e Campos Elíseos.
- 3) Boca do Luxo: Bairro da Vila Buarque.
- 4) Centro Novo: Ruas Barão de Itapetininga, Xavier de Toledo, Conselheiro Crispiniano, 24 de maio e Dom José de Barros.
- 5) Centro Antigo (Velho Triângulo). Ruas: 15 de novembro, São Bento e Direita.



Imagem 15: A Boca do Lixo em 1954

Área circunscrita pela Av. Duque de Caxias, Rua dos Protestantes, Rua dos Timbiras e Av. São João. Abarcando as Ruas: General Osório, dos Gusmões, Vitória, Aurora, do Triunfo, dos Andradas, Santa Ifigenia, Av. Campos Elíseos (atual Av. Rio Branco), dos Guaianazes, Conselheiro Nébias e Barão de Limeira.



Imagem 16. As decaídas do extinto “Bas-fond” transferem-se para o centro da cidade. Jornal “Folha da Tarde”, 19/01/1954



Imagem 17: “Recuo estratégico” nos pontos onde se concentra a malandragem. Na fotografia o Bar e Lanchonete Ouro Verde na esquina da Rua Gal. Osório e Rua Santa Ifigênia. Jornal “Diário da Noite”, 20/07/1954

DEPOIS DE DOIS ANOS DO "FECHAMENTO"

Mercadoras do amor nas ruas da Cidade

Saindo da zona do seu confinamento no Bom Retiro, milhares de infelizes tomaram como que de assalto hotéis, pensões e prédios de apartamentos do centro e das zonas residenciais — Agravou-se consideravelmente o velho problema após aquela medida governamental — Campeia desenfreado o lenocínio (Série de reportagens de Almir Guimarães)

O problema da prostituição assumiu, em S. Paulo — Capital e Interior — aspectos de suma gravidade, que não podem permanecer sem um registro, que constitui, no mesmo tempo, um protesto perante as autoridades incumbidas de zelar pela moralidade pública e mais especialmente pela situação dos membros da comunidade incapazes ou impossibilitados de desenvolver atividade útil, em benefício dessa mesma sociedade.

O DIÁRIO DA NOITE vai mostrar, numa série de reportagens, a situação do meretrício ostensivo e da exploração do lenocínio na Capital paulista, a partir da decisão tomada pelo governo, há dois anos atrás, — 30 de dezembro de 1953 — em o fechamento de zona do meretrício, determinando o afastamento do mal e o agravamento do problema social e sanitário consequente da perda de controle das autoridades sobre as mercadoras do corpo. E, vai também, apresentar uma sugestão para solução do problema, que, não sendo a ideal, é a única praticável, na atual emergência.

AUMENTO: A POPULAÇÃO DE TRANSVIADAS

Ano ser fechada a zona do meretrício na noite de 30 de dezembro de 1953, cerca de duas mil mulheres que mercadejavam o corpo, naquela área do bairro do Bom Retiro, foram obrigadas a abandonar as alcobecas onde residiam. A consequência imediata foi que tiveram de invadir a cidade, mudando-se para aqui e ali, uma vez que não podiam permanecer ao desamparo. Apartamentos, casas de modoros, hotéis e hospedarias das mais variadas setores da cidade, especialmente os mais "vulnere-



RESULTADO NEGATIVO — A extinção da zona do baixo meretrício, ocorrida há dois anos, veio agravar consideravelmente o angustiante problema. Hoje, como se observa na foto, as mariposas do vício, sem que a polícia possa impedir de forma definitiva, tomaram conta das ruas centrais da cidade, realizando, dia e noite, afrontoso "trottoir".

VITIMAS DE ATROPELAMENTO

DOIS PEQUENOS CICLISTAS ATROPELADOS POR UM AUTO

O delegado Spencer F. Custodio, de serviço na Polícia Central, ontem por volta das 19 h. 30, tomou

questo "terra" muito conhecido na rua da Paz, 1.195, naquele distrito. Desembarcado ao carro da Polícia Central, Manoel Inácio, ouvindo pelo delegado Gabriel de Silveira Faria, disse que no sábado, convidado por pessoas conhecidas, fora a uma festa, deixando em casa Ana Joazeira. Manoel voltou pela madrugada de domingo, encontrando a companheira adormecida, pediu-lhe então que lhe desse a roupa de trabalho, pois, embora resmungado, ia para o serviço. Regressando a casa, cerca das 12 horas, não encontrou Ana

Imagem 18: Mercadoras do amor nas ruas da cidade. Jornal "Diário da Noite", 21/12/1955.



PREMIO EM MASSA — Durante a distribuição da soma, a Delegacia de Custumes detinha presos em massa. Todos aqueles que entregaram "mercadorias" pelas ruas sujeitas, eram logo recebidos no "trottoir".



PROPRIETARIO DO HOTEL — O homem da sala não hesitou em prestar a presença de suas instalações para a ação de fiscalização. Foram apreendidos e destruídos os livros de registro e a lista de hóspedes. Assim, não houve mais o "trottoir" no bairro do Bom Retiro. Em vista que seria formalizado, apressa



FAZIAM O "TROTTOIR" — Os policiais cumpriram à risca as instruções recebidas. Prescreveram todas as mulheres que faziam o "trottoir" para ir ao bairro Higienópolis. Concluiu o grupo Polícia Inatel.

MERETRIZES E MACONHEIROS TERMINARAM NA "JARDINEIRA"

Frutos da diligência policial efetuada na noite de ontem — Hotéis varejados — Indivíduos suspeitos detidos — Faziam o "trottoir" e acabaram indo "conversar" com o delegado

A Delegacia de Custumes, no meio de ontem, como a sua habitual rotina, deu início aos trabalhos de fiscalização. Os policiais foram logo recebidos no "trottoir" da delegacia e os mais variados "casos" foram mobilizados para a fiscalização. Os trabalhos foram realizados em massa, para apanhar os indivíduos que faziam o "trottoir" nas ruas da cidade. Em poder dos policiais foram apreendidas as "mercadorias" e os indivíduos foram encaminhados para o "trottoir".

As diligências foram efetuadas em duas partes: a primeira, quando os policiais foram recebidos no "trottoir" da delegacia e os indivíduos foram encaminhados para o "trottoir".

Em vista que seria formalizado, apressa-se a destruição dos livros de registro e a lista de hóspedes. Assim, não houve mais o "trottoir" no bairro do Bom Retiro.

Reportagem de NELSON VIEIRA Fotografias de JOSÉ VIEIRA

GUERRA AO "TROTTOIR" — Uma das Delegacias, a de Custumes, detida de ontem, realizou uma operação de fiscalização. Foram apreendidos e destruídos os livros de registro e a lista de hóspedes. Assim, não houve mais o "trottoir" no bairro do Bom Retiro.



"LITIGACÃO" PARA A DELEGACIA DE CUSTUMES — Todas as mulheres detidas tiveram o mesmo destino: a Delegacia de Custumes. Lá, após uma vez, explicar as diligências que não estavam fazendo o "trottoir". Assim, se foram encaminhadas para o "trottoir".

Diário da Noite
1ª EDIÇÃO

Morto por ladrões o cabo eleitoral

Linha XXX S. Paulo, 2-Volta, 13 de outubro de 1954 N. 3.135

Imagem 19: Meretrizes e maconheiros terminaram na "jardineira". Jornal "Diário da Noite", 19/10/1954



Imagem 23: No submundo sórdido da cidade. Taxi-dancing: antecâmara da prostituição. Jornal “Folha da Tarde”, 03/03/1955

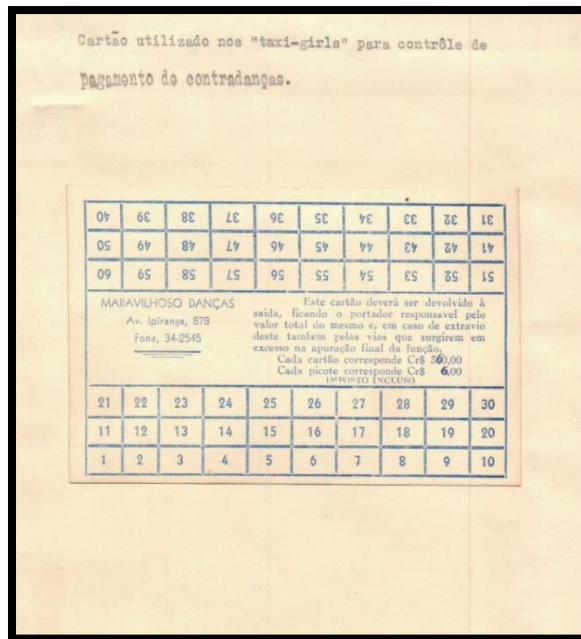


Imagem 24: Cartão entregue aos clientes dos taxi-dancings. Na imagem um cartão do “Maravilhoso Danças” na Av. Ipiranga. Original anexado à monografia de Marta Giudice: “Plantão de serviço social junto à divisão de diversões públicas”. Escola de Serviço Social – PUC/SP, 1961.

3 CAPÍTULO

O QUADRILÁTERO DO PECADO

A cidade expunha homens e mulheres da madrugada.

E quando é madrugada até um cachorro na praça da República fica mais belo. Luz elétrica joga calma em tudo. Pálidos, acordados há bem pouco, saem a campo rufiões de olhos sombreados, vadios erradios, inveterados, otários, caras de amargura, rugas e problemas...passavam tipos discutindo mulher e futebol e turfe, gente dos salões de dança, a mulher lindíssima de vestido de roda, passos pequenos, berra erotismo na avenida e tem os olhos pintados de verde..."nem é tanto", diz um, para justificar-se de não tê-la...mas os olhos famintos vão nas ancas...malandros pé de chinelo promiscuídos com finos malandros de turfe, ou gente bem-ajambrada que caftinava alto e parecia deputado, senador...vá ver – não passa de um jogador...o camelô que marreta na sua viração mesquinha de vender pente que não se quebra, mulheres profissionais, as minas, faziam a vida nas virações da hora...e os invertidos proliferavam, dois passaram agora, como casal em namoro aberto.

Aqueles faziam São Paulo àquela hora.

Era a hora muito safada dos viradores

Malagueta, Perus e Bacanaço
João Antônio

3.1. No submundo sórdido da cidade

Em grande medida, as reportagens publicadas sobre os acontecimentos na Boca do Lixo focavam basicamente em hotéis suspeitos e o intenso *trottoir* das prostitutas pelas ruas da cidade. As manchetes apresentavam o resultado das rondas noturnas realizadas pela Polícia de Costumes e as dezenas de prisões efetuadas diariamente após as denúncias. Aparentemente, o universo da noite apresentava-se chapado aos olhos do leitor, um ambiente perigoso frequentado apenas por marginais.

Porém, de tempos em tempos, algumas campanhas efetuadas pelos jornais propunham um trabalho investigativo aprofundado que podiam render dezenas de matérias que desvendavam o funcionamento dos estabelecimentos e as redes que compunham a exploração do lenocínio e outros delitos. O repórter policial assumia uma posição de destaque por se arriscar no papel de detetive ao mesmo tempo em que desqualificava o desempenho da polícia ao realizar o seu trabalho.

Se por um lado, a narrativa era carregada de dramaticidade ao expor histórias de exploração de jovens e a conivência dos poderes com as ilegalidades, de outro, as reportagens revelavam a existência de uma intensa vida noturna no centro de São Paulo. Com o objetivo de denunciar os meandros da noite e os ambientes de “perdição”, acabava-se por descortinar através dos textos e fotografias, o interior de bares e boites à meia luz, homens e mulheres de rostos colados em pistas de danças com orquestras ao vivo, shows de bailarinas em trajes mínimos e sedutores, mesas com casais bebendo e conversando ao pé do ouvido.

As matérias que criminalizavam as práticas de diversão e sexualidade das classes populares eram as mesmas que conduziam leitores pelo universo que definiam como proibido. Pode parecer uma contradição, pois, o tabu pressupõe um silêncio absoluto sobre determinado tema, mas não era o que ocorria nos registros dos jornais, comprovando que sexo era um assunto que despertava muito interesse. Em prefácio à obra de Margareth Rago sobre a prostituição na *Belle Époque* paulistana, o sociólogo Sergio Adorno, levanta algumas questões nesse sentido:

Trata-se de uma moral repressiva, que reprime a sexualidade feminina? Uma moral fortemente codificada, no interior da qual o sexo é visto como pecado e doença? Não é o que sugerem as fontes. Elas apontam na direção de uma moral permissiva, que faz circular o sexo em diferentes

instancias, que incita à fala, que produz uma concubinação consentida com o prazer insubmisso. Daí os documentos oficiais, a imprensa, os memorialistas, os médicos, os juristas – todos instados a dizer algo, ainda que seja para condená-lo.²²⁸

A análise de Adorno aponta para a influência de Michel Foucault e estudos sobre a sexualidade ocidental. Contrariando a ideia a qual a sexualidade teria sido reprimida com o advento da sociedade capitalista, Foucault sustenta, que a partir do século XVI ocorreu uma proliferação dos discursos sobre o sexo, intensificado principalmente a partir do século XIX. Um discurso que não é ilícito porque emerge e é construído de dentro das instituições e dos saberes, como a medicina, a psicologia e a pedagogia. Conforme explica Roberto Machado:

Assim, a negação da “hipótese repressiva” não significa a afirmação de que o capitalismo teria inaugurado um período de libertação sexual, mas que uma vontade de saber sobre a sexualidade é peça essencial das estratégias de controle dos indivíduos e das populações.²²⁹

Como analisado no primeiro capítulo da presente pesquisa, os discursos de juristas, políticos, médicos e assistentes sociais, estabeleciam os parâmetros do que deveria ser a sexualidade normal: heterossexual e monogâmica, todas as outras configurações sexuais que ultrapassassem esses limites eram tidas como indecentes e pervertidas. Nas matérias jornalísticas não era diferente. Longe do brilho da rica boemia, com bares e boites constantemente enaltecidos nas colunas sociais, a sociabilidade das classes populares era retratada como perigosa, suja e pobre, um precipício que tragava mulheres desamparadas e homens incautos. Fato que nos leva a questionar os conteúdos jornalísticos que criminalizavam esses grupos, procurando evidenciar pelas entrelinhas as suas formas de sociabilidade e de sobrevivência consideradas desviantes por aqueles que dominavam o discurso oficial.

Assim, um ano após o encerramento das atividades da zona confinada do Bom Retiro o jornal “Folha da Tarde” publicou uma intensa campanha com dezenas de reportagens denunciando a exploração da prostituição no centro da cidade. Mas, diferentemente das demais, trazia um consistente trabalho investigativo do jornalista responsável pelas matérias.

²²⁸ RAGO. **Os prazeres da noite...**, 2008, p. 19.

²²⁹ FOUCAULT. **História da sexualidade I...** 2014a. Apresentação de Roberto Machado na orelha do livro.

Durante trinta dias, o repórter Francisco L. Aquarone percorreu boites, dancings, bares, balés e agências de emprego, registrando todo o funcionamento no interior desses locais, inclusive, com o apoio de fotógrafo do jornal. Contando com a participação de duas moças que se apresentavam nos estabelecimentos em busca de emprego, as reportagens denunciavam desde anúncios de jornais que ofereciam “duvidosas” vagas para garçonetes à cartórios que falsificavam documentos para menores de idade.

O material foi transformando em uma longa série de reportagens com o título em letras garrafais: “No submundo sórdido da cidade”. A cada nova matéria um subtítulo impactante: “Império de depravação à sombra das autoridades”, “Inocentes anúncios escondem o mais infame e despudorado convite para a prostituição”, “Brado de alerta aos pais e às moças incautas: bares grã-finos escondem antros de corrupção”, “Monstros sociais usam falsas companhias de balé para praticar impunemente o lenocínio”, entre outras.

A chamada para as reportagens vinha na primeira página do jornal acompanhada por um grande quadro de fundo vermelho com letras em negrito apresentando aos leitores o propósito das matérias:

A todos os pais que viram suas filhas ludibriadas pela tenebrosa maquina da prostituição; a todas as moças que se perderam por ingenuidade e confiantes e que agora enfrentam o mais amargo dos destinos; a todas as mulheres que seriam esposas e mães de família não fosse a crueldade de monstros sociais que as iludiram, desgraçaram e as exploram, dedicamos estas reportagens.²³⁰

O tom era dramático. As reportagens seguiam sempre o mesmo roteiro com a recorrente ambiguidade. Primeiro o jornalista narrava a triste realidade de mulheres que em um passado próximo eram “moças de família” que enganadas, foram abandonadas à própria sorte para logo em seguida serem retratadas como “traças de boite”. Se haviam se livrado do julgo das cafetinas afrancesadas do Bom Retiro agora eram acusadas de se entregarem à cáftens de cabeleiras negras com pinta de cantores de tango que as exploravam. Deixaram o confinamento dos prostíbulos com venezianas das ruas Aimorés e Itaboca para agora se perderem nos chamados inferninhos, o novo ambiente de devassidão da cidade. Não havia meio termo para o

²³⁰ Jornal “Folha da Tarde”. **No submundo sórdido da cidade I: império de depravação à sombra das autoridades**, 07/02/1955.

juízo das mulheres, em uma mesma matéria passavam rapidamente de coitadas para devoradora de homens. A primeira reportagem da campanha empreendida pela “Folha da Tarde” realizada por Aquarone, descrevia com minúcias o funcionamento de uma dessas boites, chamadas de inferninhos:

As mulheres chegam às 22 horas, sentam-se e ficam esperando. Chegando o freguês, procuram atraí-lo, usando um tanto liberalmente demais as armas da sedução feminina. O “otário”, perdoem o termo, levanta-se e tira a donzela para dançar. Aqui cada um se porta de acordo com seu temperamento. Há os amorosos, que espremem e acariciam a infeliz parceira. Há os tímidos principiantes que dançam mal e circunspectos e há, ainda – e esses constituem a grande maioria – os galos de arrabalde, os cafajestes por vocação, que dançam para mostrar “sua classe”: e os pés metidos em pontiagudos “solas finas” pretos, roçados pelas calças “boca de chorro” revolteiam em passos complicados, ziguezagueiam, saltitam – um espetáculo! [...] Cessada a dança, a mulher senta-se à mesa com o cavalheiro. A miserável orquestrinha de três figuras está calada. O ambiente é tremendamente escuro, sórdido, cúmplice. E, enquanto a música não recomeça, desenvolvem-se as cenas libidinosas que são o fundamento e a razão de existir dos “inferninhos”. A mulher – coitada, está ganhando para isso – permite toda a série de carícias dos repelentes galãs. Logo chega o garçom e formula a clássica pergunta: Toma alguma coisa? E ela, mecanicamente: Tomo sim...um coquetel.²³¹

Ainda que a reportagem tivesse a intenção de apresentar a boite como um local de exploração e imoralidade, chama atenção pela narrativa que permitia reconstruir mentalmente a cena como parte de um filme *noir* hollywoodiano. O ambiente misterioso à meia luz, homens tímidos retirando as moças para dançar, a orquestra embalando os casais que davam um show na pista, protagonizado por seu astro maior, o cafajeste sedutor, as mesas com bebidas e cigarros, conversas e risadas, como afirmava o próprio jornalista, era um ambiente de cumplicidade.

Legalmente esses casais não estavam cometendo nenhum crime, a não ser a reprovação moral da reportagem. Sem ter uma denúncia palpável, o jornalista atacava os tais coquetéis que eram vendidos nas boites. Dizia a matéria que os clientes eram enganados, pois, pagavam uma fortuna por uma bebida que não passava de suco de fruta ou groselha perfumada em inferninhos de terceira categoria no centro da cidade. Como as mulheres recebiam uma porcentagem pelos coquetéis pedidos, quanto mais consumiam mais ganhavam, note-se que nem álcool havia na bebida. A reportagem chamava os homens de “patos” e “otários” por pagarem pelo que classificava um engodo.

²³¹ Jornal “Folha da Tarde”. **No submundo sórdido da cidade I: Império de depravação à sombra das autoridades**, 07/02/1955.

Não é possível quantificar quantos desses clientes à época realmente desconheciam o fato, importa aqui apontar para peso dado ao homem/cliente nos jornais na sua atuação no universo da noite, na prostituição e outras atividades ilícitas, como o consumo de drogas. Retratados como vítimas ou normalmente silenciados, as representações jornalísticas anulavam as intenções dos que procuravam diversão naqueles lugares, repetindo o mesmo discurso das autoridades. A reportagem denunciava a multiplicação dos chamados “inferninhos” pelo centro da cidade. O questionamento a ser feito parecia óbvio, cresciam em proporção a procura, no entanto, a figura cliente não era sequer relacionado com a existência desses espaços, quanto mais ser associado como parte fundamental da relação. As adjetivações pesadas eram todas destinadas apenas aos pertencentes ao chamado submundo, poupava-se uma simples questão: eram os homens que iam ao seu encontro.

Mas a matéria trazia uma informação muito importante. Revelava uma nova forma de diversão que rompia com o tradicional modelo dos prostíbulos e do *trottoir* (ainda que estes continuassem atuantes e sobrevivam até os dias atuais). Funcionando como intermediária para aqueles que buscavam um par para deslizar pelos salões, uma companhia para beber e se divertir e mesmo por momentos de sexo, a boite surgia como um território lícito e neutro para os encontros entre clientes e mulheres. donos não podiam ser incriminados como exploradores do lenocínio já que não havia a prática sexual nas dependências da boite e não obtinham lucro sobre os programas das mulheres, embora, pudessem ser acusados de favorecimento da prostituição.

Com a boite, os clientes não ficavam mais expostos as batidas policiais dos prostíbulos e as mulheres tinham a possibilidade de sair das ruas, do domínio de cáftens que as exploravam e da arbitrariedade da polícia. Mas é um quadro que não pode ser generalizado, a repressão e a violência continuou existindo na medida em que diversas formas de prostituição e atividades ilícitas se sobrepunham umas a outras ao mesmo tempo. Por fim, a reportagem definia que todas as mulheres que trabalhavam nas boites eram meretrizes e sentenciava o terrível destino que lhes restava. E como não podia deixar de ser, clamava pela atuação das autoridades para eliminar os antros de devassidão:

Mas o mais grave de tudo é essas infelizes mulheres, “traças” dos “inferninhos” não se consideram meretrizes. Como veremos na próxima reportagem, a maioria dessas escravas brancas sai dos balcões das lojas, dos escritórios, do próprio lar, pensando que vão exercer um emprego diferente, lucrativo e honesto. E de passo em passo vão rolando cada vez mais despenhadeiro abaixo até o ponto da sarjeta, da prisão, ou do manicômio. Para encerrar, perguntamos: Onde estão as autoridades?²³²

Ainda que as matérias tivessem como intenção confrontar o governo e as possíveis políticas para a prevenção de mulheres que recorreriam à prostituição como forma de sobrevivência, a resposta às pressões de reportagens como estas convergiam imediatamente em mais repressão policial. Além disso, associava todas as variantes possíveis de trabalho com a prostituição, estigmatizando as mulheres que trabalhavam em qualquer ambiente noturno. Vale frisar que muitas efetivamente trabalhavam como garçonetes e bailarinas em boites e dancings, não há precisão alguma em se afirmar que todas saíssem com os clientes após o expediente. Dado que ficava ainda mais evidente nas próximas reportagens publicadas pela campanha do jornal “Folha da Tarde”, ainda que se conteúdo procurasse afirmar o contrário.

Para denunciar os anúncios de jornais que ofereciam vagas com “bom ordenado e comissão para moças bem apresentadas”, o jornalista Francisco Aquarone requisitou a uma colaboradora para apresentar-se em busca de emprego na boite “Azteca” na rua Araújo, nº 62 ao lado do dancing “O Lido” no centro da cidade. A matéria trazia a transcrição da conversa entre o dono da boite e a jovem “detetive”:

Você deve ficar aqui das 22 às 4 da madrugada. Sua obrigação é dançar, sentar nas mesas, fazer os fregueses beberem. Ganhará 60 cruzeiros por noite e mais comissão sobre as bebidas [...]. Tereza, obedecendo a plano pré-determinado, protesta que, mesmo com as comissões, o dinheiro seria pouco. Quando muito uns três mil cruzeiros por mês [...]. O dono responde: - Olhe aqui. Num escritório você não consegue mais do que uns dois contos e pouco. Aqui o negócio é fácil e rende muito mais. Dá uns 4 ou 5 contos por mês. Para ganhar mais, só mesmo num prostíbulo aberto. Seja esperta que quando você tiver prática leva ainda mais. Todas as buates de São Paulo estão trabalhando deste jeito e esta é a que dá mais.”²³³

A conversa indica novamente que o lucro da boite vinha através das bebidas, cabendo às mulheres entreter os clientes e aumentar o consumo. A reportagem

²³² Jornal “Folha da Tarde”. **No submundo sórdido da cidade I: império de depravação à sombra das autoridades**, 07/02/1955.

²³³ Jornal “Folha da Tarde”. **Inocentes anúncios escondem o mais infame e despuadorado convite para a prostituição**, 08/02/1955.

assegurava que os ganhos prometidos pelo dono da boite não correspondiam à realidade, o que levaria as mulheres a saírem com os clientes para complementar a renda. De toda forma, não havia a mesma obrigatoriedade que existia nos prostíbulos de sair com todo e qualquer cliente, ainda que necessitassem recorrer à prostituição, havia a possibilidade de escolha por parte da mulher.

A multiplicação das boites a partir da década de 50, aponta para uma imensa variedade entre elas. Definia-se a camada social de frequentadores e das mulheres em razão dos valores cobrados e o grau de refinamento. As reportagens da campanha do jornal “Folha da Tarde” vinham ilustradas com fotografias de mulheres sentadas em mesas com rodados vestidos acompanhadas por homens de ternos e gravatas. Mesmo nos bares e boites mais simples as imagens eram de homens e mulheres vestidos sobriamente, nada que pudesse escandalizar leitores.

A descrição do jornalista revelava um ambiente em que a “dança a dois” ainda predominava na noite, os chamados “cafajestes” pela reportagem eram os pés de valsa que desfilavam pelos salões da cidade exibindo dotes de dançarinos. Estampava-se na página do jornal uma listagem dos locais que denominavam de “inferninhos”: o “Benar”, na alameda Nothman; o “Rajá”, na praça João Mendes, o “Peixinho de Ouro”, o Bar “Internacional” e o Bar “Wolga”, na rua Aurora; o “Zoomby” e o “Sinfonie”, na Barão de Campinas e o “Lanterna Mágica”, na rua dos Gusmões.²³⁴

As reportagens apontavam ainda para um outro dado importante para a história da noite paulistana. Juntamente a da Boca do Lixo formava-se também a Boca do Luxo. Territorialmente vizinhas, seu nome se deve justamente por fazer oposição social entre frequentadores. Com bares e boites destinados às classes médias e abastadas, estabelecimentos ofereciam os mesmos serviços que eram condenados pela imprensa e pelas autoridades. No entanto, receberiam um tratamento totalmente diferenciado de sua vizinha remediada, a Boca do Lixo.

A polícia não importunava as mulheres que trabalhavam nesses locais e menos ainda clientes, muitos, importantes personagens do cenário político e econômico. Entre as boites de luxo constava: o “Itapoã”, na Vieira de Carvalho; o “Feitiço”, na rua Major Sertório; o “Francis”, no largo do Arouche; o “Bastille Balajo” e

²³⁴ Jornal “Folha da Tarde”. **Brado de alerta aos pais e às moças incautas:** bares grã-finos escondem antros de corrupção, 09/02/1955.

o “Armenonville”, na rua Bento Freitas, entre outras.²³⁵ Mas Francisco Aquarone não poupou nem mesmo os chiques estabelecimentos em suas reportagens. Em sua denúncia deixou o registro da territorialização da boemia paulistana que se formava naquele momento e dois universos distintos, mas, complementares e, que conviveriam juntos por décadas:

É bom que tornemos a frisar, há “inferninhos” para todos os gostos e para todas as bolsas. Modestos, lóbregos, ou grã-finos, todos eles, porém, se nivelam pelas finalidades e maneira de agir. Um vale tanto quanto o outro. E o número deles é estarrecedor. Só mesmo a absoluta inoperância e a própria cumplicidade das autoridades poderia permitir uma proliferação como a que se vem dando em São Paulo. O bairro de Vila Buarque, por exemplo, está infestado. Esses são os grã-finos. Santa Efigênia, por outro lado, é lugar dos “modestos”. Qualquer barzinho de quinta categoria está sendo adaptado para “inferninhos”.²³⁶

Após a campanha contra os “inferninhos”, as reportagens seguintes focaram nas “companhias de balés” que recrutavam moças através de anúncios nos jornais. Novamente com a ajuda de uma colaboradora que se apresentava em busca de emprego, o jornalista detalhava o caminho percorrido desde a contratação pela agência, passando pelos ensaios e o dia da apresentação. O alvo era a “Agência Príncipe”, localizada na Avenida Ipiranga que encaminhava as mulheres para o “Balé de Paris” que se apresentava em clubes e boites:

Em primeiro lugar, madama instrui as moças para que estejam no cabaré às 22 horas em ponto. Um pouco cedo demais para o “show”, mas as coitadas ficam pensando que vão ensaiar pela última vez. E, à hora aprazada, lá vão elas, talvez sonhando com o momento em que darão autógrafos e serão consagradas pelos aplausos. Chegam. São levadas a uma mesa onde madama as aguarda. Ainda sob o choque que lhes deu o ambiente em derredor – cafajestes espantosos e mulheres equivocadas dançando ou bebericando em mesas, pois essa é a frequência das tais “ótimas casas de espetáculos” – recebem as ainda mais chocantes instruções: deverão dançar com quem as tirar, sentar-se às mesas sejam ou não convidadas e fazerem os “otários” pagarem bebidas. Somente às duas horas da madrugada, mais isso é coisa secundária, o balé vai estreiar.²³⁷

O jornalista dizia-se escandalizado com os trajes utilizados. As fotografias (sem qualquer autorização dada para serem publicadas) mostravam mulheres

²³⁵ Jornal “Folha da Tarde”. **Brado de alerta aos pais e às moças incautas: bares grã-finos escondem antros de corrupção**, 09/02/1955.

²³⁶ Idem.

²³⁷ Jornal “Folha da Tarde”. **Monstros sociais usam falsas “companhias de balé” para praticar impunemente o lenocínio**, 10/02/1955.

usando maiôs e biquínis durante os ensaios e com folhas de “Eva” cobrindo suas “intimidades” nas apresentações à noite. Cabe observar que no mesmo jornal era comum se deparar com fotos de misses de maiôs e vedetes usando somente plumas e penduricalhos nas páginas de entretenimento, ainda que possivelmente mal vistas por parcelas da população à época, não eram apontadas como prostitutas pela publicação, ao contrário, faziam propagandas e anúncios de shows em boites da moda no eixo São Paulo - Rio de Janeiro.

A matéria afirmava que a profissão de bailarina deveria e poderia ser honesta, mas que não era isso que acontecia com aquelas mulheres, acusava-as de se deslumbrarem com a possibilidade de melhores ganhos, com vestidos e joias que poderiam comprar, mas que aquilo não passava de uma grande ilusão, pois, na realidade não deixavam de ser meretrizes:

O começo é róseo mas surgem logo a monotonia, os amantes, os cafetens, as doenças, a falta de dinheiro que prostitui. Naqueles lóbregos quarteirões cortados pela rua Santa Ifigênia há horrorosas espeluncas onde as notas dominantes do horror são dadas por mulheres sem idade e sem futuro. Olhos perderam o brilho e a mobilidade: contorções dolorosas substituíram o riso claro da mocidade (alguma vez foram elas moças e belas?); os corpos sem forma debruçados em mesas sujas aguardam não se sabe o que.... Elas foram moças. Muitas, bonitas. E tiveram vestidos luxuosos, perfumes caríssimos e conheceram figurões importantes [...]²³⁸

Mais uma vez o discurso impresso no jornal reafirmava preconceitos e desqualificava os diversos motivos que levavam as mulheres para uma função que a sociedade condenava. Muitas escondiam o trabalho de bailarina com medo de serem mal vistas e taxadas de meretrizes, afinal, o próprio jornal afirmava que mulheres honradas não trabalhavam dançando a noite. Além disso, fazia uma relação desonesta. As mulheres pobres que trabalhavam em estabelecimentos decadentes na Boca do Lixo não tiveram nem de perto acesso as mesmas oportunidades elencadas pela matéria das que trabalhavam em boites e dancings renomados. Ao colocar as prostitutas pobres como resultado de um percurso de que se iniciava no glamour, o discurso produzido naturalizava aquela condição social como consequência de uma escolha errada feita pelas mulheres.

Para confirmar o que dizia, o próximo alvo da campanha de moralização empreendida pelo jornal foram os famosos taxi-dancings. Criado nos E.U.A no início

²³⁸ Jornal “Folha da Tarde”. **Monstros sociais usam falsas “companhias de balé” para praticar impunemente o lenocínio**, 10/02/1955.

do século XX, o taxi-dancing indicava exatamente o que sugeria seu nome, pagava-se para dançar com uma mulher por minutos cronometrados pelo relógio. O sistema iniciou-se em academias de dança de Chicago, Nova York e São Francisco, tendo seu apogeu a partir dos anos 20, multiplicando-se por outras cidades do país. Inspirou filmes como “Taxi Dancer”, com Joan Crawford em 1927 e o musical da Broadway “Simple Simon” que popularizou em 1930, a canção “Ten cents a dance”²³⁹, valor cobrado nos salões americanos por cada dança.

Em São Paulo, a maioria dos taxi-dancings se concentravam na região central da cidade. Funcionando das 22:00hs às 04:0hs da madrugada, o cliente ao entrar no salão recebia um cartão com sessenta quadradinhos que correspondiam a sessenta minutos de dança, as mulheres ficavam dispostas em cadeiras ao redor da pista à espera de serem retiradas para dançar. Assim como nos outros estabelecimentos, os taxi-dancings também variavam dos mais simples, com conjuntos musicais até os mais chiques com verdadeiras orquestras compostas até de vinte músicos, muitos cantores famosos iniciaram suas carreiras como *crooners* em dancings. Com o título “Taxi-dancing: a antecâmara da prostituição”, uma série de reportagens se concentrou exclusivamente sobre seu funcionamento, nas relações de trabalho das bailarinas e clientes.

Um salão lobregamente iluminado, uma porção de mesinhas, sobre as quais se reclinam sombras humanas, cercando uma pista circular onde se movam outras sombras humanas ao ritmo de uma orquestra que não para nunca, eis o taxi-dancing [...] Há dançarinos de todos os tipos: desde os engraçados até os solenes – desde os que nunca aprendem a não pisar nos pés doloridos da companheira até os exímios que exultam quando a orquestra se resolve a tocar um samba picado, pedra de toque de sua habilidade – desde os tímidos, que só nesses lugares (onde não há recusa) se atrevem a dançar, até os cafajestes e caftens que exercem sua valentia e audácia em vítimas indefesas.²⁴⁰

Mais uma vez a reportagem empenhava-se em desqualificar o ambiente. Não deixa de ser interessante notar como o jornalista reproduzia o mesmo modo de escrever aproximando-se da crônica, ainda que negativa, o taxi-dancing mostrava-se

²³⁹ *Ten cents a dance/That's what they pay me/Gosh how they weigh me down/Ten cents a dance/Pansys and rough guys/Tough guys who tear my gown/Seven to midnight I hear drums/Loudly the saxophone blows/Trumpets are breaking my eardrums!/Customers crush my toes/Sometimes I think I've found my hero/But it's a queer romance/All that you need is a ticket!/Come on big boy/Ten cents a dance.* Letra escrita por Lorenz Hart, gravada por Ruth Etting, Ella Fitzgerald, Doris Day, entre outras.

²⁴⁰ Jornal “Folha da Tarde”. **Taxi-dancing**: antecâmara da prostituição, 03/03/1955.

muito distante de ser equiparado a um inferninho que quinta categoria. Nas entrelinhas temos a imagem da diversidade de frequentadores, as músicas que embalavam os casais e mais, os dancings surgiam como uma solução de diversão para os tímidos e para os que não sabiam dançar. O tom acusador não impedia que revelasse até mesmo a respeitabilidade do local: mulheres não bebiam e sentavam-se em lugares reservados somente a elas. Toda a possível “perdição” que denunciava o jornalista ocorreria da porta para fora do estabelecimento. A reportagem é relevante no ponto em que registra as relações próprias dos bastidores e dos elementos essenciais que compunha os códigos do chamado “submundo”:

Da mesma forma que um catedrático conhece sua especialidade, o dono do dancing conhece o material humano com que lida e seu funcionamento. Ele sabe perfeitamente que o picotador “tem que se virar”, como se diz no jargão do submundo. “Virar”, no submundo tem sentidos que Candido de Figueiredo e Laudelino Freire nunca imaginariam. Significa arranjar-se, arrumar-se dar um jeito, mas sempre com um condimento de malícia, com uma pitada de safadeza; diz-se que o ladrão está se virando, quando está agindo; a um escritório de trampolinagens costuma-se chamar “escritório de viração”. Pois bem: o dono sabe que o picotador se “vira” e este obriga então a bailarina a “dar um jeito”. Em suma: essa cadeia de “virações” é que constitui o que na linguagem comum se chama de organização do lenocínio. E o pior é que essa cadeia é integrada pela “viração” de pessoas que enfeixam autoridade. Quando se diz, por exemplo, que o investigador que frequenta o dancing “X” se “vira”, isso significa que ele faz vista grossa para uma série de irregularidades e sempre que pode, e mesmo quando não pode, intervém em benefício do homem que remunera sua “viração”.²⁴¹

Gíria utilizada fazia referência aos que se “viravam” para ganhar a vida, a viração poderia sugerir infinitas possibilidades de acordos e formas de sobrevivência. A cadeia de “virações” descrita pelo jornalista podia fazer tratar-se de qualquer atividade informal ou ilícita, podendo abarcar desde prostituição a engraxates e vendedores de flores, passando por batedores de carteiras, cafetões e diversos “bicos” que surgiam como oportunidades de ganhar dinheiro.

Dessa forma, a viração deve ser analisada como um termo altamente heterogêneo, aproximado ou não com ilegalidades. Como já colocado anteriormente, prostitutas e cáftens eram a face mais visível e atacada no universo do submundo. Tornavam-se o alvo fácil, os personagens que lotavam cadeias e rendiam as manchetes nos jornais. Mas, na estrutura que organizava a exploração do meretrício

²⁴¹Jornal “Folha da Tarde”. **Taxi-dancing**: antecâmara da prostituição, 03/03/1955.

e outras atividades ilegais, a “viração” circulava também pelas ditas categorias respeitáveis, como por exemplo, advogados, despachantes e cartórios da cidade.

É o que denunciava uma das reportagens investigativas de Francisco Aquarone. Nos anos 50 em São Paulo, já existia a facilidade em se conseguir documentos falsificados, como certidões de nascimento, registro de profissões como bailarinas e carteiras de trabalho. Moças menores de idade que procuravam emprego em boites, balés e dancings eram encaminhadas a um despachante na rua dos Gusmões que assegurava uma nova certidão emitida pelo cartório de Paz de Santa Ifigênia na avenida Tiradentes. Além disso, a moça também recebia seu registro de bailarina emitida pelos órgãos oficiais. Segundo a reportagem:

Quando a jovem tem menos de 18 anos, os documentos, adulterados na parte referente à idade, custam 700 cruzeiros. E esse Eugenio Gomes que consegue aumentar a idade de jovens de 16 a 17 anos para 18, obtêm, por outro lado, na Divisão de Diversões Públicas, a concessão de carteira de bailarina para menores de 21 anos. Se a bailarina tivesse a idade exigida por lei e procurasse obter os documentos por processos normais gastaria apenas 50 cruzeiros de selo, mas como é menor os “galhos são muitos” e por isso o trabalho completo fica em 700 cruzeiros. A informante declarou também que “muitas de minhas colegas têm menos de 18 anos. Os homens da polícia que estão todas as noites nos “dancings” sabem muito bem disso, mas ficam quietos por que estão todos comprados”.²⁴²

A denúncia expunha uma rede coesa de ilegalidades perpetradas por agentes públicos e homens acima de qualquer suspeita. Revelava ainda, o grande volume de dinheiro que percorria uma das muitas partes que estruturavam as atividades ilícitas e os que dela se serviam. Após semanas de denúncias como esta, expondo os meandros das redes que pululavam ao redor da exploração do lenocínio e as demais ilegalidades, quais foram os resultados efetivos da campanha empreendida pelo jornal “Folha da Tarde”?

De uma forma geral, as reações seguiram o mesmo padrão de sempre. As autoridades eram pressionadas a vir à público mostrar sua indignação sobre as denúncias realizadas pelo jornal e apresentar as providências que seriam tomadas. Durante dias, as matérias informavam a mudança do Secretário de Segurança Pública, a transferência de diversos delegados, principalmente, da Delegacia de Costumes. A Corregedoria-Geral era acionada para investigar os cartórios e o Juizado de Menores.

²⁴² Jornal “Folha da Tarde”. **Menores são lançadas à perdição com falsas certidões de idade**, 04/03/1955.

Jânio Quadros, governador à época, determinou que todas as autoridades fizessem uma ação conjunta de fiscalização nos estabelecimentos situados nos bairros da Luz, Santa Ifigênia e Campos Elíseos. Diversas casas foram autuadas por receberem menores em suas dependências ou foram interditadas pela vigilância sanitária. Às bailarinas dos taxi-dancings foram prometidas garantias trabalhistas, como recolhimento do seguro social, alimentação e intervalo para as refeições. O jornal saudava cada medida apresentada como uma conquista por suas denúncias.

Por fim, as autoridades se valiam das mesmas práticas de repressão de maneira a dar uma resposta à população, sem solucionar o “problema”. Nos dias que se seguiram, fotografias estampavam dezenas de mulheres tentando esconder rostos enquanto eram amontoadas em carros da polícia:

Em prosseguimento ao plano de saneamento moral da cidade, o delegado Nicolau Mario Centola, titular da especializada de Costumes, vasculhou durante à noite de sábado até alta madrugada de domingo, diversos “inferninhos” e prostíbulos clandestinos e prendeu mais de 100 mulheres. A maioria das detidas, egressas do extinto baixo meretrício dedicava-se ao “trottoir” pelas ruas Santa Ifigênia, gen. Osorio, Vitoria, Aurora, Silva Pinto, Barão de Piracicaba, etc.²⁴³

No entanto, o tempo mostrava que a dinâmica da Boca do Lixo permanecia a mesma. Com o passar de poucas semanas após a campanha empreendida pela ‘Folha da Tarde’, boites, bares e dancings continuavam funcionando normalmente, somente foram fechados os que estavam com a documentação irregular. Fechava-se meia dúzia em um dia, abria-se outra no mesmo lugar.

A reportagem retornava aos locais para averiguar porque algumas boites que haviam sido denunciadas estavam funcionando normalmente com clientes e mulheres em seu interior. Ao questionar um policial sobre o fato, o jornalista obteve a resposta que explica a complexidade das relações de poder que estavam em jogo. Respondeu ao jornalista: “a ordem recebida era apenas fazer cessar a música, não para fechar”. Assim, o estabelecimento deixava de ser uma boite e tornava-se apenas um bar como outro qualquer até “baixar a poeira” das campanhas moralizadoras. Logo, os elogios às autoridades davam novamente lugar à novas denúncias:

²⁴³ Jornal “Folha da Tarde”. **Está certíssima a campanha da Folha da Tarde contra os antros infectos chamados “inferninhos**, 21/03/1955.

Foram fechados os inferninhos? Dezesete inferninhos tiveram cassados, recentemente alvarás de funcionamento como buates e dancings. Foi noticiado que eles haviam sido definitivamente fechados, mas não o foram na realidade. Apenas deixaram de funcionar como casas de dança. Apenas foram proibidos de tocar música. Como restaurantes e bares podem continuar a receber fregueses. A polícia – ela própria nos informou – não tem poderes para fechar nenhum estabelecimento. Cria-se então uma situação engraçada. Aquelas espeluncas dos quarteirões compreendidos entre a avenida São Paulo, Duque de Caxias, Nova Anhangabaú e av. Ipiranga continuam abertas, frequentadas por prostitutas e rufiões, pela escória do “bas-fond”. Apenas não há mais música. E os “inferninhos” ficaram ainda mais lúgubres.²⁴⁴

As “espeluncas” como se referiam as reportagens, permaneciam a grande “chaga” que maculava a imagem da cidade glamorosa e respeitável sonhada para São Paulo. Prostitutas, invertidos, cafetões, punquistas, traficantes e dançarinas, a chamada “escória” indesejada que se combatia, era também, o material humano a ser explorado em manchetes nas páginas policiais. Importante ressaltar outro detalhe, os bares e boites que eram denunciados como locais sórdidos que deveriam acabar, eram os mesmos que figuravam em grandes propagandas em suas páginas de entretenimento, indicando que nem sempre moralidade e lucro andavam no mesmo propósito.

3.2. Mocinhos x bandidos?

Na madrugada do dia 19 de janeiro de 1955, o Dancing Avenida - localizado na rua Aurora nº 244 – encontrava-se com a casa cheia de clientes e a orquestra em plena atividade. Em uma das mesas do salão, uma desavença por dívida de jogo selou o destino de Rodolfo Castello Branco. A vítima não teve tempo para reagir, agressores, entre eles um investigador de polícia apelidado de “Galinha”, o alvejaram com onze tiros a queima roupa.

A reportagem do jornal “Última Hora”²⁴⁵ explicava que na noite anterior, Farid Seba havia perdido no jogo deixando uma quantia em dinheiro e alguns relógios como garantia de pagamento a Castelinho, como era conhecido. Sabendo que

²⁴⁴ Jornal “Folha da Tarde”. **Excepcionais os casos de resistência ao poder deletério nos taxi-dancings**, 09/03/1955.

²⁴⁵ Jornal “Última Hora”. **Uma saraivada de balas matou o “Castelinho”**, 19/01/1955.

encontraria seu credor no taxi-dancing foi ao seu encontro acompanhado por um “policial amigo” para recuperar pertences.

Sentados à mesa conversando como velhos amigos, o trágico desfecho pegou a todos de surpresa. Testemunhas disseram que iniciado um bate-boca, Castelinho não teve tempo de sacar a arma e se defender do ataque. Outros falavam que ao se recusar a entregar o relógio que ostentava no pulso pertencente a Farid Seba despertou a ira do assassino. Os tiros causaram tumulto, corre-corre e gritaria. Policiais que frequentavam o dancing, a trabalho ou a passeio, nada puderam fazer para evitar o crime. Ao final, só restou encaminhador todos a Central de Polícia para prestar esclarecimentos.

A notícia não tinha nada de extraordinária. Talvez despertasse interesse por ter ocorrido no interior do taxi-dancing mais famoso da cidade, o que não era comum. Já mortes por acerto de contas pelos mais variados motivos na Boca do Lixo era um tema recorrente nas páginas policiais. No entanto, um dia após a notícia do crime, a coluna “Sinal de Alerta” do renomado jornalista Nelson Gatto, chamava atenção pelo título: “Morte de um Valente”:

Castelinho não era nada, não era ninguém. Não tinha ao menos profissão definida e desde que deixara a Penitenciária não trabalhava. Era apenas um valente. Ou melhor, o homem mais valente que já conheci. Autor de crimes de morte, saiu da cadeia há cerca de dois anos com liberdade condicional e passou a frequentar a avenida São João e os meios de valentes do Bom Retiro e da Cinelândia. Em pouco tempo destronou todos investigadores que eram tidos como valentões. A despeito de não pertencer ao quadro policial, todos os policiais o conheciam e respeitavam (ou temiam).²⁴⁶

O texto era uma homenagem a um reconhecido valente, como eram chamados os malandros considerados honrados mesmo por aqueles que viviam a persegui-los, repórteres e policiais. O sentimento do jornalista era indisfarçável, na verdade não demonstrava a menor intenção de se camuflar. Nelson Gatto admirava Castelinho e aliviava crimes alegando que naquele meio era preciso se defender. Afirmava que não se tratava de um ladrão qualquer ou algo do tipo, mas de um jogador profissional que vivia do que ganhava nas mesas dos clubes da cidade:

Apesar de crimes, Castelinho tinha um bom coração. Não deixava nunca de auxiliar uma pessoa necessitada. Sempre esteve do lado dos fracos. Se visse uma criança sendo espancada por um adulto imediatamente tomava

²⁴⁶ Jornal “Última Hora”. **A morte de um valente**, 20/01/1955.

sua defesa. Castelinho nunca bebia. Nem mesmo cerveja. Não era desordeiro e não sei de um único caso em que ele tenha provocado alguém. Apenas se defendia. E se defendia como fera no meio em que vivia em que todos procuram demonstrar coragem e valentia. [...] Apesar de sua pouca idade, apenas 28 anos, Castelinho já se fizera famoso nos meios boêmios e entre os valentões de São Paulo. Não há quem ande pela Cinelândia de madrugada ou que frequente “taxis-dancings” que não o conheça.²⁴⁷

A coluna pode ser considerada uma exceção naquele momento ao publicizar a relação promíscua existente entre pessoas que se supunha estivesse em lados opostos. Ainda mais quando constantes campanhas saneadoras contra o *bas-fond* paulistano povoavam as páginas dos jornais, como na série de reportagens de Francisco Aquarone para a “Folha da tarde”. No entanto, o que poderia configurar uma flagrante contradição nada mais revelava para outra ambiguidade presente nas relações que se estabeleciam no interior do denominado “submundo”. Ali, longe das manchetes de caçadas aos marginais que ocupavam as ruas centrais da cidade, de famosos bandidos e exploradores do lenocínio, a forçada convivência cotidiana em função do trabalho rompia com os estereótipos reproduzidos pelas páginas dos jornais e não raro, de um lado e de outro, entre malandros, policiais e jornalistas, nasciam relações improváveis baseadas em respeito e admiração.

Nelson Gatto, manifestava em sua narrativa toda uma singular hierarquia na conformação dos valores: havia bandidos e bandidos, malandros e malandros, nem todos poderiam ser considerados dignos de respeito. E para o jornalista, Castelinho fazia parte do seletivo grupo acima das contradições, como dizia: aquele homem “não era nada, não era ninguém”, não era importante para a pessoa que folheava o jornal matutino, mas merecia a reverência por parte daquele que escrevia.

Castelinho foi morto por um policial por motivos totalmente alheios à sua função, evidenciando mais uma complexa inversão da ordem que imperava na Boca do Lixo. Num campo de práticas regidas por leis próprias, as posições não eram claras, nem fixas e se estabeleciam a medida do tipo de relação que cada indivíduo instituía com outro, compondo um delicado jogo de poder equilibrado por arranjos que poderiam mudar a qualquer instante. O policial de hoje poderia ser o cafetão ou o leão de chácara de amanhã. O malandro podia ser admirado por sua valentia num dia e odiado por desafiar o poder da polícia em outro. O jornalista que pressionava as autoridades por uma limpeza da cidade infestada por marginais, poderia ser o

²⁴⁷ Jornal “Última Hora”. **A morte de um valente**, 20/01/1955.

mesmo que comparecia ao velório de um malandro e lamentava sua morte em companhia de policiais, e claro, de outros malandros:

Ao anoitecer de ontem, o corpo de Castelinho baixou à sepultura. Seu enterro foi simples e o acompanhamento pequeno. Apenas uma dezena de investigadores e pouco mais de suas dezenas de homens que levam mais ou menos a vida que ele levava. O vento soprava frio quando os coveiros começaram a descer lentamente o caixão. Erasmo, o conhecido Kid Tempestade das madrugadas, queria fazer uma oração, mas não encontrou palavras para prantejar a morte do amigo. Ao seu lado, Tobis, o veterano pugilista procurava esconder lágrimas que rolavam de olhos. Mais distante, Japonês, Salum, Cariocão e outros valentes assistiam ao sepultamento compenetrados. Quando começaram a jogar terra sobre o caixão, todos se afastaram. Estava finda a obrigação. Estava terminada a história de um valente.²⁴⁸

O maniqueísmo tão difundido pela imprensa dividindo a sociedade entre “mocinhos e bandidos” parecia não resistir a um olhar mais atento nas relações cotidianas fora das páginas dos jornais. A realidade de quem vivia nas ruas implicava a apropriação de uma dinâmica totalmente alternativa. Naqueles idos entre as décadas de 50 e 60, o sentimento exposto por Nelson Gatto era compartilhado por outros importantes nomes da imprensa paulistana.

A Boca do Lixo abrigou muitos valentes reconhecidos: Quinzinho, Osny, Nelsinho da 45, Joãozinho Americano, Carlinhos Bang-Bang, Xodó, Brandãozinho, entre tantos. Mas, nenhum ficou tão famoso para a posterioridade quanto Hiroito de Moraes Joanides. O tempo teria se encarregado de deixá-lo juntamente com os outros apenas nos registros das páginas policiais dos jornais da época e nos processos judiciais das varas criminais. Entretanto, ao deixar sua autobiografia²⁴⁹ Hiroito produziu o melhor e mais profundo relato sobre o universo da Boca do Lixo pela perspectiva de quem a viveu por dentro. Como uma etnografia do submundo, narrou suas aventuras e desventuras que o tornaram conhecido através das reportagens policiais como o Rei da Boca do Lixo.

Se à época, Hiroito era tratado pela imprensa como um marginal de alta periculosidade e um psicopata desalmado, anos depois os prefácios que abrem sua biografia revelavam um outro lado, as silenciosas relações que não constavam nas reportagens policiais. A primeira edição de seu livro em 1977, recebeu a chancela de

²⁴⁸ Jornal “Última Hora”. **A morte de um valente**, 20/01/1955.

²⁴⁹ JOANIDES, H. M. **Boca do lixo**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2003. O livro inspirou o filme “Boca” do diretor Flávio Frederico lançado em 2010.

nomes como Orlando Criscuolo e Percival de Souza, reconhecidos jornalistas policiais.

Como visto no capítulo anterior, Orlando Criscuolo já produzia inúmeras reportagens sobre a formação do que seria chamada a Boca do Lixo nas páginas do jornal “Diário da Noite” em 1954. Denunciou os hotéis sendo transformados em local de encontro para clientes e meretrizes, exploradores do lenocínio e donos de boites que se safavam da justiça e as mulheres que tomavam as ruas praticando o *trottoir*. Entre tantas matérias sobre o tema, o jornalista criticava a atuação das autoridades e afirmava que a sociedade estava abandonada a própria sorte enquanto os marginais se apoderavam do centro da cidade. No prefácio para o livro de Hiroito, Criscuolo reafirmava seu papel como jornalista investigativo e seu empenho em fazer as denúncias, mas revelava o sentimento se estabeleceu com o famoso bandido:

Depois de ter escrito dezenas de reportagens sobre as façanhas de Hiroito, um personagem que durante muitos meses ficou longe das entrevistas e das fotografias de profissionais da imprensa, acabei por conhece-lo numa madrugada fria, em uma das dependências do antigo Departamento de Investigações. Interessante! Entre eu e ele criou-se, naquele instante, uma simpatia mútua, de respeito e até mesmo de amizade! Mas foi nessa mesma madrugada, entre perguntas duras e respostas ásperas, que lhe disse: “gosto de você. Mas fique sabendo que vou tentar transformar em notícia tudo aquilo que você fizer contra a lei. E se me for possível, vou persegui-lo, com minhas reportagens, até vê-lo pela vida toda no fundo de um cárcere”. Hiroito sorriu e respondeu: “você cumpre tua obrigação que é teu dever. Nem por isso vou deixar de respeitá-lo como repórter.”²⁵⁰

E assim, se sucedeu. Criscuolo continuou acompanhando os feitos do “Rei da Boca do Lixo” durante todo o seu auge até reencontrá-lo anos depois na extinta Casa de Detenção. Durante meses visitou e encorajou Hiroito a escrever um livro contando suas memórias e dizia-se recompensado por ter a publicação em mãos. A afinidade do jornalista com alguns importantes nomes do submundo não se restringiu a Hiroito. A historiadora Célia Bernardi ao pesquisar a trajetória do lendário assaltante Gino Meneghetti, apontou para a estreita relação de amizade entre Criscuolo e o famoso gatuno italiano que praticamente atravessou o século XX estampando as páginas policiais dos jornais:

Orlando Criscuolo, por exemplo, tornou-se seu amigo pessoal e protetor, alojando-o por 90 dias em sua casa. Foi ainda um dos primeiros repórteres

²⁵⁰ JOANIDES, 2003, p. 19.

a entrevista-lo na década de 50, produzindo uma série de reportagens inéditas, ilustradas, publicadas pelo Diário da Noite, entre 24 de março e 19 de abril de 1952, sob o seguinte título: “De criança revoltada ao delinquente famoso. Meneghetti conta a história de Meneghetti. Em depoimento gravado junto ao Museu da Imagem e do Som (MIS), Criscuolo confirma a sua solidariedade a Meneghetti, acompanhando-o até o fim de sua vida: “Todas as vezes que voltou à Casa de Detenção não saía de lá sem a minha companhia.”²⁵¹

À época, os marginais mais famosos e mais procurados da cidade viviam ou circulavam pela Boca do Lixo. Para conseguir um furo jornalístico, como uma entrevista exclusiva ou o paradeiro de um bandido de renome era preciso passar longas temporadas pela região. O jornalista Rodolfo Martino conta um episódio em que o repórter Ramão Gomes Portão, tendo acesso a um dos homens mais procurado da história da polícia de São Paulo, viu-se frustrado pelo grande furo que acabara de perder:

O repórter policial Ramão Gomes Portão sentiu-se o último dos homens, o esquecido dos deuses, o renegado das redações. Olhos não queriam acreditar no que liam. Mas, o teletipo da Central de Polícia era inquestionável. O Bandido da Luz Vermelha acabara de se entregar. Ou seja, era de todos - até do mais chinfrim dos repórteres - a notícia que, até instantes atrás, imaginava ser só dele. Foram para o buraco negro do tempo perdido os dias e dias que andou atrás de Luz Vermelha. De nada adiantaram as dezenas de campanas que fez madrugadas adentro até encontrar o homem na Boca do Lixo, do centro de São Paulo. Entre uma tacada e outra, um gole de Fogo Paulista e outro, Luz jurara que, antes de se entregar à Polícia, chamaria Ramão para escrever sobre os feitos, anunciar que era hora de parar, e saldar erros para com a sociedade. Os bandidos de antigamente tinham lá códigos de ética, "um nome a zelar", como diziam. Mas, alguma coisa deu errada nessa história - e o repórter perdeu o que, àquela altura, considerava o furo de reportagem da sua vida.²⁵²

Comandando a editoria policial do jornal “Notícias Populares”, grande sucesso de público entre as classes populares a partir de 1963, Ramão Gomes Portão foi um jornalista encantado pelo universo da Boca do Lixo. Sua coluna “Flagrantes” era um desfile de toda sorte de tipos que circulavam pela localidade. Com inserção privilegiada pela proximidade da redação do jornal com a Boca e de repórter investigativo que percorria as ruas do quadrilátero do pecado atrás das notícias, Ramão conhecia a tudo e a todos. Sua coluna resultou na publicação de “Estórias da Bôca do Lixo”, um livro de crônicas pautadas exclusivamente pelas histórias de

²⁵¹ BERNARDI, 2000, p. 187.

²⁵² MARTINO, R. C. **O futuro do jornalismo**. 2006.

homens e mulheres nada glamorosos: prostitutas, cafetinas, clientes, cafetões e policiais, os desconhecidos que viviam e sobreviviam naquele espaço que se tornara uma cidade dentro da cidade:

Depois que fecharam o baixo meretrício, a exploração do lenocínio veio vindo para o centro da cidade: Andradas, General Osório, Protestantes. Era o “lixo” sem limites. E no coração da capital localizaram-se as “bôcas” na sua proverbial generalidade – leves, pesadas, sujas ou do fumo – numa fusão heterogênea para atender qualquer preferência: mulher, maconha, jogo, assalto, cachaça, heroína, pervitin, com o Palácio do Governo no meio, para facilitar as reivindicações, e igrejas para as mundanas que pecam de madrugada e se confessam de manhã, sempre de bem com Deus.²⁵³

Já o jornalista Percival de Souza conta em seu prefácio para o livro de Hiroito que ficou fascinado pela Boca do Lixo desde sua estreia como repórter em 1966. Acompanhando as batidas policiais realizadas na região, seu relato atesta que após doze anos da ocupação territorial do centro pelos despejados da zona confinada do Bom Retiro, a escalada da repressão e violência policial só aumentava e nem de longe resolvia a questão:

Nesse dia, ouvi algumas histórias da Boca: a Polícia e cachorros, cavalos; alguns policiais violentos – métodos inúteis para afastar aquelas mulheres do pedaço, insensíveis até ao fato de camas e armários serem arremessados pelas janelas e quebrados a golpes de marreta, em plena rua. Conheci Pé de Chumbo, o filósofo da Boca, figura humana incrível. Conheci Carola, a administradora de um pequeno prostíbulo. [...] Conheci a Baiana do Simca e muitos outros personagens homens e mulheres. A Boca fascinava pela sua frequência heterogênea. Era o declínio social e não moral comparada à Boca do Luxo, sofisticada em torno das boates da Vila Buarque.²⁵⁴

Ao nomear os personagens que viviam na Boca do Lixo, o jornalista individualizava a história de cada pessoa e humanizava suas existências por qualidades bem distantes das impressas nas páginas policiais. Percival de Souza também apontou para o dado importante que explicava a dinâmica da repressão estatal, o que diferenciava as Bocas era apenas a sua composição social. Moralmente, a Boca do Lixo não devia nada a sua vizinha que oferecia os mesmos serviços: prostituição, drogas, jogos e demais atividades ilícitas. Mas que, no entanto, desfrutava do glamour de bares e boites serem frequentados pelas

²⁵³ PORTÃO, R. G. **Estórias da Bôca do Lixo**. Livraria Exposição do Livro. S/D. 2ª ed., p. 12.

²⁵⁴ JOANIDES, 2003, p. 13.

camadas abastadas da sociedade. O tratamento dado tanto pela polícia como pela imprensa seria proporcional a essa diferenciação, a Boca do Luxo e ocupantes não desfilavam pelas páginas policiais, a ocorrência de ilícitos era tratada no âmbito privado e sem escândalos. Como analisou a historiadora Márcia Ciscati sobre os espaços ocupados pelos indesejados na cidade de São Paulo:

Nas mãos das elites concentra-se o controle dos espaços públicos e a “receita” de que o pobre precisa estar ocupado com coisas úteis para não perturbar a ordem ou degenerar-se; devia-se, pois, evitar-lhe, como já foi dito, certas “diversões perniciosas”, como o boteco, o sexo fora de casa ou o jogo. Para os parâmetros de uma ordem burguesa, aliás, tais atividades são sempre tidas como vícios, nunca consideradas como uma opção de lazer que pudesse satisfazer os anseios prazerosos dos setores excluídos. Essas diversões “perniciosas” e os desocupados são problemas que se complementam e que parecem se colocar acima das diferenças políticas ou partidárias de grupos distintos, ou seja, apresentam-se como inimigo comum.²⁵⁵

Diante disso, embora os jornalistas estabelecessem uma relação de afetividade e mesmo de admiração por homens e mulheres que viviam na Boca do Lixo, esse sentimento não impedia que suas publicações continuassem reproduzindo o discurso que desqualificava essa parcela da população e era decisiva para a atuação repressiva da polícia. Não por acaso, Hiroito registrou em sua autobiografia o papel da imprensa e sua responsabilidade por estigmatizar indivíduos e na criação e exploração de “reis da criminalidade” em busca de vendagens e publicidade:

Quando se fala de um delinquente, a imagem que surge, a ideia que se forma no espírito do ouvinte obedece à rigidez de uma concepção apriorística, estereotipada, segundo a qual o sujeito-delinquente aparece como um subumano, ou pelo menos destituído de muitas das propriedades e qualidades humanas. É um vício do espírito, causado pela má informática impingida pelo cinema, pela literatura, pela imprensa, pela televisão, que frente à necessidade maior de agradar aos públicos, quase que se limitam a explorar o lado negativo das coisas, a parte má dos indivíduos, o trágico e o horrível dos acontecimentos.²⁵⁶

Hiroito afirmava que não se tratava de um ressentimento com a imprensa, mas apenas uma constatação. Apontando como suspeito de matar o próprio pai, viu

²⁵⁵ CISCATI, M. R. **Malandros da terra do trabalho**: malandragem e boêmia na cidade de São Paulo (1930-1950). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000, p. 52.

²⁵⁶ JOANIDES, 2003, p. 77.

sua vida devastada pelas páginas policiais no final da década de 50 até ser inocentado tempos depois no envolvimento com o crime. Mas seu caminho já havia trilhado pelo submundo da contravenção na Boca do Lixo. Percival de Souza saiu em defesa da imprensa argumentando que Hiroito estava sendo injusto em suas críticas, sustentando que a divulgação das notícias não contribui para o aumento da criminalidade e que a existência do crime é muito anterior ao surgimento da imprensa.

Ao final não há uma resposta simples para as questões levantadas, há os fatos, mas há também, as construções sociais a partir dos fatos e a disputa da narrativa que cada um deseja registrar. No entanto, é preciso avaliar os ganhos e perdas de cada lado. Não se questiona a veracidade dos sentimentos que podiam surgir nessas relações, como ficou evidente na coluna de Nelson Gatto homenageando Castelinho ou mesmo, o companheirismo entre Criscuolo e Meneghetti. Porém, as reportagens policiais se tornavam a cada dia tão importantes quanto o próprio restante das matérias consideradas “sérias” das primeiras páginas dos jornais. A criação de anti-heróis era um recurso que rendia dezenas de matérias enaltecendo as peripécias de marginais que desafiavam a polícia. Considerados inteligentes, ágeis e espertos, as manchetes alimentavam a disputa de poder entre bandidos e policiais, esses, quase sempre ridicularizados por serem enganados pelos primeiros, questionando no fundo, a própria capacidade do governo em controlar a criminalidade.

Hiroito indagava qual seria a vantagem em receber o título de “Rei da Boca Lixo”. Ficando em evidência nas manchetes dos jornais resultava apenas em ser caçado sem descanso pela polícia, vivo ou morto, e no mais, a imprensa sempre haveria de eleger outro para ocupar o seu lugar:

Já agora, posso compreender que sempre há de existir, em toda grande metrópole, indivíduos que serão colhidos pela Grande Máquina para, ao longo da complexidade das engrenagens sociais, irem sendo despersonalizados, coisificados, em nome do deus-notícia, até se tornarem de sujeito a objeto, de ser humano a simples legenda. Serão os úberes nos quais a Imprensa Amarela irá se saciar de sua sede de sensacionalismo e de escândalos.²⁵⁷

O jornalista Percival de Souza questionava a virulência de Hiroito contra a imprensa, que paradoxalmente, tratava com extrema suavidade a atuação da

²⁵⁷ JOANIDES, 2003, p. 28.

polícia. Em várias ocasiões, o famoso bandido relatou em sua biografia a relação de deferência e mesmo de intimidade que manteve com diversos delegados responsáveis pela ordem na região central da cidade:

Nessa época o delegado titular do 3º Distrito era o Dr. Wilson José Minervino, figura interessantíssima que pode ser resumidamente descrito por três dos atributos pessoais mais evidentes: cavalheirismo, simpatia e elegância. A sua personalidade oscilava entre a de um lorde inglês e a de um *public-relations* das grandes empresas norte-americanas. Desde o nosso primeiro encontro tomamo-nos de mútua simpatia e, no que pese as antagônicas posições, de um lado ele como delegado titular do distrito e, do outro, eu como o elemento que mais perturbava na área, o nosso relacionamento transcorria em termos quase amigáveis, muito embora do ponto de vista jurídico jamais tenha o doutor me livrado a cara, deixando de indiciar-me em um qualquer devido inquérito.²⁵⁸

Hiroito registou a existência de diversos acordos implícitos que estruturavam sua relação com a polícia. Ficara combinado, por exemplo, que sempre que o delegado desejasse saber de qualquer ocorrência na Boca não precisava sequer de uma intimação oficial, bastava que mandasse um recado através de policiais chamando-o para uma conversa na delegacia. A visita podia lhe render um inquérito por motivos variados, como ele mesmo afirmou, ou ainda, um pedido para que deixasse um ou outro integrante da Boca do Lixo em paz. Essa camaradagem podia ir muito além de uma certa “gestão de conflitos” que ambos exerciam para manter o bom funcionamento na região. Não poucas vezes, Hiroito conta que intercedeu junto ao Dr. Minervino a liberação de prostitutas que estavam presa nas dependências de sua delegacia:

Era sempre por telefone que o fazia e, da primeira vez que o fiz, após ter explicado que “queria ver se o senhor dava um jeito de soltar fulana” etc. e tal, o doutor perguntou-me, sério: “o filho dela está preso no quarto e chorando?”, certamente para ver o meu jeito. Essa história de que havia deixado o filho pequeno trancado no quarto era a desculpa que a maior parte das mulheres davam ao serem apresentadas ao delegado pelos tiras que as haviam prendido, visando com isso comover ou preocupar a autoridade e serem assim dispensadas. Mas respondi-lhe, também sério: “não senhor, doutor, quem está chorando é o cafetão dela aqui do meu lado”, arrancando-lhe com isso uma gargalhada e dez minutos depois a minha protegida estava em liberdade.²⁵⁹

Em outra passagem, Hiroito narra como um jovem protegido seu resolveu se vingar do Dr. Minervino batizando um vira-lata pelo nome do delegado. Ulisses tinha apenas 14 anos e vivia pelas ruas da Boca do Lixo, sem pai nem mãe. Encaminhado

²⁵⁸ JOANIDES, 2003, p. 184.

²⁵⁹ Ibidem, p. 186.

diversas vezes para o Juizado de Menores pelo delegado, conseguia sempre fugir e voltar para as ruas. Logo, a brincadeira chegou aos ouvidos do homem que irritado com a situação mandou prender o moleque. Os policiais corriam pelas ruas da Boca atrás de Ulisses que saía em disparada gritando para o cachorro: “corre Minervino”, arrancando gargalhadas de todos. Hiroito foi chamado pelo delegado para resolver tal afronta. Como não havia mais jeito de mudar o nome do cachorro, disse que em sinal de respeito ao delegado decidiu enviar o nobre vira-lata para uma chácara longe do centro.

Assim como ocorria com os jornalistas, amizade à parte, a carreira em primeiro lugar. Estando em lados opostos, não havia respeito e camaradagem suficiente que fizesse com que um delegado poupasse por muito tempo um bandido que vivia nas páginas dos jornais causando dor de cabeça à Secretaria de Segurança Pública. Hiroito no final da década de 50 já despontava como o marginal mais procurado no Estado de São Paulo, ainda que nunca tenha saído da cidade, mais precisamente da Boca do Lixo. Em determinado momento a intensa pressão feita pela imprensa acabou com sua amigável relação como delegado, tornando-os inimigos que buscavam cada qual salvar sua própria pele:

Tempos depois, ao longo de uma campanha movida pela imprensa e que se entenderia por meses a fio, na qual se exigia um paradeiro para a minha violência, que atingira uma fase de paroxismo, o Dr. Minervino passaria a ser alvo da crítica jornalística, naquela base de “onde está a Polícia?”, “a polícia está desmoralizada”, e coisas assim [...] Mas tão longe fora a coisa que chegou um ponto que, ou davam um jeito em mim ou haveria mudanças na cúpula da Polícia e o Dr. Minervino, por certo, seria o primeiro a rodar. Teria pois que ser ele ou eu a cair. Fui eu. Porém, para conseguir prender-me teve o doutor que apelar para métodos e artifícios que à época me soaram indignos, enchendo-me de revolta. Posteriormente, na calma da prisão, pude compreender que outro não poderia ter sido o seu procedimento. Que queria eu?²⁶⁰

Não foram poucos os delegados que passaram pelo 3º distrito responsável pela região da Boca do Lixo durante a década de 50. A cada nova nomeação, uma nova relação precisava ser construída, novos acordos eram estabelecidos e todo o funcionamento da região dependia desse equilíbrio, normalmente intercalado por tempos de paz e tempos de guerra.

Jornalistas afirmaram décadas depois que essa relação de proximidade que estabeleciam com alguns integrantes do submundo devia-se especificamente por

²⁶⁰ JOANIDES, 2003, p. 187.

ser “outros tempos e outros criminosos”. Dizem os antigos frequentadores da Boca do Lixo: era um tempo em que se podia sair à noite sem o medo da violência das ruas e que malandros eram respeitados por serem homens de palavra, andavam de terno, gravata e sapato lustrado, não importunavam clientes e tinham seu certo charme, a chamada “malandragem do bem”. Em outro prefácio a biografia de Hiroito, o jornalista César Alves sintetizou o pensamento sobre aqueles anos:

Tratava-se, no entanto, de uma marginalidade muito diferente da dos dias de hoje. Poucas armas de fogo circulavam e as diferenças e lutas por territórios eram decididas graças a uma ginga toda especial e a uma habilidade indispensável no manejo da navalha. O tráfico de drogas apenas começava a aparecer na região e o que no futuro viria a ser a famosa Cracolândia não poderia sequer ser imaginada.²⁶¹

Nostalgia. Essa é palavra que parece implícita quando são rememorados os famosos bandidos que dominaram a região da Boca do Lixo a partir da década de 50. Vale refletir sobre a questão: a memória projetada sobre aquela época é realizada a partir da imagem que as pessoas têm hoje sobre a mesma região. Um passado saudoso sobre a Boca do Lixo é uma construção atualizada a todo instante em detrimento de um presente intimidador, principalmente quando o tema abordado é a criminalidade. A historiadora Célia de Bernardi ao analisar a vida do famoso ladrão Gino Meneghetti nos mostra como essa narrativa sobre um passado idílico atravessa gerações:

A época dos ladrões elegantes era ultrapassada pela onda de crimes violentos; os meneghettis a que a imprensa se referia nos anos 20 e 30 estavam em fase de extinção. Apesar de a atuação de Gino Amleto Meneghetti ocorrer num outro contexto de criminalidade urbana, o seu passado continuou a ser alimentado através do noticiário. Assim, em 1952, quando deixou a Penitenciária, com aproximadamente 74 anos, concedeu com exclusividade uma reportagem para O Cruzeiro, relatando acontecimentos sobre sua vida ao jornalista Jorge Ferreira. Considerado um dos maiores aventureiros do século, *Meneghetti, o homem-gato*, ao contrário da delinquência dos anos 50, representava a valorização do ladrão culto, sensível, impulsivo, distinguindo-se pela sua nobreza. Era exaltado por não ser um ladrão vulgar (O Cruzeiro, 12.4.1952).²⁶²

Assim, o perigoso bandido que apavorava as famílias roubando as casas pulando pelos telhados da cidade no início do século XX passava a ser retratado anos 50 como um “ladrão do bem”, tomando-se como referência a sensação da

²⁶¹ JOANIDES, 2003, p. 12.

²⁶² BERNARDI, 2000, p. 151.

criminalidade a qual estavam vivenciando naquele momento. Se retomarmos as reportagens dos jornais apresentadas no capítulo anterior, malandros e cafetões eram retratados como monstros que exploravam as jovens que decaíam na vida levando-as para o último degrau da sarjeta. No entanto, os mesmos personagens como: Hiroito, Castelinho, Nelsinho da 45, Quinzinho, entre outros, quando lembrados são tidos como “malandros do bem”, quase ingênuos se comparados com o crime organizado dos dias atuais.

Ainda sobre Meneguetti, Célia de Bernardi aponta para a romantização criada em torno desses homens pela mesma imprensa que um dia os condenou e que, de uma certa forma acaba por ocultar a violência que estava no cerne daquelas vivências. Ao se referir sobre as reportagens de Percival de Souza sobre Meneghetti, questiona a historiadora:

Desde os anos 70, o jornalista vem se utilizando da imagem romântica de Meneghetti, ao explicar as modificações da criminalidade dos últimos 30 anos, relembrando com nostalgia do ladrão de antigamente, que fazia da criminalidade dos velhos tempos, quando predominava a astúcia, a criatividade da ação [...] As lembranças simuladas sobre o bom ladrão servem de parâmetro para discutir a violência do crime dos dias atuais, no entanto, é preciso lembrar que, nos anos 20, Meneghetti, considerado o perigo social nº 1 a ser combatido, foi punido com todo rigor da lei. Impõe-se, portanto, analisar as representações do poder e interrogar a respeito do por quê foram suplantadas pela imagem romântica do ladrão elegante.²⁶³

A narrativa de “outros tempos e outros criminosos” também foi apropriada por personagens. Hiroito, por exemplo, ao escrever sua biografia entrelaçou sua trajetória no mundo crime com a própria história da Boca do Lixo. Para ele, o apogeu e a decadência de ambos, representaria o início e o fim da época de ouro da boa malandragem. De execrados marginais a malandros de respeito, de bandidos perigosos a valentes honrados, de cafetões desalmados a sedutores inteligentes, a aparente ambiguidade nada mais revela para a dificuldade em se encaixar todas essas vivências em uma única sentença. Afinal, o que era essa malandragem paulistana que despertava tantos sentimentos contraditórios de todos os lados?

²⁶³ BERNARDI, 2000, p. 188.

3.3. Os reis da Boca

A análise das fontes sobre o período revelou uma grande quantidade de documentos produzidos por diversas autoridades que tinham como foco principal, a erradicação da prostituição e suas ramificações a partir da mulher. Por esse entendimento, a recuperação das prostitutas e sua reinserção na sociedade seria a solução para o fim de zonas de meretrício, como no bairro do Bom Retiro e posteriormente, a Boca do Lixo. Nesse sentido, todo o esforço do governo do Estado de São Paulo se concentrou em mapear o perfil socioeconômico e psicológico das mulheres, realizando através do Serviço Social, centenas de entrevistas com as prostitutas com o objetivo de compreender as causas e as possíveis saídas para tal situação.

Embora fosse recorrente nas entrevistas a menção aos homens que orbitavam ao redor das prostitutas, considerados algozes pela sociedade, não havia nenhum dado ou qualquer indicativo sobre quem eles eram. Tidos como um problema de primeira grandeza no universo da prostituição, foram representados através dos discursos da imprensa e das autoridades como um bloco homogêneo, definido apenas como marginais. Se às mulheres era necessária uma reabilitação social a partir do que definiam ser uma vida normal, aos homens não interessava sequer históricos de vida ou o porquê estavam ali, restando tão somente a cadeia.

Na São Paulo do IV Centenário, momento de cristalização de sua imagem como centro hegemônico da economia nacional e terra do trabalho, não havia espaço para malandros, ainda que eles existissem e não fossem poucos. Nesse sentido, é interessante observar os diferentes percursos sobre a apropriação histórica da malandragem. Ao contrário do que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro que transformou e incorporou o malandro como um ícone juntamente com o samba, representantes paulistanos ficaram obscurecidos por uma oposição identitária entre as cidades. Conforme pesquisa de Márcia Ciscati sobre o tema:

[...] São Paulo é apresentado como eixo da expressão econômica, lugar da modernidade e industrialização, a “locomotiva” desse imenso trem, a face sisuda do país, onde estariam centralizadas as energias para o trabalho e o apego ao lar. O Rio de Janeiro seria a face dionisíaca: o lado alegre, pouco

exigente e dócil, o mundo da boemia e raiz do “jeitinho brasileiro”, nosso cartão-postal para o mundo²⁶⁴

Com uma narrativa tão cindida, a identidade de habitantes corresponderia a essa dualidade, chegando-se mesmo a se afirmar como própria da personalidade de cada povo. Constituiu-se assim, a mitificação de que na São Paulo terra do trabalho, não cabia a malandragem e, que na malandragem carioca, não existia espaço para o trabalho.²⁶⁵ Mesmo a produção acadêmica parece refletir essa questão, pouco ou quase nada temos conhecimento sobre o ser malandro na cidade de São Paulo e sua boemia, se comparado ao que se pesquisou e produziu sobre trabalhadores em diversos seguimentos e tempos.

Diante do silêncio nas fontes oficiais que apresentassem os mesmos dados e relatos de vida que nos permitiram ter o perfil das prostitutas pobres à época, para termos minimamente o acesso aos homens que viviam ao seu redor e representavam o avesso da desejada imagem do trabalhador paulistano foi preciso reunir relatos esparsos, crônicas, biografia e a literatura como possibilidade de abrir um caminho sobre essas vivências masculinas que tornaram a Boca do Lixo, o *locus* por excelência da malandragem paulistana a partir da década de 50.

Nesse sentido, como já apontado anteriormente, a biografia de Hiroito de Moraes Joanides apresenta-se uma fonte singular por ser tratar de um dos maiores bandidos à época e como o único registro conhecido de quem viveu na Boca do Lixo desde a sua formação. Sua narrativa expõe a multiplicidade de experiências que se configuraram no interior daquele território específico, apresentando com riqueza o emaranhado de relações regidas por complexos códigos de honra e de violência.

Logo de início, o famoso rei da Boca esclarece o porquê da constituição de territórios considerados marginais. A prostituição é apontada por Hiroito, como o grande polo de atração dos indivíduos que ele denomina como “desajustados sociais”. Revela ainda, que essa relação não se daria apenas por razões estritamente profissionais:

²⁶⁴ CISCATI, 2000, p. 21. Sobre malandros cariocas ver: MATOS, C. **Acertei no milhar:** malandragem e samba no tempo de Getúlio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; SALVADORI, M. A. B. **Capoeiras e malandros:** pedaços de uma sonora tradição, 1890-1950. Diss. de Mestrado, Fac. De História, UNICAMP, 1990; DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro, Rio de Janeiro: Zahar, 1979. CANDIDO, A. Dialética da Malandragem. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** – IEB/USP. Nº 08, 1970.

²⁶⁵ Ibidem, p. 25.

A causa de tais concentrações, o foco que atrai, arregimenta e aglutina essas populações de proscritos é, invariavelmente, a prostituição. No meio e em torno desta, sempre, é que irão surgir e se desenvolver colônias de criminosos, contraventores e vadios. E isso porque, para tais seres, é a prostituta receptáculo não apenas dos apetites do sexo mas também, e ainda, de sonhos e anseios que se fizeram truncados, mutilados o curso e por força de suas vida anômalas. Unicamente nela, prostituta, encontra o marginal, o delinquente, possibilidades para uma pálida satisfação das humanas necessidades de relacionamento emocional-afetivo. Nos rastros de uma qualquer mulher da vida, há de se ver, manquitolante, o sentimentalismo de um malandro.²⁶⁶

Unidos por uma identificação da sociedade que lhes tornavam parte de um mesmo grupo social considerado “marginal”, meretrizes e malandros formavam o chamado “casal do submundo”. Em seu livro, Hiroito é categórico: todo homem da Boca tinha uma prostituta como mulher. Ele mesmo teve várias namoradas, mas invariavelmente voltava para os braços de Zenaide, prostituta e sua mulher durante longos anos. Tema que levanta a questão primordial que envolvia essa relação e que era apontada pelas autoridades como um dos grandes problemas do meretrício: todo malandro seria um explorador de prostitutas?

Hiroito ao explicar detalhadamente as atividades que cada grupo desempenhava na Boca desmentia essa afirmação. Dizia que as funções no submundo eram bem definidas e que era um erro chamar todo malandro de cafetão, assim como a designação de malandro para todo e qualquer indivíduo que vivesse na Boca do Lixo:

No grupo dos malandros estão incluídos todos os indivíduos cuja conduta é essencialmente criminosa, tipificada e punida por lei. Vivem eles do crime, dele tirando os sustentos, quer seja batendo carteiras, assaltando, traficando ou praticando outra qualquer modalidade delituosa, cujo fito é o lucro. São personagens de tipo mais conhecido, dos quais mais se tem notícia, por força da maior importância social que possuem os atos que praticam.²⁶⁷

Ainda que pareça irônico, Hiroito enfatizava que na Boca todos trabalhavam e que em muitos casos, a atividade criminal chegava a ser penosa, como o caso do punguista (batedor de carteira). Sua função exigia horários rígidos de trabalho atrás das carteiras de suas vítimas, vivendo enfronhado pelos ônibus ou nos grandes magazines. Iniciava suas atividades das 06:00 às 07:00hs, depois das 11:00 às 13:00hs e terminava das 18:00 às 20:00hs, sempre acompanhando os horários de

²⁶⁶ JOANIDES, 2003, p. 25.

²⁶⁷ Ibidem, p. 39.

pico da multidão. Dessa forma, alegava que o cafetão não fazia parte desse grupo por ser considerado um parasita no próprio meio em que viviam e que era visto por eles, como uma imoralidade dentro da imoralidade:

Muito comumente, usa-se empregar o termo rufião a todo marginal que vive com uma meretriz. Mas o certo é que no mais das vezes não se trata de autênticos espécimes de rufião, já que possuem ocupação própria, não dependendo nem se valendo dos proventos das suas caras-metades. Aliás, chamá-los de rufiões provoca, nesses briosos rapazes, a mais autêntica das indignações.²⁶⁸

Nesse sentido fazia a distinção. O cáften ou rufião era o indivíduo que não fazia nada da vida, passava as noites de boate em boate e pelos salões de bilhares sustentado unicamente com o dinheiro da prostituição de sua amada. Já o explorador o lenocínio definia como uma função que demandava muito trabalho e em tempo integral: dar proteção às mulheres, acertar o arreglo (suborno) com a polícia, apaziguar brigas, cobrar as diárias dos hotéis e apartamentos e ainda, ficar atento às investidas da polícia quando resolvia que era dia de “limpar a área”:

A verdade é que o apadrinhamento e o protecionismo remunerados dos valentes, além de evitarem um grande número de encrencas próprias àquela vida, à gente do meio, apresentavam ainda a vantagem de trazer para a esfera de alguns poucos as encrencas que surgissem. Não fosse eles a Boca seria uma terra de ninguém, permanentemente imersa num caos de conflitos, confusões e embates que em muito se assemelhavam a uma guerrinha civil²⁶⁹

Como se observa, Hiroito não se considerava um rufião, mas um gerenciador do submundo. Essa era a função de um rei da Boca, organizar todas as atividades ilícitas e estabelecer a ordem na região em troca de dinheiro. O jornalista Ramão Gomes Portão, como repórter policial que cobriu por muito tempo os acontecimentos no universo do meretrício discordava sobre a separação feita por Hiroito. Em seu livro de crônicas, “Estórias da Bôca do Lixo” declarava que ao final, todos eram cafetões porque exploravam as mulheres:

Podem ver. O Hiroito, o “Quinzinho”, êsses bons, não gostam do epíteto de rufião, embora o sejam por fôrça de definição. Para êles a glória máxima está no título de “reis da bôca”. São chefes de bando, líderes na sua categoria profissional. Há uma troca de interêsses, que êles explicam às mundanas: Nós queremos tanto para deixar vocês trabalharem. E elas

²⁶⁸ JOANIDES, 2003, p. 42.

²⁶⁹ Ibidem, p. 116.

concordam, sempre observando a tradicional proporção, dentro do espírito da equidade: Tanto para mim, tanto para vocês e tanto para a polícia. É verdade. O termo rufião é o mesmo, seja aplicado para o Hiroito ou o “Quinzinho” seja para o “tira” desonesto e mantenedor da ordem pública.²⁷⁰

Na análise de uma das assistentes sociais também parece sugerir a mesma divisão apontada por Hiroito, mas com uma outra configuração. O valente o qual ele se refere que daria proteção às prostitutas e que organizaria todo o funcionamento do meretrício é designado por ela como cafetão ou seu termo em francês, “*souteneurs*”. Definia por exploradores do lenocínio somente os donos dos estabelecimentos:

Cêrca de metade das mulheres negam que possuem cáften. Há proprietários de bordel que preferem prostitutas apresentadas por cáften calculista a uma avulsa que se dirija por si mesma. A metade dêsses “*souteneurs*” são, as vezes, criminosos ou pelo menos possuem a tendência criminosa. Usam narcóticos ou negociam com êles. As pessoas que conhecem a prostituição confessam que ela seria impossível sem os “*souteneurs*”, que é ao mesmo tempo o amigo, o protetor e o explorador da prostituta, ao passo que o proprietário do bordel apenas se dedica à sua exploração sistematicamente por grosso.²⁷¹

Independente da conceituação dado por cada uma das partes envolvidas, o fato é que a relação entre meretrizes e malandros era permeada por complexos vínculos profissionais e afetivos que podiam tomar inúmeras formas. As assistentes sociais desde a época da zona confinada, afirmavam em trabalhos que não conseguiam entender como as mulheres não percebiam que eram enganadas e exploradas por aqueles homens, que somente queriam aproveitar-se e tomar-lhes dinheiro. No entanto, ainda que de forma negativa, surgiam nas entrelinhas os laços afetivos que os uniam:

A prostituta se submete sem participação psíquica aos caprichos de todos os homens, mas seu coração não está morto e, um dia, encontra um belo, elegante e perfumado “cavalheiro”, que a trata com aparente ternura. E eis que a mulher desiludida do amor novamente se apaixona pelo único dos “fregueses” que é diferente. Êste passa então a manobrá-la à vontade, aparentando um amor que não sente; comove-a com as narrativas de falta de sorte nos emprêgos ou no jôgo, da necessidade de dinheiro...E a prostituta se despoja de tudo o que ganha, em benefício dêste rufião²⁷².

²⁷⁰ PORTÃO, s/d. p. 45.

²⁷¹ VALENTE, 1951, p. 124.

²⁷² NAZÁRIO, 1958. p. 147.

Os cafetões eram considerados pelas assistentes sociais o terror na tentativa de reabilitação das mulheres que aceitavam ficar nos centros organizados pelo Estado. Muitas prostitutas abandonavam o tratamento por causa do chamado de “homens”: fosse pela promessa de amor e arrependimento por alguma atitude violenta, por ameaça por causa de dívidas resultante do afastamento da mulher das ruas ou ainda, a chegada da notícia sobre uma nova mulher ocupando seu lugar para que a meretriz fosse embora.

Hiroito apresentou a questão dos relacionamentos entre malandros e prostitutas como inerente a própria vivência na Boca. Embora pareça ter privilegiado o lado mais afetivo dessa relação e nos revele os sentimentos que apareciam inexistentes através dos discursos oficiais, a violência em sua narrativa surge diluída em sua própria dinâmica, naturalizando-a. Nas páginas policiais não era incomum notícias de rufiões que espancavam suas companheiras. Como por exemplo, a história de Chininha, codinome de Rosely dos Santos de 26 anos. Morando na rua Aurora com Antônio Dotto, depois de recusar-se a dar dinheiro ao amante, escapou de ser agredida a socos e pontapés, mas sua rapidez teria deixado o homem ainda mais irritado, que partindo para cima de Chininha a esfaqueou²⁷³.

Em uma das crônicas de Ramão Gomes Portão, ele narra a história de uma prostituta que após ser pega se esfregando com um cliente durante a dança, foi recebida aos tapas por seu cafetão na saída da boite: “[...] um tabefe que a mandou do pé da escada ao meio da rua”. E ainda ameaçava: “[...] sei que você é biscate, mas me respeite senão te apago, sua vigária”. As colegas indignadas com a violência diziam: “[...] chama a justa, que ensina esse gigolô pé-de-chinelo”. Quando a polícia chegou, a mulher com o rosto vermelho de chorar e apanhar, levantou-se e disse: “[...] sou mulher dele e ele me bateu. Alguma novidade? ”. O casal virou as costas e foi embora de braços dados.²⁷⁴

Em um ambiente em que a demonstração de masculinidade era um exercício diário de violência e qualquer tipo de frouxidão significava a perda de respeito entre pares, era esperado e desejado que um malandro reconhecido fosse temido, inclusive pelas mulheres. Em caso de desacato à sua autoridade, desvio de dinheiro ou qualquer tipo de traição, fosse envolvimento amoroso com outro homem ou falta

²⁷³ Jornal “Diário da Noite”. **Deu quatro facadas na amante e fugiu em trajes menores**, 30/01/1956.

²⁷⁴ PORTÃO, s/d. p. 39.

de lealdade, o emprego da violência era visto como uma consequência “natural” de punição.

Relembremos o conto “Paulinho Perna Torta” do escritor João Antônio. Iniciante nos meandros dos códigos de masculinidade que deviam reger a relação entre malandros e prostitutas, Paulinho se deixava abater pela fúria possessiva e as cenas de ciúmes da prostituta Ivete, sua namorada. O veterano Laércio Arrudão, seu mestre no submundo, lhe explicava os ensinamentos que formavam o mundo dos homens valentes:

O brilho de simpatia nos olhos de Laércio Arrudão começou por me ensinar que quem bate é o homem. E manda surra a toda hora e fala pouco. Quem chega tarde é o homem. Quem tem cinco-dez mulheres é o homem – a mulher só tem um homem. Quem vive bem é ele – para tanto, a mulher trabalha, se vira e arruma grana. Quem impõe vontades, nove-horas, cocorecos, bicos-de-pato e lero-leros é o macho. Homem grita, manda e desmanda, exige, dispõe, poe cara feia e pede pressa. A mulher ouve e não diz um a, nem sim, nem não, rabo entre as pernas. Mulher só serve para dar dinheiro ao seu malandro. Todo o dinheiro. Por isso, entre os malandros da baixa e da alta, as mulheres se chamam minas.²⁷⁵

O historiador Dominique Kalifa ao analisar a existência de uma cultura própria dos homens do submundo estruturada na virilidade, observa que a dominação masculina e a subjugação da mulher eram essenciais em uma sociedade criminosa que tem como fundamento econômico a prostituição. Observa que o amor não era um sentimento desconhecido nesse universo, porém, sua atuação era definida pelos limites impostos pelo macho. Em um ambiente, no qual a sexualidade é manifestação de força e expressão de dominação, “a mulher (igualmente como o homossexual “passivo”), deve sofrer, supostamente, a potência e a força do homem”²⁷⁶. Questiona, no entanto, as narrativas que naturalizam a aceitação da violência por parte das mulheres em decorrência da forte interiorização das normas prescritas nesse universo de masculino²⁷⁷.

Fato que pode ser verificado através dos jornais em relatos de mulheres que se levantaram contra os desmandos e humilhações de homens. Por vezes, reagiam à violência na mesma proporção ou ainda maior que de seu agressor: envenenavam suas bebidas, denunciavam à polícia os ilícitos ou ainda, matavam parceiros a golpes de navalhadas e tiros. Exemplo do que ocorreu no interior de um

²⁷⁵ ANTONIO, *Contos...* 2012, p. 252.

²⁷⁶ KALIFA, 2013, p. 312.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 329.

apartamento na rua Conselheiro Nébias. Terezinha de Jesus despejou álcool e ateou fogo em seu amante, o investigador de polícia Argemiro da Silva enquanto ele dormia, levando-o à morte. Já a bailarina do “Taxi Dancing Maravilhoso”, Nanci Lopes, matou com dois tiros seu ex-marido, o pianista e chefe da orquestra do “Tropical Dancing”:

Eu o matei. Fiz isso porque Dílson me abandonou, juntamente com minha filhinha doente, negando-se a auxiliar-me financeiramente. Procurei-o diversas vezes, porém, ele sempre se recusou a atender-me. À noite, quando passava pela praça Júlio de Mesquita, encontrei-o num bar em companhia de alguns colegas. Pedi-lhe que me deixasse passar alguns dias em sua casa até que a menina melhorasse. Dílson, porém, fez pouco caso, afirmando que se a encontrasse em seu quarto, dali a tiraria a pontapés. Perdi a cabeça, puxei a pistola e atirei.²⁷⁸

Paulo Vanzolini, o respeitado zoólogo que ficaria mais conhecido nacionalmente por suas composições que se tornaram clássicos da música brasileira, era um grande boêmio. Sem pretensão profissional no campo musical, compôs em rodas de samba e mesas de bares músicas que se tornaram ícones da boemia paulistana, como Ronda.²⁷⁹ Sobre a inspiração para compor a música, contou:

A coisa mais engraçada é o que o povo acha que Ronda é um hino a São Paulo, mas na verdade ela é sobre uma mulher da vida (risos). Naquela época, servindo o exército, eu patrulhava o baixo meretrício. Uma noite, na saída, eu estava tomando um chope ali pela São João, quando vi uma mulher abrindo a porta do bar e olhando para dentro. Imaginei que ela estava procurando o namorado. Ele pensava que era para fazer as pazes, mas o que ela queria era passar fogo nele (risos).²⁸⁰

A violência ou a sua capacidade de ser exteriorizada era uma constante que perpassava as relações que se estabeleciam na Boca do Lixo. No entanto, Dominique Kalifa aponta para a construção de um imaginário que naturaliza a violência como própria ao ambiente marginal, mas que indicaria uma cultura que *vai* “muito além da sociedade dos meninos maus, e informa os traços constitutivos da

²⁷⁸ Jornal Diário da Noite, 16/02/48.

²⁷⁹ “De noite eu rondo a cidade a te procurar, sem encontrar. No meio de olhares espio, em todos os bares, você não está...volto pra casa abatida, desencantada da vida, o sonho alegria me dá, nele você está. Ah, se eu tivesse quem bem me quisesse, esse alguém me diria: "Desiste, esta busca é inútil". Eu não desistia. Porém, com perfeita paciência, volto a te buscar, hei de encontrar. Bebendo com outras mulheres, rolando um dadinho, jogando bilhar. E neste dia, então, vai dar na primeira edição: cena de sangue num bar, da Avenida São João”.

²⁸⁰ CALADO, C. **Paulo Vanzolini, o samba com a cara de São Paulo**, 2001.

masculinidade ocidental”.²⁸¹ Ao analisar a literatura francesa que exaltava os homens viris e valentes, problematiza a adjetivação de criminosos para as práticas decorrentes de concepções de masculinidade amplamente reforçadas entre as classes populares.

É o que indica, por exemplo, a pesquisa do historiador Durval Muniz de Albuquerque sobre a construção da virilidade do homem nordestino. Vivendo em um ambiente hostil próprio de uma natureza árida e marcado por relações que se resolviam à margem da Justiça e do Estado, era esperado que esse homem espelhasse essa bravura dos destemidos e resistentes que sobreviviam em situações tão adversas. Definido como um macho, ao nordestino não cabia qualquer atributo que pudesse sugerir fraqueza ou covardia:

O nordestino, portanto, fruto de uma história e uma sociedade violenta, teria como uma das mais destacadas características subjetivas a valentia, a coragem pessoal, o destemor, diante das mais difíceis situações. A literatura de cordel e outras manifestações literárias da região, a partir dos anos 20, não cansam de decantar homens valentes que conseguem resolver as mais difíceis situações por uma atuação pessoal e individual. Coragem e um apurado sentido de honra seriam características constituintes destes homens, que não levariam desaforo para casa. Homens que prefeririam perder a vida do que perder a honra, serem desfeitos publicamente.²⁸²

Ao descrever companheiros mais próximos, Hiroito apresentava suas características físicas, personalidade e um pequeno resumo de suas vidas. Ao retratar “Cangaceiro”, como o próprio apelido sugeria, toda a construção de uma masculinidade forjada na valentia do nordestino estava presente, como um retrato perfeito do que se esperava de um “cabra de respeito”. Conta que Vilobaldo (seu verdadeiro nome) tinha o tipo atarracado, de andar e gestos grosseiros, uma cicatriz assustadora, de poucas palavras, mais parecia um imenso depósito ambulante de ignorância e violência. Não possuía qualquer vestígio de boas maneiras e, mesmo quando queria ser suave, intimidava a todos:

Nascera e se criara nos confins do sertão nordestino, nos tempos do cangaço, onde e quando a lei e justiça se faziam na ponta da faca ou no apertar de um gatilho. Mas onde, também, a palavra de um homem valia bem mais que a escritura que hoje se passa em cartório. Era um bruto o meu prezado Cangaceiro, estúpido, feroz e sanguinário, mas era um

²⁸¹ KALIFA, 2013, p. 303.

²⁸² ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **Nordestino**: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940). 2ª ed. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 176.

homem; não bom, mas justo; não honesto, porém reto nos negócios e leal com os companheiros.²⁸³

É sobre essa virilidade que estava assentada as bases dos homens que viviam na Boca do Lixo. Pertencentes às classes populares da cidade de São Paulo ou migrantes das diversas cidades do interior e de outros Estados, compartilhavam o mesmo arcabouço de normas que estabelecia um “devir” de masculinidade: a força física, os modos de vestir, gesticular e andar. Ao homem que quisesse impor respeito e ser temido na Boca, era necessário possuir todos os traços constitutivos desse sujeito viril, que incluía ainda, a interiorização dos códigos de honra e lealdade. Não bastava uma aparência viril, ao valente era essencial possuir um caráter viril.

Com uma lei do silêncio fortemente codificada, os entreveros que ocorriam na Boca, por regra, deveriam ser solucionados entre próprios integrantes. Era longa a lista dos que atingidos e presos não denunciavam seu oponente, aguardando a hora certa para o acerto de contas. Como observou Hiroito: “como habitante do submundo, vi-me na obrigação de observar o código de honra que moralmente me impedia de imiscuir a Polícia em qualquer problema pessoal”.²⁸⁴ Muitas vezes, o conflito era de conhecimento da polícia, que forçava uma delação, mas não obtinha êxito. A pior e mais execrável atitude para quem vivia no submundo era ser conhecido como dedo-duro.

O jornalista Ramão Gomes Portão narrou a conversa entre um malandro ferido e os policiais que queriam saber o nome do agressor. Dava a palavra que não vira quem havia atirado, para depois cochichar nos ouvidos do investigador: “se manca, meu chapa. Saber eu sei. Porém bronca minha não é a justa que limpa. É o papai mesmo. A forra é minha e nesta a tiragem não tem vez”.²⁸⁵ Percival de Souza conta que um dia bateram tanto na cafetina Carola que lhe quebraram a perna. Indagada na delegacia sobre o que havia ocorrido, ela respondeu: *caí da escada*.²⁸⁶ Sobre os códigos que regiam as relações no ambiente dos valentes, observa Kalifa:

[...] o homem respeitará a palavra dada, ele não “murchará” diante do perigo ou do combate, defenderá seu território, não roubará a mulher do próximo

²⁸³ JOANIDES, 2003, p. 57.

²⁸⁴ Ibidem, p. 91.

²⁸⁵ PORTÃO, s/d. p. 19.

²⁸⁶ JOANIDES, 2003, p. 14.

ou responderá em “lealdade”. E, acima de tudo, ele jamais vai “entregar” ou “denunciar” um cúmplice, um amigo ou qualquer outro membro da sociedade delincente. Aí está a proibição maior. Aquele que a transgride deixa de ser um homem para tornar-se um “cagoete”, um “dedo-duro”, um “traíra”.²⁸⁷

O caráter viril incluía ainda, defender a honra a qualquer preço. Em um ambiente que imperava a lei do mais forte e que subjugar o oponente era sinônimo de status, ser um homem bonito poderia tornar-se um potencial problema para um valente. Hiroito relata que seu grande amigo, Nelsinho da 45 (calibre de seu revólver), não tinha propensão para a violência, mas que lhe fora reclamada por uma questão de sobrevivência e de preservar sua honra. Jovem e bonito, aos dezoito anos foi preso por vadiagem na Casa de Detenção na Avenida Tiradentes. É sabido que os homens que ingressam na cadeia passam por uma espécie de triagem pelos presos antigos que irão decidir a sorte em sua estadia atrás das grades. Os homens bonitos e delicados são disputados para tornarem-se “mulheres” de outros presos e exercerem as atividades “domésticas e sexuais”. Na ausência de mulheres, claramente uma inversão que busca dar continuidade ao exercício da dominação masculina em um ambiente estritamente viril. Nelsinho com sua beleza de querubim, como dizia Hiroito, passou pela prova de fogo:

Que ele não possuía qualquer propensão para esse negócio de ser mulher de preso ele o deixou bem claro, em vermelho-vivo, através das muitas navalhadas que distribuiu entre pretendentes. Escrito em sangue, deixou firmado, nas carnes pederastas, a sua condição de garoto bonito...e homem. A desmentir (ou comprovar, não sei bem) essa história de que a honra não tem preço, pela manutenção da sua, creditaram-lhe, à conta carcerária, uns bons pares de anos de prisão, sobrando-lhe ainda, pelos feitos, o título honoris causa de ...valente.²⁸⁸

Hiroito também teve grandes problemas por conta de sua aparência. Não pela beleza como Nelsinho, mas por apresentar um perfil que fugia completamente ao esperado para um rei da Boca do Lixo. Com baixa estatura, franzino, usando óculos com grossas lentes, educado e com uma cultura muito acima da média, a sua falta de atributos físicos lhe exigia uma constante comprovação de sua valentia, o que era amplamente compensada pela utilização de armas de fogo:

²⁸⁷ KALIFA, 2013, p. 310.

²⁸⁸ JOANIDES. Op. cit., p. 50.

A minha predestinação para arranjar encrencas na Boca vinha, como já disse, da singularidade da minha figura, um tanto ridícula, inaceitável mesmo no papel de delinquente, ainda por cima, valente. Resultava mesmo difícil de se acreditar (acreditar no sentido de temer) em um tipinho que possuía aparência de professor de química ou de botânica e de palavreado e modos que, por gentis, ali se mostravam, no dizer do ambiente, como afrescalhados. E quanto mais crescia a minha fama de valente mais aumentava o número de interessados em desafiar-me, comigo desavirem-se, pensando derrotar-me, já que o meio mais fácil de se ascender a altos postos no submundo sempre foi, como ali se diz, fazendo o nome nas costas de um valente, isto é, vencendo-o através da força física ou das armas, de preferência sem deixa-lo vivo, que é o mais aconselhável.²⁸⁹

A necessidade de estarem constantemente preparados e armados para se protegerem de possíveis ataques expõe o que poderia parecer um paradoxo. Envolvidos em diversos negócios ilícitos, os integrantes da Boca do Lixo viviam de acertos de contas: discórdia pela divisão dos ganhos, pontos de tráfico, trapaças e dívidas de jogos, disputas pela liderança no território, vinganças e ciúmes. Ou seja, precisavam se defender constantemente de próprios pares e não contra um perigo externo. Hiroito observa que esconder as armas era muito mais uma questão de discrição do que realmente um segredo, já que todos sabiam exatamente em quais parte do corpo, mulheres e homens camuflavam suas navalhas, punhais e revolveres, inclusive a polícia. Afirmava ainda, que a presença cotidiana de policiais na região era apenas de caráter intimidativo. Todos sabiam os dias em que ocorreria “a limpeza das ruas”, fora esses momentos, ninguém era incomodado ou questionado sobre o que estava fazendo na região:

Quer dizer, o Quadrilátero do Pecado, como que por um tácito confinamento, era área permitida ao trânsito e à estada de prostitutas e marginais. Fossem estes ou aqueles pilhados em outras regiões da cidade e, aí sim, muito possivelmente, seriam detidos quando nada pra explicar o que faziam ou pretendiam no local.²⁹⁰

A Boca do Lixo tornou-se um imenso território simbolicamente delimitado para abrigar as práticas ilícitas com a conivência do Estado. A violência estrutural era parte de um sistema que Michel Foucault analisou como as vantagens de uma delinquência fechada em si mesmo e a possibilidade de seu gerenciamento e a especialização das ilegalidades²⁹¹. As armas, as mortes, as soluções para entreveros ou as guerras ficavam restritos aos integrantes. Uns contra os outros, uma massa

²⁸⁹ JOANIDES, 2003, p. 90.

²⁹⁰ Ibidem, p. 141.

²⁹¹ FOUCAULT, **Vigiar e punir...**, 2014b, p. 272.

de homens e mulheres pobres tragados para uma delinquência útil que movimentava as grandes redes da criminalidade.

Em vista disso, não faltavam motivos para que a Boca do Lixo fosse considerada uma região barra pesada, frequentada por bandidos, marginais, mulheres vulgares e perigosas. No entanto, sua má fama, inclusive amplamente difundida pela imprensa, parecia não intimidar frequentadores.

3.4 Sociabilidades

É a consagração de todas as “bôcas”, a mais completa da cidade. Falada, discutida, condenada, combatida, mas nem por isso deixa de ser frequentadíssima, a “bôca” das “bôcas”, a “bôca do crime”. De certa forma, a sempre festejada “bôca do lixo”.²⁹²

A territorialização pelo baixo meretrício de um imenso quadrilátero que abarcava os bairros da Luz, Santa Ifigênia e Campos Elíseos podia ser sentido em todos os aspectos da vida cotidiana. Hiroito afirmava que tanto os proprietários como os empregados que permaneceram trabalhando na Boca do Lixo, aprenderam não só a tolerar, como estabeleceram vínculos afetivos com integrantes. Além das dezenas de hotéis, bares e boites, com a mudança dos antigos moradores, o comércio local viu-se na premência de se adaptar para atender as necessidades e os gostos de novos clientes:

Assim, casas de roupas para homens se fizeram lojas de artigos femininos, guarda-chuvas e chapéus dando lugar a bolsas e sombrinhas, enquanto em outros estabelecimentos comerciais, tapetes e cortinados cediam vez a bibelôs, capachos e vasos para flores. Geladeiras, fogões e enceradeiras permaneciam encalhados nos estoques, ao passo que as vendas de fogareiros, garrafas térmicas e frigideiras se multiplicavam. Nas prateleiras das drogarias do bairro, Coco Chanel via-se desbancada por Cashemear Bouquet e L'Amant de Coty. E caixas de camisas-de-vênus.²⁹³

Podemos observar a substituição dos produtos domésticos por soluções mais baratas e menores, dado o tamanho diminuto de quartos e quitinetes em que viviam as mulheres, embora, pudessem dispensar dinheiro e espaço para os famosos conjugados. Grande sucesso comercial à época, o conjugado era um móvel de

²⁹² PORTÃO, s/d. p. 12.

²⁹³ JOANIDES, 2003, p. 37.

madeira que além de toca-discos poderia abrigar até mesmo um bar para bebidas e copos. Hiroito dizia que o objeto era o sonho de consumo das mulheres, quanto maior o conjugado, maior o status da meretriz. Detalhava ainda que os quartos seguiam sempre o mesmo padrão de decoração: uma colcha de chenile forrava a cama, penteadeiras repletas de perfumes e bibelôs e na parede uma imagem do Sagrado Coração de Jesus.²⁹⁴

O cenário descrito revela sobreposições entre o gosto e o poder aquisitivo das classes populares com o desejo de consumo de bens materiais das classes médias e abastadas. Apesar de sempre se referirem às prostitutas como mulheres, não podemos esquecer que se tratavam em sua maioria, de jovens entre 17 anos e 27 anos de idade. Muitas se endividavam para poder manter uma vitrola/conjugado que era pago semanalmente e comprar roupas que estampavam as páginas das revistas *Cruzeiro* e *Querida*. Era recorrente no discurso das diversas autoridades, a recriminação do desejo de consumo das jovens que em vez de trabalharem como domésticas e se contentarem com o que poderiam comprar ou não com salários, se deslumbravam com luxos e diversões inacessíveis para elas. Na tão festejada e propagada modernidade dos anos dourados não havia espaço para os desejos e sonhos de consumo das camadas mais pobres da sociedade. Ao final, os chamados “antros de pecado e perdição” não passavam de quartos que refletiam os ambientes de origem daquelas jovens e que poderiam ser encontrados em qualquer casa de família.

Os apartamentos já haviam se tornado tão importantes no funcionamento da prostituição quanto os hotéis, além de causarem muito menos problemas para os exploradores do lenocínio. Joãozinho Americano, segundo Hiroito, teve uma ideia genial enquanto se recuperava das navalhadas que havia recebido de Nelsinho da 45, que lhe renderam mais de duzentos pontos pelo corpo. Ao invés de cobrar a diária dos apartamentos que exigia um gerente para tomar conta do entra e sai, passar todos os dias para recolher o dinheiro e ter que administrar brigas entre as mulheres e o constante suborno dos policiais, o novo negócio restringia-se a mobiliar o apartamento e passar o ponto às mulheres após o pagamento de cem diárias²⁹⁵.

As vantagens eram inúmeras. Os homens que gerenciavam a prostituição não seriam processados por exploração do lenocínio, pois, o apartamento passava a ser

²⁹⁴ JOANIDES, 2003, p. 65.

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 68.

propriedade da mulher. Gastavam o mínimo para mobiliá-lo e tinham um alto retorno no investimento. As mulheres depois de quitadas as prestações tinham a locação em nomes, podendo receber quem bem entendessem, sem dar satisfações a mais ninguém. Viam-se assim, livres de cafetinas, rufiões e policiais, embora, as batidas e extorsões continuassem presentes, causando até mesmo protestos na região.

Os estudantes de direito que estavam hospedados na “Casa dos Estudantes” na Avenida São João, organizaram uma manifestação contra os policiais da Delegacia de Costumes que perturbavam as meretrizes que moravam em um prédio próximo. Para tal, penduraram em um poste uma manequim em tamanho natural seminua com uma placa com o seguinte dizeres: “se interditem o 2.053 eu não pago o aluguel”. O protesto dos jovens causou grande tumulto na madrugada, as pessoas que passavam pelo local tinham a impressão de tratar-se de uma mulher de verdade. A polícia foi chamada para conter a confusão, enquanto os jovens estudantes jogavam baldes de água pelas janelas, inclusive nos policiais.²⁹⁶

O Serviço Social manteve suas atividades na região. O processo de convivência e adaptação a que todos passavam parecia refletir também nas assistentes sociais. Após os primeiros trabalhos carregados com um discurso criminalizante e psicobiologizante, ao longo dos anos tornaram-se mais técnicos, ainda que o preconceito permanecesse impedindo uma melhor compreensão das prostitutas e seu universo. Mas, apresentavam-se mais críticas em relação ao papel do Estado na situação de exclusão das mulheres e, principalmente, na atuação ambígua da polícia. Como tática de aproximação a garantir a confiança das prostitutas, as assistentes sociais incorporaram até mesmo as gírias utilizadas na Boca do Lixo em suas entrevistas. Perguntavam às mulheres: “onde é o seu ponto? ”, “há quanto tempo está na “viração? ”; “porque prefere se “virar” em vez de trabalhar? ”; “qual a “boca” que frequenta? ” etc..²⁹⁷. Conforme o relato de uma assistência social:

Evidentemente, não poderia deixar de existir, nesta classe marginal o emprêgo da gíria para designar fatos característicos ao “trottoir”. Assim, a “cana”, a “verdinha” designam a Ronda da Polícia de Costumes; a “viração”, é a versão portuguesa do “trottoir”, da “racolage”; “fazer a vida”, significa se prostituir; o “ponto” é o local onde habitualmente exercem a “viração”; a “boca”, constitui os lugares escolhidos e preferidos para diversos “pontos” e

²⁹⁶ Jornal “Diário da Noite”. **Estudantada**, 13/09/1957.

²⁹⁷ MEIRA, 1957, p. 72.

onde a Ronda dá batidas costumeiras; as “bolinhas” são o nome dos excitantes que ingerem para exercer a “viração” (Pervitin, Dexamyl etc)²⁹⁸

O repórter Ramão Gomes Portão narrava com ironia em uma de suas crônicas a incursão das assistentes sociais na Boca do Lixo. Dizia que vestidas com *tailleurs*, coques e saltos, suas presenças era uma discrepância naquele ambiente e uma perda de tempo estudos e pesquisas sobre a condição social das prostitutas:

A coitada da mulher se submetia, além dos vexames, a sérios riscos, menos um: o de ser confundida com as demais da “boca do lixo”. Nem que ela tivesse um quarto ali. Bem de frente, de janelinha aberta. Fuçava os antros, perguntava nomes, idades, estado civil, número de filhos, quando entraram para a luta, o diabo! Em média as mundanas eram “consequências de desajustados sociais”, “insatisfações” não sei do que, “subdesenvolvimento” e “ignorância”, além de outros termos adequados à profissão que nasceu com a mulher.²⁹⁹

Jornalistas e policiais continuavam dividindo a mesma relação com os integrantes da Boca: entre o ataque visível pela imprensa e as relações amistosas que estabeleciam nas ruas, a ambiguidade permanecia atravessando todos os discursos, porém, sobre as mulheres parecia haver um consenso, a naturalização com que abordavam a prostituição como inerente à própria existência da mulher.

Hiroito considerava o ano 1958, a época de ouro da Boca do Lixo. Passados os anos de ocupação e acomodação, o novo território do *bas-fond* paulistano encontrava-se plenamente estabelecido para satisfazer todos os desejos dos que iam em busca de diversão. Em relatos e dos demais frequentadores podemos observar a multiplicidade de espaços que agradavam a todos os tipos de pessoas, gostos e bolsos.

E as ruas da Boca do Lixo fervilhavam ao anoitecer.

Havia os locais identificados como barra-pesada pelos próprios integrantes da Boca. Entre eles estavam: o “Bar dos Cafetões” na rua Santa Efigênia quase esquina com a rua dos Gusmões, o “Bar Canto do Galo” na rua Vitória, o “Bar do Argentino” na rua Aurora, o “Bar do Laerte” na Barão de Piracicaba, o “Bar Paladium” e o “Bar das Caipirinhas” na avenida Rio Branco. E na esquina da Gal. Osório estava o “Bar e Lanchonete Ouro Verde”, que reunia toda a malandragem da região, segundo Hiroito:

²⁹⁸ MEIRA, 1957, p. 72.

²⁹⁹ PORTÃO, s/d. p. 17.

Embora esse bar tenha sido um dos mais abrasantes daquele ambiente, palco de muitas cenas sanguinolentas, de muitas mortes, o maior perigo que se corria ao entrar ou sair do mesmo vinha de cima. Era verdadeira temeridade passar ou se postar na sua calçada, pois do prédio, bastante alto, que lhe ficava por cima, caía literalmente tudo [...] Certa feita, do 6º andar do edifício, uma mariposa do amor, endoidecida talvez pela dor de uma traição, atirou pela janela tudo, mas absolutamente tudo que pertencia ao amante infiel, numa aleluia de calças e paletós, camisas, cuecas, sapatos e outros objetos de uso pessoal, para alegria de alguns passantes que não tardaram a sumir com aqueles presentes vindos do céu.³⁰⁰

Havia ainda, os salões de baile do Astória na rua General Osório e o 28 na rua dos Andradas (anteriormente na rua Florêncio de Abreu). Considerados locais do tipo “sem navalha não entra”³⁰¹, Hiroito apontava a frequência desses espaços como antros de pés de chinelo, vadios e mulheres da vida. Já o salão Marajó na avenida Duque de Caxias era o exemplo da linha tênue que separava o proletariado da marginalidade, afinal, todos pertenciam a mesma camada social:

[...] as noites de quintas-feiras e sábados, e ainda as tardes de domingo, com reuniões dançantes, nas quais meretrizes e empregadas domésticas ou de baixa categoria profissional se congraçavam com rufiões, bandidos, boêmios e escriturários, bailando alegremente.³⁰²

Mas a mistura não se restringia apenas as classes populares. A Boca do Lixo nas décadas de 50 e 60, conseguiu abrigar diversos estabelecimentos que se tornaram clássicos da madrugada por alimentarem boêmios que vinham de todas as partes da cidade. Como verdadeiros territórios de neutralidade, eram locais que recebiam desde prostitutas e marginais até trabalhadores e personalidades. Hiroito cita o “Restaurante Tabu” na rua Vitória, como um dos mais antigos da região. Dizia que sua frequência era noventa por cento de prostitutas e marginais, o restante representado por motoristas de praça, policiais e fregueses:

Seu Passos, o proprietário, verdadeiro mestre em diplomacia e mediador emérito, conseguia o prodígio de se manter na mais perfeita paz com sua tão difícil, complicada e perigosa freguesia, por todos respeitado e benquisto, não obstante e no que pese as centenas de brigas e conflitos que no correr dos anos lá se realizaram. E olha que o que já saiu de tiros dentro ou à porta do Tabu não faz vergonha a nenhum *sallon* do Velho Oeste³⁰³

³⁰⁰ JOANIDES, 2003, p. 103.

³⁰¹ Ibidem, p. 102.

³⁰² Idem.

³⁰³ JOANIDES, 2003, p. 104.

Embora sua descrição apresente um local que poderia ser considerado “barra pesada”, o ambiente perigoso parecia não afugentar a clientela disposta a frequentar suas mesas. Em uma época que não era comum restaurantes abertos a noite toda, a Boca do Lixo era a escolhida como ponto de encontro após o teatro, cinema, show ou boite. Otelo Rocha ao escrever suas memórias sobre o Tabu, relembra a eclética clientela do restaurante:

Quando o conheci, iam ao Tabu, pois moravam por perto ou frequentavam a região: Pagano Sobrinho, Joel de Almeida, Chocolate, Maurici Moura, Silvio Caldas, e outros artistas e profissionais menos conhecidos da música, cinema, rádio, televisão, circos, e teatro, principalmente os de revista (O Natal, na praça Julio Mesquita, o Santana, na travessa da av. Ipiranga remanescentes de uma época que já agonizava). Cruzava-se com motoristas de taxi, policiais, vendedores, prostitutas, malandros e bicheiros e jornalistas; a “Folha” estava a poucas quadras, na Barão de Limeira e grande parte dos empregados do comércio da região.³⁰⁴

Nessa categoria de restaurantes que abrigavam uma diversidade de frequentadores, constavam ainda: a “Adega do Arouche”, no Largo com o mesmo nome, o “Restaurante El Grego” na rua dos Timbiras, o “Restaurante do Papai” na Praça Júlio de Mesquita e o “Restaurante Moraes” nessa mesma Praça, desde 1914 até os dias atuais. O “Restaurante Parreirinha” também se tornou célebre por agrupar notívagos de todos os níveis sociais. Primeiramente atendeu na rua Conselheiro Nébias entre 1927 a 1965, depois passou para a Avenida Ipiranga em frente ao “Dancing Maravilhoso” até 1978 e ficou na rua General Jardim até 2001 quando encerrou suas atividades. O jornalista Helvio Borelli narra a constelação de famosos artistas e jornalistas que dividiam o mesmo espaço no Parreirinha com os também famosos bandidos:

A frequência era fiel. Algumas pessoas tinham até mesa cativa, que eram numeradas e batizadas com o nome do freguês. A número 23 era da cantora Inezita Barroso, a número 1 do humorista Ronald Golias, a 34 de Adoniran Barbosa, a 15 de Paulinho da Viola. Outros não tinham mesa personalizada, mas nem por isso eram menos importantes entre os ilustres e habituais clientes. Gente da música como Vicente Celestino, Ciro Monteiro, Ari Barroso, Dalva de Oliveira, Elizete Cardoso, Roberto Luna, Ângela Maria, Izaurinha Garcia, Jorge Costa, Agostinho dos Santos, Martinho da Vila, João Dia, Jamelão e Lupicínio Rodrigues. Entre os jornalistas: Egas Muniz, Barbosa Reis, Orlando Criscuolo, Arlem Pereira, Ramão Gomes Portão e Boris Casoy. Era o local preferido de policiais que

³⁰⁴ ROCHA, O. “Adeus Tabu”. 2011.

trabalhavam à noite, e rufiões como Hiroito, Xodó e Quinzinho – todos num ambiente de paz.³⁰⁵

Helvio Borelli revela que Inezita Barroso foi uma das primeiras mulheres a se sentar sozinha em uma mesa de restaurante, no “Parreirinha”³⁰⁶. E que no tempo em que ficou instalado na Avenida Ipiranga recebia os famosos jogadores de sinuca, como o “Praça”, o “Carne Frita” e o “Joaquinzinho”.³⁰⁷ Indicou também os principais restaurantes concorrentes à época: o “Spadoni”, o “Simpatia”, o “Palhaço” e o “Salada Paulista”. Nas lembranças de Leonelo Tesser eram nesses mesmos lugares que saboreava os melhores pratos da região:

A Feijoada nas madrugadas de quarta-feira e sexta-feira no antigo Restaurante do Papai, na Praça Júlio de Mesquita. A salada de batata, croquetes de carne e chope da Salada Paulista na av. Ipiranga ao lado do Hotel Excelsior. Sopas de sabores variados no antigo Restaurante Palladium na Av. Rio Branco. O nhoque "al sugo" e antipasto de azeitonas pretas, provolone, sardela e berinjela desfiada do antigo Restaurante Spadoni, na Av. Ipiranga.³⁰⁸

Esses relatos nos dão pistas para uma sociabilidade noturna muito além das noticiadas nas páginas policiais que retratavam a região como um local perigoso, estritamente frequentado por marginais. Bastava folhear o caderno de entretenimento dos jornais para se deparar com diversos anúncios de bares, restaurantes, cinemas e teatros na Boca do Lixo. Era na rua Vitória próximo à Praça Júlio de Mesquita que se encontrava o Teatro Íntimo de Nicette Bruno no prédio de propriedade de Oswald de Andrade e o Cine Oásis com sessões corridas até a madrugada. O “Segoia Bar” na Alameda Nothman recebia apresentações de Roberto Luna e havia os jantares musicais na churrascaria Farroupilha e no Le Tyrol na rua dos Timbiras.

Os famosos taxi-dancings contavam com grandes orquestras que embalavam os casais na pista, como a do maestro Silvio Mazucca e o conjunto de Tobias Troizi. Agostinho dos Santos iniciou sua carreira musical ao som da orquestra de Osmar Milani no “Dancing Maravilhoso”. Havia ainda os dancings: “Chuá”, “Azteca”, “Tango da Meia Noite”, “Galo Vermelho”, “O Lido”, “Cuba Danças” e o “Salão Verde”. Cantoras como Elizete Cardoso e Ângela Maria foram crooners em temporadas no

³⁰⁵ BORELLI, 2005, p. 66.

³⁰⁶ Ibidem, p. 68.

³⁰⁷ Ibidem, p. 67.

³⁰⁸ TESSER, L. **Quem curtiu, curtiu**. 2013.

“Avenida Dancing”.³⁰⁹ Leonello Tesser guarda na memória as noites que frequentou no famoso “Avenida Dancing” na esquina da rua Aurora com a Avenida Rio Branco:

A maioria dos habitués tinham suas damas preferidas e só dançavam com elas, outros variavam de parceiras durante toda a noite pois gostavam de bailar, mas, na verdade nós sempre procurávamos obter “algo mais” das meninas, mas nem sempre tínhamos êxito. O salão dispunha de mesas que ficavam localizadas logo atrás das poltronas usadas pelas bailarinas, podíamos pedir uma bebida e ficar batendo papo com alguma garota que estava na frente da mesa. Ocorria também que as vezes não tínhamos dinheiro para bancar a dança, o remédio era ficar encostado em algum canto e simplesmente ouvir a música. No mês de setembro havia um dia que era destinado ao “baile da primavera”, nesse dia as meninas vinham trajando vestidos cor de rosa e o salão era decorado a caráter.³¹⁰

A fronteira simbólica que dividia as duas Bocas, a do Lixo e a Luxo ainda estavam em processo de definição no final dos anos 50 e a região das Avenidas São João e Ipiranga concentravam os melhores cinemas e os melhores hotéis da cidade. Por uma ou duas quadras, os frequentadores da noite podiam estar no reduto de Hiroito e do *trottoir* da Boca do Lixo ou poderiam estar nas boites da moda com as prostitutas de luxo. A proximidade entre os espaços fazia parte do próprio roteiro itinerante da boemia, como relembra Borelli: “a noite começava no cinema, passava pelos restaurantes, cafés e leiterias e terminava nos bares e boates”.³¹¹ E esse transito entre as regiões era exercido por prostitutas e clientes.

Como em qualquer atividade profissional existia uma gradação no universo do meretrício que não pode ser analisado por duas categorias rígidas: prostitutas pobres ou ricas. Evidentemente, a prostituta pobre e sem refinamento, dificilmente conseguiria atravessar a fronteira social e frequentar os apartamentos das cafetinas amigas dos homens mais ricos e importantes da cidade e do interior, ou ainda, as boites da moda na Boca do Luxo. O inverso, embora raro, podia ocorrer. Uma prostituta refinada em dias ruins e sem clientela via-se na necessidade de frequentar lugares considerados de segunda categoria como a Boca do Lixo. A pesquisa apontou para uma grande variedade e sobreposições na forma de desempenhar a prostituição na região central da cidade, principalmente, entre as prostitutas que ocupavam uma camada intermediária. Segundo a descrição da assistente social:

³⁰⁹ BORELLI, 2005, p. 22.

³¹⁰ Depoimento dado à autora

³¹¹ BORELLI. Op. cit., p. 33.

As prostitutas eventuais, de ocasião, são as que ao lado do meretrício, exercem um ofício. Assim, em geral dedicam-se durante o dia ao trabalho e ao “trottoir” durante a noite, nas horas de lazer, nos dias de folga, feriados etc. Mantem uma duplicidade de vida em que distinguem o trabalho e a atividade marginal, o modo de ser num e noutro e o que esperam em cada um dos misteres. Encontram-se neste tipo de prostituição, mulheres solteiras e casadas, domésticas na sua grande maioria, e em menor número, comerciárias e industriárias.³¹²

Nas memórias do poeta Paulo Bomfim é possível observar o mesmo trânsito entre os territórios, habitués de locais modernos e refinados como a “Boite Oásis” da Praça da República e o “Bar do Hotel Lord” na Avenida São João com o Largo do Arouche, entre outros, estendiam suas incursões na noite pela Boca do Lixo:

A Praça Júlio de Mesquita era a fronteira agreste entre a boemia elegante e o *bas-fond*. As balalaicas do Rostov haviam se passado para o Rialto na Rua Vitória. Paulo Vanzolini e eu dividíamos as honras da poesia naquela região proibida. Ele no Bar Volga da Rua Aurora e eu, com meus companheiros da faculdade, no Rialto. Mais para baixo ficava o Bar Marfim, gerenciados pelo Rosário, que possuía mais cultura literária do que todos nós. Na Aurora também os bares Rio Branco, Tico-Tico, Internacional. Na Rua dos Gusmões, o Mickey Mouse e o Lanterna Mágica tinham ligação direta com o gabinete de investigações onde terminavam todas as desordens”³¹³

Assim como havia um desinteresse pelo perfil de cáftens, malandros, marginais e outras tantas denominações que se referiam aos homens que viviam no chamado submundo, os clientes também foram sistematicamente relegados das narrativas sobre o universo do meretrício na cidade de São Paulo no período pesquisado. A prostituição denunciada pelas autoridades e pela imprensa era fundada apenas na figura de meretrizes e exploradores do lenocínio, a outra ponta que fechava a relação era deixada de lado, o cliente. Esse silenciamento sobre os homens diz muito sobre a dissimulação presente nos discursos sobre as instituições do casamento e da prostituição. Conforme análise de Sérgio Adorno em prefácio à obra de Margareth Rago sobre a prostituição paulistana:

Quando se tematiza a prostituição, o que está em jogo é o prazer masculino. Daí o problema: como explicar um discurso que, para falar de si próprio, não se olha no espelho; um discurso masculino incapaz de enfrentar diferenças, de assumir suas fraquezas e reconhecer suas vacilações justamente como se fossem defeitos do outro e não de si? Trata-se de um discurso que curiosamente precisa falar da prostituta para

³¹² MEIRA, 1957, p. 74.

³¹³ MARTINS, 2013, p. 132.

expressar seu prazer, afirmar sua liberdade, festejar sua licenciosidade. Nisto reside o encontro entre a identidade feminina e a da prostituta: ambas foram forjadas para o outro – a família, os filhos, os clientes, os agentes da ortopedia moral.³¹⁴

Ainda que pudesse haver na prática uma maior tolerância sobre a prostituição do que havia no século XIX e início do século XX, os discursos aqui analisados apontam para um mesmo moralismo e criminalização que frequentemente associava a prostituição à um cancro que deveria ser extirpado da cidade. Todo o horror, nojo e violência contida em suas falas, confirma a análise de Adorno, ou seja, um discurso que não assumia próprios desejos e transferia ao outro a responsabilidade por suas licenciosidades.

Os clientes quando enunciados nos discursos eram didaticamente repreendidos por não conterem instintos sexuais, muito embora, fossem criados para respeitarem as “moças de bem” e exercerem suas virilidades pelas zonas da cidade. Era esperado que um jovem ao atingir a maioridade ou até mesmo antes, fosse à um prostíbulo como um ritual de passagem a fase adulta. E depois, de tornaram-se homens e casados quando flagrados com prostitutas, eram representados como vítimas ou patos de mulheres interesseiras que os faziam gastar todo o dinheiro do sustento da família. Na década de 50, esperava-se que as mulheres fossem ótimas rainhas do lar e esposas tolerantes com os desvios do marido, conforme pesquisa de Carla Pinsky:

Os maridos que têm aventuras extraconjugais, desde que sejam discretos e garantam o conforto material de sua família, são tratados com indulgência. Já as esposas infiéis não devem esperar a condescendência social. A virilidade, a potência sexual e a capacidade de conquistar várias mulheres são aspectos frequentemente valorizados com relação aos homens, favorecendo as infidelidades masculinas³¹⁵

Ironicamente, no domínio da prostituição os discursos invertiam as posições estabelecidas, a prestigiada racionalidade masculina se perdia diante da poderosa sedução da meretriz. Buscava-se refutar qualquer envolvimento emocional que pudesse existir entre esses homens e as prostitutas. A própria discussão se haveria ou não a participação psíquica da prostituta durante o ato sexual, denota a tentativa de abolir o subjetivo e enquadrar essa relação em uma esfera estritamente biológica, “abstrai-se o erótico desse microcosmo, enquanto que as práticas licenciosas são

³¹⁴ RAGO. **Os prazeres da noite...**, 2008, p. 19.

³¹⁵ PINSKY, C. B. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 307.

completamente dessexualizadas”.³¹⁶ No entanto, alguns relatos masculinos colocam em xeque a estereotipada relação cliente/prostituta difundida pelos discursos moralistas. O que os doutores e a imprensa não diziam é que as relações que se estabeleciam no *bas-fond*, iam muito além do mecânico do ato sexual. Margareth Rago analisa as práticas de sociabilidade masculina nos territórios de prostituição como espaços para se vivenciar outras configurações de desejos:

Configurou-se, portanto, como espaços onde puderam emergir outros modos de funcionamento desejante – anárquicos, microscópicos, diferenciados -, mais do que como lugar da transgressão do interdito sexual, como é em geral analisada. Nos territórios do prazer, vivem-se possibilidades de perda da identidade na relação sexual, de desterritorialização, subjetiva, ao inverterem-se papéis e dramatizarem-se situações, abrindo-se espaço à manifestação de “pulsões irreprimíveis”, que não podem se realizar na relação conjugal normalizada.³¹⁷

Hiroito, definia os boêmios como homens que frequentavam a Boca do Lixo com certa regularidade e que estabeleciam laços de camaradagem no ambiente, até mesmo com os malandros, embora não se envolvessem em situações ilícitas. O grupo era composto por jovens estudantes sustentados pelos pais, policiais nas diversas hierarquias das polícias civil e militar, repórteres policiais e assalariados de todos os tipos. Dizia que após sair com a mesma prostituta várias vezes, a relação acabava por se transformar em um caso:

[...] lá um belo dia em que o rapaz, ao encontrar a sua preferida, no seu respectivo ponto e ser por ela convidado ao costumeiro programa, escusava-se, confessando não possuir no momento dinheiro suficiente (“passei só para te ver..”). E vinha então, como resposta, um “depois você me paga”. Noutras vezes, era após um dos programas que a coisa nascia. Na hora de receber o seu pagamento, perguntava: “você só tem isso?”, para em seguida acrescentar: “eu não quero dinheiro de você”...Em qualquer das situações, era um coração de mulher a se abrir.³¹⁸

Em depoimento sobre suas incursões pela Boca do Lixo na década de 50, Leonello Tesser recorda que frequentava a zona com mais três ou quatro amigos. As ruas eram tranquilas e o policiamento eficiente, qualquer ameaça de tumulto era prontamente resolvida. Sentia um clima não muito leve por causa da frequência heterogênea do local com pessoas de todos os níveis, mas no geral cada um ficava

³¹⁶ RAGO. **Os prazeres da noite...**, 2008, p. 24.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 27.

³¹⁸ JOANIDES, 2003, p. 43.

na sua, sem se importar com o comportamento do próximo. Observava que cáftens também procuravam resolver suas pendências com as meninas dentro das casas, não incomodando os clientes. Sobre a relação com as prostitutas, Leonello narra a mesma situação registrada por Hiroito:

Difícilmente ocorria um incidente entre a mulher e o cliente, isto porque o preço era combinado previamente, aliás, eu tive um amigo que ficava sempre com a mesma garota por ser tratado com muito carinho por ela e a relação entre eles era diferente do normal naquele ambiente onde tudo tinha um custo, houve ocasião em que ele estava sem dinheiro e mesmo assim não ficou na mão, pois a menina o atendeu.³¹⁹

O rei da Boca, afirmava que muitos doutores e chefes de família exemplares tiveram em passados, casos com prostitutas e, eventualmente fizeram passagens pelo 3º Distrito Policial. Cita, por exemplo, a história de um jovem estudante de engenharia que sustentando pelo pai, prefeito de uma capital de outro Estado, não só mantinha relacionamentos com prostitutas, como morava com elas na Boca. Hiroito diz que o rapaz levou cinco anos para cursar os três primeiros anos da faculdade, mas que formado retornou a terra natal, casou e levava uma vida regrada³²⁰. E ainda, outro rapaz de tradicional família paulistana que pelo menos uma vez, saiu dando tiros pelas ruas e anos mais tarde, tornou-se um renomado e importante membro do Poder Judiciário, assim como seu pai.³²¹

Entre tantas personalidades que frequentavam a Boca do Lixo descritas nos relatos, o escritor João Antônio foi o boêmio que deixou registrado em suas obras o universo dos proscritos da cidade. De forma singular, colocou no centro de sua narrativa os ambientes e as virações de personagens como Paulinho Perna Torta e Malagueta, Perus e Bacanaço. O historiador Rodrigo Lacerda ao escrever sobre a vida e obra de João Antônio, indica seu percurso do chamado submundo:

[...] ainda adolescente, João Antônio descobrira a vida boemia, de cigarros, conhaques e cervejas, das mulheres da Boca do Lixo, suas primeiras namoradas, e das mesas de sinuca, com a fauna característica, a alta malandragem paulistana.³²²

³¹⁹ Depoimento dado à autora.

³²⁰ JOANIDES. Op. cit., p. 75.

³²¹ Ibidem, p. 96.

³²² LACERDA, R. Encarte com a fortuna crítica que acompanha o livro Contos Reunidos de João Antonio, 2012.

Entre despossuídos, proletariados, bon-vivants, marginais e boêmios de todas as categorias, o que os discursos oficiais omitiam é que “estar” em ambientes como a Boca do Lixo significava a possibilidade de vivências que poderiam ir muito além do desgastado repertório das “necessidades biológicas”. Os territórios de prostituição configuravam espaços de sociabilidade, do prazer e do ilícito, uma linha de fuga aos padrões e normas impostos. Não por acaso ao fazer uma defesa da Boca do Lixo, Hiroito ironizava a condenação de que aquele espaço seria o maior antro de corrupção de todos os tempos. Dizia ele: na Boca ninguém corrompia ninguém. Os corrompidos é que para ali acorriam.³²³

³²³ JOANIDES, 2003, p. 97.

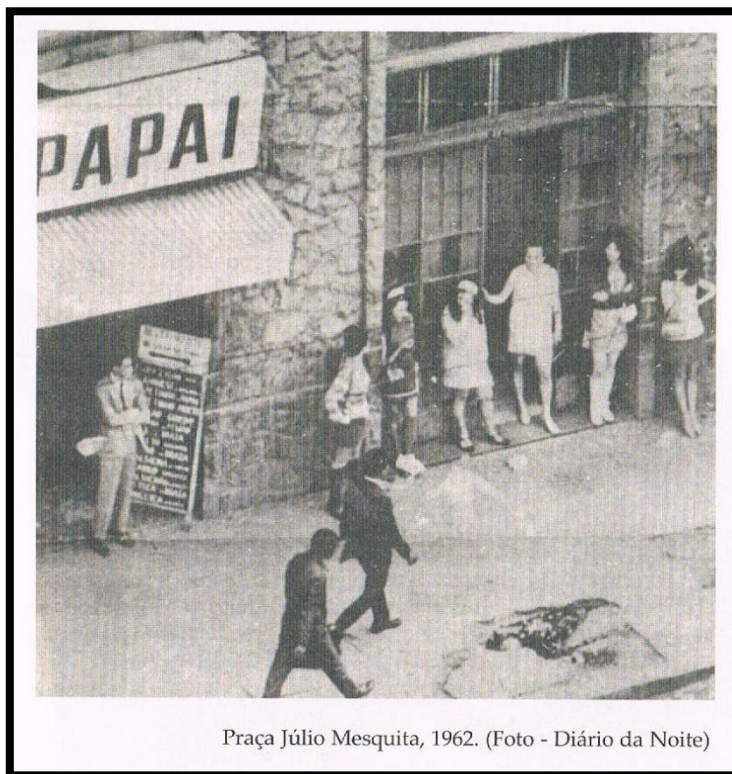


Imagem 25: *Trottoir* ou o chamado “paredão” na Praça Júlio de Mesquita em 1962. Fotografia constante no livro “Boca do Lixo” de Hiroito de Moraes Joanides.

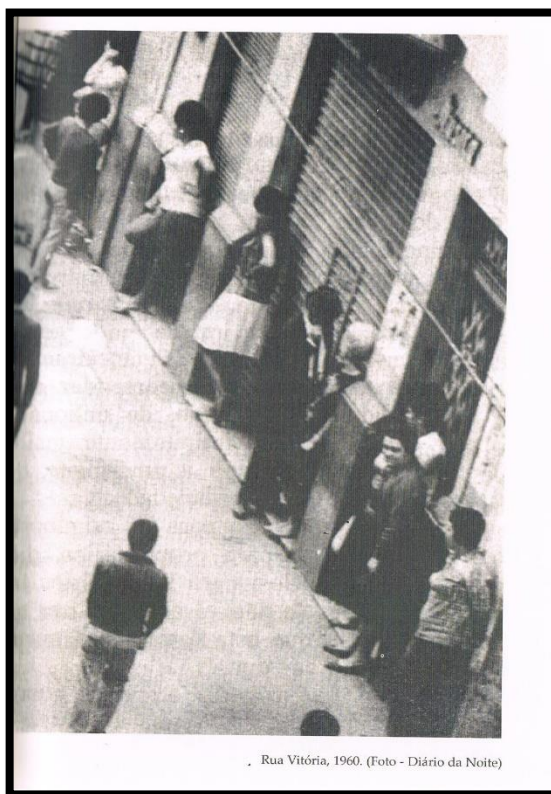


Imagem 26: *Trottoir* na Rua Vitória em 1960. Fotografia constante no livro “Boca do Lixo” de Hiroito de Moraes Joanides



Imagem 27: Polícia invade e depreda prostíbulos na Rua dos Protestantes. Fotografia constante no livro "Boca do Lixo" de Hiroito de Moraes Joanides.

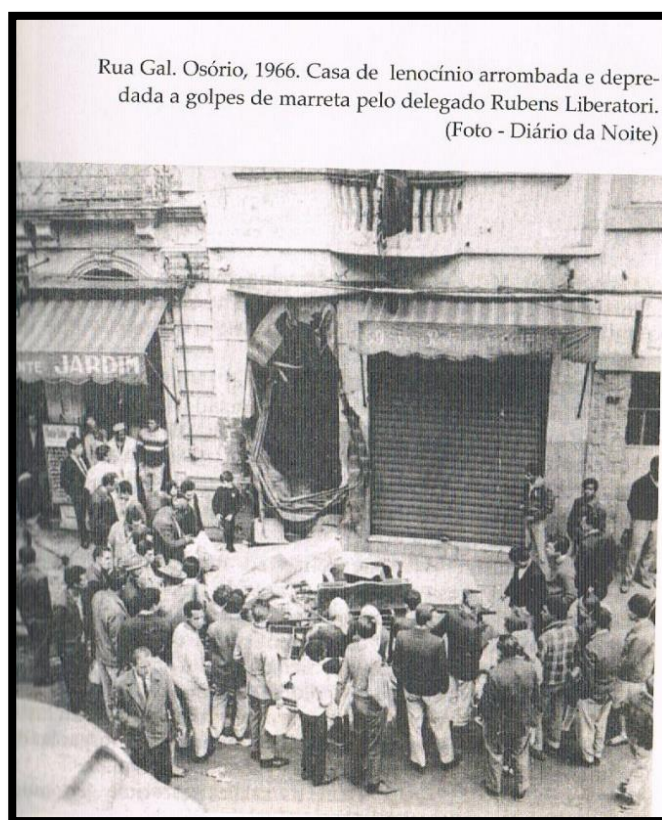


Imagem 28: Polícia invade e depreda prostíbulos na Rua Gal. Osório em 1966. Fotografia constante no livro "Boca do Lixo" de Hiroito de Moraes Joanides.

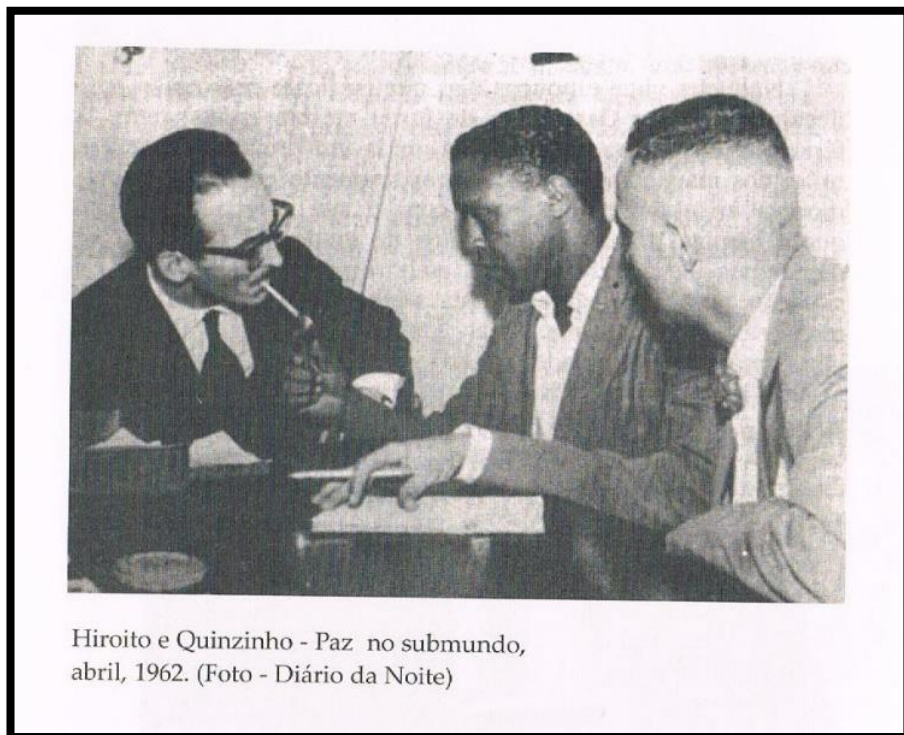


Imagem 29: Os “reis da Boca”, Hiroito e Quinzinho fazem acordo de paz em 1962. Fotografia constante no livro “Boca do Lixo” de Hiroito de Moraes Joanides.

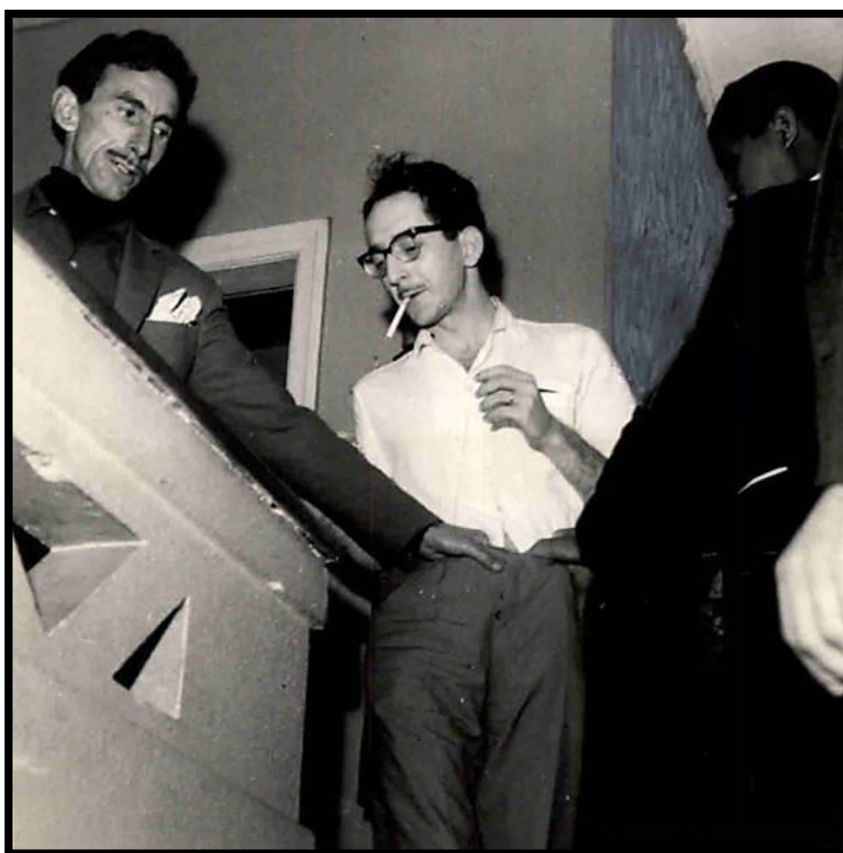


Imagem 30: Hiroito, entre policiais, é preso em prostíbulo da rua Rego Freitas, em São Paulo, 29 de maio de 1962. Fonte: Acervo Última Hora/Folhapress



Imagem 31: Festa da comunidade cinematográfica na Rua do Triunfo em 1976. Na fotografia o ator David Cardoso e o crítico de cinema, cineasta e escritor Jean Claude Bernardet.
Fonte: Ozualdo R. Candeias.



Imagem 32: Atrizes nas ruas da Boca do Lixo.
Fonte: Ozualdo R. Candeias.

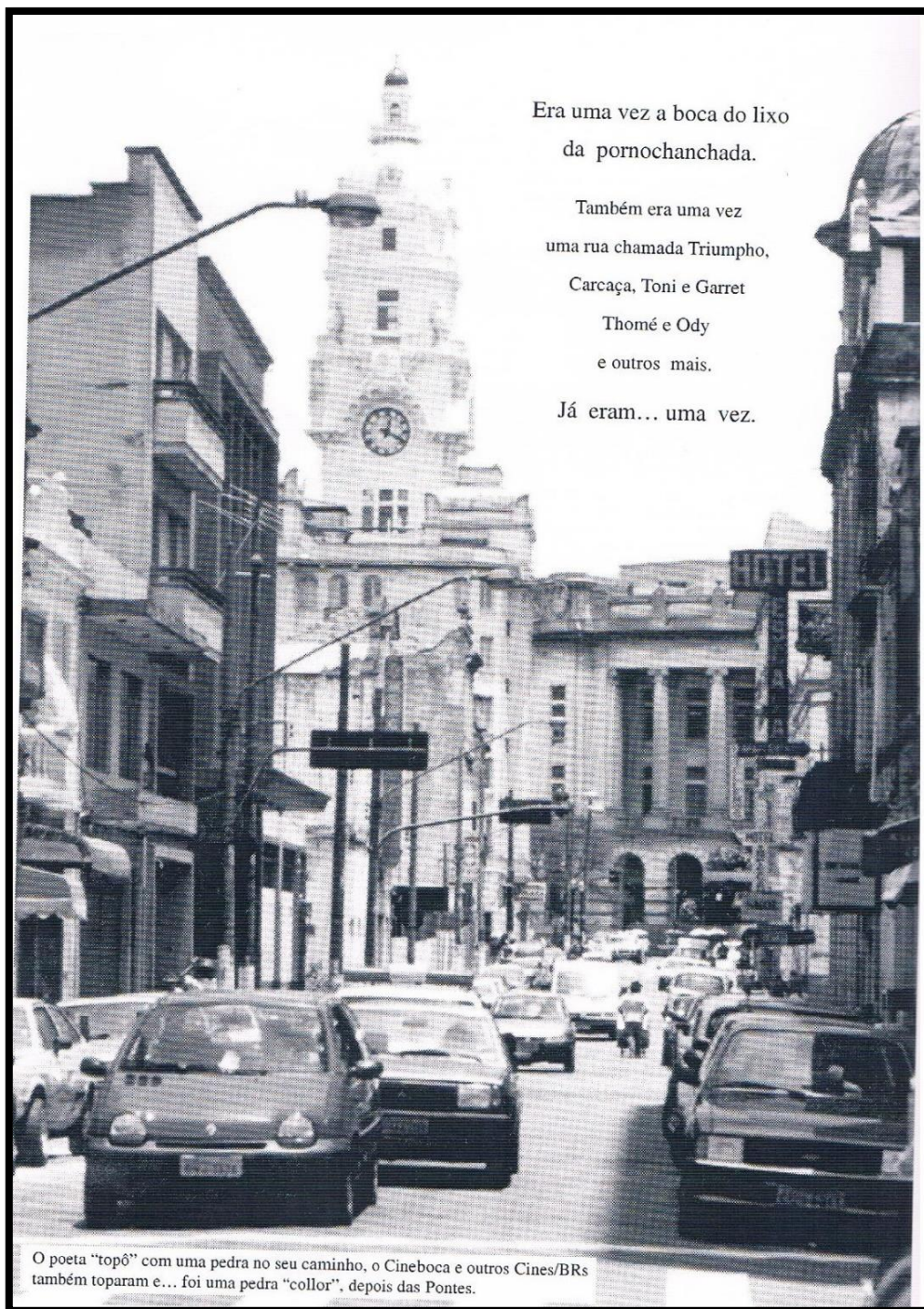


Imagem 33: Rua do Triunfo.
Fonte: Ozualdo Candeias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora, a região denominada Boca do Lixo fosse delimitada por alguns quarteirões no centro da cidade de São Paulo, sua dimensão territorial representa pouco sua complexidade: a apropriação do espaço urbano, sua conservação ou abandono em função das populações que o ocupam; questões de gênero e classes sociais; repressão policial e criminalização de grupos pobres e marginalizados; a posição da imprensa na reprodução de discursos que legitimam a violência e o papel do Estado e da sociedade na produção e manutenção dessas estruturas.

Analisar as fontes produzidas sobre os sujeitos e os territórios do baixo meretrício é confrontar-se com todos esses questionamentos ao mesmo tempo, daí muito da dificuldade na escolha do caminho a seguir. Situação ainda mais adversa pela quase ausência de referências historiográficas que tivessem esses territórios como tema e pudessem oferecer suporte às indagações que surgiam, indicando assim, a necessidade de outros estudos que aprofundassem as questões apresentadas e que pudessem lançar novas problematizações diante de tantas possibilidades de recorte e perspectivas analíticas.

Uma ampla abordagem de todas as variáveis que estavam presentes estruturando as relações no universo do meretrício se justifica pela opção da presente pesquisa em aproximar-se o máximo possível dos sujeitos, suas vivências, histórias e como reagiram diante das situações de exclusão social e as formas encontradas para superá-las. Olhar para a história da região central de São Paulo é deparar-se com antigas histórias que pouco restam nas memórias da própria da cidade, como a existência de uma zona do meretrício oficialmente confinada no bairro do Bom Retiro. As pessoas que caminham pelas movimentadas ruas do comércio na região da rua José Paulino, desconhecem que nas ruas Aimorés e Itaboca, ironicamente rebatizada como Cesare Lombroso, as lojas de hoje eram os prostíbulos de ontem, com suas portas e janelas no estilo veneziano para que os homens pudessem entrever pelas suas frestas, as prostitutas que aguardavam por suas companhias.

Mulheres pobres, das camadas mais pobres da sociedade. Defloradas, grávidas, domésticas, expulsas de casa, vendedoras, separadas, órfãs, viúvas, com filhos, operárias. Milhares de mulheres que vivenciaram o abandono decorrentes do

moralismo e da exclusão social entre as décadas de 40 e 50. Cercadas ainda, por um enorme contingente de homens igualmente pobres que recorriam à diferentes expedientes ilícitos ou não que garantissem suas sobrevivências.

A invisibilidade desses sujeitos tão cara aos administradores da cidade e balizada pela sociedade seria afrontada pela constituição da Boca do Lixo no centro de São Paulo, no mesmo momento em que se celebrava o IV Centenário da cidade como símbolo máximo de riqueza e progresso dos anos dourados. Um exemplo de como não é possível apagar da paisagem da cidade, as contradições e os processos de exclusão produzidos por ela mesma. Por outro lado, ainda que os esforços no plano dos discursos fossem pela extinção de zonas do meretrício e sua criminalização, sua permanência nos diz respeito não somente sobre as estruturas de ilegalismos que conformam sua existência, como a própria ideia de prazer e sociabilidade encontrados nesses espaços.

Se para grande parte da sociedade os bairros da Luz, Santa Ifigênia e Campos Elíseos há muito havia se tornado uma região decadente, a pesquisa demonstrou que para muitos, aquelas ruas eram o território da boemia, comprovada pela quantidade de bares, restaurantes, dancings, boites e prostíbulos que faziam da Boca do Lixo, o destino de diversão não apenas das classes populares, como também, de outras classes sociais que incluíam em roteiros noturnos uma esticada pelo *bas-fond* paulistano.

O famoso rei da Boca, Hiroito de Moraes Joanides, afirmava que a época de ouro da Boca do Lixo se encerrou em meados dos anos 60. Motivada pelo advento da entrada da pílula anticoncepcional no mercado nacional e a crescente liberalização dos costumes que faria a prostituição perder sua razão de ser. Não temos como medir o impacto dessas mudanças sociais sem um estudo específico, mas sabemos que a instituição da prostituição não só não acabou, como permaneceu uma questão debatida até os dias atuais. Indicando mais uma vez a complexidade das questões que envolvem esse tema, tanto para a análise sobre quem a exerce, quanto para os que a procuram.

Mas, Hiroito acrescentava ainda mais dois fatores para o que considerava o início do processo de decadência da Boca do Lixo. A constante repressão policial a partir da metade dos anos 1960, o que teria ocasionado a dispersão não apenas das prostitutas, como também, das demais atividades ilícitas desenvolvidas

paralelamente ao meretrício, constituindo diversas “bocas” pela cidade. E apontava a disseminação do uso de drogas entre integrantes como um dos motivos determinantes para a mudança das relações na região e o fim da chamada malandragem de respeito e códigos de honra.

Pode ser que a malandragem tal qual existia na década de 50 tenha sucumbido diante das mudanças que ocorriam na Boca do Lixo, mas, ainda assim, ela continuou existindo por décadas e abrigando as gerações posteriores de malandros, prostitutas e marginais que prosseguiram ocupando suas ruas, hotéis, apartamentos, bares e inferninhos, ainda que sob novas regras e comércios, principalmente de drogas, sobrepondo-se à prostituição como maior fonte de renda na região. E mais uma vez surge a questão, existia o comércio de drogas porque havia compradores, reafirmando que a Boca do Lixo não era um território fechado em si mesmo e as mudanças que ocorriam em seu interior eram resultantes da própria transformação da sociedade na qual estava inserida. Para cada época a região continuou produzindo diferentes experiências e ressignificações.

Entre as décadas de 60 a 80, por exemplo, suas ruas abrigaram um dos maiores polos cinematográficos da história do cinema nacional, o chamado “cinema da Boca do Lixo ou cinema marginal”.³²⁴ Associado ao nome da região em que estava estabelecido e pela precariedade financeira de suas produções independentes, os filmes realizados a partir das produções concentradas na Boca do Lixo atingiram um grande público à época e muitos se tornaram clássicos do cinema, como o “Bandido da Luz Vermelha” de Rogério Sganzerla, “A margem” de Ozualdo Candeias, “À Meia-Noite Levarei Tua Alma” de José Mojica Marins e ainda, as famosas pornochanchadas realizadas em plena ditadura militar.

Nesse período as ruas da Boca foram tomadas por carroças transportando rolos de filmes que iam e vinham das estações de trem instaladas nas proximidades. Cineastas, atrizes, atores e toda a estrutura de trabalhadores e entusiastas do cinema circulavam na região entre prostitutas, cafetões e demais integrantes do meretrício. O bar Soberano na rua do Triunfo transformou-se em ponto de encontro para se discutir roteiros, fechar contratos, comemorar a finalização de produções,

³²⁴ Sobre o cinema produzido na Boca do Lixo ver: TELES, A. A. **Ozualdo Candeias na Boca do Lixo**: a estética da precariedade no cinema paulista. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2012 e ABREU, N. C. P. de. **Boca do Lixo**: cinema e classes populares. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

para ver e ser visto. Nos anos 80, com as mudanças concernentes ao próprio cinema, muitas produtoras fecharam ou mudaram-se da Boca do Lixo.

A década de 90 pode ser considerada o apagar das luzes da Boca do Lixo. O longo processo de abandono da região pelo poder público e sua intensa desvalorização imobiliária e comercial, resultou no esvaziamento até mesmo de sua vida noturna. A antes glamourosa Boca do Luxo assumiu a posição de Boca do Lixo da cidade até os dias atuais. O antigo quadrilátero do pecado se transformou em um novo território. Seus ocupantes são consumidores de crack e a região passou a ser denominada por Cracolândia.

O nome e os integrantes já não são os mesmos, mas a questão que envolvia a região com relação à prostituição nos anos 50, permanece a mesma nos dias atuais, sendo a indagação agora: o que fazer com a Cracolândia instalada no centro da cidade?

REFERÊNCIAS

ABREU, L. **Prostituição – caso de polícia?** XIII Semana Paulista de Estudos Policiais. Escola de Polícia de São Paulo. Tipografia do Departamento de Investigações de São Paulo, 1953.

ABREU, N. C. P. de. **Boca do Lixo:** cinema e classes populares. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **Nordestino:** invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940). 2ª ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

AMERICANO, J. **São Paulo atual (1935-1962).** São Paulo: Melhoramentos, 1963.

ANTONIO, J. **Malagueta, perus e bacanaço.** Prefácio de Antônio Candido de Mello e Souza. 4ª ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

_____. **Contos reunidos.** Apresentação: Rodrigo Lacerda. São Paulo: Cosac Naify. Espólio João Antônio. 2012.

ARANTES, A. A. **Paisagens Paulistanas:** transformações do espaço público. Coleção Espaço e Poder. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ARRUDA, M. A. do N. **Metrópole e cultura:** São Paulo no meio século XX. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

ASSIS, E. M. **A cidade e o "mal necessário":** zona de prostituição e marginalidade social em Pouso Alegre -MG (1969-1988). Dissertação de mestrado. Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC/SP. São Paulo, 2005.

BARROS, J. M. **Contribuição para o problema da sífilis da capital de São Paulo.** Revista da USP. v. 5, n. 1-2, São Paulo, 1951.

BATAILLE, G. **O erotismo.** Trad., Apres. e Org. Fernando Scheibe. Belo Horizonte, MG: Autentica, 2014.

BENATTI, A. P. **O centro e as margens:** boemia e prostituição na “capital mundial do café” (Londrina: 1930-1970). Dissertação de mestrado em História apresentada na Universidade Federal do Paraná, 1996.

BERNARDI, C. de. **O legendário Meneghetti:** imprensa, memória e poder. São Paulo: Annablume, 2000.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças dos velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BORELLI, H. **Noites Paulistas**: histórias e revelações musicais das décadas de 50 e 60. São Paulo: Arte & Ciência, 2005.

BRANDÃO, R. de C. **Serviço Social no Brasil**: a reinstrumentalização necessária. Tese de doutorado. Faculdade de Serviço Social. Franca: UNESP, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106111>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BRANQUINHO, E. dos S. **Campos Elíseos no centro da crise**: a reprodução do espaço no centro de São Paulo. 2007. Tese de Doutorado em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP/SP. São Paulo, 2007.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2009.

BRUNO, E. S. **História e tradições da cidade de São Paulo. São Paulo de agora (1919-1954)**. São Paulo: Hucitec, 1991.

BURKE, P. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CALADO, C. **Paulo Vanzolini, o samba com a cara de São Paulo**. Disponível em: <<http://cliquemusic.uol.com.br/materias/ver/paulo-vanzolini--o-samba-com-a-cara-de-sao-paulo>>. Acesso: 25 out. 2016.

CANDEIAS, O. R. Uma rua chamada Triunfo, 2001.

CAPELATO, M. H. R. **Os interpretes das Luzes**: liberalismo e imprensa paulista (1920-1945). São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARDOSO, F. A. **O problema médico social da prostituição**. XIII Semana Paulista de Estudos Policiais. Escola de Polícia de São Paulo. Tipografia do Departamento de Investigações de São Paulo, 1953.

CARMO, P. S. **Entre a luxúria e o pudor**: a história do sexo no Brasil. São Paulo: Octavo, 2011.

CARNEIRO, M. L. T. **O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)**. Editora Brasiliense, 1988.

CARONE, E. **Evolução industrial de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: SENAC, 2001.

CERTEAU, M, de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012

CISCATI, M. R. **Malandros da terra do trabalho**: malandragem e boêmia na cidade de São Paulo (1930-1950). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

CORBIN, A. **História do corpo**. Sob a direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Vol. 3. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **A virilidade reconsiderada sob o prisma do naturalismo**. In: **História da Virilidade**, sob a direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello; tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

COURTINE, J. J. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Tradução: Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DARMON, P. **Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.

DEL P. M. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DERTÔNIO, H. **O bairro do Bom Retiro**. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura do Município de São Paulo. Série História dos bairros de São Paulo, IX, 1971.

DIAS, M. O. L. S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Trad. M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ENGEL, M. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. Reimp. da 1.ed de 1989. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Psiquiatria e feminilidade**. História das mulheres no Brasil. (Org). Mary Del Priore, Carla B. Pinsky. 10 ed. 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2011.

FAJARDO, C. **A prostituição perante a lei**. Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. Tipografia do Departamento de Investigações de São Paulo. Vol. XXIII – 1º Semestre de 1952.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FÁVERO, F. **O problema da prostituição**. Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. Tipografia do Departamento de Investigações de São Paulo. Vol. XXIII – 1º Semestre de 1952.

FELDMAN, S. **Segregações espaciais urbanas: a territorialização da prostituição feminina em São Paulo – 1924 a 1970.** Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. USP/SP. 1989.

FERLA, L. **Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo 1920-1945.** São Paulo: Alameda, 2009.

FERRAZ, Ester de F. **A mulher perante o Direito: aspecto jurídico-legal do problema d prostituição** Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. Tipografia do Departamento de Investigações de São Paulo. Vol. XXIV. 1952.

_____. **A prostituição, forma remanescente de escravatura feminina.** XIII Semana Paulista de Estudos Policiais. Escola de Polícia de São Paulo. Tipografia do Departamento de Investigações de São Paulo, 1953.

FLOREAL, S. **Ronda da meia-noite: vícios, misérias e esplendores da cidade de São Paulo.** São Paulo: Boitempo, 2002.

FONSECA, G. **História da prostituição em São Paulo.** Ed. Resenha Universitária, São Paulo, 1982.

FOUCAULT, M. **A vida dos homens infames** *In: Estratégia, Poder-Saber.* Coleção Ditos & Escritos – Vol. IV. Organizador: Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola. 10ª ed. 2004.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **Os anormais:** curso no Collège de France (1974-1975). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed. São Paulo, Paz & Terra, 2014a.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão;** tradução de Raquel Ramallete. 42.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

FREITAS, R. S. Prostitutas, caftinas e policiais: a dialética das ordens opostas. *In: Dados: Revista de Ciências Sociais.* Vol. 27, nº 2. Rio de Janeiro: campus, 1984.

FURLAN, E. A. B. **Alguns aspectos da regulamentação da prostituição em São Paulo.** Trabalho de conclusão apresentado à Escola de Serviço Social de São Paulo/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC/SP. São Paulo, 1955.

GAMA, L. H. **Nos bares da vida: produção cultural e sociabilidade em São Paulo, 1940-1950.** 2ª ed. – São Paulo: Editora SENAC, 1998.

- GIDDENS, A. **Transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GINSBURG, C. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GIUDICE, M. **Plantão de serviço social junto à divisão de diversões públicas**. Trabalho de conclusão de curso da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC/SP. São Paulo, 1961.
- GOMES, A. de C. **Olhando para dentro**: 1930-1964. Coordenação Angela de Castro Gomes. Vol. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- GUATTARRI, F. Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade. **Revista Espaços e Debates** nº 16. NERU. São Paulo. 1985
- JOANIDES, H. M. **Boca do lixo**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2003.
- KALIFA, D. Virilidades criminosas? In: **História da Virilidade**. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello; tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- LACERDA, Rodrigo. Encarte com a fortuna crítica que acompanha o livro "Contos Reunidos" de João Antonio, 2012.
- LAGENEST, H. D. B. **Lenocínio e prostituição no Brasil**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1960.
- LEFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LE GOFF, J. A história Nova. In: **A História Nova** (sob direção) Jacques Le Goff, Roger Chartier. Jacques Revel: tradução Eduardo Brandão – 4ª ed – São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LEME, E. H. **Noites ilícitas**: histórias e memórias da prostituição. Londrina. PR: EDUEL, 2009.
- LONDAHL, H. **A campanha contra o lenocínio**. Brasil: S.C.P, s.d.
- MACHADO, R. **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1978.

MANDEL, N. **Testemunho de um sonho (Brasil, 1935-1948)**. Kiburz Gaash, Israel, 2009. Disponível em: <http://www.gaash.co.il/~nahummandel/testemunho/Testemunho_de_um_Sonho.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2015.

MARTINO, R. C. **O futuro do jornalismo**. 2006. Disponível em: <http://www.rodolfomartino.com.br/artigo.php?id_artigo=455>. Acesso em: 23 set. 2015

MARTINS, A. L. **Insólita metrópole: São Paulo nas crônicas de Paulo Bomfim**. Organizadora: Ana Luiza Martins. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2013

MATOS, M. I. S. de. **A cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniran Barbosa**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

MEIRA, A. H. **O Trottoir na cidade de São Paulo**. Trabalho de conclusão apresentado à Escola de Serviço Social de São Paulo/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC/SP. São Paulo, 1957.

MELLO, J. M. C. de; NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novaes; organização do volume Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol.4, p.560.

MENNITTO, A. **Zona do meretrício**. Disponível em: <www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/6213/Zona%2Bdo%2Bmeretricio>. Acesso em: 27 mar. 2015.

MOTTA, C. N. N. Prostituição: polícia de costumes: lenocínio. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, Brasil, v. 5, p. 307-322, jan. 1897. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdsp/article/view/64953>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

NAZARIO, M. P. **A casa de triagem e a reabilitação de prostitutas**. Trabalho de conclusão apresentado à Escola de Serviço Social de São Paulo/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC/SP. São Paulo, 1958.

OCANHA, R. F. **"Amor, feijão, abaixo camburão"**: imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983). Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC/SP. São Paulo, 2014.

PAOLI, M. C.; DUARTE, A. São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidades. In: PORTA, Paula. (Org.) **História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. Vol 3. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

PARENT-DUCHÂTELET, Alexandre-Jean B. **De la prostitution dans la ville de Paris, considérée sous le rapport de l'hygiène publique, de la morale et de l'administration**: ouvrage appuyé de documens statistiques puisés dans les archives de la Préfecture de police. J.-B. Baillière, Paris. 1836.

PERLONGER, N. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

PERROT, M. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PINSKY, C. B. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PINSKY, C. B. **Nova história das mulheres**. Organizadoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. São Paulo: Contexto, 2012.

PORTÃO, R. G. **Estórias da Bôca do lixo**. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, s/d.

QUEIRÓZ, S. R. R. Política e Poder na cidade de São Paulo: 1889-1954. In: PORTA, P. (org.) **História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

RAGO, M. Os A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: PORTA, P. (org.) **História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. Vol. 3. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

_____. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra. 2.ed., 2008.

REY, M. **Memórias de um gigolô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ROCHA, O. **Adeus, Tabu**. 2011. Disponível em: <www.recantodasletras.com.br/cronicas/3368196>. Acessado em: 09 ago. 2015.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

ROMERO, M. **Inúteis e perigosos no Diário da Noite, São Paulo 1950-1960**. São Paulo: EDUC: Fapesp, 2011.

_____. **Medicalização da Saúde e exclusão Social**. Bauru: Editora Universidade Sagrado Coração, 2002.

SAES, F. São Paulo republicana: vida econômica. In: PORTA, P. (org.) **História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. Vol. 3. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

SANT'ANNA, D. B. Masculinidade e virilidade entre a Belle Époque e a República. In: **História dos homens no Brasil/organização Mary del Priore, Marica Amantino**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SANT'ANNA, N. **Rua Aimorés**. São Paulo: Tipografia Rossolillo. 1958, p. 41

SANTOS, C. J. F. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

SEGAWA, H. São Paulo, veios e fluxos: 1872-1954. In: PORTA, P. (org.) **História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

SILVA, O. **Ensaio para a recuperação moral e social da mulher vítima de abusos sexuais**. Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. Vol. XVI – 2º Sem. 1948.

_____. **A polícia em face do problema da prostituição**. Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. Volume XXIV. 1952.

SCHETTINI, C. **“Que tenhas teu corpo”**: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2006.

SCHMITT, J. C. A história dos marginais. In: **A história nova/sob a direção de Jacques Le Goff**, Roger Chartier, Jacques Revel; Tradução Eduardo Brandão. 4ª ed – São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SVECENKO, N. **Orfeu extático na metrópole: sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

TÁCITO, H. **Madame Pommery**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

TEIXEIRA, A. **Economias criminais urbanas e gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo**. Artigo apresentado no 36º Encontro Anual ANPOCS. 2012. Disponível em: <<http://www.anpocs.org/index.php/papers-36-encontro/gt-2/gt38-2/8295-economias-criminais-urbanas-e-gestao-dos-ilegalismos-na-cidade-de-sao-paulo/file>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

TELES, A. A. **Ozualdo Candeias na Boca do Lixo: a estética da precariedade no cinema paulista**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2012

TESSER, L. **O bairro do Bom Retiro e a “zona boemia”**. 2010. Disponível em: <www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/4105/O%2Bbairro%2Bdo%2BBom%2BRetiro%2Be%2Ba%2B%2526quot%253Bzona%2Bboemia%2526quot%253B>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. **Quem curtiu, curtiu**. 2013. Disponível em: <www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/8802/Quem%2Bcurtiu%252C%2Bcurtiu...>. Acesso em: 18 jul. 2016.

TIRONE, A. **Os monstros da Itaboca**. 2008. Disponível em: <www.anhanguera.blogspot.com.br/2008/07/os-monstros-da-itaboca.html?m=1>. Acesso em: 27 abr. 2015.

TOLEDO, R. P. **A capital da vertigem**: uma história de São Paulo de 1900-1954. 1ª ed. São Paulo: Editora Objetiva, 2015.

TOTA, A. P. **O Imperialismo Sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VALENTE, N. B. C. **Serviço de recuperação moral e social da mulher prostituída**. Arquivos da polícia civil de São Paulo. Tipografia do Departamento de Investigações de São Paulo. Vol. XXII, 2º Semestre de 1951.

VEYNE, P. M. **Como se escreve a História**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

YAZBEK, M. C. **O significado sócio histórico da profissão**. Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O_significado_socio-_historico_da_profissao%20Yasbek.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2015.

Mapas

Mapa da cidade de São Paulo em 1951. Disponível em:

<http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1951.jpg>

Diário Oficial e Legislação

Decreto estadual nº 7.223 de 21 de junho de 1935

Diário Oficial do Estado de São Paulo. 13 de outubro de 1948

Diário Oficial do Estado de São Paulo. 25 de junho de 1950

Decreto nº 2.240 de 27 de agosto de 1953

Projeto de Lei nº 324 de 02 de maio de 57

Lei nº 5.497 de 02 de maio de 1958

Bibliotecas e Arquivos

Biblioteca Nadir Gouvêa Kfouri. Pontifícia Universidade de São Paulo. PUC/SP
Arquivo Público do Estado de São Paulo

Jornais

Jornal A Platéia

Mulheres de malandros advertidas pela polícia. 28/05/1952

Suspeita a polícia da existência de verdadeiro comercio de anormais. 26/05/1952

Anormais detidos pela ronda policial. 28/05/1952

Hotéis suspeitos serão fechados. 10/06/1952

Exército de mendigos toma conta da cidade. 11/06/1952

Alta vertiginosa do custo da vida. 16/06/1952

Jornal Diário da Noite

Chaga de corrupção. 07/01/1953

Combate ao Lenocínio. 08/01/1953

São Paulo, cidade desvairada. 18/08/1953

Rebelião de Mulheres. 04/01/1954

Sessenta mulheres somente ainda estão no Bom Retiro. 06/01/1954

Populismo e Meretrício. 06/01/1954

Estende-se o mal às zonas residenciais. 22/01/1954

Menos luxo, morre-se de fome na cidade-colosso. 06/04/1954

Carola foi presa. 05/08/1954

Hotéis e pensões suspeitos funcionam ainda livremente. 05/08/1954

Campanha contra hotéis suspeitos. 10/09/1954

Maconha, pinga e imoralidade no Bairro dos Campos Elíseos. 20/09/1954

Apenas onze homens para o policiamento da Del. de Costumes. 21/09/1954

Dezenas de Mulheres detidas pela delegacia de costumes. 24/09/1954

Não se responsabiliza a municipalidade pelo fechamento dos hotéis.
19/10/1954

Meretrizes e maconheiros terminaram na “jardineira”. 19/10/1954

Hotéis suspeitos. 01/12/1955

Cento e cinquenta hoteleiros impetram mandado de segurança contra a atuação da polícia. 16/12/1955.

Mercadoras do amor nas ruas da cidade. 21/12/1955

Triste balanço anual da Polícia de Costumes. 13/01/1956
30/01/1956

Estudentada. 13/09/1957

Jornal Folha da Tarde

Fechada a zona do meretrício. 02/01/1954

Parada de Sucessos: Panela Vazia. 08/01/1954

Favela de Vila Prudente – submundo onde perecem mais de mil crianças. 09/01/1954

As portas do IV Centenário - Antros de perdição se confundem com estabelecimentos honestos. 09/01/1954

São Paulo se engalana para festejar seu IV centenário. 23/01/1954

A evocação de uma época próxima dá justa medida do formidável progresso. 25/01/1954

No submundo sórdido da cidade I: império de depravação à sombra das autoridades. 07/02/1955

Inocentes anúncios escondem o mais infame e despudorado convite para a prostituição. 08/02/1955

Brado de alerta aos pais e às moças incautas: bares grã-finos escondem antros de corrupção. 09/02/1955

Licenças para o funcionamento de hotéis e pensões. 10/02/1954

Monstros sociais usam falsas “companhias de balé” para praticar impunemente o lenocínio. 10/02/1955

Conseguiu habeas-corpus para entrar e sair do apartamento. 24/02/1954

A medida do juiz não atingiu a especializada de Costumes. 25/02/1954

Taxi-dancing: antecâmara da prostituição. 03/03/1955

Menores são lançadas à perdição com falsas certidões de idade. 04/03/1955

Excepcionais os casos de resistência ao poder deletério nos taxi-dancings”. 09/03/1955

Os processos retidos da Delegacia de Costumes contêm casos de estarrecer. 12/03/1955

Está certíssima a campanha da Folha da Tarde contra os antros infectos chamados “inferninhos. 21/03/1955

Jornal O Estado de São Paulo

Manda o governador sanear o Bom Retiro. 03/01/1954

Jornal Última Hora

Operários de cor não podem ganhar o pão de cada dia. 02/12/1954

Uma saraivada de balas matou o “Castelinho”. 19/01/1955

A morte de um valente. 20/01/1955